


Iapony Rodrigues Galvão

Organizador



# HISTÓRIA DOS SERTÕES: SUJEITOS E ESPAÇOS



COLEÇÃO  
SERTÕES,  
CAMINHOS E  
FRONTEIRAS



PPGHC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

# COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS



## COMISSÃO CIENTÍFICA

- |   |  |
|---|--|
| Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)      | Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)           |
| Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)         | Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)            |
| Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF) | Kleiton Souza de Moraes (UFC)                  |
| André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)            | Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)  |
| Antonio José de Oliveira (UFRN)                 | Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)  |
| Antônio Zilmar da Silva (UECE)                  | Leda Agnes Simões (Doutora – UERJ)             |
| Artur Vítor Santana (Doutorando – UNICAMP)      | Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)   |
| Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)        | Mairton Celestino da Silva (UFPI)              |
| Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)          | Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)        |
| Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)          | Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)    |
| Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)           | Marcos Antonio de Menezes (UFJ)                |
| Débora Strieder Kreuz (UESPI)                   | Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor – UFSC)  |
| Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)                 | Marina Monteiro Machado (UERJ)                 |
| Eurípedes Antônio Funes (UFC)                   | Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA) |
| Fabíola Cristina Alves (UFRN)                   | Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)               |
| Fernando Bagiotto Botton (UESPI)                | Pedro Abelardo de Santana (UFAL)               |
| Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)           | Rafael Ricarte da Silva (UFPI)                 |
| Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)            | Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)         |
| Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)              | Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)       |
| Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)             | Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)       |
| Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)     | Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)   |
| Janaína Freire dos Santos (IAUPE)               | Robson William Potier (SEEC-RN)                |
| Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)      | Sônia Maria de Magalhães (UFG)                 |
| João Fernando Barreto de Brito (UERN)           | Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)          |
| João Paulo Peixoto Costa (IFPI)                 | Thiago Reisdorfer (UESPI)                      |
| Joaquim dos Santos (URCA)                       | Tiago Bonato (UNILA)                           |
| Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando – UFBA)    | Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)            |
| José Ferreira Júnior (FAFOPST)                  | Valério Rosa de Negreiros (UESPI)              |
| José Leonardo do Nascimento (UNESP)             | Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)         |
| José Vieira da Cruz (UFS)                       | Wania Alexandrino Viana (UFOPA)                |



# HISTÓRIA DOS SERTÕES: SUJEITOS E ESPAÇOS

**Iapony Rodrigues Galvão**

Organizador



**PPGHC**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DO CERES



**Criação Editora**

## **COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS**

Organizadores da Coleção  
Ane Luíse Silva Mecenas Santos  
Helder Alexandre Medeiros de Macedo  
Juciene Batista Félix Andrade

### **História dos Sertões: sujeitos e espaços (n. 10)**

#### **Organizador**

Iapony Rodrigues Galvão

#### **ISBN**

978-85-8413-390-1

#### **Projeto Gráfico**

Adilma Menezes

#### **EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

G182h

Galvão, Iapony Rodrigues (org.).

História dos Sertões: sujeitos e espaços / Organizador: Iapony Rodrigues Galvão. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

396 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, n. 10).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-390-1

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN.

I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

CDD 981.3  
CDU 94(81)

## Coleção Sertões, caminhos e fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do “Brasil profundo” realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPG) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de



Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghcufn>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escrivães, tabeliães)



e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

### **Ane Luíse Silva Mecenas Santos**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Helder Alexandre Medeiros de Macedo**

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)  
Organizador da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

### **Juciene Batista Félix Andrade**

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)  
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*







## APRESENTAÇÃO

Os capítulos que constituem a obra “História dos Sertões: sujeitos e espaços”, integrante da coleção Sertões, caminhos e fronteiras, representam diferentes discussões e reflexões científicas sobre a diversidade temporal e espacial dos sertões existentes no tempo e espaço brasileiros, as quais foram apresentadas, no formato remoto, no ano de 2021, no II Seminário Nacional de História Social dos Sertões e na IV Jornada de História dos Sertões, organizado pelo Departamento de História e Programa de Pós-graduação em história, mestrado acadêmico com área de concentração em História dos Sertões, inseridos no Centro de Ensino Superior do Seridó, unidade acadêmica vinculada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Desta forma, apresentando mais detalhadamente acerca dos capítulos constituintes da obra, o texto “Paisagem da reminiscência: o sertão místico na representação poética o livro “O arado” de Zila Mamede (1959), de Andressa Freitas dos Santos, apresenta uma análise acerca dos elementos componentes do sertão descrito pela referida autora, destacando as espacialidades do simbolismo feminino, fortemente arraigada nas forças da natureza, baseadas na memória e nos ciclos naturais do ambiente sertanejo.

No texto “Casamento por fuga: prática amorosa no sertão piauiense, 1972-1992”, de Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira, a mesma investigou a prática da fuga por meio de relatos de mulheres que fugiram para se casar, as quais não fugiam apenas do meio que está inserida, mas também rompendo com uma sociedade patriarcal.



Já no capítulo intitulado “Velhas e novas imagens do semiárido: história, disputas e perspectivas”, de Franklin Rodrigo Rodrigues e Fábio José Cavalcanti de Queiroz, discute, numa perspectiva comparativa, acerca das representações em torno do espaço do semiárido ao longo do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

No capítulo intitulado “Entre o público e o privado: a formação do ser homem em São Luís a partir dos jornais durante a primeira república”, de João Vitor Ramos da Silva e Jakson dos Santos Ribeiro, buscou-se refletir acerca dos conflitos estabelecidos na construção da figura masculina, no contexto da primeira república, na capital maranhense e Caxias, denominada como “princesa do sertão maranhense”.

Em “O cotidiano e o trabalho feminino na feira livre de Caetité, no alto sertão da Bahia”, a autora Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho, analisou acerca do cotidiano e do trabalho feminino na feira livre de Caetité, analisando a inserção feminina neste espaço público e os desafios para que as mesmas possam exercer essa função laboral.

A autora Krishna Luchetti, em “Uma miríade de imagens do sertão sergipano: honra, macheza e valentia na obra literária de Francisco J. C. Dantas (1991-1993)”, buscou discutir acerca da relevância da literatura para a construção das imagens do sertão sergipano.

Também neste processo de construção de imagens sobre o sertão, mas na perspectiva alusiva a saúde mental, a autora Larissa Beserra dos Santos discute, em “O “sertão ficção”, narrativas plurais: experiências subjetivas de sofrimento dos/as usuários/as do Centro de atenção psicossocial II, em Cajazeiras – Paraíba”, acerca de histórias de vida de usuários de centro de atenção psicossocial, pensando em como lidam e atribuem sentidos às experiências subjetivas de sofrimento em um território que se (re)elabora sobre as experiências dos mesmos.

No capítulo denominado “Sertão: uma categoria fálica?”, de Maria Alda Jana Dantas de Medeiros, reflete acerca das narrativas e do modo androcêntrico de produção de conhecimento sobre os sertões, numa projeção da luz histórica que pouco alumiu os femininos nos espaços



sertanejos, haja vista o uso frequente da categoria sertão atendendo uma premissa fállica, desde o século XIX.

Já no capítulo “Armando a (s) rede (s) e de olho no macramé: teceluras e trajetórias de mulheres em Mossoró/RN”, de Pedro Henrique Bezerra de Farias e Winifred Knox, buscou entender a contribuição da participação e do trabalho de mulheres na Feira das Bruxas para a região de Mossoró/RN.

Rebecca Kauanne Mourão Mendes e Jakson dos Santos Ribeiro, em “O sertão dos tempos de hoje e os corpos femininos que ainda são marcados: fatores associados a violência contra a mulher no leste maranhense entre 2000-2016”, realizam reflexões sobre o comportamento masculino no tocante ao machismo e suas reverberações diante da relação estabelecida com a mulher.

Em “As flores defloradas do sertão entre as páginas da imprensa: notas de jornais sobre as práticas de defloramento no começo do século XX”, Veronica Lima de Amorim Matos e Jakson dos Santos Ribeiro, discutiu sobre as práticas de defloramento e como esse crime era visto no meio social, ocorridos ente as fronteiras do sertão maranhense durante a Primeira República, por meio dos jornais, situando as características dessa criminalidade presente na região de Caxias, e Codó e Flores no Maranhão.

No capítulo “Espaços vazios: os intelectuais na marcha para o oeste e suas considerações sobre sertão”, Alesy Soares Oliveira e Renato Amado Peixoto discutem sobre como a Marcha Para o Oeste se relaciona com o campo intelectual e político na reconfiguração espacial brasileira do início do século XX. Já o autor Davison Hugo Rocha Alves, em “A disciplina estudo(s) de problemas brasileiros entre o combate ao perigo comunista, integração nacional e a difusão da ideia de Brasil-potência no ensino superior” realizou pesquisa sobre a história da disciplina acadêmica Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), criada em 1969, atendendo as demandas da ditadura militar.

No capítulo “Ocupação dos sertões amazônicos nos governos militares e assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais – o caso de



‘Gringo’, ‘Benezinho’ e Paulo Fonteles’ (1980)”, Elias Diniz Sacramento discorre acerca das mortes das lideranças destacadas no título, a partir dos conflitos rurais ocorridos durante o período da ditadura militar no Brasil, mais especificamente na Amazônia e no estado do Pará.

Em “A Educação radiofônica no sertão do Rio Grande do Norte: o movimento de educação de base (MEB) e as dinâmicas sócio educacionais (1961-1969)”, de Gerlane do Nascimento Mendes, discorre acerca da atuação do Movimento de Educação de Base no sertão do Rio Grande do Norte na década de 1960, o qual foi idealizado como meio de integrar as regiões do país consideradas subdesenvolvidas pelo viés educacional e social.

A autora Jamile Silva Silveira, em “A Companhia hidrelétrica do São Francisco e a integração nacional: o projeto do estado brasileiro na formação de Paulo Afonso – BA (séculos XIX e XX)”, analisa os interesses e discursos em torno da região, especificamente da cachoeira de Paulo Afonso desde o século XIX, e por fim, os discursos de integração nacional que culminaram no volumoso investimento na região Nordeste, especificamente no sertão baiano, através da Companhia hidrelétrica.

No texto “Religião e política: a trajetória do Fidei Donum Pier Luigi Ghirelli no sertão da Bahia (1970- 1985)”, de Larissa Godinho Martins dos Santos, há discussões acerca do trabalho social do padre italiano Pier Luigi Ghirelli, em especial durante a ditadura militar. E no capítulo intitulado “Nas escritas de si e das mobilidades: memória social e trajetórias de cearenses para São Paulo”, de Vilarin Barbosa Barros, realizou reflexões acerca da memória social de migrantes cearenses em São Paulo, através das cartas (escrituras pessoais).

Em “Informativo dos(as) trabalhadores(as) da fazenda peba: experiência de comunicação popular no sertão do São Francisco, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987”, de Aline Oliveira da Silva e José Vieira da Cruz, ressalta-se sobre a experiência de comunicação popular dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba, para divulgar as experiências de resistência da ocupação da Fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, em 1987.

No capítulo “Sertão do São Francisco: formação dos territórios de mando”, de Célia Nonata da Silva, discorre sobre a importância histórica e cultural do Rio São Francisco, desde o século XVII, quando o mesmo serviria ao desenvolvimento das fazendas e currais que se tornavam mais prósperas e necessárias pelas incursões dos jesuítas e inserção de bandeiras e entradas sertão à dentro em busca das minas.

Com relação ao texto “Entre rupturas e continuidades no agreste: o povoado Bananeiras e os seus sujeitos no processo de transição à vila em 1984”, o autor do mesmo, José Aparecido da Silva Rocha, buscou compreender como o processo de urbanização de Bananeiras causou uma série de impactos na organização social da comunidade provocando rupturas e continuidades na história local.

Os autores Maele Moreira Sandes Cavalcanti e José Vieira da Cruz, na redação de “Transverter o empreendedorismo: sertanejas de negócio nas bancas de feiras livres, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021”, buscaram compreender o grau de visibilidade das mulheres de negócios na feira livre do município de Delmiro Gouveia, Alagoas, no Sertão do Rio São Francisco, entre 1980 e 2021.

No capítulo intitulado “Tempos de pandemia, tempos de cuidados: um olhar sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Delmiro Gouveia, Alagoas, 2020”, Thiego da Silva Barros buscou compreender as mudanças, no contexto pandêmico, acerca das relações pessoais no contexto pandêmico, no que se refere a festa de Nossa Senhora do Rosário, em Delmiro Gouveia, Alagoas.

Já Beatriz Soares dos Santos Silva e Tássila Carvalho Lima, no texto “Como pensar o ensino de história local e regional com a contribuição dos relatos de viagem” buscaram discutir e refletir, criticamente, acerca da utilização do relato de viagem como mais um aparato capaz de enriquecer as aulas de História no ensino básico.

Finalmente, os autores Henrique Guimarães Silva e Larissa Barth, em “O sertão de Goyaz do Século XIX sob os olhares dos viajantes europeus George Gardner e Francis Castelnau”, demonstraram, por meio



das narrativas de George Gardner e Francis Castelnau, o surgimento das cidades do sertão da província de Goiás e a forma como as mesmas são retratadas nas narrativas dos viajantes do século XIX.

Portanto, as discussões acima levantadas, a partir do exposto em cada um dos capítulos que compõem a presente obra, trouxeram uma panorâmica sobre as diferentes interfaces sertanejas nos diferentes pontos do tempo e espaço brasileiro, evidenciando, assim, a riqueza e a diversidade historiográfica dos sertões. Esperamos que você, leitor da obra, amplie ainda mais as vossas perspectivas sobre o rico e diverso sertão brasileiro.

**Iapony Rodrigues Galvão**

Organizador do volume





COLEÇÃO  
SERTÕES,  
CAMINHOS E  
FRONTEIRAS

10

## Sumário

- 19 **Paisagem da Reminiscência: O Sertão Místico na Representação Poética do Livro “O Arado” de Zila Mamede (1959)**  
Andressa Freitas dos Santos
- 36 **CASAMENTO POR FUGA: PRÁTICA AMOROSA NO SERTÃO PIAUIENSE, 1972-1992**  
Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira
- 52 **Velhas e Novas Imagens do Semiárido: História, Disputas e Perspectivas**  
Franklin Rodrigo Rodrigues; Fábio José Cavalcanti de Queiroz
- 64 **Entre o Público e o Privado: A Formação do Ser Homem em São Luís a Partir dos Jornais Durante a Primeira República**  
João Vítor Ramos da Silva; Jakson dos Santos Ribeiro
- 79 **O Cotidiano e o Trabalho Feminino na Feira Livre de Caetité, no Alto Sertão da Bahia**  
Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho
- 90 **Uma Miríade de Imagens do Sertão Sergipano: Honra, Macheza e Valentia na Obra Literária de Francisco J. C. Dantas (1991-1993)**  
Krishna Luchetti
- 102 **O “Sertão Ficção”, Narrativas Plurais: Experiências Subjetivas de Sofrimento Dos/as Usuários/as do Centro de Atenção Psicossocial II, em Cajazeiras - Paraíba**  
Larissa Beserra dos Santos

- 117 **Sertão: Uma Categoria Fállica?**  
Maria Alda Jana Dantas de Medeiros
- 133 **Armando A(S) Rede(S) e de Olho no Macramé: Tecituras e Trajetórias de Mulheres em Mossoró/RN**  
Pedro Henrique Bezerra de Farias; Winifred Knox
- 150 **“O Sertão dos Tempos de Hoje e os Corpos Femininos que Ainda São Marcados: Fatores Associados à Violência Contra a Mulher no Leste Maranhense entre 2000 E 2016”**  
Rebecca Kauanne Mourão Mendes; Jakson dos Santos Ribeiro
- 160 **As Flores Defloradas do Sertão entre as Páginas da Imprensa: Notas de Jornais Sobre as Práticas de Defloração no Começo do Século XX**  
Veronica Lima de Amorim Matos; Jakson dos Santos Ribeiro
- 177 **Espaços Vazios: Os Intelectuais na Marcha Para o Oeste e Suas Considerações Sobre Sertão**  
Alesy Soares Oliveira; Renato Amado Peixoto
- 190 **A Disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros Entre o Combate ao Perigo Comunista, Integração Nacional e a Difusão da Ideia de Brasil-Potência nNo Ensino Superior**  
Davison Hugo Rocha Alves
- 208 **Ocupação dos Sertões Amazônicos nos Governos Militares e Assassinatos de Lideranças de Trabalhadores Rurais – O Caso de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles (1980)**  
Elias Diniz Sacramento
- 228 **Educação Radiofônica no Sertão do Rio Grande do Norte: O Movimento de Educação de Base (Meb) e as Dinâmicas Sócio Educacionais (1961-1969)**  
Gerlane do Nascimento Mendes





- 245 A Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a Integração Nacional: O Projeto do Estado Brasileiro na Formação de Paulo Afonso - BA (Séculos XIX e XX)**  
Jamile Silva Silveira
- 261 Religião e Política: A Trajetória do Fidei Donum Pier Luigi Ghirelli No Sertão Da Bahia (1970- 1985)**  
Larissa Godinho Martins dos Santos
- 276 Nas Escritas de Si e das Mobilidades: Memória Social e Trajetórias de Cearenses Para São Paulo**  
Vilarin Barbosa Barros
- 293 Informativo dos(As) Trabalhadores(As) da Fazenda Peba: Experiência De Comunicação Popular no Sertão do São Francisco, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987**  
Aline Oliveira da Silva; José Vieira da Cruz
- 309 Sertão do São Francisco: Formação dos Territórios de Mando**  
Célia Nonata da Silva
- 323 Entre Rupturas de Continuidades no Agreste: O Povoado Bananeiras e os Seus Sujeitos no Processo de Transição à Vila em 1984**  
José Aparecido da Silva Rocha
- 338 Sertanejas de Negócio nas Bancas de Feiras Livres, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021**  
Maele Moreira Sandes Cavalcanti; José Vieira da Cruz
- 354 Tempos de Pandemia, Tempos de Cuidados: Um Olhar Sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Delmiro Gouveia, Alagoas, 2020**  
Thiego da Silva Barros
- 367 Como Pensar o Ensino de História Local e Regional com a Contribuição dos Relatos de Viagem**  
Beatriz Soares dos Santos Silva; Tássila Carvalho Lima



**379 O Sertão de Goyaz do Século XIX Sob Os Olhares dos Viajantes Europeus  
George Gardner E Francis Castelnau**

Henrique Guimarães Silva; Larissa Barth

**393 Índice Remissivo**

# PAISAGEM DA REMINISCÊNCIA: O SERTÃO MÍSTICO NA REPRESENTAÇÃO POÉTICA DO LIVRO “O ARADO” DE ZILA MAMEDE (1959)

 Andressa Freitas dos Santos<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A criação é um exercício inerente ao ofício do artista. Cabe a um pintor, escritor ou músico, por exemplo, o exercício de imaginar e criar. Através das obras de arte se cria e se representa imagens de lugares que foram vivenciados de maneira íntima ou direta ou que apenas foram conhecidos de forma indireta, ou conceitual como afirma o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (2013). Ao nos determos na perspectiva de quem vivencia o lugar de maneira íntima ou direta, podemos observar o caso de Zila Mamede<sup>2</sup>, renomada poetisa paraibana que se destacou

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Licenciada em História pela UFRN (2019) e atualmente graduanda em Letras – Inglês pela UFRN. E-mail: andressafreitas@gmail.com

<sup>2</sup> Zila Mamede (1928 – 1985) nasceu em um pequeno município seridoense da Paraíba chamado Nova Palmeira no ano de 1928, e faleceu em 1985 após se afogar nas águas da Praia do Forte enquanto nadava. Bibliotecária de formação, Mamede construiu uma sólida carreira nessa área. Estagiou em bibliotecas nos Estados Unidos e no Brasil. A autora passou pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi responsável por organizar a maior biblioteca do estado do Rio Grande do Norte, a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além das funções como bibliotecária, também dividiu seu tempo com a literatura, atividade que ela começou a exercer desde os seus 21 anos. Suas principais obras são Rosa de Pedra (1953); Salinas (1958) e O Arado (1959).



no cenário literário potiguar graças às suas obras que tiveram como referencial de inspiração o sertão e o mar. Essas paisagens constituem a geografia afetiva da autora, que delineou o traçado dessas regiões em suas obras. Um dos seus escritos que destacamos para a produção do presente trabalho é *O Arado* (2005)<sup>3</sup>. Esse é o terceiro livro de Zila Mamede, ao qual dedicou ao seu avô e ao município de Nova Palmeira, na Paraíba. As poesias trabalhadas no livro exploram basicamente as reminiscências das suas memórias da juventude, e exploram temáticas diversas que dialogam diretamente com a noção de natureza. Possuindo vinte poemas, a autora explora nesses escritos a perspectiva da sua experiência vivenciada no sertão paraibano.

Ao analisarmos a obra, temos como principal preocupação saber quais elementos compõem a criação do sertão de Zila Mamede; também constitui nossa preocupação saber como ele nos é apresentado, e como se diferencia das imagens estereotipadas do sertão. Para traçarmos um paralelo entre a noção de sertão de Mamede (2005) das visões cristalizadas dessa espacialidade, utilizamos a noção de nordeste utilizada pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2013) e de sertão da historiadora Janaína Amado (1995). Para se compreender os mecanismos de construção das paisagens e do lugar e as formas como nos apropriamos dele, empregamos os estudo de Tuan (2005; 2013), Schama (1996) e Edward Relph (1976). Por fim, traremos uma breve análise da obra em que constatamos que o sertão montado pelos poemas de Zila Mamede é uma espacialidade de simbolismo feminino, fortemente arraigada nas forças da natureza, e que possui uma mística própria, calcada na memória e nos ciclos naturais do ambiente sertanejo.

---

<sup>3</sup> Utilizamos como fonte o livro editado lançado em 2005 pela EDUFRRN. Contudo, a obra original é do ano de 1959.



## A CONSTRUÇÃO DO SERTÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940

O imaginário construído acerca da ideia de sertão é um elemento amplamente explorado nas obras de arte em geral, tal como a literatura, música e a pintura, por exemplo. O produto dessas criações acaba construindo imagens que se fixam no imaginário popular, e acabam por reforçar determinados estereótipos que cristalizam essas criações na mente dos indivíduos. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior em seu livro *A Invenção do Nordeste e outras artes* (1999) avalia a ideia de nordeste brasileiro concebida por intelectuais entre as décadas de 1930 e 1940. O foco de análise da obra tem como fonte a literatura ficcional, textos sociológicos, a música e o cinema brasileiro. Esse material é utilizado pelo autor para se chegar à compreensão de que o nordeste é um espaço criado por esses sujeitos. Albuquerque (1999) perpassa por nomes como João Cabral de Melo Neto, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Portinari, pois conforme o autor a obra desses sujeitos “produzem Nordeste vistos pelo avesso; Nordeste como região da miséria e da injustiça social; o *locus* da reação à transformação revolucionária da sociedade.” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 47).

As visões regionalistas na produção literária brasileira começaram a ser produzidas ainda no século XIX, momento em que se passou a predominar uma perspectiva genealógica do país em detrimento às descrições da geografia do lugar. Nesse sentido, Albuquerque (2013) aponta que romances literários como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, publicado no início do século XX, em 1902, marcam o início do que viria a se tornar a procura da essência do país. Conforme o autor observa “*Os Sertões* é, sem dúvida, um marco, no sentido de que esboça os elementos com que vai ser pensado e problema de nossa identidade nacional. É um livro que fornece imagens e enunciados para os diferentes discursos regionais.” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 66).

Essa obra é responsável por figurar o início de uma literatura regionalista que se delineia com maior clareza entre as décadas de 1930



e 1940. De acordo com a historiadora Janaína Amado, o sertão é uma categoria fortemente presente na literatura popular brasileira, com principal relevância nas obras orais, cordéis e na literatura culta. Assim como Albuquerque (2013), Amado (1995) também destaca a proeminência do destaque da categoria de sertão desde o século XIX, até o seu auge na década de 1930.

Grande parte da denominada “literatura regionalista” tem o sertão como *locus*, ou se refere diretamente a ele. A chamada “geração de 1930” (Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, etc), por sua vez, é a principal responsável pela construção dos conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social. (AMADO, 1995, p. 146)

Esse ambiente sertanejo, conforme Amado (1995) nos informa, é o lugar em que se difunde “variados sertões” que se consolidaram no imaginário brasileiro. Posteriormente, vários outros veículos de comunicação contribuíram para essa construção, tal como o cinema, a televisão, jornais, rádios, novelas, etc. Nessa perspectiva, depreende-se que a partir dos romances regionalistas da década de 1930 se cristaliza a construção de determinados estereótipos relacionados ao nordeste, principalmente tendo como a espacialidade do sertão. Essa criação foi:

(...) instituída por toda uma produção tradicionalista ou oligárquica será agenciada, a partir da década de trinta, pelo discurso de intelectuais tanto ligados à esquerda como ligados aos setores burgueses da sociedade, e submetidos a um tratamento acadêmico ou artístico, direcionado por estratégia e demandas de poder diferenciadas. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 218).

Com base nisso, o autor reforça que a literatura conjuntamente com outras obras de arte irá fabricar uma visão revolucionária do nordeste. Temos entre as décadas de 1930 e 1940 a construção de um arquétipo do nordestino relacionado ao perfil revolucionário, diferente



da visão que foi construída por estudos sociológicos como o de Gilberto Freyre que instituíam uma imagem do nordeste através de um viés patriarcalista, centrado na ideia de que a casa grande ou a fazenda detinha a essência da masculinidade dessa sociedade.

A perspectiva produzida na década de 1930 e 1940 irá montar outro estereótipo, baseado em uma característica revolucionária. Para Albuquerque (2013), ambas as construções, tanto a que foi popularmente divulgada por Gilberto Freyre, como as que foram construídas nas décadas de 1930 e 1940 através da literatura regionalista e outras obras de arte estão estruturadas no culto ao *pater*, seja valorizando a figura do coronel ou ao cangaço revolucionário, vemos as mesmas estruturas de dominação dentro dessas representações.

Ao constataremos essas visões que abarcam as espacialidades do sertão, observamos na obra *O Arado* (2005) de Zila Mamede a construção de um sertão ainda não contemplado. Um sertão que pertence à memória da autora de suas vivências na infância e juventude e que está vinculado à natureza e aos ciclos naturais e que em alguns momentos pode ser interpretado através de um forte simbolismo feminino, contrapondo-se fortemente ao que foi produzido por outras obras da Geração do Modernismo de 1930, que produziu espacialidades sertanejas vinculadas a um simbolismo fálico do culto ao *pater*.

## PAISAGEM E LUGAR: A PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS

Na geografia, espaço, lugar e paisagem designam categorias que podem ser compreendidas a partir da relação do homem com o seu meio ambiente. Para o geógrafo Yi-Fu Tuan (2013) o espaço designa uma categoria ampla, mais abstrata do que o sentido atribuído ao lugar. Por sua vez, o lugar é uma categoria com significado mais tangível e que diz respeito diretamente a nossa vivência e contato em determinado espaço. Portanto, Tuan (2013, p. 14) define o espaço em “algo que permi-



te o movimento”, enquanto que o lugar é uma pausa. As pausas nesse movimento permitem que os indivíduos transforme esse espaço em lugar, pois nesse momento há a oportunidade de se apropriar desse local através das subjetividades. A experiência, produzida pelo sentimento e pelo pensamento, é capaz de realizar essa transformação nos sujeitos. Ao pensarmos em nosso objeto de estudo, que é centrado no livro de poemas *O Arado* (2005) de Zila Mamede, observamos que é a experiência de vida da autora entre o sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte que irá construir a sua geografia afetiva, o seu lugar da infância e da juventude. A literatura é uma chave para fornecer o entendimento das experiências de lugar, e por isso, Tuan (2013) reforça que:

Muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não por meio do olho crítico ou da mente. Uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive às de lugar. (...) A arte literária torna conhecidas modestas áreas trabalhadas pelo homem, como uma pequena cidade do Meio-Oeste, um município do Mississippi, um bairro de uma cidade grande ou um vale nos Apalaches. A arte literária chama a atenção para áreas de experiência que de outro modo passariam despercebidas. (TUAN, 2013, p. 200)

Dessa forma, a literatura também se destaca como uma forma de fornecer visibilidade às experiências de lugar. Além disso, compreende-se também que a noção de paisagem, como a que é adotada por Tuan (1996) também nos auxilia a compreender como as representações de ambientes são fabricadas por subjetividades e está envolta por camadas da percepção humana, ideia explorada pelo historiador Simon Schama (1996). Sendo assim, é compreensível perceber que as várias construções representativas de um dado lugar convergem para um entendimento de que a paisagem é um elemento artificial, um molde estático da percepção do homem. A partir desse dado podemos compreender





como a categoria sertão foi e continua sendo amplamente moldada pelas percepções dos indivíduos, que assim como Zila Mamede e outros literatos descreveram em suas obras.

Ao comentar sobre a essência do lugar, o geógrafo Edward Relph (1976) corrobora com o argumento de que a experiência dos seres humanos nos lugares é o que constitui a sensação de enraizamento. Para esse autor, todos os lugares e paisagens são experienciadas de forma individual. Esses lugares privados podem ter conexão com o nosso passado. Os indivíduos quando se apropriam desses lugares criam raízes que podem ser fincadas em outras localidades que são transformadas em seu local de origem. Em suma, Relph (1976) sustenta que os lugares são as próprias pessoas, e são elas as responsáveis pela transformação de determinada localidade. A tese de Relph (1976) pode ser visivelmente constatada a partir de uma fala proferida pela própria Zila Mamede no programa da TVU, *Memória Viva*, em 1982. Ao ser perguntada pelo entrevistador Carlos Lira sobre a sua cidade e que sentido ainda restava nas coordenadas geográficas, sentimentais e líricas da autora sobre o seu lugar de origem, Nova Palmeira, a escritora responde:

(...) é o chão onde eu nasci. Eu gostaria que ela fosse no Rio Grande do Norte exatamente porque eu me sinto tão norte-riograndense quando eu me lembro quando eu olho pra minha certidão de nascimento, pra minha carteira de identidade, eu tenho um susto porque é na Paraíba e não no Rio Grande do Norte. Acrescento que nisso não há nenhum preconceito contra a Paraíba, apenas eu fui transplantada muito pequena, a tempo de me sentir enraizada no Rio Grande do Norte, então daí porque eu digo: gostaria que Nova Palmeira, a Vila fundada pelo meu avô e pelo o meu padrinho de batismo, fosse no Rio Grande do Norte, que ela era uma vila, uma fazenda, hoje é mais um município brasileiro, mas não é como município mas sim como sítio do meu avô que ela permanece na minha geografia sentimental. 1961 foi a última vez que fui lá, e fui agora em dezembro de 1980 e passados tantos anos encontrei um município aparentemente evoluído, rico e o povo



miserável. E voltei com o sentimento enorme de ludibrio (como é que se diz?) enfim, como se me tivessem roubado uma coisa, como se aquela pequena população rural que pertenceu à minha família, que foi o meu berço de nascimento, que foi o meu campo de férias, o meu campo de vivência emocional, os primeiros momentos de minha vida. De repente aquilo não me pertencia mais, tinham muitos donos e não era mais aquela Nova Palmeira que eu conhecia, era uma Nova Palmeira invadida pela sociedade de consumo, mas como disse inicialmente, desenvolvida e miserável. Um hospital sem médico, prefeitura sem prefeito, escola sem professores, o povo doente por falta de assistência, então eu desejei muito não ter visto a Nova Palmeira vinte anos depois. (MAMEDE, MEMÓRIA VIVA, 1982)

É possível perceber, através da fala proferida por Mamede, a essência do que Relph (1976) entende por lugar e enraizamento. A autora foi visivelmente apegada à sua região e a transplantou para o Rio Grande do Norte. Uma nova geografia afetiva do sertão foi delineada por Mamede. A identificação com o seu novo lugar, no município de Currais Novos, onde vivenciou parte da sua juventude, foi influenciada diretamente por sua paisagem afetiva que outrora fora montada em Nova Palmeira, e a obra *O Arado* (2005) constitui essa visão de um sertão criado a partir dos sentimentos e da memória da autora.

### **O ARADO (1959): UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO SERTANEJO**

Na obra de Zila Mamede, *O Arado* (2005), é apresentado um sertão com características diferentes das que são expostas nas literaturas regionalistas da década de 1930 e 1940. O passado e a memória são a base constitutiva dos poemas no livro, uma vez que a autora se utiliza dos fragmentos de suas lembranças na infância e juventude para recriar as paisagens sertanejas que são expressas na obra. Partindo de uma perspectiva panorâmica, pode-se evidenciar que a obra *O Arado* (2005) rompe paradigmas com outras obras que retratam essa mesma espa-



cialidade ao construir um sertão que não possui como foco as pessoas. Esse elemento não significa a total exclusão do fator humano dentro da obra. Há, por exemplo, poemas que fazem menção direta a pessoas como é o caso de *O Alto (o avô)*, e *O Alto (a avó)*, mas que estão muito mais vinculados a um passado, a uma montagem de uma genealogia, do que a construção em si da paisagem.

Em *O Arado* (2005) podemos agrupar os poemas por temáticas que constroem a paisagem sertaneja. Dessa forma, temos os poemas que agrupam assuntos relativos a memória como *Rua (Trairi)*, *O alto (o avô)*, *O alto (a avó)*<sup>4</sup>. O mundo do trabalho rural também é contemplado nos poemas *Arado*, *Antecolheita*, *Trigal*, *Moenda*, *Apanha* e *Milharais*. Os animais também formam uma temática relevante no livro que a autora traz nos poemas *Colina e Cabras*, *Cavalo Branco*, *Bois Dormindo (I)*, *Bois Dormindo (II)*, *Marcha para o Jumento Passarinho* e *Um pássaro me há de dar*. A natureza também se faz presente em *Rio*, *Banho (rural)* e *Açude*.

O poema *Rua (Trairi)* funciona como uma espécie de marco em que a autora informa o seu atual lugar de fala, Natal, e a partir daí traça todas as mudanças que a modernidade trouxe para as ruas da capital. Apesar de ser uma memória que não oferece resquícios das lembranças do sertão, o poema oferece um panorama interessante de se observar uma vez que marca alterações na paisagem afetiva da autora. Nesse poema a autora nos traz o seguinte: “Nos cubos desse sal que me encarcera/ (pedra, silêncios, picaretas, luas,/ anoitecidos braços na paisagem)/ a duna antiga se faz pavimento).” (MAMEDE, 2005, p. 23). Conforme Janaína Alves (2011) o lugar ao qual Mamede faz referência é a Rua Trairi, local existente no bairro Tirol em Natal, dessa forma:

(...) podemos dizer que a geografia e os elementos externos da rua real são transfigurados e usados como materiais estéticos para a

<sup>4</sup> Embora a memória seja uma temática que perpassa por todo o livro da autora, optamos utilizar essa categoria nos poemas em que esse elemento é observado com maior predominância.



construção interna da rua poética. (...) A rua e suas figurações deixam de ser componentes externos e passam a fazer parte, agora, do universo interno da criação literária. Por isso, a rua (Trairi) é um cenário artístico criado a partir do trabalho com elementos que fazem parte do cenário externo de uma rua existente, mas que não a ilustram. Nesse sentido, a paisagem construída pode denotar tanto a rua enquanto espaço físico comum a todos os indivíduos como também espaço restrito e íntimo do ser humano ou, ainda uma paisagem construída artisticamente, tornando-se, portanto, simbólica e plural. (ALVES, 2011, p. 114).

Zila Mamede (2005) se utiliza da carga simbólica trazida pela palavra “sal” para aludir ao seu atual local de fala, Natal, lugar ao qual exerce uma espécie de encarceramento, conforme ela indica nos versos do poema. O sal, conforme Graça Aquino (2005), é um elemento que se opõe fortemente à fertilização da terra, e o seu simbolismo é relacionado à penitência, assim como também o seu uso é feito no batismo cristão. Nesse caso, o simbolismo do sal “encarcera a narradora e a penitência na medida em que a afasta da paisagem da infância e da adolescência, fonte de suas lembranças”. (AQUINO, 2005, p. 46). O poema denota as transformações que a Rua Trairi sofre, no entanto, dentro desse contexto poético a autora se mostra resistente a essas mudanças, que simbolizam a modernidade, e busca no passado, que tem como simbolismo a terra<sup>5</sup>, as lembranças da sua infância. Ainda sobre o poema *Rua (Trairi)*, Aquino (2005) reforça que “São sentimentos da jovem/poeta presentificando-se no texto, através da voz memorialística, também, porque ela vai relacionar o “chão de agora”, a rua Trairi calçada, com o “chão do passado, a rua Trairi sem asfalto que, consequentemente, a remete ao sertão/interior de outrora.” (AQUINO, 2005, p. 45 – 46)

<sup>5</sup> “Meu chão se muda em novos alicerces,/ sob as pedreiras rasgam-se meus passos;/ e a velha grama (pasto de lirismos)/ afoga-se nos sulcos das enxadas,/ nas ânsias do caminho vertical.” (MAMEDE, 2005, p. 23).



Os poemas *O alto (o avô)* e *O alto (a avó)* introduzem fortemente esses elementos dos resquícios das lembranças de infância da autora. “O Alto” foi o nome dado ao sítio que pertencia ao seu avô materno, Francisco Bezerra de Medeiros, personagem ao qual a autora nutre profundo sentimento, uma vez que é a ele que o livro é dedicado. Em ambos os poemas, Zila Mamede resgata as memórias de terras que foram herdadas pelo seu avô<sup>6</sup>, no município de Nova Palmeira, e no qual passou parte de sua infância e adolescência. No que tange aos poemas que fazem referência a pessoas, observa-se que “Como se pode constatar, nos poemas de Zila, a referência às pessoas de seu convívio aparecem a partir mesmo dos títulos, como já afirmei anteriormente. Os poemas estruturam a representação de seus avós ao longo de uma convivência na infância e na adolescência.” (AQUINO, 2005, p. 84)

O conjunto de poemas que dizem respeito à terra ou ao mundo do trabalho rural, a saber *Arado*, *Antecolheita*, *Trigal*, *Moenda*, *Apanha* e *Milharais*, se constrói fortemente a ideia de um sertão mobilizado pelas forças da natureza, em que o único contato humano que se dá é através da experiência da própria autora. No poema *Antecolheita*<sup>7</sup>, por exemplo, é possível observar esses elementos que também se faz presente nas outras poesias mencionadas. Mamede (2005) nos apresenta ao mundo do trabalho no sertão e ao mesmo tempo constrói essa paisagem em que não há sertanejos. Os poemas fazem alusão ao trabalho duro da vida no campo, mas em nenhum momento vemos a figura do sertanejo aparecer nesses escritos. As figuras masculinas são distantes, trazidas em

<sup>6</sup> “Dum antevô tivera na colina/ os alicerces, que de avô ganhara / açude, pastos, fari-nhada, chão.” (MAMEDE, 2005, p. 25).

<sup>7</sup> Ah te saber distante, embora a chuva/ amareleça em frutos e a colheita/ não tarde. Já meus dedos se apresentam/como instrumento à terra matinal./ Ausentes os teus braços, a charrua/ nega-se à lida, caminhaça e bois;/ o cata vento remudece as has-tes/ que calentavam cedo anoitecer./ Não sei que faça dos celeiros. Vem:/ Setembro amadurece nos folhados/ deixando-se nascentes para o estio./ Vem que me espanta o apascentar das ramas/ e minhas mãos, de frágeis, agonizam/ nessa visão de lavra, de eira e sol./ (MAMEDE, 2005, p. 37)



pequenos momentos como no poema *O Alto (o avô)*. A autora constrói a sua paisagem afetiva por meio de um ambiente em que os trabalhadores que movimentam o mundo rural sertanejo não existem. A paisagem do sertão é montada para funcionar de forma autônoma, construindo uma visão de nordeste como se ele estivesse mecanizado, mas não por máquinas humanas, mas pelo tempo que determina as chuvas, a estiagem, a colheita e o plantio.

Através desse simbolismo podemos notar que a autora rompe com a visão tradicionalista do sertão, construída na literatura regionalista entre as décadas de 1930 e 1940, como um lugar essencialmente vinculado a símbolos masculinos. Como podemos perceber, a natureza e os seus ciclos naturais se fazem mais presentes que o próprio homem, além do que, as memórias resgatadas por uma mulher em sua infância e adolescência ditam as nuances da montagem dessa paisagem.

Essa presença feminina é fortemente trabalhada nos poemas que possui como eixo temático a natureza, como *Rio, Banho (rural)* e *Açude*. Em todos esses poemas, o elemento da água, forte símbolo ligado à feminilidade, perpassa a geografia afetiva da autora. Destaca-se o poema *Banho (rural)*<sup>8</sup> por trazer esses elementos de forma mais notória. Ao nos atentarmos de forma mais atenciosa ao poema, percebemos que o elemento humano presente no texto é exclusivamente feminino. A leitura

<sup>8</sup> De cabaça na mão, céu nos cabelos/ à tarde era que a moça desertava/ dos arenzês de alcova. Caminhando um passo brando pelas roças ia/ nas vingas nem tocando; reesmagava/ na areia os próprios passos, tinha o rio/ com margens engolidas por tabocas/ feito mais de abandono que de estrada/ e muito mais de estrada que de rio/ onde em cacimba e lodo se assentava/ água salobre rasa. Salitroso/ era o também caminho da cacimba/ e mais: o salitroso era deserto./ A moça ali perdia-se, afundava-se/ enchendo o vasilhame, aventurava/ por longo capinzal, cantarolando:/ desfiava os cabelos, a rodilha/ e seus vestidos, presos nos tapumes/ velando vales, curvas e ravinas/ (a rosa de seu ventre, sóis no busto) libertas nesse banho vespéral./ Moldava-se em sabão, estremeçada,/ cada vez que dos ombros escorrendo/ o frio d'água era carícia antiga./ Secava-se no vento, recolhia/ só noite e essências, mansa carregando-as/ na morna geografia de seu corpo./ Depois, voltava lentamente os rastros/ em deriva à cacimba, se encontrava/ nas águas: infinita, liquefeita./ Então era a moça regressava/ tendo nos olhos cânticos e aromas/ apreendidos no entardecer rural./ (MAMEDE, 2005, p. 33)



deixa evidente a questão da descoberta do corpo da mulher sertaneja durante um evento rotineiro de seu cotidiano, que é o banho no rio. Mamede (2005) nessa poesia explora a paisagem do sertão através de uma cena que remete à sensualidade feminina que se revigora nas águas de um rio. Ao analisar o poema pelo viés da feminilidade e da sensualidade, Aquino (2005) comenta que:

No banho de rio, a moça encontra sua identidade feminina. Sentindo a sensualidade à “flor da pele”, ela, como que num gozo solitário, demonstra o prazer de se tocar, como que delimitando a “geografia de seu corpo”. A personagem do “Banho (Rural)” é uma mulher do sertão (“De cabaça na mão, céu nos cabelos/ à tarde era que a moça desertava/ dos arenzês de alcova.”), e ao contactar com a água, elemento que tem a força de transformá-la, sente tal prazer a ponto de derreter-se e purificar-se: “nas águas: infinita, liquefeita”. (AQUINO, 2005, p. 42)

Dessa forma, nos é apresentada uma nova imagem do sertão em que elementos da natureza e da feminilidade conferem um ar de delicadeza à construção imagética do lugar. Outro elemento que pertence à seara da natureza e que confere um caráter místico à paisagem sertaneja é a presença dos animais na poesia de Zila Mamede. Os poemas *Colina e Cabras*, *Cavalo Branco*, *Bois Dormindo (I)*, *Bois Dormindo (II)*, *Marcha para o Jumento Passarinho* e *Um pássaro me há de dar* compõem essa esfera e reafirma mais uma vez a representação de um sertão em que a força humana não tem tanta presença. O poema *Bois Dormindo (I)*<sup>9</sup>, por exemplo, reforça esse cenário em que a natureza compõe uma

<sup>9</sup> A paz dos bois dormindo era tamanha/ (mas grave era tristeza do seu sono)/ e tanto era o silêncio da campina/ que ouviam nascer as açucenas./ No sono os bois seguiam tangerinos/ que abandonando relhos e chicotes/ tangiam-nos serenos com as cantigas/ aboiadeiras e um bastão de lírios./ Os bois assim dormindo caminhavam/ destino não de bois mas de meninos/ libertos que vadiassem chão de feno;/ e ausentes de limites e porteiras/ arquitetassem sonhos (sem currais)/ nessa paz outonal de bois dormindo./ (MAMEDE, 2005, p. 51)



espécie de elemento místico do sertão. As representações presentes, especificamente nesse poema, trazem a noção de um sertão marcado pelo sofrimento, principalmente a partir da perspectiva dos bois, animais imprescindíveis na vida sertaneja.

Ao nos determos um pouco melhor nesse poema, observamos que o ato de dormir dos bois vai se aprofundando na narrativa poética. A repetição de palavras e o uso do gerúndio transmite a ideia de continuidade e profundidade, como se a paisagem descrita pelo eu-lírico fosse algo distante, justamente por ser uma reminiscência de uma lembrança. Durante o sono os bois abandonam a realidade de dor e sofrimento em que vivem, representada pelos currais, chicotes e os relhos, que são instrumentos para açoitar animais. Nesse devaneio, os bois sonham com um mundo sem sofrimento, em que o tangerino, que é o vaqueiro, espanta esses instrumentos de tortura com as cantigas aboiadeiras usando um bastão de lírios. No poema torna-se evidente o paralelo estabelecido entre memória e o sonho. O eu-lírico se mantém afastado da paisagem rural porque ela é construída pelas reminiscências das memórias, e está tão distante dela tal como o sonho é distante da realidade dos bois. Diante desse quadro de sofrimento, misturado a um mundo onírico, surge a questão “o que significa o sofrimento e o sono dos bois?”

Na arte Renascentista o boi era usado para representar a nação de Israel. A figura do boi com asas é um símbolo usado pelo evangelista São Lucas que se utilizou da representação do sacrifício do boi para relacionar ao sacrifício do Cristo. Portanto, podemos relacionar que o simbolismo do boi está conectado à ideia de força, serviço e paciência de esperar a Boa Nova. Poderíamos imaginar que o sofrimento dos bois nos currais sofrendo pelos instrumentos de tortura simbolizados pelos relhos e chicotes são os pecados desse mundo. O sono é o vaqueiro, o tangerino, capaz de levar os bois de um mundo de sofrimento e atingir o seu sonho, simbolizado por um lugar onde não haveria sofrimento.

Aquino (2005) ao comentar sobre o poema recorre ao argumento presente na ideia de arquétipo do psiquiatra Carl Jung. A autora reforça





que a interferência dos animais nas artes tem profunda ligação com os instintos e o íntimo do ser humano, mostrando que é possível haver identificações e conexões do inconsciente com o simbolismo dos animais. Dessa forma, ela explica que:

Os animais representam parentesco com as partes do universo, como reza a tradição popular. O boi, por exemplo, está relacionado à terra, como lavrador e cultivador, pois arrasta o arado com sua força e potência, e está ligado, dessa forma aos ritos da lavoura e da fecundação da terra. Representa, também, a calma, a capacidade de trabalho e sacrifício. (AQUINO, 2005, p. 49)

Podemos observar em *Bois Dormindo (I)* uma tentativa de representar um dos aspectos da paisagem sertaneja, que são os animais, através de um viés religioso, quase como uma experiência mística. As cantigas aboiadeiras cantadas pelos tangerinos, ou vaqueiros, podem ser encaradas como uma Boa Nova, uma nova maneira de cantar diferente das “cantigas boiadeiras”. No verso oito, o eu-lírico nos diz que os tangerinos, os vaqueiros, tangiam toda a maldade desse mundo de sofrimento com um bastão de lírios, instrumento que simboliza São José, que é um santo importante dentro da cosmologia do sertanejo, porque é a ele que sempre recorrem como a última esperança de chover no sertão. É através da chuva no dia de São José, dia 19 de março, que o sertanejo sabe se haverá um bom inverno para colheita e prosperidade. E na poesia *Bois Dormindo (I)* observamos que os tangerinos surgem como a esperança final aos bois, tal como São José surge aos sertanejos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os elementos que compõem a obra *O Arado* (2005) concluímos que a perspectiva de sertão da autora Zila Mamede dialoga diretamente com a sua experiência de vida, e da forma como viveu sua juventude no sítio do seu avô, hoje o município de Nova Palmeira. A



análise dos poemas mostrou que os elementos que compõem a poesia de Mamede (2005) é a própria saudade de sua terra, que é revivificada em forma de versos. Também observamos que em comparação a outras obras literárias regionalistas da Geração de 1930 e 1940, analisadas por Albuquerque (2013), há um claro desvio temático do que vem a ser o sertão. A literatura regionalista de 1930 e 1940 produziu os estereótipos masculinos do “cabra-macho”, símbolo da virilidade extrema que habitava os romances literários e que tinham como espacialidade o sertão brasileiro. Mamede, que pertence à geração Modernista de 1945, rompe totalmente o paradigma patriarcalista, nos apresentando um sertão construído sob a égide da sensibilidade feminina.

O seu sentimento pelo lugar é responsável pela construção de paisagens que por vezes conferem um toque único ao cenário. A experiência mística encontrada em *Bois Dormindo (I)*, a sensualidade feminina nas águas do sertão em *Banho (Rural)*, a afetividade e a delicadeza dos sentimentos em *O Alto (o avô)* e *O Alto (a avó)*, e as forças da natureza em ação em *Antecolheita* recriam uma imagem de sertão inédita que atravessa as forças humanas, e encontram no simbolismo feminino da água e da fertilidade da terra uma nova possibilidade de perceber o espaço sertanejo a partir da experiência da autora.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ALVES, Janaína. **Tradição e Modernidade em O Arado, de Zila Mamede**: a construção da lírica telúrica erguida em novos alicerces. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras (PPGL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros, p. 134, 2011.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145 – 151.

AQUINO, Graça. **A memória como evocação**: um estudo crítico da obra “O Arado” de Zila Mamede. Natal: A.S. Editores, 2005.



MAMEDE, Zila. **O Arado**. Natal: EDUFRN, 2005.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do Medo**. trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. UNESP. 2005.

TVU RN. **Memória Viva Zila Mamede (1982)**. YouTube, 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=L6DDE6\\_W99Y&t=306s](https://www.youtube.com/watch?v=L6DDE6_W99Y&t=306s)> Acesso em 13 de abril de 2021.



## CASAMENTO POR FUGA: PRÁTICA AMOROSA NO SERTÃO PIAUIENSE, 1972-1992

 Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira<sup>1</sup>

*A moça dar uma volta  
Que parece parafuso  
Você pesa para papai  
Se ele não quiser eu fujo  
O moça você me diga  
Onde vou-lhe esperar  
-Lá na porteira da esquina  
No pé de maracujá [...]*<sup>2</sup>

**E**sta pesquisa investiga a prática da fuga por meio de relatos de mulheres que fugiram para se casar. O ritual de fuga, é como muitas mulheres utilizavam, deixando tudo, família, amigos e até sua cidade natal. Essas moças fogem não somente do meio que está inserida, mas também rompendo com uma sociedade patriarcal, pois as mesmas ao fugirem são mal vistas pela sociedade, torna-se sinal de mulher desonrada.

Para entender como essas mulheres rompem com uma sociedade patriarcal, precisamos levar em consideração que as mulheres eram moldadas para serem mães perfeitas, esposas exemplares. No momento que elas fogem são vistas como mulheres mal criadas, sinal de que a mãe não cuidou muito bem da filha, ou seja, a responsabilidade da boa criação

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Picos.

<sup>2</sup> Poema de Silvío Romero, 1945.



era da mulher/mãe. A desonra não era para aquela mulher que fugiu, mas sim, para a figura paterna, a partir da prática da fuga, a moça estava causando vergonha ao pai e a toda família. Em muitos casos de fuga o pai ficava anos sem falar com a filha, sem ao menos olhar para a moça, em outros casos morria e não perdoava a mesma, pelo seu ato de traição.

Tendo como base a fonte oral, iremos analisar a história de quatro mulheres que acreditamos ser sujeitas da sua história. Essas mulheres fugiram do lar ainda jovem entre seus 17 e 20 anos de idade. São mulheres singulares, nasceram em épocas diferentes, para estabelecer um recorte temporal levaremos em conta o ano da fuga de cada uma.

O recorte cronológico ficou estabelecido entre 1972 a 1992, são 20 anos. Porém a primeira fuga aconteceu em 1945 com Valmira (Lili) Ribeiro, em 1972 a Lenir Ribeiro fugiu, a última fuga aconteceu em 1992 com Iraeth Rodrigues. Priorizei a década de 1970, pois as maiorias das minhas fontes abordam esse período e porquê de 1945 a 1992 seria um recorte aparentemente longo. Mas isso não implica dizer que não abordarei o caso de 1945, pelo contrário, analisarei como os demais, pois são experiências únicas.

As personagens desse trabalho são: a sr<sup>a</sup> Lili Ribeiro<sup>3</sup>, nasceu em 1928, com 87 anos. Lenir Ribeiro de Sousa<sup>4</sup> nasceu no ano de 1952, 64 anos. Eudineia Pereira<sup>5</sup>, no ano de 1968, com 48 anos. Iraeth Rodrigues<sup>6</sup> nasceu no ano de 1974, com 42 anos. Ambas com essas idades quando realizei a pesquisa.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Nasceu em 1928, casada com Nestor Lima, hoje com 7 filhos. Mora atualmente no Xique Xique.

<sup>4</sup> Nasceu em São Nicolau em 1952, casada com João Francisco de Sousa. Mora atualmente no Xique Xique.

<sup>5</sup> Nasceu em 1968, casada com Antônio de Sousa Rodrigues. Mora atualmente no Pau Ferro, tem 2 filhos.

<sup>6</sup> Nasceu em 1974, casada com Antônio Francisco Sousa Silva. Mora atualmente em Valença do Piauí, tem 2 filhos

<sup>7</sup> Todas essas mulheres moravam na mesma região, três delas ainda reside no mesmo local, duas no povoado chamado Xique Xique e uma no Pau Ferro, que se localiza no povoado de São Nicolau, município de São Miguel do Tapuí, no Estado do



Essas mulheres tem papel significativo na construção dos núcleos familiares. Essa atitude das mulheres de fugir para casar é considerada um desrespeito à autoridade do pai, já que se vivia em uma sociedade patriarcal.

Isso porque, até bem pouco tempo, perdeu o costume mesmo entre pessoas de nível social elevado, do “casamento por fuga”. O interessante é que, em geral, esses casamentos foram e são interpretados como um desrespeito à autoridade paterna, nunca como um atentado à decência.<sup>8</sup>

A sociedade via o casamento por fuga não como um atentado à decência, levando em consideração que as mulheres sempre tiveram que obedecer e ter um comportamento adequado perante a sociedade. Ser decente estava atrelado, por exemplo, a guarda-se para seu futuro marido, ou seja, não ter relação sexual fora do casamento, nem por fim libidinoso, isso era uma ofensa aos padrões morais da sociedade.

A mulher deveria continuar dentro dos padrões sociais, assim ela era considerada uma mulher honesta. Podemos afirmar que o casamento por fuga não seria um atentado a decência, pelo fato que as mulheres fugiam para casar e não para viver uma vida leviana, ou uma vida de solteira.

A motivação para pesquisar sobre esse tema veio primeiro pela necessidade de produzir um trabalho científico para a conclusão do curso, por consequência sempre tive a curiosidade de entender os motivos que levavam a mulher fugir do seu próprio lar, visto que essas mulheres fugiam com seus namorados ou noivos. Então isso tudo nos leva a questionar: fugia simplesmente pela necessidade de um companheiro ou

---

Piauí. Que tem aproximadamente 17.662 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2019, fica a 216 km de Teresina, da capital do estado.

8 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *Rapto de Mulheres*: Estratégia na formação de núcleos familiares, capitania no Piauí século XVIII. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. n. 29.2, 2011. pag. 01.



um desejo de construir uma família? Ou sofria maus tratos familiares? Talvez para melhorar de vida economicamente? São questões que nos inquietam, nos leva a indagar a memória dessas mulheres. A partir de singularidade histórica compreender um pouco melhor a história da(s) mulher(s).

O objetivo aqui é apresentar alguns casos de fuga, mostrar que são mulheres querendo mudar de vida, começar algo novo longe do convívio paterno, ou até mesmo perto deles, mas para voltar era preciso primeiro fugir, pois em alguns casos existiam pais brutos – uma vez que os homens do sertão nordestino são “cabra macho” – não queriam que suas filhas saíssem de casa. Entender também quais os caminhos que antecediam a fuga, as táticas utilizadas por essas mulheres.

É importante salientar que usarei o termo fuga quando for me dirigir as estratégias de rapto no contexto do casamento. Afirmando a vontade própria das mulheres, que em sua maioria articulava sua própria fuga. Analisamos os discursos de cada mulher, que são utilizadas para justificar sua fuga.

Para a realização dessa pesquisa dialogo com textos como: “Rapto consentidos: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)” de Rosemere Olimpio Santana. Ela aborda o conceito de rapto e suas apropriações no decorrer do tempo, nos traz casos de fugas que deram certos e outros não tão certos assim. Trago para discussão o texto de Tanya Brandão “Rapto de Mulheres: Estratégia na formação de núcleos familiares, capitania no Piauí século XVIII”.

As duas autoras ajudam na compreensão do conceito de fuga e a importância dessa prática para a formação dos núcleos familiares no sertão Nordeste, como também outros autores que abordam o tema de gênero. Trabalho com historiadores que discutem a importância da História Oral para compreensão da sociedade e da cultura.

Ressalto a importância desse trabalho para entendermos a nossa cultura popular, as permanências e descontinuidades, com também, deixando viva a história de mulher(es) que “desrespeitaram” seu pai.



Como historiadores, sabemos da importância da fonte oral para ampliar o conhecimento de experiência e modos de vida de diferentes grupos sociais. Permitindo registrar depoimentos e aumentar as possibilidades de interpretação do passado, dando voz às minorias. Hoje temos diversas fontes historiográficas significativas de modo que podemos compreender o homem a partir dos seus relatos orais, de músicas, diários, jornais e vários outros meios para analisar.

A história oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido as formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado.<sup>9</sup>

Assim podemos através dos relatos orais traçar os caminhos e os motivos que levaram a fuga das mulheres. Compreende-se aqui a fuga com resistência à autoridade patriarcal, como também não deixando de interpreta-la como uma prática amorosa, ou seja, existem dois âmbitos na fuga que se pode analisar, a primeira como resistência a ordem paterna, a outra seria simplesmente pela paixão. Pois esse costume era caracterizado pelo consentimento de ambas as partes, sempre sob promessa de casamento futuro.

Entendendo aqui o patriarcalismo como um modo onde as questões são regidas ou chefiadas pela figura masculina, realidade que também não estava distante das classes mais pobres.

Aborda-se neste ponto, mulheres que enfrentaram seus pais, como toda uma sociedade regida de regras morais e toda a família, para viver uma nova vida. Aqui discutiremos as histórias de mulheres do sertão piauiense, que viam na união conjugal a porta de saída, de uma certa

<sup>9</sup> PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi (org). – 2.ed, 1a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. pag. 164.





forma, a liberdade, tanto dos pais, como das más línguas da sociedade, pois mulher solteira – principalmente mais velha – uma vez que não casasse ficaria para a “titia”, as chamadas solteironas.

Na historiografia as solteironas são definidas como aquelas que atingiram uma idade de 30 a 35 anos, pelo menos, sem se casarem. Eram vistas de forma pejorativas, tomando o último lugar na “hierarquia do gênero” – se houve alguma –.

Se as hierarquias de gênero produziram as mulheres como o “outro”, o sujeito inferiorizado, as “solteironas” surgiram como mulheres ainda mais inferiorizadas, já que numa “escala” que define/classifica/qualifica mulheres, construída pelas representações de gênero, elas estão em último lugar, pois não possuem os elementos que constituem a “verdadeira mulher” e que as tornam inteligíveis dentro o código patriarcal.<sup>10</sup>

Ao analisamos percebemos que o amor romântico de certa forma contribuiu para o ideal de esposa, mãe e dona-de-casa. Pois situam as mulheres no lar. Ao estudar o amor romântico em Teresina, durante o século XX, especificadamente a década de 1920 a 1960, afirma (CARDOSO, 2010, p. 300):

O amor romântico encaminhou as mulheres para o lar e colaborou para sujeição doméstica. Entrelaçado ao casamento, ele contribuiu para o triunfo da mulher mãe, esposa e dona-de-casa. Uma vez elevado à condição de valor, o amor romântico oportunizou que filhas compartilhassem a escola conjugal com pais e mesmo impusessem seus desejos, em detrimento da família. Nesse sentido, é possível afirmar que amor romântico contribuiu para redefinir as relações de poder entre as filhas e os pais, bem como para a aquisição do direito de casar por amor.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> MAIA, Cláudia de Jesus. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais(1890-1948). Tese de doutorado. Brasília-DF. 2007

<sup>11</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. Identidade de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960).Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense. pag. 300.



A partir dos relatos das entrevistadas, o amor que elas sentiam (ou ainda sentem) foi decisivo, foi a gota de coragem para lagar a condição que estava, para assim formar uma nova vida com aquele moço que escolheu. Foi o amor, um dos motivos que impulsionou a fuga e por consequência o casamento como afirma D. Lenir “*Ele (João Francisco) era o único homem que existia pra mim.*”

Nas grandes cidades, o cinema e as praças aguçavam o sentimento de amor, casar, formar uma família – o ideal romântico, casar com seu príncipe encantado, a cara metade –, já no interior os pontos de encontros se davam nas festas religiosas, os ditos festejos, as fontes e açudes, local onde as mulheres lavavam roupas. “*Era sair pra uma fonte e jogava um bilheteinho lá no meio do caminho, ali ele pegava...*” Como diz D. Lenir, uma das nossas personagens, relata como era que ela e o seu namorado se comunicava, já que o relacionamento não era apoiado pelo pai da moça.

As mulheres tinham como ideal que a realização pessoal e afetiva seria vivida no casamento. O matrimônio e o lar era representação do anseio feminino. Casar, ter filhos e uma casa, era e é o sonho de muitas mulheres. Mesmo vivendo no século XXI, muitos ainda acreditam que a ordem só estaria estabelecida, se as mulheres tomassem o lugar de mães, esposas e donas-de-casa.

Devemos observar que as mulheres pobres do Nordeste, do interior do interior, aquelas esquecidas muitas vezes até pela historiografia brasileira, são mulheres cheias de histórias pra contar, de tradições vividas. Histórias que precisam ser relatadas, até mesmo publicada e lembrada, pois elas trazem na pele as marcas de uma vida severina.

“*Tudo o que a gente ia fazer dependia de um pilão, essas coisas assim, bota água na cabeça[...] era pisando legume era tudo, até sal tinha que pisar mesmo.*” Afirma uma das entrevistadas. Assim é o relato da mulher nordestina, aquela que sob o sol escaldante e sobre a terra rachada, trazia na cabeça a cuia/lata de água para abastecer sua casa e matar a sede dos animais. Depois iria pilar o sal, milho, arroz... no pilão para alimentar sua família.



As fugas sempre se davam na cala da noite, onde todos, principalmente o pai da moça se encontravam dormindo, os amantes montavam na garupa do cavalo e saíam na mata escura do Sertão.

Muitas vezes o namoro não desejado pelos pais encorajou o rapto da moça pelo pretendente. Mas um rapto consentido pela mulher, com a promessa de casamento futuro [...] Os dois fugirem a noite, a cavalo, ela montada na garupa, de banda, o rosto virado para o lado, a cabeça amarrada com o lenço, com a certeza do futuro casamento.<sup>12</sup>

## SÓ CASARIA SE FOSSE ROUBADA

No caso de Lenir Ribeiro de Sousa e João Francisco de Sousa. Para entender essa história, vamos fazer uma pequena abordagem sobre ela. Nasceu em São Nicolau em 31 de dezembro de 1952, filha de Luiz Ribeiro de Sousa e Maria Pereira da Silva. Tem nove irmãos, seis mulheres e três homens. A família trabalhava na roça, plantando e colhendo para subsistência. As mulheres também trabalhavam na lavoura e depois em casa. Como a mesma afirma o trabalho era mais para as mulheres, além de trabalhar duro na roça, deveria cuidada dos afazeres em casa.

Trabalhava na roça, às vezes o pai levava para trabalhar, também fica em casa (pausa) você sabe que **a luta de primeiro era mais pra mulher**, tudo o que a gente ia fazer dependia de um pilão, essas coisas assim, bota água na cabeça, hoje em dia não tem mais isso né?! Mais era dependioso, tinha que bota água na cabeça, era pisando legume era tudo, até sal tinha que pisar mesmo.<sup>13</sup>(Grifo meu).

<sup>12</sup> FALCI, Miridan Knox. Mulheres o sertão nordestino. In: PRIORE, Mary del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. 10 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. pag. 267.

<sup>13</sup> Entrevista com Lenir Ribeiro em 18/02/2017.



Segundo Lenir Ribeiro, seu pai não aceitava que suas filhas tivessem qualquer relacionamento com algum homem, queria que todas ficassem em casa ao lado do mesmo.

Pelo papai, ele não queria que casasse com ninguém (risos) não queria que nem namorasse. Pra gente ir a uma festa, tinha um Raimundinho ali que ia com nós na festa. **Era hora marcada, tal hora teja em casa se não tiver nunca mais vai outa**, era assim minha fia. Era uma vida meia braba. **Negócio de namoro só se fosse escondido**, ele nem sonhava (risos) nem pensa. Festa era muito difícil ele deixar ir a festa. Ele só achava bom se a gente tivesse junto com ele ali toda hora dentro de casa, não era pra sai um passeio, não ir a uma festa nem nada. **Mais ai... as mais velhas foi fazendo disgosto a ele ai foi abrindo a mão pra as mais novas mais um pouquinho, ai já era tarde** (risos).<sup>14</sup>(Grifo meu).

O Luiz Ribeiro, pai de D. Lenir é o símbolo do homem macho do sertão nordestino. A invenção da masculinidade no Nordeste está atrelada a força, violência, criando um estereótipo de “cabra macho”. Ao entrevista-la fica claro na fala de D. Lenir sua mágoa em relação ao pai, pois o mesmo coibia de sair para festas e aprisionava não só seus sentimentos pelo seu amor proibido, como também a própria moça de sair de casa. Afirma: “*Quem vive nessa privação não gosta, quem vai viver é eu não é você*” diz D. Lenir ao seu pai quando o mesmo foi busca-la em Castelo do Piauí, na primeira vez que foi saiu de casa fugida com seu namorado.

Precisamos levar em consideração algumas questões na fala da nossa personagem, primeiro seria, as táticas usadas pela moça para encontrar o rapaz, aqui citaremos algumas delas: mesmo indo a poucas festas, a moça acabava se encontrando com o jovem. As festas comuns nessa região, são as festas católicas, os festejos da região. D. Lenir relata

<sup>14</sup> Entrevista com Lenir Ribeiro em 18/02/2017.



que não tinha muita oportunidade de dançar com seu amado, pois se seu pai visse os dois juntos, ele logo mandava voltar para casa.<sup>15</sup>

Mesmo debaixo de olhares controladores dos seus pais ou responsáveis, os jovens sempre encontravam um meio onde seus olhares se cruzavam, diante de toda uma vigilância, ocorreria uma fuga para os galanteios dos amantes. “Portanto as festas constituíam-se momentos de táticas e ressignificação”<sup>16</sup>

Assim, as festas eram locais de encontros, como também de animação e quebra de rotina na vida dos habitantes das cidades. Mas não só quem residia na zona urbana participava das festividades. Era comum ver pessoas da zona rural hospedando-se em casas de parentes. **E os jovens, longe do olhar acirrado dos protetores e em meio a multidão, encontravam momentos propícios para os cortejos e galanteios durante a festa.**<sup>17</sup>(Grifo meu).

O outro ponto encontrado pela jovem Lenir, é de se encontrar na fonte, local onde as mulheres lavavam as roupas. Enganar o pai era especialidade dessas mulheres.

Casei fugida, eu e Chico somos primos legítimo, não sei por que meu pai não queria, eu queria... **sai de casa dizendo que ia deixar uma roupa na moldista para fazer, de lá fugi de São Miguel para Castelo**<sup>18</sup> (Grifo meu).

<sup>15</sup> No trabalho de conclusão de curso abordo a rigidez dos pais em relação as filhas quando as mesmas iam a alguma festa, elas sempre iam acompanhadas pelo próprio pai/mãe ou alguém de confiança.

<sup>16</sup> SANTANA, Rosemere Olimpio. *Rapto Consentidos: Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)*. 2008. 145p. dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em História do centro de ciência humana, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2008.pag.29.

<sup>17</sup> SANTANA, Rosemere Olimpio. *Rapto Consentidos: Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)*. 2008. 145p. dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em História do centro de ciência humana, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2008. Pag. 26.

<sup>18</sup> Entrevista com Lenir Ribeiro em 21/08/2017.



João Francisco não pediu a mão de Lenir em casamento, pois sabia que o pai dela não aprovava o relacionamento entre os dois. “*Depois de algum tempo, parece que doeu na consciência, ele (pai) me mandou chamar de volta, e até hoje tô morando aqui.*”<sup>19</sup>. Depois de muito tempo, ela recebeu a benção tão esperado do seu pai.

Passou foi tempo, foi bem dois anos, intrigado comigo (risos), não ia lá de jeito nenhum. Ai quando passou uns tempo, parece que ele mudou aquela raiva, ai foi ele me mandou me chamar, ai eu fui. **Depois foi que ele me abençoo, mais o Chico, ele morreu intrigado com ele, nunca falo**<sup>20</sup> (Grifo meu).

Porém as mulheres que fugiam não estavam preocupadas com os discursos normatizadores imposto pela sociedade moralista. Fugia porque estava apaixonada pelo seu raptador, queria formar sua própria família ou simplesmente viver livre com um amor proibido, por isso as mulheres não tiveram “medo de se desterritorializar, de abandonar a sua casa e a sua família”<sup>21</sup>

As mulheres já não aparecem como vítima passiva, mas como alguém que cria suas próprias táticas. Desconsiderando qualquer ideia de sexo frágil, agora dona do seu corpo e de suas vontades.

No caso da Eudinéia Rodrigues Pereira e do Antônio de Sousa Rodrigues, casados fugidos. Ela organizou toda a fuga, estando em pleno festejo do padroeiro da cidade de São Miguel do Tapuí, no Piauí, a mesma relata que deixou as documentações preparada na Igreja, que iria se casar naquele dia, comunicou aos seus padrinhos e avisou ao padre do seu casamento. Saiu de casa à meia noite com seu amado para a cidade e lá casaram.

<sup>19</sup> Entrevista com Lenir Ribeiro em 21/08/2017.

<sup>20</sup> Entrevista com Lenir Ribeiro em 21/08/2017.

<sup>21</sup> SANTANA, Rosemere Olimpio. Rapto Consentidos: Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910). 2008. 145p. dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em História do centro de ciência humana, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2008



De acordo com o costume, era comum o homem pedir ao pai da moça a mesma em casamento, mas, para Eudinéia, tal costume não importava, queria casar, porém, só casaria se fosse roubada. Assim fala: *“porque a gente pedi é cachorro”*. No sentido de que ela não é uma coisa, uma propriedade, que alguém dar em troca de alguma outra coisa.

Observamos nessa mulher um empoderamento, (entendemos que essa é uma palavra nova, do nosso século, não quero causar um anacronismo em usar tal palavra, apesar dela contemplar esse caso) o significado de ter domínio sobre seu corpo pode ser empregado a ela. No momento que ela decide com quem casar, e que não deixaria seu namorando pedi ao pai dela em casamento, ela rompe com um costume natural daquele período. A jovem não conhecia o significado social e cultural do que estava fazendo, mas sabia que não uma propriedade ou objeto de troca.

Nota que D. Eudinéia é uma mulher forte, dona de suas escolhas, que não deixa ninguém tomar decisões por ela. A ser questionada porque fugiu para casar, a mesma responde: *“Eu disse que ninguém ia me pedir, só ia casar no dia que um homem me carregasse, por que a gente pedi é cachorro.”*

Mais um relato de fuga:

Quando, como é que é, quando foi mar o meno doze hora da noite (pausa) mar o meno eu deixei a janela só incostada (risos) Muié deixei a janela incostada ai os menino tão todos, menino tão pegando paca na beira do rio, esperando paca, era o Zé [...] não sei se João tava [...] É parece que era o Zé mais com o Chico, o Severino era pequeno, era o Zé mais o Chico, ai me deitei [...] foi de dez pra, foi de doze pra uma hora da madrugada batendo na janela, bateu na janela ainda tinha uma ruma de mi (milho) (risos) dento do quarto, dento do quarto tinha uma ruma de mi (milho), num sabe, tinha uma ruma de mi (milho), **ai quando bateu eu sabia que era, ai eu coisei, ai vai coisar, o menino não tinha nenhum porque se os menino tivesse aqui tinha dado notícia [...] quando**



**eu tivesse pisado no mi (milho) [...] eles tinha acordado [...] se eles tivesse dormindo, ai eles tinha me pegado (risos).**<sup>22</sup> (Grifo meu).

A citação acima é o relato da Sr<sup>a</sup> Valmira Ribeiro de Sousa, conhecida na região como Lili. Reside no Xique Xique, filha de agricultores. Como as demais mulheres, ela trabalhava também na roça e em casa. Fugiu aos 17 anos com o seu namorado, sendo ele mais novo do que ela, chamado Nestor Lima.

Na fala da dona Lili Ribeiro percebe-se a sua preocupação em ser descoberta pelos seus irmãos que estavam vindo da beira do rio. A maioria dos casos de fuga acontecia na madrugada, por ser o momento quando o pai e a mãe estão dormindo, estando tudo mais calma na redondeza.

A maioria dos casais ao fugirem, ficavam na casa de algum parente ou amigo e só saíam de lá casados, pois “a honra da moça e da família estariam prejudicadas, caso não fosse realizado o casamento”. (FALCI, 2011, p. 267). À ser perguntada o motivo da fuga, ela respondeu: *só pra casar, não tinha outro motivo*. Com apenas dois meses de namoro, planejou toda a fuga sozinha e não deixou o rapaz Nestor Lima pedi ao pai, a jovem em casamento.

Depois de casarem poucos dias depois, os dois voltaram para a casa do pai da Lili Ribeiro, o mesmo aceitou a filha e o marido em sua casa. O que levou o pai de D. Lili aceitar a jovem em casa, mesmo depois do desgosto causado por ela? Podemos acreditar que seu pai aceitou sua filha de volta, pois ela estava casada, não fugiu para ter uma vida leviana, mas sim, para casar, sendo que a honra da família não foi destruída. Percebemos toda construção social em cima do matrimônio.

No caso da D. Iraeth Rodrigues Pereira aos 43 anos e Antônio Francisco Sousa Silva 53 anos, vivem atualmente em Valença do Piauí, a cidade em que conheceu o seu esposo. Os dois namoraram menos de dois

---

<sup>22</sup> Entrevista com Valmira Ribeiro (Lili) em 21/08/2017.





meses e no dia 16 de fevereiro de 1992 casaram no município de São Miguel do Tapuio.

Ai eu vim aqui em Valença, conheci o Duda [...] vim com a Quiné pra ela se consultar [...] ai eu conheci o Duda, daí nós, foi no mês de quê? De Janeiro, de Fevereiro eu sai fugida (risos) sai fugida no dia 16 de Fevereiro [...] ai eu vim pra cá fugida, passei uma semana (pausa) ai assim que eu sai, no outro dia a mãe foi botar o nome pra nós pra casar em São Miguel do Tapuio. Ai nós casemo viemo aqui pra Valença [...] Ficamos na casa da mãe dele.<sup>23</sup>

Iraeth Rodrigues não era diferente das outras mulheres do sertão, trabalhava na roça, cuidava de casa, filha de trabalhador rural, ela é a mais nova das mulheres, são seis irmãos. Nessa prática da fuga sempre tem um cúmplice que ajuda no romance e na fuga. Neste caso o rapaz chamado Abimar contribuía para que o casal se encontrasse. *“Ai ele ia com o Abimar toda sexta, todo sábado ai era assim”*.<sup>24</sup>

Abimar tinham um carro onde levava o seu Antonio nos finais de semana para o interior, lá os dois amantes se encontravam. É possível que a distância tenha contribuído para o imaginário de uma possível fuga, e foi o que aconteceu. Duda, seu namorado pediu ao pai da moça, ela em casamento, o pai concordou com a união dos dois.

Ai quando ele chegou lá a noite, ai ele pedi pro papai pra casar e o papai aceitou. Ai eu não esperei vi logo embora [...] peguei minha roupinha aberei pra Valença. Depois minha fia é que nós fomo casar”.<sup>25</sup>

O que há de comum entre as mulheres que trabalho, é que todas ainda hoje estão casadas com o mesmo homem que fugiu há alguns

<sup>23</sup> Entrevista com Iraeth em 04 Jul 2016.

<sup>24</sup> Entrevista com Iraeth em 04 Jul 2016.

<sup>25</sup> Entrevista com Iraeth em 04 Jul 2016.



anos. Isso nos ajuda a compreender que as mulheres que fugiam pra casar, também estavam à procura de viver e construir sua própria história e de formar realmente uma família, sendo elas protagonistas da sua própria vida, mesmo que para isso fosse necessário largar sua família com a finalidade de estruturar seu próprio núcleo familiar.

Falar com e sobre essas mulheres é gratificante, pois elas têm muitas histórias para serem contadas que merecem ser escritas. Aqui está presente uma pequena parte da vida da Dona Lenir Ribeiro, Eudineia Rodrigues, Lili Ribeiro e Iraeth Rodrigues que abriram o baú das suas lembranças, me dando a oportunidade de conhecer um pouco da sua intimidade, mesmo que muitas vezes com um certo receio de contar para uma estranha a sua vida íntima, esta parte da sua história que deu o que falar, nas veredas do município São Nicolau.

O que podemos levar disso, é que essas mulheres citadas, ao serem questionadas elas eram bem objetivas nas suas respostas, talvez possa existir outras justificativas que essas mulheres em especial, não queriam mencionar. No entanto são histórias significativas, que nos ajudam a compreender um pouco a nossa cultura, pois não podemos esquecer que a prática da fuga ou rapto é cultural na nossa sociedade.

Ao ouvir suas risadas a cada ato de lembrar, ou o seu desconforto em contar alguma coisa, que talvez fosse inapropriado ou íntimo de mais para ser relato, foi enriquecedor para narrar essa parte da história de cada uma aqui nesse trabalho.

A narrativa de fuga/rapto de mulheres está memorizada na história e no imaginário da sociedade, presente na oralidade da sociedade, nas literaturas e tantas outras formas. Quem nunca ouviu ou tem alguém na família ou conhecido que já fugiu ou ouviu a história de fuga? Onde as moças e rapazes eram proibidos de viver o seu amor.

Por fim, são mulheres donas de sua história, escolheram o casamento como meio para serem felizes, viam no matrimônio a liberdade das amarras patriarcais.



## FONTE ORAIS

PEREIRA, Iraeth Rodrigues. Depoimento cedido à Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira. Valença do Piauí, 04 de jul de 2016.

PEREIRA, Eudinéia Rodrigues. Depoimento cedido à Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira. Pau Ferro. 04 de jul de 2016 e 18/02/2017.

SOUSA, Lenir Ribeiro. Depoimento cedido à Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira. Xique Xique. 04 de Jul de 2016 e 18/02/2017.

SOUSA, Valmira Ribeiro. Depoimento cedido à Antonia Lohayne Rodrigues Ferreira. Xique Xique. 04 de julho de 2016.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **Rapto de Mulheres: Estratégia na formação de núcleos familiares, capitania no Piauí século XVIII.** Clio – Revista de Pesquisa Histórica. n. 29.2, pag. 1-15, 2011.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960).** Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. 2010.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres o sertão nordestino. In: PRIORE, Mary del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** 10 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948),** tese (Doutorado) Universidade de Brasília. Brasília – DF. 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** PINSKY, Carla Bassanezi (org). – 2.ed, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

SANTANA, Rosemere Olimpio. **Rapto Consentidos: Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910).** 2008. 145p. dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em História do centro de ciência humana, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2008.



## VELHAS E NOVAS IMAGENS DO SEMIÁRIDO: HISTÓRIA, DISPUTAS E PERSPECTIVAS

 Franklin Rodrigo Rodrigues<sup>1</sup>

 Fábio José Cavalcanti de Queiroz<sup>2</sup>

Ao longo do século XX, uma imagem dos sertões se instaurou no discurso político, na ciência do Estado e nas obras de arte. O semiárido passou a ser apresentado unicamente como o lugar da seca, da fome, da pobreza e do abandono. A obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, publicada em 1902, apresentou uma representação unívoca da região: uma terra inóspita, bárbara e selvagem. Esse é um fenômeno que está muito próximo do século XX e das imagens que nele se criaram a respeito do semiárido.

Nessa perspectiva, a arte brasileira moderna tem como uma de suas vertentes a literatura regionalista que se volta para imagens de um espaço de seca (*O quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos) e de decadência (*A bagaceira*, de José Américo de Almeida). No campo da pintura, Cândido Portinari (1944) criou uma série intitulada *Os retirantes* e nela o quadro *Criança morta*, que ajuda a perenizar

---

<sup>1</sup> Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), desenvolveu, na função de bolsista, o projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “Velhas e novas imagens do Semiárido: História, Disputas e Perspectivas”. E-mail: franklinrodrigo8@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História na Universidade Regional do Cariri (URCA), Graduado em História (URCA), Mestre e Doutor em Sociologia (UFC), com pós-doutoramento em Educação (UFC). E-mail: fabioqueirozurca@gmail.com



a ideia de secura, de pauperismo e de morte relacionada ao Nordeste e, mais particularmente, à região do chamado Polígono das Secas. Essa imagem contempla em si uma ideia poderosa que consolida uma visão em construção, de certo modo, desde o final do Segundo Reinado, quando a seca de 1877-1879 inseriu o tema da estiagem para o centro da vida política brasileira.

Por que essa seca se revelou diferente relativamente às de 1808-1809, de 1824-1825, de 1835-1837 e de 1844-1845, só para citarmos as secas cíclicas do século XIX? De modo distinto de outros eventos de escassez de chuva, os grandes proprietários não conseguem reproduzir táticas paternalistas de velhos tempos, e, assim, os camponeses pobres, ou os sem-terra, traduzem a sua insatisfação em uma dimensão subversiva, manifesta, antes de tudo, nos saques que se multiplicam. Os motins e os saques criam problemas para os grandes proprietários e para a ordem pública. No campo e na cidade, a agitação social se instaura.

Nesse quadro, Neves (2004) assinala que a seca deixa de ser simplesmente “[...] uma questão climática para se tornar uma questão social [...]” (NEVES, 2004, p. 80). Segundo o mesmo autor, “De fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão-de-obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques...” (NEVES, 2004, p. 80).

O que tinha pouco interesse para os historiadores ganha importância na virada para o século XXI, fazendo com que, felizmente, encarassem o semiárido com uma atitude e uma prática mais sensíveis.

Diante disso, neste trabalho, de abordagem comparativa, analisamos as representações em torno do espaço do semiárido, tomando como referência o século XX e as primeiras décadas do século XXI. Nesse período de aproximadamente um século de marco temporal selecionado para esta investigação, o imaginário social e cultural, as políticas públicas e a ação dos povos locais ganham o estatuto de elementos fundamentais de concreção do nosso objeto. Assim, esta pesquisa parte de um interesse social da parte do pesquisador, não sendo uma investiga-



ção desinteressada. A intenção é buscar na Ciência Histórica, isto é, no campo da cientificidade, os materiais necessários que se coadunam ao interesse do pesquisador e ao rigor da pesquisa.

Desejosos de ir ao fundo das coisas, faz parte do caminho metodológico apoiar-se em novas investigações no campo das Ciências Sociais que tenham como temática os sertões, sua semiaridez, sua gente e as políticas públicas implantadas pelo Estado, tomando-os, necessariamente, como pontos norteadores para as reflexões deste estudo.

É preciso acrescentar que a sociedade do semiárido foi analisada à luz de fontes secundárias e primárias. Livros, revistas, jornais e outros documentos impressos compuseram o arsenal de materiais utilizados nesta pesquisa. Confrontamos as informações e as análises extraídas desses trabalhos com o exame das paisagens sertanejas, os discursos, as práticas de camponeses(as), de negros(as), de indígenas e as representações populares (sindicatos, associações, federações etc.).

Considerando todos esses elementos, este estudo pretende contribuir no sentido de analisar os contrastes das velhas e das novas imagens criadas sobre o sertão, entendendo, junto a isso, a sua historicidade, os seus alicerces e como se construiu um conjunto de símbolos tão pertinaz da região semiárida, com vistas a reconstituir o imaginário de sequidão e de sofrimento em torno da região do semiárido, que, pelas mãos da arte, se consolidou ao longo do século XX, dando-se ênfase aos sertões do Ceará.

## A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO SEMIÁRIDO NO SÉCULO XX

A imagem da seca se torna, paulatinamente, a imagem do semiárido, que passa a ser simplesmente como um espaço de estio, de pobreza secular e de indignância; em síntese, um lugar de desvalidos, de escassez e de desconsolo. Se o discurso político e a ciência do Estado roubam essa imagem e a reconfiguram, cristalizando-a como argumento para certas políticas públicas, cabe ao campo artístico um papel proeminente na constituição de uma metáfora dos sertões como paragem em que



a insuficiência e a penúria se afiguram como representações inquestionáveis. Esse retrato em branco e preto acompanha todo século XX e está na base das políticas de “combate à seca” que caracterizam a ação de um aparelho estatal, em geral, preso a essa representação monótona e escassa do semiárido.

O semiárido, desse modo, aparece como lugar enfadonho e de privação. A tela de Portinari já é antevista na obra *O quinze*, de Rachel de Queiroz:

Lá tinha ficado Josias, na cova à beira da estrada, com uma cruz de dois paus amarrados, feita pelo pai [...] Ficou em paz, Não tinha mais que chorar de fome, estrada afora. Não tinha mais alguns anos de miséria à frente da vida, para cair depois no mesmo buraco, à sombra da mesma cruz [...] Cordulina, no entanto, queria-o vivo. Embora sofrendo, mas em pé, andando junto dela, chorando de fome, brigando com os outros. (QUEIROZ, 2004, p. 67).

No espólio do século XX, essa é a representação que praticamente se cristaliza. A terra da caatinga é também o território da fome, do penar e da desolação. Conforme algumas evidências confirmam, “[...] avançou-se muito no conhecimento físico do Nordeste, de suas potencialidades e limites do solo, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies.” (OLIVEIRA, 1993, p. 51). Acontece que, como confirma Oliveira, “Não se avançou nada, porém, em termos de entendimento e desvendamento de sua estrutura socioeconômica.” (OLIVEIRA, 1993, p. 51).

A criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que depois se tornou o DNOCS, não se faz separadamente da ideia de uma intervenção do Estado no combate às secas. Ainda que não se pudesse falar de um planejamento estatal efetivo, o aparelho de Estado começa a ser posto na perspectiva de trabalhar o que se apresenta como o maior flagelo regional: o fenômeno das estiagens cíclicas nos sertões. Embora os estudos indicassem o rio de possibilidades de aproveitamento econômico do



semiárido e, por conseguinte, de convivência com as condições ambientais próprias ao mundo da caatinga, o discurso assentado em uma linguagem ou metáfora militar se impõe: trata-se de um combate às secas.

Nesse ponto, afirma-se a estratégia dominante que marca a intervenção do Estado no Nordeste e, mais especificamente, nos sertões, caracterizando-se por essa ideia de contenda. O ambiente se torna o inimigo, até porque, como já ressaltado, não se avançou nada no entendimento e no desvendamento de sua estrutura socioeconômica, como observou Oliveira (1993).

No começo do século XX, as políticas públicas foram se desenhando furtivamente. Ainda não havia uma orientação nítida, mas um esboço de orientação, que, ao longo do século XX, se consolidou e se cristalizou. A politização da miséria social foi que transformou o esboço em um modelo de planejamento, e, por esse prisma, coroou-se com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

Os motins da seca de 1877-1879, de certo modo, ao se adentrar ao século XX, se convertem em movimentos ainda mais organizados que impõem ao Estado uma linha de intervenção traduzida não apenas em políticas públicas ordenadas com impacto sobre a realidade, mas também no imaginário em que essas políticas se alicerçam. Tempos depois, a formação das Ligas Camponesas, já na década de 1950, reforçou o movimento de politização das demandas sociais do campo e evidenciou a relação mútua entre as lutas populares e a articulação de políticas públicas, quando não da repressão incontinenti.

Uma tradição inventada adquire corporeidade: no século XX, não assistiu somente à intervenção do Estado, mas à adoção de políticas que parecem corresponder, em geral, a uma luta contra um espaço inóspito, no qual a população, dadas as condições de vida miseráveis próprias ao meio, se revela despossuída e praticamente indigente, a depender da ação estatal, irreversivelmente.

A convivência com esse ambiente, tido como áspero e rude, se mostra impensável. Nessa época, a retórica da guerra enriquece a sua





linguagem. Todavia, nas entrelinhas dessa discussão, novas convergências linguísticas vão sendo criadas, da ainda precária ideia da indústria da seca até a ascensão do conceito de convívio com o semiárido, sugerindo caminhos que, paulatinamente, contradizem a regra.

À primeira vista, na dobra do século passado, um pouco antes, possivelmente, os ventos começaram a devastar as velhas imagens, embora os novos olhares incorporassem parte delas, concedendo uma nova visão da área da qual o clima tropical semiárido é parte inseparável.

O historiador, nesse caso, deve reconhecer algumas perguntas-chave: Os sertões poderiam trilhar outro rumo que superasse a linguagem de confronto com o meio? Que caminho seria esse? Poderia ele promover uma imagem mais afetuosa da região, não presa à certa fatalidade geográfica, e, desse modo, não impulsionaria projetos econômicos que considerassem a oportunidade de convívio com as condições próprias ao semiárido? Essas são questões que tentamos desenvolver a seguir.

## **MUDANÇAS DE OLHAR: UM NOVO ENFOQUE NA IMAGEM DO SEMIÁRIDO NO SÉCULO XXI**

Durante cerca de 100 anos, o Estado adotou uma estratégia de guerra com relação ao semiárido. Tudo girava em torno da tese do combate às secas. Estaria implícita nessa política a ideia da impossibilidade de convivência da massa camponesa e o seu meio. Somente nas últimas décadas, a linguagem da guerra começou a ser substituída pela da coabitação, do convívio e da camaradagem entre humanos e natureza, até porque essa relação é real, histórica e decorre de uma familiaridade, muitas vezes, ignorada. Marx e Engels (2007) alertaram que a história da natureza e a história humana se condicionam mutuamente, mas, se isso acontece, por que a linguagem de guerra? Por que não pensar a relação das comunidades e o semiárido em uma perspectiva de convivência?

Assim, os lençóis limpos cobrem o novo leito da história em que mais do que uma posição de lamento, não raro, se sobressai uma postu-



ra de apreender o que se apresenta como possibilidade de convivência com o semiárido. Nessa nova visão, juntam-se e se entendem imagens de mulheres parteiras e curandeiras como sujeit(a)s da história, de negros-negras, demarcadores de territórios e criadores de experiências duradouras de quilombos, ainda antes do fim da escravidão, além da percepção de que, ao longo do tempo, as guerras camponesas, em sua expressão mais concentrada, têm rosto indígena. Por outro lado, as festas, os bailes e as relações de sociabilidade são ressaltados.

As velhas avaliações negativas perdem muito de sua força anterior e a capacidade do sertanejo de interagir com a natureza é reforçada. Do mesmo modo, adiciona-se à antiga economia moral um novo corpo de probabilidades, que, em última análise, tem o sentido de coexistir e não de amaldiçoar, no que concerne aos territórios nos quais a caatinga é proeminente.

O semiárido deixa de ser inferido unicamente como o alicerce de uma certa “civilização do couro”, à moda de Abreu (2006). Ao lado dessa imagem, outras figuras e ilustrações se afirmam e a invenção de novas tradições contribui para o processo de constituição de representações menos homogêneas, e menos dolorosas, das regiões sertanejas, que ganham em amplitude, diversidade e distinção.

Essa mudança de olhar não significa negar as dificuldades dos domínios sertanejos, muito menos do quadro desolador de um sistema de propriedade, em geral, substancialmente injusto, nem mesmo das desigualdades regionais que permeiam à organização do espaço brasileiro. Muito pelo contrário. As novas gravuras que se anunciam, em larga medida, revelam contradições historicamente camufladas, inclusive porque as adversidades dos povos do semiárido se reproduzem “para além” do período de estio. Aliás, em *Vidas secas*, Graciliano Ramos já havia sugerido que a seca apenas reforça um quadro de iniquidade social, que é recorrente.

A reabilitação da história dos sertões encontrou na literatura um amparo. Em *Grande Sertão: Veredas*, embora Guimarães Rosa tenha



como ponto de partida o sertão mineiro, ele admite que o sertão está em toda parte, e o que é interessante, nesse raciocínio, é que o sertão não tem “paragens demarcadas”: “O sertão é sem lugar, o sertão é do tamanho do mundo, o sertão está em toda parte, o sertão é dentro da gente.” (ROSA, 1982, p. 43).

Trata-se de uma leitura em que o universo sertanejo é reconstituído com extrema sensibilidade: “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.” (ROSA, 1982, p. 218). Esse olhar poético projeta outra imagem dos sertões, que não é simplesmente o lugar do inóspito. Há uma poesia no mundo sertanejo que pode ser revelada. Essa autoestima indica uma direção, até então, inobservada. Os sertões podem ser reparados de uma maneira menos penosa.

A crítica às antigas concepções que tratavam a região do semiárido e o aparecimento de um novo ponto de vista explica o fato de que nas últimas décadas se dilatou o conflito de duas ideologias: a primeira delas se manifesta no princípio do combate às secas periódicas que infestam o semiárido; a segunda ideologia se concretiza em uma concepção que confere prioridade à convivência ativa com as condições inerentes à semiaridez que caracteriza o espaço sertanejo.

Essas ideias estão espalhadas em diversos estudos, notadamente as primeiras, uma vez que, com muito afinco, já se desenvolvem ao longo de mais de um século. No caso da ideologia de convivência com o semiárido, embora não tão nova, é datada mais recentemente e ganha maior espaço a cada dia, inclusive nos estudos acadêmicos, conforme se despreendem de monografias, dissertações e teses a esse respeito.<sup>31</sup>

O Ceará chegou a ser símbolo das velhas políticas de “combate à seca”. O imperador Pedro II afirmou que venderia a última joia da co-

<sup>31</sup> As características da ideologia de convivência com o semiárido, enumeradas no corpo deste texto, em larga medida, se inspiram no trabalho de doutoramento de Silva (2006).



roa, mas nenhum cearense morreria mais de fome. Veio a República e, pouco a pouco, se estabeleceram políticas públicas fundadas na linguagem de guerra que marcou as relações do Estado brasileiro, sobremaneira no século passado, com o semiárido.

Como argumenta Starling (2019), nessa perspectiva, o “[...] sertão é uma imagem do deserto [...]”, mas não só isso, “[...] o sertão é apreendido como solidão, isolamento e perda, a força primitiva de uma região ainda em trânsito entre natureza e cultura, dominada pela resistência ao moderno e imersa na tradição” (STARLING, 2019, p. 4).

A dicotomia entre a modernidade e o atraso fundamentou as políticas públicas na qual se vislumbrou o Ceará, em especial, como “uma imagem do deserto”, espaço inóspito e carente de assistência. Não por acaso, referindo-se aos sertões, Euclides da Cunha afirma que a história não iria até ali (*apud* STARLING, 2019, p. 4).

Os cearenses e os povos do semiárido, de modo geral, são descritos como incapazes de produzir história. São a contraface do progresso ou a manifestação tardia da barbárie. Terras de “índios”, de “pardos” e de “perdas”. São paradoxos em meio à civilização em curso: “o território do vazio”.

Somente nas últimas décadas, essa retórica dualista, em que o atraso aparece como a antítese do progresso, começa a ter o seu espaço disputado por outro discurso, que não é só outro discurso, mas uma nova estratégia que, em sua dimensão mais representativa, se exprime na ideia de que é possível a convivência com o semiárido e que, no caso do Ceará, não se está diante de “uma imagem do deserto”.

O semiárido, no qual se insere a maior parte do território cearense, é o que Starling define como “[...] o espaço em que a imaginação cultural brasileira se encontrou com um de seus campos simbólicos mais ricos.” (STARLING, 2019, p. 4). Nesse horizonte de peleja e de imaginação, em que não só a autoestima dos povos locais se ergueu contra um passado histórico que o desqualificava, mas também ensejou novas propostas nos campos da economia e da organização social, sedimentou-se uma



renovação de caminhos, à primeira vista, imutáveis. As políticas públicas às avessas, que até então prevaleciam, teriam que responder a esses novos modos de entender as relações entre sociedade e meio ambiente, nos quais o diálogo entre os sujeitos e as condições nas quais eles estão imersos, e não o combate dos primeiros contra os segundos, de fato, constituem a marca d'água dos novos tempos.

Por que falar de políticas públicas às avessas? Simplesmente porque elas se apresentavam não em sintonia com as condições e disponibilidades do meio ambiente dos sertões, mas em contraposição aos arranjos locais que os anunciavam na sua mais cristalina especificidade.

Agora, trata-se de se considerar essas condições e disponibilidades, propondo-se a preservar a mata ciliar, a considerar os aspectos particulares das bacias hidrográficas cearenses, a cuidar para que a água chegue a toda população e não somente a uma parte dela, a produzir agricolamente nos limites de uma tecnologia socialmente adaptada, sem se deixar dominar pelo fascínio dos agrotóxicos etc. Esses são aspectos que apontam para uma economia ecologicamente salubre e aprazível, mas também indicam a probabilidade objetiva da congruência das populações do semiárido e a sua natureza.

É uma proposta alternativa que já tem uma história, embora o seu som não tenha sido devidamente escutado; inversamente, viu-se abafado. Em outros termos, ignorou-se o que deveria se ouvir. Vencida essa etapa, chegou o momento de se aplicar essa orientação o mais amplamente possível. Em algumas partes do Ceará, essa proposta ainda é um conceito em busca de sujeitos que a abracem. Independentemente desse limite, a lógica da fuga da terra-vilã começa a ser substituída por uma lógica de que é possível a convivência salutar entre as comunidades e o seu entorno físico.

A questão-chave é: Ou as políticas públicas devem agora se voltar para assegurar a permanência de mulheres e homens em seus lugares, ou a sociedade há de aceitar a continuidade das velhas políticas? Além disso, há de se indagar: Que medidas devem ser adotadas para se avançar em



torno de estratégias que possibilitem adaptações no tocante ao convívio com as condições do semiárido? Como uma nova imagem do semiárido pode ser útil para que a região se reorganize social e economicamente?

O filme Bacurau (2019) trouxe o semiárido para a telona do cinema, não só do Brasil, mas ultrapassou as fronteiras nacionais, alcançando outros países. Do ponto de vista socioeconômico, a película mostra que o problema da água não é propriamente da sua inexistência, ou até mesmo de sua escassez, mas dela ser disputada e, muitas vezes, apropriada por grupos poderosos, principalmente estrangeiros, o que exige uma luta coletiva permanente, e até violenta.

Na criação cinematográfica de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, o sertão coitadinho e sofrido é deslocado e cede o seu posto a um sertão que se organiza e atua mediante a ação da comunidade. Em lugar do semiárido impróspero e infortunado, inversamente, emerge um sertão que é de conflito, tem tarefa por realizar e sabe que precisa demarcar o seu espaço e torná-lo digno de sua gente, que deixa de ser figurante e se transforma sujeito de seu destino. Em Bacurau, uma nova imagem do semiárido empurra a porta e pede passagem.

## NOTAS CONCLUSIVAS

O estudo do semiárido, compreendendo um balanço de imagens e políticas públicas associados à região, bem como a indicação de perspectivas para os seus territórios e a sua gente, certamente, tem em si uma importância específica. A partir disso, conhecer o estado atual desse debate é algo suficientemente relevante para o conhecimento sobre nós mesmos, sobre o que fazemos e o que pode vir a ser feito.

De forma balanceada, ao adotarmos uma visão não negativa e não entristecida dos Sertões, não omitimos as contradições fundamentais da formação social sertaneja, mas recuperamos a luta popular como um fio de esperança com vistas a tratar as questões sociais como passíveis, não só de mitigação, mas de mudanças.



Desse ponto de vista, as lutas de resistência dos povos originários e da massa camponesa e os conflitos em torno da terra e da água ocupam lugares de protagonismo no trabalho de reconstituição histórica. Hoje, por meio desse novo olhar, podemos demonstrar que o sertão, mais do que uma invenção da natureza, é criação histórica.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, 2006.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles; Produção: Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd e Michel Merkt. [S.L.]: SBS Productions/CinemaScópio/Globo Filmes, 2019. (132 min.).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 76-102.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

QUEIROZ, Rachel. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1998.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

STARLING, Heloisa Murgel. Visões dos desterrados da terra. Suplemento Pernambuco, Recife, n. 157, p. 4-5, mar. 2019. Disponível em: [https://issuu.com/suplementopernambuco/docs/pe\\_157\\_web](https://issuu.com/suplementopernambuco/docs/pe_157_web). Acesso em: 15 dez. 2022.



# ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A FORMAÇÃO DO SER HOMEM EM SÃO LUÍS A PARTIR DOS JORNAIS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

 João Vitor Ramos da Silva<sup>1</sup>

 Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

O estabelecimento das relações sociais está em constante relação de conflito entre seus atores. Portanto, nos debruçaremos nos conflitos estabelecidos no que é tido como construção da figura masculina, a masculinidade em si, honra (aqui entendida como uma ramificação da masculinidade), no contexto da primeira república, na capital maranhense e Caxias (princesa do sertão). Para identificarmos nossos objetos, utilizamos os jornais que circularam no período, pois, tinham grande circulação, formavam opinião, idealizavam as figuras masculinas dado o fato de que eram escritos feitos por homens para homens.

Nesse sentido, é evidente que o estabelecimento da masculinidade está centrado no conflito entre o masculino, e na dominação contra o feminino. Toda via, as relações de poder são um fator determinante para o reconhecimento e conflito entre as masculinidades. Por conseguinte, consideremos questionar as seguintes questões: como formalizar tal as-

---

<sup>1</sup> João Vitor Ramos da Silva. Graduando-UEMA, Bolsista UEMA. E-mail: victormoitodoido@gmail.com.

<sup>2</sup> Jakson dos Santos Ribeiro. Professor. Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Caxias. Doutor em História Social da Amazônia – UFPA. E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com.





pecto, as condições de ser homem, as habilidades e posturas necessárias para formar a imagem de um homem, e como este homem não só tem poder, mas também uma relação com as mulheres e outros homens, como a sociedade formaliza o conceito de imagem masculina ao influenciar na construção da identidade do homem e da mulher, regra que todos devem seguir para que todos possam aceitá-la. Assim, Machado (2007, p. 290), “portanto, tão importante quanto demonstrar que a masculinidade é uma construção cultural é conhecer e denunciar as estratégias, conscientes ou inconscientes, de imposição das desigualdades de gênero, sempre levam em conta a idade, a cor, e a classe social [...]”.

Assim, “Merecer” ser reconhecido como “homem” é muito mais que apenas pertencer ao sexo biológico, o resultado deste processo para alcançar o *status* de “homem” é resultado da noção de “papéis” assumido pelo indivíduo. Por se tratar da instituição mais antiga e influente da formação do indivíduo com um todo, a família faz com que a criança interiorize o que cabe a cada um fazer e ser, por exemplo, às meninas cabe os conhecimentos domésticos, aos meninos cabe o exercício do trabalho externo. “a masculinidade está intrinsecamente arrolada aos saberes e práticas que esses sujeitos precisam ter para acessar a qualidade de homem na sociedade” (CEZARINHO; SOCHODOLAK, 2018, p. 284). Desde o nascimento, tanto o homem quanto a mulher, são condicionados a assumirem características, gostos e comportamentos em de acordo com o sexo biológico.

após o nascimento, o ambiente familiar, primeiro grupo social do indivíduo, irá reproduzir na criança os interesses culturais do meio onde habita e reforçar as diferenças biológicas, transformando-as em características psicológicas que vão influenciar o indivíduo por toda a vida. (NADER, 2002, p. 465).

Nesse sentido, a construção do indivíduo masculino, da infância a vida adulta, caracteriza-se como um processo longo e trabalhoso ao qual não só o ambiente familiar molda, mas também a convivência nos



demais espaços de socialização como escola, trabalho, cada um desses espaços possui seu próprio “regimento interno” no que diz respeito à masculinidade. Portanto, como poderíamos definir o que é masculinidade?

[...] a virilidade é antes de tudo um atributo do homem maduro, esposo, pai e chefe de família. Tal afirmação é quase uma obviedade se nos atemos ao sentido etimológico da palavra. No entanto, ela nos recorda proveitosamente que o jovem macho só é considerado viril quando sua entrada na comunidade dos homens adultos tiver sido preparada por diversas etapas e validada por diferentes ritos. Definitivamente, se o menino se torna homem, é porque, à medida que se realiza o lento trabalho de maturação biológica, as instituições que participam de sua socialização encarregam-se de transmitir-lhe o hábito viril, isto é, o conjunto de disposições físicas e psíquicas que lhe permitirão desempenhar seu papel de homem uma vez chegada a maturidade. (BAUBÉROT, 2013, p. 191).

Assim, cabe ao homem que cumpra com seu papel social imposto pelas mais variadas instituições sociais as quais está sob o crivo constante. “falar de posição dos homens significa enfatizar que a masculinidade tem a ver com relações sociais e também se refere a corpos – uma vez que “homens” significa pessoas adultas com corpos masculinos” (CONNELL, 1995, p. 188). Toda via, ainda recorro a outro autor para conceituação da masculinidade e suas problemáticas.

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades”. Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre



lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas. (CONNELL, 1995, p. 188).

Com isso, faz-se necessário que exemplifiquemos o que vem a ser “papel social”, para isso utilizaremos os escritos da historiadora Maria Beatriz Nader.

[...], o conceito, de modo geral, assinala comportamentos contínuos de indivíduos que ocupam, ou procuram ocupar determinada posição social. É como se fosse uma peça teatral na qual os indivíduos são vistos como interpretes que harmonizam seus gestos de acordo com um roteiro, para um público formado por outros indivíduos que julgam e avaliam seu desempenho. (NADER, 2002, p. 463).

Com isso, poderíamos destacar exemplos da atuação familiar na formação do indivíduo em de acordo com o sexo biológico, por exemplo, as roupas. “o *short*, usado nas cidades, marca a masculinidade da criança de forma mais precoce, mas ele o mantém também nas fronteiras de sua puberdade” (BAUBÉROT, 2013, p. 193). Desse modo, os brinquedos também são diferenciados de acordo com o sexo.

Às meninas são destinadas bonecas, enxovais e casas em miniatura que apresentam os atributos da feminilidade: maternidade e cuidado com o lar. Aos meninos são direcionados objetos ou atividades considerados especificamente masculinos: trens, automóveis e aviões, jogos de bricolagem ou de construção e, obviamente, os brinquedos de guerra. (BAUBÉROT, 2013, p. 193-194).

Passada a fase infantil do indivíduo, ele passa a frequentar e relacionar-se com novos grupos como outros jovens e o ambiente escolar, devem formar grupos com outros rapazes como aponta, Baubérot (2013, p. 197), “[..], os jovens vão ao bar, etapa decisiva para o percurso da iniciação viril”.



Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidas como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia e, finalmente, dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, freqüentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres. (CONNELL, 1995, p. 190).

Atingida a vida adulta a masculinidade do indivíduo estará em conformidade com as experiências adquiridas com os grupos aos quais o formaram com um todo desde criança até a chegada ao trabalho adulto e liderança familiar (destaco esses dois pontos pois praticamente são necessários em quase todas as sociedades). Além disso, não é possível uma catalogação de todas as masculinidades ou classificação, pois a formação desta perpassa do indivíduo à sociedade e tempo histórico ao qual está inserido.

[...], diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. (CONNELL, 1995, p. 189).

Isso não quer dizer que o modelo hegemônico possa ser alcançado por algum indivíduo, pelo contrário, a masculinidade hegemônica possui pressuposto inalcançáveis. “A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível — na prática e de forma consistente e inalterada — por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador” (ALMEIDA, 1996, p. 163). Vale destacar alguns pressupostos para afirmação da masculinidade do indivíduo.



O dever do homem era cuidar da casa e dos que ali residiam. Dever moral e honroso. Portanto, há uma precisa divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres naquele momento. Se às mulheres são designadas as casas como seus espaços de atuação efetiva, aos homens a rua é o lugar da liberdade. (CEZARINHO; SOCHODOLAK, 2018, p. 296).

Obviamente que muitos desses valores e preceitos sofrem alterações de acordo com as camadas sociais e as sociedades, porém, os aspectos destacados por Cezarinho e Sochodolak podem ser tomados como regra absoluta, pois na sociedade fazem com que a manifestação da honra e masculinidade tenham suas próprias características e reconhecimento dentro do grupo e fora dele. Nesse sentido, todos os comportamentos e significados de honra e masculinidade tem significância para todos os ambientes e indivíduos com ressalvas para variações pontuais que estão relacionadas ao contexto, sociedade e grupo estudado.

A formação masculina na referida cidade é um modo substancial para compreender a realidade das masculinidades existentes na atualidade e as transformações que ocorrem com elas no meio social. Para Dória (1994, p. 58), “genericamente, a honra é o valor de uma pessoa inerente à maneira de avaliar sua inserção social, o que depende do amplo reconhecimento deste valor ou do direito ao seu reconhecimento”.

Buscar corresponder a esse modelo além de trazer vantagens econômicas, através do acesso a empregos e cargos públicos, traria também vantagens sociais, na medida em que a identificação com o modelo hegemônico permitiria ao homem, entre outras coisas, ser reconhecido como um cidadão honesto e cumpridor de suas obrigações, além de outras vantagens. (MACHADO, 2007, p. 20).

Os homens pertencentes alta camada social, os ditos homens notáveis que, geralmente, eram possuidores de significativo poder aquisitivo e aspirantes ou possuidores de cargos públicos, visto que suas origens lhes proporcionavam certo grau de instrução e sempre estavam



presentes nas colunas sociais ou em matérias dedicadas a si próprios fomentando, assim, suas imagens de homens honrados, merecedores de prestígio, homens exemplares, um modelo a ser seguido eram projetados para a sociedade por meio das publicações nos jornais.

Observa-se que o fator econômico proporcionava significava distinção, poder, prestígio. É a capacidade desse homem diante dos demais se tornar um diferencial proporcionando a estima social, tal distinção promovida pela capacidade aquisitiva produz a base para promoção social e, conseqüentemente, configura *status*, honra. Ora, a ascensão social dependia de alguns fatores a priori para se concretizar, por exemplo, o já mencionado poder aquisitivo, relações de interesses e linhagem familiar. Nesse sentido, Dória (1994, p. 49), “o forte mecanismo de controle social que se erige a partir dessa noção imbricando os papéis masculinos [...] na sociedade, evidencia a pertinência da abordagem a partir da consideração da família e sua inserção social”.

Nesse sentido, todos os aspectos relacionados aos conflitos políticos também têm desencadeado debates sobre honra e masculinidade, pois muitos conflitos usam os jornais como palco, pois cada grupo político tem seu próprio jornal como “arma” política ou fazer parte de um grupo que possuísse seu próprio jornal.

Num momento em que os jornais estampavam “clichês” dos homens que se destacavam no cenário político e econômico da cidade, em que se verificava o aparecimento das colunas sociais anunciando noivado e casamentos, as datas natalícias, as parti-das para receber o título de “dr” [...]. (MACHADO, 2007, p. 173).

Nessa via, Pessoa (2007, p. 32), “como membro partícipe da elite letrada caxiense, o lugar de sujeito [...] dá-nos uma dimensão da relação entre o seu discurso e as representações que o delineiam”. Eles têm os meios para reter os chamados valores tradicionais (devido aos valores, ideias, ideais e premissas que são consistentes com o patriotismo e o desenvolvimento econômico durante este período e pesquisas mais aprofundadas) a fim de



estabelecer sua própria posição no seio familiar e na sociedade. Fale uma ordem cujos princípios religiosos e legais sejam ideais para todos.

O papel do jornal mostra como os discursos daqueles que controlam, distribuem, regulam e fazem dos conceitos e comportamentos os meios ideais de realização, prática e comunicação em todos os espaços da sociedade se refletem fortemente em sua imaginação e comportamento. Pessoas que conferem prestígio e honra a eles.

Paralelamente, há que se considerar a representatividade que a imprensa passou a ter no imaginário popular. Expressar conceitos e opiniões era, de fato, possuir poder. Através do que imprimia – transformando em verdade inquestionável – seria, sobretudo, propagadora de ideias e formadora de consenso em torno dessas mesmas ideias. (BARBOSA, 1997, p. 90).

Barbosa (1997, p. 92), “ao difundir pelo mercado de bens simbólicos a língua válida, entronizavam um poder quase único no que se refere a sociedade civil”. Ainda sob o olhar o olhar da autora, esses intelectuais (prefeito, juiz e advogados, alguns desses como, Joaquim Teixeira, Octavio Teixeira, João Guilherme de Abreu, entre outros), produziam uma mensagem visando a criação de um consenso, cujo fim último era perpetuar a dominação. Machado (1999, p. 33), “a imprensa colaborou para a divulgação e construção desse modelo de masculinidade pretensamente hegemônico, o qual pautava-se num ideal de civilidade que a elite urbana procurou instaurar”. Machado (1999, p. 34), nesse sentido, “a imprensa funcionou como um instrumento de vigilância. Buscou-se, através da divulgação, coibir comportamentos e condutas que atentavam contra o modelo divulgado pela elite”.

É importante frisar que os jornais davam as notícias de cunho policial um certo destaque como mostra Barbosa (1997, p. 90), “para conquistar maior número de leitores, dedicam maior espaço a um tipo de notícia que, até então, estivera relegada a segundo plano: a de natureza policial”.



Sendo assim, os crimes cometidos por cidadãos das classes menos abastardas eram divulgados como desordeiros, é a partir das leituras dos jornais que fica nítido como aquele que possui o poder do veículo de informação é capaz de manipular as representações dos sujeitos. Essas notícias também serviam como “lição”, pois elas revelavam como eram as punções para os crimes caracterizados a manchar a honra ou crimes com o intuito de “limpar” a honra eram punidos para servirem de exemplo. Dividindo assim a organização social a partir dos crimes.

Os jornais utilizam da seleção de informações sobre as notícias a serem publicadas moldando de acordo com seus interesses as notícias, fazendo com que as informações contenham apenas os conteúdos que lhes interessam para serem publicados. Barbosa (1997, p. 92-93), “junto à sociedade política, participavam dos jogos de favores, clientelismo e favorecimento. Assim, a linguagem é elemento primordial para realização das mensagens implícitas como o uso de determinados termos para identificar os sujeitos”.

O fato de ser dono do jornal faz com que o discurso presente nas matérias relativas às ações do prefeito possua um teor tendencioso a “exaltar” as atitudes tomadas pelo mesmo. Assim, o papel assumido pelo jornal era o de formar uma imagem de um “verdadeiro homem”.

A imprensa representou ainda um espaço privilegiado de debate entre os grupos políticos, muitas vezes com trocas de acusações, porém procurou demonstrar os limites a que deviam se ater os confrontos. Num momento em que os grupos buscavam firmar-se no cenário político local e da província, que poderia reverter-se numa projeção política na corte, algumas lideranças buscavam ascender construindo um nome reconhecido como honrado e honesto. (MACHADO, 1999, p. 36-37).

Com isso, o papel do jornal passou a ser também o de “difundir” os pares. Portanto, além de difundir a imagem do dono, o jornal também serve como instrumento de formação de alianças entre diferentes gru-





pos, seja por meio da política ou preconceito familiar. Seu patriotismo, conservadorismo e modelo de família patriarcal. Machado (1999, p. 38), “construir um nome que fosse publicamente reconhecido como honrado era fundamental”. O importante era manter isso restrito ao seu grupo, pois a emancipação de novos membros nas camadas privilegiadas denotaria uma disputa pelos cargos que possuíam e proporcionavam prestígio e diferenciação social. Machado (1999, p. 42), além disso, “para ser aceito como um “igual”, capaz de participar da rede de relações masculina, que envolvia transações sociais e econômicas, era preciso ser reconhecido como um homem honrado e cumpridor de suas obrigações”.

O jornal “O Piaga” circulou na cidade de São Luís de 1898 a 1899, com um total de dez edições, era publicado quinzenalmente, intitulava-se como um órgão literário, comercial e noticioso. Possuía diversos redatores e seu gerente era Augusto O. de Moraes Guimaraes. Na capa de sua primeira edição traz a imagem do grande poeta, advogado e teatrólogo caxiense, Gonçalves Dias.

Figura 1 – Jornal “O Piaga”



Fonte: Jornal “O Piaga”, 3 de novembro de 1898, p. 01.



No texto feito em homenagem ao poeta podemos identificar no discurso do jornal a valorização da figura do consagrado poeta. O intuito do texto (interpretação própria), está centrado na manutenção da memória e valorização do notório maranhense eternizado na literatura brasileira. É lembrado como o grande poeta indianista da Primeira Geração Romântica. Deu romantismo ao tema índio e uma feição nacional à sua literatura. É lembrado como um dos melhores poetas líricos da literatura brasileira. É Patrono da cadeira nº. 15 da Academia Brasileira de Letras.

#### DUAS PALAVRAS

Fazer com que reviva na alma maranhense a memoria de Gonçalves Dias,-eis o motivo que nos levou a publicar este pequeno jornal, [...], parece que se vae pouco a pouco apagando nos corações filhos d'esta terra, esse nobre sentimento de veneração pelo passado. (Jornal "O Piaga", 3 de novembro de 1898, p. 02.)

Contudo, após laçadas a sociedade, as ideias de “verdadeiro homem” passam a “pertencer” a todas as camadas sociais devido à grande circulação dos periódicos produzindo os conceitos e moldes de masculinidade, todos esses fabricados e distribuídos nos periódicos. Machado (1999, p. 68), “[...] a imprensa um dos principais veículos de divulgação e dos debates entre os grupos políticos locais, bem como era essa elite política que divulgava e vigiava a conduta masculina no espaço público”. Machado (1999, p. 71), “o espaço público político tomou-se exclusivamente masculino e as decisões políticas passaram a ser assunto unicamente de homens”. Mas não de todos os homens. Nessa via de compreensão, Machado (1999, p. 68), “a honra e a reputação apresentavam-se como capital simbólico do homem público e símbolo de distinção social”. Dias (2018, p. 1), “a honra talvez seja o mais saliente elemento sinalizador do próprio caráter, sendo um atributo personalíssimo, que não se desloca, no entanto, para além do próprio indivíduo”.



O jornal legitima o poder que exerce ao noticiar ações de figuras públicas, é muito comum moldar a imagem dessas figuras em benefício próprio, pois a formação da opinião pública e a aceitação social têm despertado prestígio e respeito social. Portanto, os discursos presentes nos periódicos reforçam as características tomadas como desejáveis projetando-as nas figuras políticas de expressão local e nacional. (BARBOSA, 1997, p. 90), aponta que, “não bastava a imposição de normas, era preciso unificar os discursos. E a imprensa cumprirá esse papel através dos homens de letra: o jornalista, repórter, o literato”.

Oriundo em grande número das faculdades de Direito, esse profissional que irá ocupar cargos de prestígio ou simplesmente ser redator e repórter nos jornais diários, fazia a maioria das vezes da profissão patamar para alcançar posições políticas ou situação de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser jornalista era, sobretudo, através do prestígio que o lugar conferia e das relações que possibilitava, “cavar” um cargo público ou ingressar na política. (BARBOSA, 1997, p. 91).

Como está mencionado acima o fator instrução educacional no meio social é o primeiro ponto de diferenciação dos grupos elitizados das classes menos favorecidas. Os jovens das classes dominantes possuíam desde o nascimento todas as possibilidades oferecidas pelo mercado de possuírem instrução de qualidade e ingressar no ensino superior, os principais cargos eram os de médicos, advogados e cargos públicos. Machado (1999, p. 46), dessa forma, “a educação, além de status e ascensão social, [...], proporcionava a seus portadores um capital, no sentido de reconhecimento por parte do grupo em que estão inseridos, para imporem a sua definição de mundo social”.

Trazendo para os jornais caxienses que exerciam esse papel de forma variada, usar seu poder de fala e o poder ideológico era prática essencial formar e manter os conceitos e a imagem dos homens retratados nas matérias.



### **CAXIAS REDIMIDA**

Não posso deixar sem e devido registrar o Contentamento que me vai nalma, pela feliz Ideia que teve o Pe. Astolpho em colocar a frente dos destinos de Caxias o filho illustre, trabalhador e honrado, que é Joao Guilherme de Abreu, o qual, sem paixão alguma, tem distribuindo justiça a quem merece, no número dos quais se acha o signatário destas linhas. Quem é filho desta terra amada quizer falar a verdade, não poderá deixar de enaltecer os predicados deste caxiense digno que vem trazer a tranquilidade almejada ao seio de seus irmãos. Depois da sua posse no governo do município, lemos visto innumeros melhoramentos, que há muito se faziam mister e viviam em completo esquecimento pelos administradores de outrora. Fazendo Preces a Deus, pela sua permanência no cargo de Prefeito deste município, para completa felicidade de Caxias e garantia dos filhos, cumprimento o nobre conterraneo pelo modo honroso com que tem retribuído as esperanças que os, Caxienses sempre depositaram na sua pessoa. (Jornal voz do povo, 6 de junho de 1931, p. 04).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensando em um “projeto” baseado aos moldes europeus, não obtiveram os resultados pretendidos, pois na sua grande maioria estavam fora da realidade local. A elite local também passou a usar da implantação das fabricas na cidade para reforçar tal discurso modernizador, agora, o papel dos jornais passa a propagar essas ideias fomentadas pelo pensamento das elites locais. Os valores de honra e masculinidade na capital maranhense e em Caxias da Primeira República estavam contidos na imagem projetada desse homem. Sua honra e virilidade estão localizadas no âmbito privado e público, ou seja, cumprir com seu papel de líder no ceio familiar, garantindo assim, proteção e manutenção da mesma. Nesse sentido, ser reconhecido como honrado e másculo lhe proporcionava gozar de benefícios perante ao seu grupo pertencente e aos outros que estavam “abaixo” de si, por exemplo, políticos e distinção



social. Assim, faz-se necessário destacarmos quem eram esses homens honrados a partir de suas formações e formas de subsistência, como médicos, políticos, comerciantes e bacharéis.

Há de se destacar que além da formação acadêmica que, “naturalmente” já proporcionava uma grande distinção social, esses mesmos homens estavam à frente dos cargos político-administrativos, em especial, os de carreira política e os bacharéis (advogados), a instrução escolar tornou-se ponto de destaque na visão acerca do indivíduo. Neste seguimento, seus feitos deveriam ser vistos pela sociedade, para que assim pudessem o tão almejado prestígio social.

Assim, temos o papel exercido pelos jornais caxienses que, através de seus discursos, legitimavam figuras do ideal masculino, reforçando os papéis e posturas que os homens deveriam seguir, assim, moldando o imaginário e a ação desses homens no cenário social. Desse modo, eram retratados os homens pertencentes as elites locais, pois eram esses que disputavam e ocupavam os cargos políticos na cidade e, com isso, adquiriam distinção e prestígio pelo fato de ocuparem cargos que, ao ver da sociedade como um todo, eram destinados aos homens de grande capacidade intelectual e honradez.

Para que pudessem disputar e, posteriormente ocupar esses cargos era requerido grande poder econômico, reconhecimento e legitimidade social (anterior a divulgação em jornais, por exemplo), como gerir com primazia sua família, homem de palavra (cumprir com acordos ou qualquer tipo de relação que tenha o cumprimento do que foi dito como valor único). Um dos momentos em que essas características eram postas à prova estava situado nos embates políticos que, geralmente nesse contexto, aconteciam nas publicações dos jornais na cidade, já que os jogos de interesse e disputa de poder jamais cessam.



## FONTES

Jornal A Voz do Povo: em 1931

Jornal O Piaga 1898

Jornal O Piaga 1899

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, masculinidade e poder**. Anuário antropológico, n. 95, p. 161-189, 1996.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**: os diários do Rio de Janeiro (1880 – 1920), 1997.

BAUBÉROT, Arnaud. **Não se nasce viril, torna-se viril**. In: COUTRINE, Jean-Jacques (Org.). **História da Virilidade**: virilidades em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo; SOCHODOLAK, Hélio. **Honra e virilidade na vila de Iraty-PR no início do século XX**. Faces da História, v. 5, n. 1, p. 282-298, 2018.

CONNELL, Robert W. **Políticas da masculinidade**. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995.

DIAS, Maria Berenice. **A honra masculina**. 2018.

DÓRIA, Carlos. Alberto. (2006). **A tradição honrada** (a honra como tema de cultura e na sociedade iberoamericana). Cadernos Pagu, (2), p. 47-111, 1994.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 2007.

MACHADO, Vanderlei. **O espaço público como palco de atuação masculina**: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1884) (Dissertação) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

NADER, Maria Beatriz. **A condição masculina na sociedade**. Dimensões, n. 14, 2002.

PESSOA, Jordania Maria. **Entre a tradição e a modernidade**: a belle époque caxiense: prática fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX. Imperatriz, Êtica, 2009.



# O COTIDIANO E O TRABALHO FEMININO NA FEIRA LIVRE DE CAETITÉ, NO ALTO SERTÃO DA BAHIA

 Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**E**sta pesquisa, em andamento, destina-se à análise do cotidiano e do trabalho feminino na feira livre de Caetité<sup>2</sup>, no alto sertão da Bahia<sup>3</sup>. Trata-se de um estudo a ser realizado a partir das narrativas orais das mulheres feirantes, no intuito de analisar a inserção e a consolidação do trabalho feminino, investigando as ações cotidianas que revelam o protagonismo, as histórias e o poder dessas mulheres na arte de vender e de se fazer presente em um ambiente de trabalho informal.

A partir dessa reflexão, pretende-se demonstrar a atuação feminina no espaço público e os vários papéis por elas desempenhados como

<sup>1</sup> Mestre em História Social (UNIMONTES/MG)

<sup>2</sup> De acordo com SANTOS (2001, p. 35): “A cidade de Caetité situa-se na vertente oriental da Serra Geral, a 830 metros acima do nível do mar, e o município divide-se entre a zona das caatingas e a dos gerais, duas regiões distintas. A Ocupação da região, segundo a tradição, remonta ao século XVIII, quando colonos portugueses se fixaram no Sítio do Caítates, que se tornou lugar de pouso de viajantes, sertanistas e bandeirantes, em busca do ouro e do comércio de gado”.

<sup>3</sup> Definido por NEVES da seguinte maneira: “geralmente definem a região de modo pouco precisa, física ou socioeconomicamente, como área que se pretende delimitar, com critérios parciais da espacialidade, que recortam a base física: região semi-árida, demarcada por fenômenos climáticos, região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação, região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do Rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano, que ali projeta para maiores altitudes”(NEVES, 1998, p. 22).



mulher e como feirante, pois a feira livre constitui-se como um espaço plural, um lugar para o comércio, a arte, os encontros, as conversas e principalmente um lugar democrático, de muitas histórias e de muitas vivências de sujeitos que contribuiu e ainda contribuem para a economia local e para sua independência financeira.

O recorte temporal desta pesquisa tem como marco inicial o ano de 1991, período de inauguração e entrega de um espaço mais amplo e com possibilidades de inserção de mais mulheres em novos postos de trabalhos destinado para o comércio variado de mercadorias, artesanato e gêneros alimentícios, na Praça do Mercado, em Caetité. Prossegue-se a investigação até o ano de 2021, que contará em seus registros com as narrativas sobre a pandemia do novo Coronavírus, as medidas impostas a essas feirantes e as estratégias que elas criaram para se reinventar, adaptar e enfrentar o período de crise marcado pela restrição econômica e social.

Ao analisar o cotidiano das mulheres feirantes, poderão ser identificados e inter-relacionados aspectos das estruturas econômicas e sociais de cunho local, regional e nacional, em virtude do seu protagonismo, dinamismo e participação em diversos espaços. Esse cotidiano tem uma dimensão relacional com o poder em todas as esferas, sejam elas no espaço privado ou público. Assim, neste trabalho, entendemos que o poder não está restrito às instituições políticas e, conforme define Michel Foucault, o poder representa um “papel diretamente produtivo”, “ele vem de baixo”, “é multidirecional, funcionando de cima para baixo e também de baixo para cima” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 243).

Impulsionam este trabalho pesquisas realizadas a respeito da história das mulheres, da família, do cotidiano e do poder feminino no alto sertão da Bahia, que atestam, por diversos períodos históricos, a atuação das mulheres na esfera familiar e em outros ambientes de domínio público inseridas no contexto social, econômico, religioso e político, opinando e decidindo sobre os mais diversos assuntos, fomentando o desenvolvimento político e econômico local, contradizendo, assim, ró-





tulos de mulheres submissas e senhoras do lar, pois ao trabalhar o cotidiano e o trabalho feminino espera-se trazer uma contribuição para a historiografia na esteira de novos estudos sobre o trabalho feminino nos sertões baiano, buscar-se à compreender as articulações das mulheres feirantes como sujeito plural e protagonista de suas histórias a partir da investigação das ações de autonomia e desenvolvimento econômico na luta pelo trabalho e emancipação, sem perder de vista os adicionais desafios impostos pela desigualdade de gênero na criação dos filhos, no enfrentamento de situações de preconceito, discriminação e dominação masculina que perpassam o papel social dessas mulheres que desenvolvem, enquanto sujeitos, estratégias e táticas de poder.

## MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO

A questão que norteia este trabalho veio com o desenrolar de observações, leituras e análises sobre a “saída” das mulheres do espaço privado do lar para locais públicos em busca de trabalho, direitos e reconhecimento. Sendo possível através de suas narrativas apreender amplos aspectos da vida social, econômica, política e cultural das mulheres, com estudos voltados para o desenvolvimento socioeconômico, protagonismo feminino e regionalismo, enveredando-se para uma análise da história regional e local com suas especificidades, o que consiste numa:

[...] proposta de estudo de atividades de determinado grupo social historicamente constituído, conectado numa base territorial com vínculos de afinidades, com manifestações culturais, organização comunitária, práticas econômicas, identificando-se suas interações internas e articulações exteriores e mantendo-se a perspectivas da totalidade histórica (NEVES, 2002, p. 45).

Tendo como cerne de análise sujeitos até então excluídos desse processo, a partir de estudos sobre o cotidiano, o trabalho e o protago-



nismo feminino inserido numa base territorial, no espaço da feira livre como um lugar para a realização do comércio, do desenvolvimento local e acima de tudo um lugar de mudanças sociais, onde as mulheres, ao saírem de suas casas, estão inseridas em outro cenário, com papéis definidos na luta pela conquista de seus direitos, pela autonomia e acima de tudo a conquista do espaço e sua constituição enquanto sujeito em uma sociedade que ainda discrimina e rotula, desrespeitando os seus direitos enquanto cidadãs.

Para desenvolver esta pesquisa, pode-se fundamentar, nos estudos sobre a História das Mulheres, que servirão de bases teóricas para compor o trabalho ancorado nas seguintes autoras: Perrot (1998), que discute a impossibilidade de uma história sem a participação das mulheres e enfatiza o movimento da história criado por elas com suas ações e com suas práticas. Scott (1992), discute o surgimento do campo de estudo da “História das Mulheres” a partir da política feminista na luta pelo reconhecimento da participação feminina na história, visando provar a ação e a atuação das mulheres, e traz para o centro do debate a opressão sofrida por esses sujeitos e o incentivo de luta em prol da igualdade.

Soihet (2006) destaca a ação das mulheres antes das lutas feministas registrando que as mulheres já contrariavam a ideia corrente de total submissão e que empregavam táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, configurando sua mais evidente ocupação do espaço público, e com as lutas dos movimentos feministas, houve uma redefinição do papel da mulher na sociedade que, segundo RAGO (2004), elas não só entraram no mundo da cultura, dos negócios e da política, mas também começaram a feminizar a existência social, com suas práticas e olhares diferenciados.

As autoras Matos; Borelli (2013) aborda a presença marcante e evidente das mulheres no mundo do trabalho como uma das maiores transformações dos últimos cem anos, desde o processo de moderni-



zação e transformações sociais pelo qual o Brasil passou no início do século XX até a entrada das mulheres no setor industrial.

E nas cidades interioranas como, por exemplo, em Caetité, onde não existiam as indústrias, as mulheres realizavam atividades laborais no comércio, escolas, casas de famílias, hospitais, repartições públicas, feiras etc., marcando sua presença no espaço público e sua inserção como agente do desenvolvimento socioeconômico do lugar. Na zona rural o seu trabalho estendia desde a lida diária com os afazeres domésticos, as lavouras de subsistências e a produção de gêneros alimentícios que poderiam servir para o consumo e a comercialização feita por elas ou por outros agentes.

E ainda pode-se afirmar que as mulheres sempre trabalharam, embora elas nem sempre exercessem “profissões” remuneradas (PERROT, 2005) e suas atividades laborais estão presentes em diferentes épocas e espaços. Resistir à dominação masculina, buscar sua independência ou gerar o sustento da família. Situações desafiantes para esses sujeitos que esbarravam na burocratização da lei, discriminação e preconceito “ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis” o que pode ser verificado com a ocupação em cargos públicos e em diferentes setores.

Vale ressaltar também a entrada das mulheres no mercado de trabalho não só como funcionárias, mas também como donas do seu próprio negócio. Todas essas discussões englobam questões de gênero e trabalho e estão presentes na feira livre, em Caetité.

Se analisarmos a “feira” desde os tempos da antiguidade podemos perceber que ela existia no ocidente com o intuito de realizar a troca de mercadorias entre as pessoas e em diferentes lugares para sanar suas necessidades básicas. Com o passar dos tempos essas feiras, principalmente na Europa Ocidental, passaram a incorporar novos elementos que não estavam apenas voltados para o comércio, mas também para o entretenimento, diversão, encontros amorosos, busca de novidades e lazer (BURKE, 1989).



Além do papel social desempenhado pelas feiras, elas também representaram um crescimento econômico nos lugares e regiões em que existiram, pois com o advento do capitalismo esse ambiente de troca passou a ganhar um valor econômico bem maior, devido à circulação do dinheiro e o poder aquisitivo que ali era imposto, além do mais, podemos citar o surgimento e crescimento de várias cidades que se transformaram em grandes centros econômicos da região.

No Brasil a sua existência vêm desde o período colonial e permanece até os dias atuais. Nas grandes metrópoles ou nas pequenas cidades a feira constitui-se como um amplo mercado varejista, um espaço de interação, de sociabilidade e um ponto de encontro não só entre vendedores e compradores, mas também um ponto de encontro social, econômico e cultural e, por que não dizer, também político.

No cenário local a que se dedica este projeto, a feira livre de Caetité está localizada no centro da cidade, na Praça do Mercado, nomenclatura criada com a transferência da “antiga” feira, situada no Largo do Alegre, atual Praça Rodrigues Lima, no ano de 1966, sob a gestão municipal do prefeito José Neves Teixeira. Esse novo espaço possuía apenas um mercado, e em seu entorno havia barracas de diversos gêneros e também produtos expostos, sob uma lona ou pano no espaço livre da praça ou mesmo no chão da rua. Em 1991 foram inaugurados dois novos galpões na feira o que pode abarcar mais feirantes e com o passar dos anos novas reformas e ampliações foram realizada a partir daí verifica-se um número significativo de mulheres feirantes que dão visibilidade para a economia local. Seu espaço condensa experiências diversas, memórias e a identidade coletiva que merecem ser estudadas numa perspectiva social da história pensando e compreendendo “o modo de viver das pessoas a partir das histórias construídas no decorrer das experiências vivenciadas no cotidiano, desde as mais simples até as mais complexas (CORDEIRO, 2013, p. 20)”.

A dinâmica da feira, sua importância local e o protagonismo feminino em suas atividades oferecem, contudo, uma perspectiva de análise



na qual não é a saída da mulher do espaço privado, que seria seu por excelência, para o público, que se evidencia pela experiência histórica local, mas ao contrário, o que se apresenta, e se quer demonstrar, é a constante presença da mulher nas atividades econômicas de caráter público da região por boa parte de sua história.

Assim, a princípio, indaga-se: como se deu a consolidação do trabalho feminino na feira livre no período de 1991 a 2021, analisando as ações cotidianas que revelam o seu protagonismo, suas histórias, memórias e o seu poder em um ambiente ainda tido e percebido como de domínio masculino.

Além da questão principal a que se dedica este projeto, pode-se ainda questionar: Quais as condições de trabalho enfrentadas por essas mulheres? Quais as possibilidades e limites para a construção de sua autonomia econômica? Como elas percebem o processo de exclusão, vulnerabilidade do trabalho feminino na feira livre? Como a sua inserção no mercado de trabalho possibilitou, ou não, a ampliação de sua participação social no espaço público? O que elas buscam como garantia dos seus direitos perante os órgãos administrativos locais? E o que esses órgãos tem feito para garantir os seus direitos enquanto cidadãos?

Trazer esses sujeitos para o cerne da pesquisa configura-se uma ampliação e uma maior reflexão sobre a temática que envolve o trabalho feminino, espaço público, ponto de comércio, local de entretenimento, de arte, de histórias e de vivências, um espaço que sempre esteve presente no cotidiano da cidade. Além de tudo isso um espaço de emancipação feminina sem o qual não se compreende a história da região. Ainda, enfatiza-se a importância de pesquisas como esta, devido ao número reduzido de produção acadêmica se comparadas com outros temas que envolvem a mulher e o mercado de trabalho na região e no alto sertão da Bahia, principalmente da feira livre que é central para a economia local e regional.



## PROPOSTA METODOLÓGICA

A metodologia da pesquisa se baseará, primeiramente, em uma revisão da literatura para analisar as várias abordagens mencionadas por outros autores sobre a questão do trabalho feminino em feiras, para isso faz-se necessário uma análise documental em fontes do poder executivo e legislativo no intuito de analisar projetos, leis, regimentos, ficha cadastral, doações dos boxes, impostos cobrados e projetos de desenvolvimento social, etc. Essas fontes poderão ser encontradas na Prefeitura, nas Secretarias de Desenvolvimento Social e Infraestrutura, na Câmara de Vereadores e/ou no Arquivo Público Municipal de Caeté. Verifica-se também a importância de se conhecer a literatura de memorialistas caetiteenses para compreender o contexto, as transformações e as consequências sociais que esses sujeitos vêm passando ao longo dos anos.

Esse trabalho exigirá a realização da pesquisa quantitativa com o levantamento e a comparação de dados cadastrais que vai desde os anos de 1991 até 2021. Também será realizada a pesquisa qualitativa com observação direta da realidade investigada, norteadas a partir de entrevistas semiestruturadas com pessoas que se aproximam do objeto de estudo. Essas entrevistas acontecerão durante o trabalho de campo, onde o entrevistador deverá agir de forma cautelosa e respeitosa com relação ao entrevistado, que poderá possibilitar ou negar o seu tempo para a entrevista. Por isso, faz-se necessário conhecer, convencer, sem coagir e ainda informá-los sobre os objetivos da pesquisa e o retorno que o trabalho trará.

Numa pesquisa preliminar foram identificadas mudanças ocorridas na feira devido à pandemia do Coronavírus, em 2020, onde muitos feirantes tiveram que se readaptar ou esperar a liberação do comércio, que só aconteceu 60 dias após o seu fechamento e a sua reabertura contou com novos protocolos de funcionamento e proibições de trabalhadores de outras cidades, reduzindo assim o comércio local. Para isso foi



realizado um novo cadastramento<sup>4</sup> para que a feira voltasse a funcionar. A tabela abaixo apresenta dados do recadastramento dos feirantes, oriundos da cidade de Caetité, para possível liberação do funcionamento da feira.

Tabela 1 – Recadastramento dos feirantes

Atividades econômicas	Nº de barracas / pontos	Proprietários do sexo masculino	Proprietárias do sexo feminino
Hortifruti	125	76	49
Açougue	45	36	09
Cereais	26	21	05
Pastelaria	13	08	05
Restaurante	21	01	20
Lanchonetes	11	07	04

Fonte: elaboração do autor

Ao analisar os dados contidos na tabela verifica-se que este documento oportuniza leituras a partir de diversas perspectivas, sendo possível indagar: Quem são esses sujeitos que compõem o quadro de feirantes em Caetité? É possível perceber uma visibilidade do trabalho feminino na feira livre? Quais condições de trabalho essas mulheres estão expostas e como seus direitos estão assegurados? Esses e outros questionamentos abrem um leque para o trabalho das mulheres que trazem consigo suas experiências e memórias, o que nos permite conhecê-las, pois “ao anali-

<sup>4</sup> Esse novo cadastramento foi feito apenas com feirantes de Caetité, que retornaram as suas atividades após a reabertura do comércio na feira livre. Neste momento é possível perceber um esvaziamento e uma ausência dos trabalhadores das regiões circunvizinhas, impossibilitados de exercer a profissão devido Decreto Municipal que autoriza o funcionamento da feira somente com os trabalhadores da cidade. Vale ressaltar que muitos feirantes locais não retornaram as suas atividades por fazerem parte do grupo de risco. Essas medidas foram tomadas devido à pandemia, assunto que também será abordado na pesquisa, com o intuito de analisar as transformações por ela causadas. É possível perceber, nesta tabela, a ausência de dados relacionados a confecção, ao artesanato e outras atividades, bem como não foi possível fazer a comparação com cadastramentos anteriores (Dados fornecidos pelo Gerente da Secretaria de Infraestrutura, Juarez Alves Rodrigues, em setembro de 2020).



sar as memórias dessa atora social queremos pensar também as histórias de tantas mulheres que viveram e construíram uma trajetória de muitas pelepas e conquistas em uma sociedade que não tinha espaço para elas” (CORDEIRO, 2013, p. 22). Essas memórias devem ser compreendidas como um fator social com relação entre o individual e o coletivo, pode dizer ainda que a memória se processa o tempo todo, culminando com novos cenários e redefinindo o papel do sujeito, como refletiu Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (2013), método que norteará a pesquisa, pois podemos dizer que através das narrativas orais teremos a possibilidade de análise e interpretação do objeto de estudo.

E para a realização da pesquisa, com possibilidades interpretativas das narrativas femininas o trabalho privilegiará a realização de entrevistas desses sujeitos que potencializarão as experiências de trabalho das mulheres e quiçá de grupos sociais a margem da sociedade. Portanto, não se trata de uma reconstituição do passado, mas da aplicação de um método que permite que o passado seja contado através do olhar do presente, das ressignificações pessoais, da memória e daquilo que se guardou de determinados eventos.

Ao pesquisador caberá interpretar as narrativas orais, as memórias, mesmo com as ressignificações é possível fazer os recortes, tirar e retirar das entrelinhas dessas expressões fragmentos do passado, costurando e dando sentido a outras histórias que precisam ser contadas ou recontadas, dando espaço e voz a grupos que possam ter sido silenciados.

Exercer uma atividade comercial para essas mulheres pode significar uma ruptura de tradições patriarcais com predomínio de direitos do homem, essa ruptura significa a abertura de um caminho em prol dos seus direitos.

Certamente, com o desenrolar dos estudos novas evidências, novos olhares conduzirão o trabalho, mas as fontes e a metodologia já apontadas sinalizam a possibilidade de concretização dessa pesquisa que pretende investigar alguns aspectos do cotidiano e do trabalho feminino na feira livre, em Caetité.





## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDEIRO, Filomena Luciene Reis. **Universo Feminino**: Academia Feminina de Letras de Montes Claros. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2013.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Foyence Universitária, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andréa. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 126-147.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (História Regional e Local)**. Salvador: EDUFBA: Feira de Santana: UEFS, 1998.

\_\_\_\_\_. **História regional e local: Fragmentação e Recomposição da História na Crise da Modernidade**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, G., RECAMÁN, M., OLIVEIRA, S. (orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e Memória: Dimensões da Vida Urbana – Caetitê 1940-1960**. 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - UNRIO, Rio de Janeiro, 2001.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63-96.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Santa Cruz do Sul – Florianópolis: EDUNISC, 2006.



# UMA MIRÍADE DE IMAGENS DO SERTÃO SERGIPANO: HONRA, MACHEZA E VALENTIA NA OBRA LITERÁRIA DE FRANCISCO J. C. DANTAS (1991-1993)

 Krishna Luchetti<sup>1</sup>

A literatura, diversas vezes, forjou e reforçou o sertão, seja como tenebroso espaço de seca, violência e até barbaridade, ou como um local sagrado, repleto de dádivas e encantos únicos. O escritor Francisco José Costa Dantas, também o fez, ao recriar o sertão sergipano em suas obras “Coivara da Memória”, 1991, e “Os Desvalidos”, 1993. E é a partir dessas narrativas literárias que irei investigar como esse autor representou o sertão, criou esse espaço literário, por meio da honra, macheza e valentia de seus personagens. Mobilizando essas mulheres e homens sertanejos para criar um espaço, permeado por críticas sociais, estereótipos, experiências e memórias.

Mas quem é, então, o nosso autor? Francisco José Costa Dantas é um escritor de origem rural, nascido no engenho de seu avô, em Riachão do Dantas, Sergipe, no ano de 1941, sendo pertencente a elite de proprietários dessa região. A partir da escrita de seu irmão, o historiador Ibarê Dantas, em “Memórias de Família”, foi possível perceber que Francisco Dantas vivenciou boa parte da experiência rural que recria em sua narrativa. Ele muitas vezes baseou-se na documentação deixada

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História dos Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Natal. Graduada em História Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Natal.



por seus ancestrais para construir uma leitura do passado, assim como por suas próprias memórias, dotando a narrativa justamente desse olhar mais “fidalgo” e pessoal (DANTAS, 2013, p.15).

Seu irmão, o historiador, Ibarê Dantas também identifica o fato de Francisco Dantas ter bebido amplamente de suas próprias vivências, assim como das fontes deixadas por seus familiares, quando menciona a história do avô e de seus ancestrais:

Como meu irmão Francisco J.C. Dantas retratou-o em páginas belas e memoráveis do seu livro *Coivara da Memória*, meus acrescentamentos têm apenas o sentido de buscar compreender suas origens, sua trajetória e o contexto em que viveu dentro de uma perspectiva histórica. (DANTAS, 2013, p.15)

Essa assertiva de Ibarê Dantas, corrobora com a ideia de que Francisco Dantas articula suas memórias autobiográficas em suas narrativas, mobilizando o passado de sua família e suas próprias memórias na criação de seu espaço literário. Esse testemunho familiar, fortifica minha hipótese de que os espaços da recordação forjados por Francisco Dantas têm como combustível suas experiências pessoais e familiares. E denota a complexidade em que o espaço literário é forjado, visto que nele estão imbricadas memórias pessoais, a história familiar (tanto contada por gerações anteriores, quanto aquela apreendida na documentação dos ancestrais), como, pela incisiva chama da criatividade.

Francisco José Costa Dantas ingressou no curso de Letras Portugêses na Universidade Federal de Sergipe aos 30 anos, em 1971. Uma década depois, defendeu sua dissertação de mestrado, também no campo da literatura, na Universidade Federal da Paraíba. Esse trabalho acadêmico discutia a obra literária de Osman Lins. Seguindo sua formação acadêmica, Francisco Dantas cursou o doutorado em literatura, na Universidade de São Paulo, no ano de 1990. Sua tese dedicava-se a estudar as figuras femininas na obra de Eça de Queiroz.



A trajetória de Francisco Dantas enquanto autor, começou um ano após a defesa de sua tese. No ano de 1991 ele publicou “Coivara da Memória”. Nesse mesmo ano já ministrava aulas na Universidade Federal de Sergipe, no departamento de Letras. No que concerne a sua escrita, até o momento, Francisco Dantas publicou seis romances. Em perspectiva cronológica são: “Coivara da Memória” (1991), “Os desvalidos” (1993), “Cartilha do silêncio” (1997), “Sob o peso das sombras” (2004), “Cabo Josino Viloso” (2005) e “Uma jornada como tantas” (2019).

Portanto, mobilizando “Coivara da Memória” e “Os desvalidos” enquanto fonte, irei trabalhar com um recorte temporal duplo, o da produção das obras, 1991 até 1993, e com o tempo trabalhado nessa literatura, que corresponde a primeira metade do século XX. Já o meu recorte espacial irá corresponder principalmente ao sertão sergipano construído na literatura de Francisco Dantas, assim como outras paragens do sertão nordestino, como a fronteira de Sergipe com os estados de Bahia e Alagoas.

Tendo em vista que minha fonte é um romance, irei trabalhar com o conceito de “representação literária” do mundo experiencial, proposto pelos autores Peter Turchi e Robert Tally. Afinal, como acentuou este último, “A Londres de Dickens era uma espécie de representação da Londres em que ele vivia, mas era também um espaço da imaginação, no qual a maioria das cenas cotidianas podia ser carregada de magia e maravilha.” (TALLY, 2019, p.29). Ou seja, por mais que Francisco Dantas recrie o sertão sergipano em suas obras literárias, este não será um “simples reflexo” do plano do vivido, da experiência (TURCHI, 2004, p.49). Tal espaço onírico se trata de uma representação, permeada pela imaginação do escritor, suas memórias e diversos outros aspectos que influem nesse processo.

A memória é um fator de extrema importância nas narrativas de Francisco Dantas, é o que guia o leitor rumo a jornada que este autor propõe em sua literatura (TURCHI, 2004, p.12). Assim, é importante ter em vista que aqui entendo a memória sob a ótica de Aleida Assmann, esse “signo do acabado”, daquilo que já se passou, que não existe mais.



Memória, como um fenômeno multifário, que pode ser cultural, superando épocas, resguardada pela escrita. Ou pode ser comunicativa, lembranças legadas de geração em geração. Memória viva, presente em mídias das mais variadas, como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Fortemente intrincada com a identidade dos sujeitos e coletividades. Fixada e preservada em locais, físicos ou não. E ligada de forma muito próxima às manifestações artísticas.

Não é à toa que Assmann aponta que “a memória é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar.” (ASSMANN, 2011, p.5). Portanto, é a partir dessa dimensão caleidoscópica e complexa da memória que também faço a análise dessa literatura. Associado a isso, concordo com Tuan quando ele nos diz que “Em obras literárias, [...] filosóficas, antropológicas e geográficas, estão registrados intrincados mundos de experiências humanas.” (TUAN, 2013, p.7). Ou seja, levo em conta que esses locais imaginários também são complexos e recheados de experiências humanas, por mais que sejam representações do plano da experiência física, vivenciada, e não essa propriamente dita. E no caso de Francisco Dantas, suas próprias experiências neste espaço contribuíram para a escrita de sua literatura.

Para além da questão da fonte literária, é importante problematizar o próprio conceito de “sertão” que denomina uma miríade de espaços no “interior” do Brasil. Afinal, “o “sertão” constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil [...]” (AMADO, 1995, p.146). Conceito que também é caleidoscópico, que permeia as terras mais secas do Nordeste, assim como o abundante e verde do Norte brasileiro, e que tampouco se restringe as fronteiras desse Estado.

Não atoa Evandro dos Santos destacou: “O mapeamento dos significados atribuídos à categoria “sertão”, desde o início da conquista e exploração do território americano por portugueses (e mesmo de outras espacialidades como na África e na Ásia) encontra-se disperso [...]” (SANTOS, 2019, p.446). Dessa forma, é notável o quão a ideia de sertão é diversa, representando diversos tipos de espacialidades.



O sertão que mobilizo neste trabalho, tem suas peculiaridades, encontra-se em um recorte espacial específico, o interior do Sergipe, mas não aquele pertencente ao plano da experiência vivida, e sim o que corresponde ao plano da experiência imaginada. Volto a lembrar a importância de reconhecer este sertão como uma criação de Francisco Dantas, que por mais que seja baseada em suas recordações e experiências, ainda se trata de uma produção literária, portanto:

Como o cartógrafo, o contador de histórias cria uma representação do mundo apresentado na obra, mas essa representação não pode ser um simples reflexo do mundo “real” de uma forma mais figurativa. Não se trata, conforme a cena, meramente de erguer um espelho para a realidade. Tal como acontece com a *mise en abyme*, qualquer reflexão pressupõe reflexões posteriores, e o esforço para descrever as pessoas, lugares, eventos e assim por diante irá moldá-los inevitavelmente. (TALLY, 2019, p.76)

Dessa forma, ao investigar como Francisco Dantas forjou essa miríade de imagens do sertão sergipano em suas narrativas literárias, enfatizo a grande importância que o fator criativo e a liberdade artística do autor tiveram para tal construção. Assim como, trabalhando com a dupla temporalidade, a que corresponde a criação das obras (1991-1993) e aquela representada na narrativa (1915-1945), posso analisar a relação do autor enquanto escritor com esse passado recriado por meio de suas memórias.

Afinal, quando Sidney Chalhoub, em “Machado de Assis historiador” propõe que Machado de Assis escreveu, reescreveu e interpretou a história do Brasil e da sociedade na qual estava inserido. Eu proponho que Francisco Dantas, partindo assumidamente das próprias experiências e recordações o fez também. E no caso deste trabalho, pretendo mobilizar as questões sociais mobilizadas nas obras “Coivara da Memória” e “Os Desvalidos” para entrever como se realizou tal construção literária desse local.



A imagens desse sertão criado por Francisco Dantas em suas obras permeiam vários dos “estereótipos” provenientes dessa denominação, sobretudo no que concerne aos sertões nordestinos. Durval Muniz de Albuquerque Júnior apontou que:

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redeseenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século. Figura em que se cruzam a identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região até as mulheres são macho, sim senhor! (ALBUQUERQUE JR, 2013, p.18)

Ou seja, o homem nordestino, o sertanejo era o “macho” por excelência, forte, destemido, honrado e valente. Essa “característica” regional, foi muitas vezes mobilizada na literatura chamada regionalista, sobretudo no que concerne a descrição dos coronéis, ou senhores de terra, os poderosos da região (ALBUQUERQUE JR, 2011, p.261). Francisco Dantas, ao escrever na última década do século XX, mobiliza esse tipo de estereótipo, porém, tece uma crítica social a essa “honradez” natural dos poderosos.

O primeiro livro, *Coivara da Memória*, conta a história de um escritor que recorda os acontecimentos de sua vida. Preso no próprio cartório em que trabalhava, aguarda as deliberações do júri. Durante a torturante espera, ele resolve escrever suas recordações em um diário. Esse narrador-personagem-escritor-encarcerado é acusado de um crime, do qual se declara inocente. Ali em um pequeno espaço empoeirado e cercado por paredes, tendo como única companhia sua tia, uma senhora que nunca se casou, ele realiza uma verdadeira coivara em suas memórias, reavivando com fogo aquilo que já pensava ter esquecido.

Neto de um poderoso proprietário rural, porém órfão de mãe e pai, esse narrador vive em uma dupla condição. Tanto de membro da elite local, como de um opositor dela. Afinal, nosso narrador é acusado de assassinar outro poderoso proprietário de terras da região, o coronel



Tucão. Sem muitas perspectivas de defesa, visto que a família o abandonou após a morte do avô que o protegia durante a infância, o narrador-escrivão-encarcerado segue em seu cárcere, e reflete acerca deste herói, figura paterna e protetor:

Mas a reputação tão decente desse meu avô, e por tanto tempo falada... Já não me exalta ou desvanece como antigamente, isto porque, além de se originar em atributos de honradez que já não me sacodem com tanta veemência [...] pelo que vim aprendendo pela vida adiante, no mapa desde município de onde ele nunca se afastou, me convenci de que todos os primogênitos homens aqui nascidos são indistintamente preparados e educados para o mando, desde muito cedo cumulados de regalias. São sempre os mais endinheirados, dão riscadas incríveis de coragem sobre cavalos fogosos, mandam e desmandam sem dever satisfação a ninguém. Enquanto isso suas irmãs vivem a ciscar no borralho doméstico, entorpecidas pelos servicinhos miúdos -sem falar coitadas! – buscando consolo em missas e novenas, nas procissões e penitências. (DANTAS, 2001, p.106-107).

Vê-se que por meio da reflexão deste personagem, Francisco Dantas, questiona o mando natural desses proprietários rurais, dos quais, por sinal, descende. Ele destaca o fato de que a criação, e os privilégios destes homens brancos herdeiros de grandes porções de terras, os encaminharam para tal posição de poder. Ao fazer isso, Francisco Dantas, atinge sua própria história, visto que também era neto e filho dessa elite de proprietários rurais. O literato decompõe o quadro social que experienciou principalmente durante a infância, e o recria repleto de críticas por meio de suas narrativas.

Além disso, outro fator que contribui para construção desse sertão sergipano nas obras de Dantas é justamente o “sotaque” presente na obra. Fica evidente, o quanto esse sotaque contribui para a construção do espaço literário, afinal nosso sentido auditivo também se faz essencial para nossa percepção dos lugares. (TUAN, 1980, p.10). Sendo as-





sim, ouvir uma voz familiar, pode ser extremamente significativo para aquele que a escuta, é capaz de dar todo um sentido a um lugar. Afinal, conseguimos muitas vezes discernir onde um indivíduo nasceu ou viveu justamente em decorrência de seu sotaque.

Este escritor filho da elite rural sergipana, também nos chama atenção quanto a situação das mulheres. Estas, por mais que sejam abastadas, se encontram como reféns da sociedade patriarcal que rege este espaço. O homem sertanejo, conservador, macho e patriarcal tinha de manter essas mulheres em “rédeas curtas”, para não contaminar os princípios que regiam suas sociedades, buscando preservar os costumes (ALBUQUERQUE JR, 2013, p.150). É notável que “O nordestino emerge, pois, como uma reação conservadora às transformações que ocorriam nos lugares que eram definidos social e culturalmente para homens e mulheres.” (ALBUQUERQUE JR, 2013, p.151).

A composição dessa miríade de imagens do sertão também perpassa as relações de trabalho e tensões sociais. E é no segundo romance aqui analisado que tais tensões tornam-se ainda mais evidentes. “Os desvalidos”, trata das recordações de Coriolano, que assim como o narrador-escrivão-encarcerado de “Coivara da memória”, se propõe a escrever as próprias recordações. Inicialmente, nosso narrador-desvalido opta por escrever um de seus amados cordéis, mas justamente por perceber que estava se “deixando levar pela imaginação”, ele decide escrever um diário em prosa. E assim, começa a tortuosa escrita de Coriolano, narrador desvalido, também tendo como principal fonte suas próprias recordações, em grande parte dolorosas.

Coriolano irá dedicar muitas de suas páginas aos seus entes queridos, como seu tio avô (que lhe deixou de herança uma botica na praça principal de Rio das Paridas), seu amado tio Filipe, Maria Melona (esposa de tio Filipe), seu amigo Zerramo, o pai e outros. A maioria dessas narrativas se passa na onírica vila de Rio das Paridas, assim como em outras localidades no interior do Sergipe e da Bahia. Como a paragem fictícia do Aribé, região que faria a divisa entre esses dois estados.



Nessa mesma obra também foram ficcionalmente mobilizadas as memórias de Lampião, que em meio a uma tremenda insônia deitado em uma rocha ao relento, descreve parte de sua trajetória. Esse personagem parte, sobretudo, das dificuldades que viveu com o seu bando, sua relação amorosa com Maria Bonita e conflituosa com os poderosos da região. Lampião tece uma longa reflexão sobre a condição social da região, defendendo a importância do cangaço para ela. Assim, vê-se que as tensões sociais que permeavam a época retratada nos romances também é um importante fator para a criação do espaço na literatura de Francisco Dantas.

Nesta narrativa são relevantes as tensões sociais que permeiam o sertão, essas são expressas de diversas formas. São perceptíveis na desigualdade social gritante que agride os desvalidos, praticamente a história toda. Na violência exacerbada, tanto expressa pela tropa volante do governo, quanto pela ação dos cangaceiros e dos poderosos senhores de terra da região. Ou até mesmo na condição de risco imposta às mulheres, como a dependência delas de um marido para não “se perderem”.

Coriolano, o principal narrador-desvalido dessa narrativa, elabora uma de suas muitas reflexões acerca do sertão em que vive, e aponta:

Se tanto assim quebrou as unhas e se bateu pra lá e pra cá mudando de rumo, decerto não foi por gosto, nem por fastio de se pegar a uma ocupação permanente; mas porque carecia de remir a vida aproveitando os desvãos que sobram da grandeza e dos inventos que tomam o pão da boca do pequeno; e também por não se sujeitas a ser pau-mandado, remetido a qualquer obra. Já que se vê que nessa condição, ganhar o sustento por aqui é tarefa bem penosa. Servicinho pra quem não se dá valor! Abaixo daí, não há mais o que fazer, senão se bandear para o cangaço, ou então virar pedideiro de esmola, ou cair na ladroagem. (DANTAS, 1993, p.35)

No sertão onírico de Francisco Dantas, os pobres têm poucas opções de sobrevivência, ou são explorados de forma impiedosa pelos poderosos da terra, ou partem rumo a miséria pedindo esmolas, ou ainda, apelam



para o roubo, ou arriscam-se no cangaço. Nesse sertão sofrido, pobre e desigual, em que a crueldade do homem é o gatilho para o andamento das narrativas, são a honra e a coragem dessas mulheres e homens pobres que os mantêm vivos na miríade de sofrimentos cotidianos.

Um desses desvalidos que rumou para o cangaço foi Lampião, esse que nas mãos de Francisco Dantas insone deitado em uma rocha isolada no meio do sertão, madrugada adentro, reflete:

Coronel, meu povinho, é vasilha ruim e moeda de duas caras: uma para encomendar o servicinho, e outra pra pagar o prometido. Êta bicho mandão que gosta de lordeza e princesia! Mas se impa assim de abastança posuda é bem porque o governo só olha mesmo por ele. (DANTAS, 1993, p.155)

O cangaceiro não só critica os coronéis, como também o governo, alegando que este último só cuida dos poderosos. Enquanto a maioria da população vive abandonada, entregue a violência e a pobreza no impiedoso sertão sergipano. Aqui, este personagem tão calejado pelas violências desde a mais tenra infância, defende a “missão” que ele e seus cangaceiros têm de equilibrar o poder, por meio da violência, entre os abastados proprietários de terras e os desvalidos, os pobres que compõe a maioria do sertão.

Vale lembrar que aqui, levo em consideração a posição social ocupada por Francisco Dantas, enquanto um filho da elite sergipana, assim como um intelectual considerado de esquerda. Nosso autor, como boa parte dos seres humanos, não é um todo harmônico, previsível e sem ambiguidades (TUAN, 2013, p.5). Filho e neto de “patrões”, ao escrever sob o olhar dos “de baixo”, Francisco Dantas o faz sob o olhar de um sujeito abastado, que por mais que compactue com “políticas de esquerda”, irá fazer uma representação dos pobres de seu próprio lugar de fala.

Nesse ponto, também acredito que Francisco Dantas evidência a característica do sertão enquanto terra atrasada, presa no passado, tal qual Fernando Nicolazzi apontou que Euclides da Cunha o fez em “Os



sertões” (NICOLAZZI, 2010, p.274). Ou seja, um lugar no qual a desigualdade social, os abusos de poder, imperam sem pudor, e a lei fecha os olhos para possíveis infrações cometidas pelo poderosos a quem protegem com afinco. Nesse espaço sertanejo construído por Dantas a desigualdade reina impune, no máximo sendo castigada pela vingança violenta por meio do cangaço.

Partindo do final do século XX, Francisco Dantas olha para este passado, ora repleto de nostalgia, ora pontuado de críticas, e o recria por meio de suas palavras. Na literatura dele, assim como a de muitos autores regionalistas, é possível entrever:

Busca-se o sentido daquela dispersão de signos do passado na invenção do presente, que é a região. O cangaceiro que se viu na infância, a retirada dos famintos, o camponês pobre e mudo, o santo que passava com seus seguidores, o coronel que dava ordens de cima de seu cavalo, adquirem um sentido unificado ao serem pensados como manifestações de uma regionalidade, como indícios de uma essência regional. A região os explica, ao mesmo tempo em que está implica neles. (ALQUERQUER JR, 2011, p.137).

Se faz, então, notável o quanto Francisco Dantas inspirou-se em suas experiências, memórias familiares e tantas outras referências para forjar o seu sertão sergipano. Partindo de sua temporalidade, na década de 1990, ele cria um passado, um local, uma regionalidade e lhes dá vida por meio das palavras. O sertão sergipano forjado por Francisco Dantas, foi construído de diversas maneiras, desde o “sotaque” da obra, até a rememoração dos locais da infância, dos estereótipos regionais, e no caso do enfoque da análise deste trabalho por meio das tensões sociais.

Portanto, espero que tenha sido possível identificar a construção deste espaço sertanejo literário por meio da honra, macheza e valentia dos personagens criados na obra literária de Francisco J.C. Dantas. Estes que desnudam desigualdades, criticam seu recorte social, sofrem com a violência e o abandono estatal, assim como os costumes patriarcais



enrijecidos. Personagens que partem da floresta de sinapses nervosas de Dantas, e denotam por meio de suas “vivências oníricas” os ideais, as memórias e a criatividade deste autor.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.145-151.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: Formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. Companhia das Letras, 2003.

DANTAS, Francisco. **Coivara da memória**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DANTAS, Francisco J.C. **Os desvalidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DANTAS, Ibarê. **Memórias de família**: o percurso de quatro fazendeiros. Aracaju: Criação, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de Os sertões. **Anos 90**, Porto Alegre, v.17, n.31, p.261-285, 2010.

SANTOS, Evandro dos. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **SAECULUM, Revista de História**, v.24, n.41, João Pessoa, 2019, p.441-452.

TALLY JR. Robert T. **Topophrenia**: Place, Narrative, and the Spatial Imagination. Indiana: Indiana University Press, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: EDUEL, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores no Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURCHI, Peter. **Maps of imagination**: the writer as cartographer. Trinity University Press San Antonio, Texas, 2004.



# O “SERTÃO FICÇÃO”, NARRATIVAS PLURAIS: EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DE SOFRIMENTO DOS/AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL II, EM CAJAZEIRAS - PARAÍBA

 Larissa Beserra dos Santos<sup>1</sup>

Nossa proposta para este artigo parte, sobretudo, do que foi analisado no último capítulo da pesquisa monográfica “As faces da loucura em Cajazeiras – PB: entre o social e o sensível”<sup>2</sup> (2019). Buscamos então voltar o olhar, a partir de uma perspectiva das sensibilidades, para os sujeitos da pesquisa, apresentando-os a partir de fragmentos de suas histórias de vida, pensando em como lidam e atribuem sentidos às experiências subjetivas de sofrimento em um território que se (re)elabora.

O título que dá nome a este artigo faz referência à música “Nordeste ficção”, da artista do Rio Grande do Norte, Juliana Linhares, que, por sua vez, inspirou-se no espetáculo teatral “A invenção do Nordeste”, do grupo potiguar “Carmin”, fundamentada na obra “A invenção do nordeste e outras artes” (2011), do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Essas referências nos atravessam, pois demonstram as

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura (GEPHC/UFPE/CNPq). E-mail: larissa.s.beserra@gmail.com.

<sup>2</sup> Cf. SANTOS, Larissa Beserra dos. **As faces da loucura em Cajazeiras – PB: entre o social e o sensível**. (2019). Para ter acesso à pesquisa na íntegra é só acessar o link: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8528>.



experiências plurais nos/dos sertões e a necessidade de ampliar o que ainda está mitificado. Compreendemos que, assim como o “Nordeste” foi inventado, como nos aponta Albuquerque Júnior, algo semelhante ocorre com os sertões, aparecendo enquanto uma “ficção” forjada a partir de narrativas caricatas tecidas nas tramas do poder.

Com as idas ao arquivo, as vivências no CAPS e as análises de prontuários localizados no arquivo do serviço, fomos nos deparando com fragmentos de histórias de vida de homens e mulheres sertanejos/as, perpassados/as por linhas de fuga que subvertem os discursos comumente atribuídos a estes sujeitos históricos nos/dos sertões, construindo narrativas plurais.

A partir da metodologia de análise de discurso, em uma perspectiva foucaultiana, à qual pautamos esta pesquisa, compreendemos que “Deve se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.” (FOUCAULT, 2014b, p. 50). Assim, neste percurso da pesquisa, transcrevemos 14 prontuários e optamos por trabalhar com quatro destes: dois prontuários masculinos e dois femininos. Tendo em vista o compromisso ético desta pesquisa, utilizamos pseudônimos ao nos referir aos usuários e as usuárias, com a finalidade de assegurar a proteção de suas identidades. Os prontuários escolhidos, na época, pertencem a usuários e usuárias que frequentavam semanalmente o CAPS desde 2001.

A primeira usuária que apresentamos é A.M, que chega à instituição com 31 anos. No seu prontuário, consta que ela é doméstica, mas alguns funcionários relatam que ela também faz trabalhos artesanais que contribuem com sua renda. No prontuário, o estado civil de A.M está como separada. Mas, encontramos relatos recentes de uma relação conflituosa, a qual à usuária diz ter com o marido. Algo que ressalta aos nossos olhos, na lida com este prontuário, é que A.M é a sua informante principal. A partir daqui já começamos a perceber sutilmente a autonomia da usuária e também a falta de uma rede de apoio.



Até o momento da nossa análise de fontes, A.M estava sendo acompanhada há 18 anos. Isso nos suscita duas questões: a primeira seria o cuidado que a usuária tem consigo mesma, em busca de acolhimento, pois nas falas de A.M, quando ela partilha sobre os seus anseios, problemas – problemas estes relacionados muitas vezes ao seu lugar social enquanto mulher, mãe, esposa –, parece estar sempre se sentindo sozinha.

A segunda questão seria em relação ao acompanhamento dado a A.M por parte do serviço, pois embora sua autonomia seja estimulada pelas próprias atividades no CAPS e seja algo que lhe acompanha, a mesma permanece aparentemente “dependente” deste serviço. Neste sentido, percebemos, ao longo do nosso estudo, que o CAPS frequentado por A.M investe na medicalização e atendimento individual e pouco nas atividades que priorizam uma vida mais comunitária. Sabemos que uma mudança de mentalidade em esfera social e cultural em se tratando da saúde mental não é simples de ser alcançada e que o próprio serviço precisaria de movimentos outros, que possibilitassem integração da equipe de profissionais, ampliação do quadro de funcionários, processos de formação continuada, melhorias do ambiente de trabalho para os/as trabalhadores/as, investimento financeiro para ofertar ferramentas práticas para o exercício do cuidado em liberdade.<sup>3</sup>

Este percurso de identificação de fragmentos de vida de A.M nos faz perguntar o que conhecemos de seu território. Será que A.M frequenta alguma praça ou igreja, já que a sua fé é algo constante no seu prontuário? Quais cenas de violências ela presencia, tendo uma relação conflituosa e permeada por abusos com o marido? Quais são as trocas simbólicas construídas por A.M nas ruas do sertão cajazeirense?

Quando trazemos essas questões, nos perguntamos se foi dada a A.M a possibilidade de ter uma vida fora ou além da institucionalizada pelos serviços de saúde, dispositivos que, por vezes, acabam por atuali-

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais ampliada desta questão, verificar o capítulo II da pesquisa monográfica já referida.





zar mecanismos manicomiais. Então, se o Movimento de Reforma Psiquiátrica tanto lutou para a queda dos manicômios, entendemos que investir em um modelo que não investe em produzir relações sociais que suportem a presença da diferença em sua potência também não consiste numa solução. Assim, mesmo correndo o risco do equívoco, acreditamos que A.M não foi inserida em um contexto externo à instituição ou ao menos não se sentiu fazendo parte de algo ou algum grupo que percebesse a sua forma de existência como possibilidade e potência de vida.

Sua história clínica mostra que “[...] após a separação ela entrou em depressão.”, tomando psicotrópicos durante 1 ano. Ainda, segundo informação contida no prontuário, ela teve agravamento da depressão por maus-tratos do esposo. No entanto, não especifica como isso ocorreu e como atingia A.M. exatamente.

Ela passou por várias consultas e, conseqüentemente, por avaliações psicológicas, que demonstraram, ao longo de duas décadas, oscilações de humor: alegria, insegurança, esperança, tristeza profunda, fé, medo e ansiedade. A tentativa de (re)estabelecer-se, de buscar sua fé, são recorrentes nos escritos e falas de A.M. A usuária teve que lidar com a morte da mãe e com problemas do filho com o álcool, fatos que causaram, em alguns momentos, o seu afastamento da instituição. As preocupações de A.M. enquanto mãe estavam quase sempre presentes. Assim, é pertinente perceber as subjetividades das relações sociais pertinentes na elaboração de fragmentos da história de vida de A.M.

Nas sessões com o psicólogo ou a psicóloga que a atendiam, A.M. geralmente estava aberta ao tratamento terapêutico. Em 2015, há o seguinte registro:

A usuária relata que está muito chateada com algumas pessoas que a discriminam por causa da aparência. Está com a autoestima baixa e se entristece quando lembra a pessoa que foi um dia e percebe que hoje é totalmente diferente. Se culpa pelos erros que cometeu no passado e por não ter escutado as pessoas que quise-



ram lhe alertar. Durante a escuta a usuária chorou e disse que se sentia desanimada, mas continuaria firme com sua fé.

Quando A.M. fala que se chateia “[...] com algumas pessoas que a discriminam por causa da aparência [...]”, isso fala de uma sociedade patriarcal e machista que interfere em sua relação subjetiva consigo mesma, confundindo suas percepções. Destacamos que nos primeiros escritos do prontuário da usuária, ela relata maus-tratos por parte do esposo. Além disso, conseguimos perceber aqui como a rede de relacionamentos na qual A.M. estava envolvida de alguma forma a prejudicava. Entre os fios dessa narrativa, partindo da obra “Microfísica do Poder” (FOUCAULT, 1998), problematizamos as relações de poder que atravessam a vida de A.M, sejam elas: o casamento, a experiência da maternidade, à relação com outros membros da família, além de outras dinâmicas sociais que contornam a vida de A.M, pois percebemos esse poder, capilarizado em seu cotidiano, atuando em sua trajetória e na maneira como lida e atribui sentidos ao seu sofrimento. Além disso, podemos aqui nos apropriar de um conceito da prática clínica para problematizar as possibilidades de uma existência permeada por produção de vidas e suas singularidades, individuais e coletivas.

Entende-se que o paciente não é “[...] objeto de um saber ou de uma prática, mas sujeito em construção em um processo de individuação complexo, que se dá no interstício dos encontros.” (LIMA; YASUI, 2014, p. 7). E esta complexidade deve ser levada em consideração para que os sujeitos não sejam apenas “direcionados” a vivenciarem vidas “comuns”, pautadas em um padrão classificado como normal. O sujeito não pode ser pensado como alguém que precisa encaixar-se em um padrão almejado pela sociedade produtiva, descartando assim, a possibilidade de existências outras. Caberia à reflexão de pensarmos nas possibilidades de novas linhas de vidas, produzindo assim algo novo, original, “[...] como busca permanente, no âmbito da vida cotidiana, da instauração de um processo contínuo de produção singular da exis-



tência.” (LIMA; YASUI, 2014, p. 8). Ou seja, a possibilidade de uma vida enquanto movimento, a partir da construção e desconstrução de territorialidades, poderia proporcionar a A.M ocupar percursos outros, estratégicos e de resistências.

Agora, que possamos caminhar por fragmentos da história de vida da usuária L.V. Na época da sua chegada ao CAPS, ela tinha 33 anos, recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o seu estado civil consta como solteira. No prontuário não há informação sobre o seu grau de instrução. Segundo sua História Clínica, a “[...] paciente apresentou agitação mesmo com uso do Haldol [...]” e foi considerada em “crise psicótica”.

Percebe-se, ao longo dos registros, que sua família lida com dificuldades com o seu processo de sofrimento e acaba por “guardar” L.V. em casa. Neste sentido, fazemos referência ao trabalho de Yonissa Marmitt Wadi, intitulado “Palácio para guardar doidos” (2002), no qual o manicômio é referido como sendo o lugar específico para colocarem-se os sujeitos considerados anormais, isolando-os do restante da sociedade. Dessa forma, compreendemos que a cultura manicomial ainda persiste e é mantida por uma série de fatores. No caso de L.V., o isolamento se dá no próprio espaço domiciliar: “Encarcerando o sujeito e lhe marcando, pela violência, o manicômio diz ao sujeito: não és humano, não és como nós, és um doente, não há lugar seguro para ti em nossa sociedade.” (MAIA, 2008, p. 22-23).

Na Evolução Clínica, em um relato de 2014, encontramos a seguinte anotação:

Em visita à residência da usuária, ela foi encontrada trancada no quarto. A família foi avisada que a equipe de enfermagem voltaria para administrar a medicação na mesma, ao retornarmos, já encontramos a usuária fora do quarto, havia tomado banho, porém, estava agitada e agressiva. Foi administrada a medicação prescrita e cortamos as unhas dela que estavam grandes e muito sujas. [...] [L.V.] estava na companhia da mãe, de um irmão e de uma cunhada.



Isto repete-se em 2016, a partir de outra visita domiciliar. A equipe não consegue entrar na casa, pois ela estava novamente trancada. A equipe foi informada de que a usuária estava sob os cuidados da cunhada e que sua cuidadora estava em João Pessoa, mas que chegaria no dia seguinte.

Esse caso difere do que apresentamos de A.M., pois L.V. não possui sequer o direito de ir e vir. Os relatos não deixam dúvida de que a mesma não possui o cuidado de maneira satisfatória, pelos familiares e/ou cuidadores. Aqui, sua existência é reduzida ao seu diagnóstico, ela deve ser medicada e enclausurada por conta de sua agressividade.

No entanto, não sabemos ao certo se esse isolamento se estabelece apenas em momentos de crise, em que poderá haver posturas agressivas, pois isso não se evidencia nas leituras que fizemos do prontuário. Mas, o que se destaca é que o enclausuramento vivido por L.V. faz com que ela responda com agressividade a esta situação. Assim, conjecturamos que, algo que pode ser caracterizado enquanto parte de sua personalidade, seja impulsionado justamente pela falta do cuidado em liberdade. Sendo assim, ainda que suas condutas sejam violentas em momentos específicos, o isolamento só acaba por atenuar esse comportamento.

Enfatizamos que não é a nossa pretensão sugerir “soluções” para os casos analisados nessa pesquisa, nem muito menos pensar que o CAPS é responsável pelas experiências de vida marcadas por sofrimento ou pelo descaso familiar e social. Entendemos as inúmeras limitações que o sistema enfrenta e as implicações políticas que estão em jogo. No entanto, ao entrar em contato com casos como este, refletimos mais uma vez sobre o extermínio da possibilidade de uma vivência única e da permanência de uma determinada forma de cuidado. L.V. não enfrenta apenas sua condição de adoecimento, pois ela, assim como tantos outros, está inserida em um contexto social carente tanto material, quanto de informação. Dessa forma, acreditamos que há uma falha na comunicação entre a família e o CAPS, que se delinea por diversos motivos.



Aqui retornamos às discussões realizadas anteriormente, quando falamos sobre o entrelaçamento do CAPS com a Rede Básica de Saúde. Isto seria uma alternativa para que os usuários estivessem sendo atendidos com maior pontualidade, conforme suas demandas. Além disso, a existência de leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais para os sujeitos em crise poderia dar-lhes suporte nestes momentos, quando muitas vezes os familiares não sabem como proceder.

Tendo acesso apenas aos prontuários, não podemos promover “acusações” e não é o nosso objetivo culpar a família ou o CAPS, mas entendemos que esses sujeitos, como L.V. e tantos outros, acabam ficando à margem das possibilidades oferecidas através de políticas públicas e cuidados médicos, bem como da participação da família e da sociedade.

Retomamos a discussão realizada por Lima e Yasui (2014) ao falar da territorialização. L.V. é apresentada, às vezes, com comportamentos agressivos, apresentando algum perigo para ela e para os que a rodeiam. Logo, a medicação seria a estratégia mais rápida e talvez eficaz de contê-la. No entanto, não se parece levar em consideração que sentimentos, aflições, medos ou inseguranças, acometam L.V. Ela é colocada em uma “condição” que não só a marca fisicamente em seu corpo, como também elimina qualquer outra possibilidade de existência. L.V não possui um território para lhe proteger do caos, ela vive em um processo de desterritorialização constante.

Assim, é preciso construir um mínimo de contorno, de território existencial; enfim, uma morada que possa funcionar como ancoragem e proteção contra o caos. As marcas vão constituindo essa ancoragem. Ao mesmo tempo, essa morada é percorrida por movimentos de desterritorialização. (LIMA; YASUI, 2014, p. 10).

Os autores apontam que, embora o território não seja fixo e sua construção já acene para uma desterritorialização, é importante construir algo que possa tornar a vida possível. Porém, como analisa Peter Pál Pelbart (1993), é necessário questionar-se sobre se, ao dar sentido a



essas existências, estaríamos mais uma vez tentando enquadrá-las em nossa forma “padronizada” de vida. “Ao borrarmos essa fronteira simbólica e concreta entre a sociedade e seus loucos não estaremos, sob pretexto de acolher a diferença, simplesmente abolindo-a?” (PELBART, 1993, p. 104).

O próximo ator histórico é o R.L., usuário que chega ao CAPS com 37 anos, recebendo BPC e solteiro. Nasceu em 1964, mês em que se instaura a ditadura civil-militar no Brasil. Assim como L.V., não consta o seu grau de instrução. A partir da história clínica de R.L., o que se sobressai é que ele “[...] considera-se Deus e quando sua mãe diz que não é, revolta-se contra ela”.

Imediatamente, nos lembramos de Arthur Bispo do Rosário que também tinha uma relação singular com o Divino. Mas, ao contrário de R.L., o Bispo percebia-se enquanto um “enviado de Deus” na Terra, esperando o chamado para o Juízo Final. Lembro também de Menocchio, personagem principal da obra “O queijo e os Vermes” (GINZBURG, 1987), que tem sua própria teoria acerca de Deus e da criação do Universo. Essas falas marcaram-me bastante. Este foi um dos primeiros prontuários que tive contato. Pensamos nas possibilidades que o usuário tinha de enxergar-se enquanto sua própria força criadora, ou talvez, em busca por potência, metamorfoseava-se simbolicamente na figura de Deus.

O usuário R.L tem histórico de duas internações em Hospital Psiquiátrico, mas não consta em qual exatamente. Consta também que ele se recusa a tomar medicação e que sofre com problemas de insônia e pensamentos persecutórios. Há entre parênteses, o seguinte registro de fala do usuário: “(o computador vai mata-lo, matar sua mãe) (SIC)”. Mas, problematizando essa fala, em certa medida, nossa relação com computadores, celulares e câmeras, por vezes torna-se tóxica, chegando a nos controlar e adoecer. Essa sensação da vigilância do “Outro”, talvez fale de como R.L. sente-se estranho ao que lhe é imposto, a sensação



de não poder ser quem ele é ou quem gostaria de ser<sup>4</sup>. Dessa forma, ele pode acreditar que precisa anular suas subjetividades e entrar em um padrão normatizador, o que segundo Maria Rita Kehl (2015) pode gerar o adoecimento na contemporaneidade.

O último usuário que apresentamos nesta pesquisa é o D.S., que tinha 35 anos na época em que chega ao CAPS, também recebedor do BPC e solteiro. O seu grau de instrução consta inicialmente como “quarta série”. No entanto, encontramos outro documento, atualizado em 2014, em que mostra que ele era analfabeto. Com isto, pensamos que o momento de triagem e de preenchimento da ficha de cadastro realizado na recepção pode ter sido, de algum modo, constrangedor. Ou pode tratar-se somente de um erro do/a responsável na hora do registro, assim como nos casos anteriores, de L.V. e de R.L., nos quais não consta o quesito instrução. Nesta perspectiva, lembramos que um dos pontos do Movimento de Luta Antimanicomial é a educação como uma das alternativas para inserção dos sujeitos em sofrimento na sociedade.

A questão de D.S. desloca-se das histórias anteriores pelo uso intenso de álcool, que é recebido na rua. Isto não é incomum por parte da população. Em Salgueiro-PE, por exemplo, cidade em que nasci, tenho lembranças de Cícero, personagem conhecido na cidade como religioso, que sempre costumava beijar o altar e os santos da Igreja Matriz. Quando eu acompanhava minha mãe nas missas, ele sempre estava lá, prestando bastante atenção à homilia. Mas, quando lhe davam bebida, ele mudava o comportamento, o que debilitava sua saúde mental. Isto é o mesmo que ocorre com D.S.; o meio social acaba interferindo de forma negativa e proposital a partir da oferta de álcool, agravando o quadro.

---

<sup>4</sup> Assim, uma das características centrais do poder disciplinador é a sua capacidade de individualização, de controlar e modelar os corpos buscando sempre agir sobre a vontade. O poder disciplinar é, em termos mais simples, o controle e a vigilância agindo pela ritualização da vida. (MAIA, 2008, p. 19).



A irmã de D.S. o acompanhou na consulta, relatando seus problemas com a bebida. Ela acredita que o álcool só serve como agravante para o problema mental do irmão que faz tratamento desde os 17 anos com Dr. Pessoa<sup>5</sup>. Ela diz que ele é andarilho, agitado e dorme na rua. Toma quatro remédios diferentes, entre eles: Haldol e Diazepam. Sua irmã solicita que seja encaminhado para internação na Clínica Santa Helena.

Em 2008, o usuário disse que faz uso de drogas e álcool. Em um relatório social mais recente, de 2015, no último parágrafo consta o seguinte:

Considerando o histórico do usuário, o relato da irmã e de acordo com os pareceres dos profissionais do CAPS ad que acompanharam o usuário na sua passagem por esta unidade em 23 de junho, dia que o mesmo estava em surto psicótico – entendemos que o mesmo é usuário com transtorno mental e deve continuar a ser tratado no CAPS II, já que ele não está fazendo uso de bebida alcoólica há quase 1 ano e não possui nenhuma outra dependência química.

Sendo assim, percebemos que o uso de bebida alcoólica o deixa em vulnerabilidade, influenciando em seu tratamento. Será que para D.S., assim como para muitos outros usuários, a embriaguez sirva como escape ao seu sofrimento? Lembro-me do escritos de Lima Barreto em seu “Diário do hospício & O cemitério dos vivos” (2017) quando ele diz se entender como alguém que teve a vida atravessada pelo uso do álcool, por “sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente” (BARRETO, 2017, p. 49).

---

<sup>5</sup> Dono da Clínica Psiquiátrica Santa Helena, localizada em Cajazeiras – PB. Com o desestímulo ao modelo hospitalocêntrico, o manicômio fecha suas portas para internação em 2014. Cf. DIÁRIO do Sertão. **Após 38 anos clínica de Cajazeiras é fechada e proprietário diz: ‘Pacientes estão nas ruas’**. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/55735/apos-38-anos-clinica-de-cajazeiras-e-fechada-e-proprietario-diz-pacientes-estao-nas-ruas.html>. Acesso em: 20 de mar. 2019. Até o ano de 2019, em que esta pesquisa foi publicada, o psiquiatra utilizava o espaço para consultas. Para mais informações, destaco a relação entre CAPS e Clínica Psiquiátrica Santa Helena no segundo capítulo da pesquisa monográfica.





Por fim, na tentativa de perceber o entrelaçar dessas histórias, identificamos alguns pontos que conectam estes sujeitos; chegaram ainda em 2001, frequentam o CAPS semanalmente e estão em tratamento até o ano corrente. Afastaram-se da instituição em momentos específicos da vida, sofreram com a chegada das crises que os deixavam sem vontade de participar das atividades que aconteciam no serviço, mas tiveram forças, por exemplo, ao permitirem serem cuidados pelo Outro – seja na figura do CAPS, da família e/ou sociedade. E por diversos momentos, perceberam-se sem território, não pertencentes a algo, não encontrando acolhimento.

Além disso, ao longo da nossa pesquisa, encontramos prontuários (que não necessariamente estão dentro dos que foram transcritos) que apontavam as inseguranças dos familiares dos usuários, os quais demonstravam não compreender determinadas condutas, medicamentos prescritos e a falta de internação por parte do Centro de Atenção Psicossocial II. Percebe-se, mais uma vez, falhas na comunicação entre família e CAPS, fazendo com que esses desencontros dificultem o processo de tratamento, pois essa parceria faz-se imprescindível. Além disso, é importante destacar, tendo como base as individualidades, que existe a necessidade de um tempo espontâneo, em que cada um possa caminhar em busca de autonomia, ao reconhecer suas possibilidades e desafios diante da vida.

Assim, podemos aprender com a loucura como nos construímos simbolicamente durante nossa vida e como, diante de alguns percalços, essa condição pode ser desestabilizada, modificada. Pode nos ensinar, também, como viver no mundo de outras formas, utilizando outras vias de expressão, quem sabe encontrando novas maneiras de se relacionar com o outro, mais abertas, menos neurotizantes, menos violentas. A loucura traz um sentimento muito intenso, mas tem em si a semente de uma vida com mais autenticidade. E carrega a força para uma luta justa por um mundo que não seja tão opaco e opressor, sem muitas das coisas que nos limitam e nos pressionam homeopaticamente, dia após dia. (MAIA, 2008, p. 11).



Tendo posto isto, o que podemos concluir de todo esse percurso feito no decorrer da pesquisa é que temos um grande desafio pela frente no esforço de desinstitucionalizar a vida, mas sem com isso também desejar inserir os sujeitos em um padrão normatizador. Dessa maneira, acreditamos concluir este artigo voltando o olhar para os sujeitos e fragmentos de sua(s) história(s) de vida(s), demonstrando a pertinência da historiografia da saúde mental e da pluralidade das narrativas nas territorialidades sertanejas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez editora, 2011.

AMARANTE, Paulo (org.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

ANGELI, Daniela. **Uma análise arqueológica dos discursos do movimento de luta antimanicomial no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89382/233939.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 de jan. 2019.

BARRETO, Lima. **Diário do hospício & O cemitério dos vivos**. Editora Companhia das Letras, 2017.

CARMIN, Grupo. **A invenção do Nordeste**. Direção de Quitéria Kelly. Natal, 2017.

CORBIN, Alain. *et al.* Uma história quase impossível. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 19, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. *In*: O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo. 1986.

DIÁRIO do Sertão. **Após 38 anos clínica de Cajazeiras é fechada e proprietário diz: 'Pacientes estão nas ruas'**. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/55735/apos-38-anos-clinica-de-cajazeiras-e-fechada-e-proprietario-diz-pacientes-estao-nas-ruas.html>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

ENCONTRO ESTADUAL DE CAPS, 1, JORNADA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL, 3, 2010. Olhares, Desafios e Perspectiva para a Saúde Mental. [Relatório Final] Universidade Federal de Campina Grande-CFP: Cajazeiras, 2010.



FEITOSA, Adriana. **Relatório Final do projeto de Implantação e Implementação do Centro de Atenção Psicossocial**. PROBEX/UFMG: Cajazeiras, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura**: na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 15-34, 1987.

GUATARRI F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

FICÇÃO, Nordeste. Intérprete e Compositora: Juliana Linhares. *In: Nordeste Ficção*. Intérprete: Juliana Linhares. CD, faixa 5, 4:58 min, 2021.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Companhia das Letras, 1997.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. Boitempo Editorial, 2015.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Revista Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 38, N. 102, p. 593-606, jul-set, 2014.

MAIA, Thiago Henrique Sanches. **Subjetividade e loucura**: uma perspectiva antimanicomial. 2008.

OLIVEIRA, Francisca Bezerra de. I Fórum de Saúde Mental do Alto Sertão Paraibano. **[Relatório Final]**. CFP/GPESC/UFMG, Cajazeiras: 2011.

PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

\_\_\_\_\_. **Da clausura do fora ao fora da clausura**: loucura e desrazão. São Paulo: Iluminuras, 2009.

SANTOS, Larissa Beserra dos. **As faces da loucura em Cajazeiras – PB**: entre o social e o sensível. (2019). Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2019.

VIDAL, Laurent. Alain Corbin o prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 49, p. 11-31, 2005.

WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina**: subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.



WADI, Yonissa Marmitt. Olhares sobre a loucura e a psiquiatria: um balanço da produção na área de História (Brasil, 1980-2011). **História Unisinos**, v. 18, n. 1, p. 114-135, 2014.

\_\_\_\_\_. **Palácio para guardar doidos**: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros**: desafios da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.



## SERTÃO: UMA CATEGORIA FÁLICA?

 Maria Alda Jana Dantas de Medeiros<sup>1</sup>

[...] alguns deziãem que virãem rrolas mas eu nom as vy mas segun-  
do hos arvoredos sam muytos, e grandes e dimfimdas maneiras,  
**nom duvido que per ese sertãao ajãem muytas aves.**

[...] de pomta a pomta he toda praya parma muito chã e muito fre-  
mosa **pelo sartaão nos pareceo do mar muyto grande** por que a  
estender olhos nom podãemos veer se nom terra e arvoredos que  
nos parecia muy longa terra (CAMINHA, 1500, f. 10 e f. 13v; grifos  
da autora)

**A**o relatar ao rei D. Manuel I o primeiro contato com as terras que posteriormente ficariam sob domínio colonial do Império Ultramarino Português, Pero Vaz de Caminha utilizou a palavra “sartaão”, variação gráfica de “sertão”, para discorrer sobre as terras além da costa litorânea, realizando a primeira travessia dessa categoria para a futura América lusa, conceito que desde o século XIV já fazia parte do léxico português, inicialmente como referência às áreas distantes de Lisboa. Insopitável como o próprio tempo que o esculpiu multiforme, o sertão enquanto conceito incorporou em si sentidos diversos, ajustados conforme o tempo, espaço e, sobretudo, o lugar ocupado pelo observador ao anunciá-lo. Por via de regra, como atestam estudos dedicados à temática (AMADO, 1995; ARAÚJO, 2000; MÄDER, 2008; BONATO, 2010;

<sup>1</sup> Mestra em História dos Sertões – PPGHC-UFRN, sob orientação do Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo (DHC-CERES-UFRN; PPGHC-UFRN). Bolsista CAPES.



NEVES, 2012; MACEDO, 2019), agregaram-se ao sertão referências a espaços interiores e pouco conhecidos, recantos longínquos e apartados do mar, imersos em incertezas e especulações.

Na América portuguesa, as paragens recuadas do litoral foram permutadas num grande sertão pelas lentes dos colonizadores fixados à costa, onde se consagrava o projeto colonial português, ponto primordial, pois, de observação. O grande vazio inculto, isto é, a lacuna da colonização, sem súditos de Portugal e sem o próprio controle régio da Coroa, tornou-se o perfeito oposto do litoral já cristianizado e civilizado. Podemos considerar que o vasto ermo sertanejo, tal como seus próprios habitantes, os indígenas “selvagens” mencionados pelo cronista<sup>2</sup> Gabriel Soares de Souza no relato de sua expedição ao sertão baiano, carecia de “três letras do A B C, que são F, L, R”, pois não tinha “fé em nenhuma cousa que adorem”, “lei nenhuma que guardar”, sequer “rei que os reja” (SOUZA, 1851 [1587], p. 309). Por outro lado, distante desse prisma negativado, o sertão também ganhou nuances idílicas para os excluídos da sociedade colonial, transfigurado num lugar de refúgio para esquivo das autoridades coloniais, seja do Estado ou da Igreja (AMADO, 1995). Na corda bamba entre inferno e paraíso, durante a colonização o sertão se constituiu num espaço relacional, de sentidos móveis, símbolo mor da alteridade.

Com o advento da independência na segunda década do século XIX, tornou-se urgente a confecção de uma história para o Estado nacional agora soberano, a emergência de um passado que costurasse um

---

<sup>2</sup> Não raro, a palavra sertão permeou em relatos de viagens ultramarinas portuguesas em outras partes do globo (MACEDO, 2019). Na América lusa, podemos encontrar o uso da categoria em crônicas, memórias, diários de viagens e outros documentos produzidos por diversos viajantes que iam aos sertões, integrantes de expedições rumo ao interior do território. Além de Gabriel Soares de Souza, destacamos, dentre os tantos cronistas, Hans Staden (1557), Henry Koster (1815) e Frei Vicente de Salvador (1918). Guardadas as ressalvas entre as diferenças, inclusive, espaciais dos sertões abordados por cada um dos autores, percorreu nas narrativas a imagem de um sertão desconhecido, selvagem e, por vezes, enigmático por suas pedras preciosas.



elo unificador dos tipos sociais diversos da sociedade brasileira –passado o qual deveria, aliás, indicar do que se constituía a própria brasilidade. Reflexo primordial desse curso foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, com a missão dupla de conhecer a natureza que engradecia o país e o passado que resgataria como modelos para o futuro próspero os grandes heróis nacionais. As produções historiográficas elaboradas no seio do IHGB passaram a usufruir do estatuto de uma disciplina, e os discursos científicos ali formulados se propuseram a pensar na confecção da nação brasileira. Nesse movimento, o conceito de sertão não somente foi apropriado por intelectuais diversos como, também, foi indispensável no exercício de reflexão para a construção da brasilidade (SOUZA, 2015).

É precisamente o emprego do sertão no pensamento social brasileiro que este texto tenciona observar para mobilizar uma reflexão sobre como as narrativas concebidas por essa cultura histórica, no decorrer do século XIX para o XX, trilharam por um modo androcêntrico de produção de conhecimento sobre os sertões, numa projeção da luz histórica que pouco alumiu os femininos nos espaços sertanejos, haja vista o uso frequente da categoria sertão atendendo uma premissa fálica. O itinerário, ainda em curso, que traçamos pelos enunciados articulados no pensamento social brasileiro nos mostra a convocação recorrente de sujeitos machos quando se falou e se pretendeu entender os sertões.

Pensamos, assim, em diferentes representações elaboradas sobre o sertão, na perspectiva conceitual do historiador francês Roger Chartier sobre *representações* (1990; 2002), para ponderarmos sobre como o sertão foi fabricado por diferentes intérpretes do Brasil em seus respectivos tempos e espaços. Carregando a marca ontológica dos interesses envolvidos em sua produção, as representações engendram um mundo paralelo que mais se preocupa sucumbir a dimensão do real do que ser seu fiel reflexo. Despidindo-as da pretensa naturalidade, podemos enxergar as representações como construções colocadas num campo de disputas por poder e domínio.



Nesse sentido, a acromática genealogia de Michel Foucault (2015) também nos ajuda no distanciamento da idealização de uma naturalidade, de tudo que se diz estar posto *a priori*. A pureza das origens se desfaz no *método genealógico* para nos mostrar o controle do passado provocado num lugar de discórdia, do disparate, das lutas de poder que gestam jogos de dominação e submissão. Averiguamos os *discursos* ao os inserirmos nas redes de sentidos onde estes foram enunciados e propagados, entendendo-os como objetos do desejo que dão organização ao mundo, num jogo onde as verdades são concebidas e disputadas. Em movimento semelhante ao qual a representação toma lugar do seu referente, o universo discursivo, enquanto significante, tende a dispensar a dimensão da realidade para tornar-se, ele mesmo, a verdade; assim sendo, os discursos hegemônicos se sustentam em mecanismos de controle e temem as singularidades (FOUCAULT, 1996). Entendemos também que tais acontecimentos discursivos são engendrados dentro de um conjunto de regras, de condições de dizibilidade, um sistema de enunciabilidade que é o *arquivo*, na perspectiva foucaultiana. Ao pensarmos num arquivo sobre o sertão, aspiramos analisar o “sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz” (FOUCAULT, 1986, p. 147), isto é, o que pôde ser dito e também o que foi ocultado, os esquecimentos e silêncios marcados nos enunciados sobre o sertão.

Se a produção historiográfica no século XIX mormente girou em torno do IHGB, talvez o exemplo mais patente por onde se elucidam suas investidas ideológicas e políticas seja a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, sobretudo na preocupação do Estado em gestar de uma interpretação do Brasil que, longe de romper com a Coroa portuguesa, pretendia seguir sua missão civilizatória nos trópicos (GUIMARÃES, 1988). Em sua *História Geral do Brasil* (1877), Varnhagen ofereceu à nação um passado histórico que pretendia ser denominador comum da heterogeneidade de uma sociedade que, agora, deveria compor-se enquanto uno. Em defesa à colonização lusitana, a autoridade científi-





ca com a qual se travestiu pela vasta pesquisa em arquivos o amparou para inventar um Brasil que servisse primeiramente à elite branca e à família real. Em seus escritos, o sertão apareceu sobretudo nos momentos em que discorreu sobre as expedições em direção ao interior do território nacional, terras desconhecidas enfrentadas na busca por metais preciosos. Marcado pela barbárie indígena que obstruía as expedições e ameaçava outras localidades com sua anarquia, tal como relatado no caso da capitania de Porto Seguro, esse sertão seguiu o imaginário do desconhecido e hostil. Talvez, assim como as gentes pretas, caboclas, mamelucas e índias eram um empecilho ao progresso nacional no discurso de Varnhagen, o sertão também o fosse.

Parte da elite social e intelectual brasileira, o Visconde de Porto Seguro também nos serve como ponto de reflexão sobre o próprio ofício do historiador no Brasil imperial e sobre a construção da disciplina histórica no século XIX como ambientes reservados ao segmento masculino. Homens de letras, nutridos de virtudes epistêmicas, condecorados com uma faceta científica e imparcial que menos dizia sobre métodos e mais sobre índole e moral, desfrutavam de uma autoridade diretamente articulada à classe social, sexo e raça, de modo que “ser historiadora implicaria uma flexão de gênero impossível, pois, excluídas do exercício da cidadania e do corpo político da nação, as mulheres estariam destituídas do próprio *ethos* que definia o historiador oitocentista” (OLIVEIRA, 2018, p. 118).

Na aurora do século XX, outro grande intelectual consagrado na historiografia brasileira ofereceu uma reinterpretação do Brasil que deslocou o cerne da história nacional do litoral para os sertões, inclusive o sertão do então norte brasileiro, onde nasceu o cearense de quem estamos falando, Capistrano de Abreu. O argumento defendido por este autor em seus Capítulos de História Colonial (1907) é que o espírito propriamente brasileiro teria sido germinado no sertão como corolário das expedições rumo ao oeste do território colonial durante os séculos XVI e XVIII. As bandeiras, como eram chamadas tais expedições, dilataram a



demarcação imaginária do Tratado de Tordesilhas na busca por metais preciosos e despertaram, de forma inédita, uma consciência nacional que passou a dispensar a continuidade dos vínculos com a costa litorânea e, por conseguinte, com a metrópole portuguesa. O sertão seria, pois, o próprio coração do Brasil. Capistrano de Abreu também trabalhou na recusa da idealização dos bandeirantes como nobres portugueses, não apenas ressaltando a mestiçagem entre brancos e índios de onde tinham se originado como, também, questionando a violência empregada contra os indígenas, a qual mais despovoou o sertão do que o ocupou. O nomadismo das bandeiras serviu como premissa para sua valorização da pecuária nos sertões, na qual destacou a “civilização do couro”, no Ceará.

O entendimento de que as bandeiras foram o “marco zero” da nação brasileira perpassou por diversas outras interpretações fabricadas sobre a história nacional. A investida dos bandeirantes em ocupar a hinterlândia marcou, como apontou a antropóloga Candice Vidal e Souza, nossa primeira experiência de fronteira. Além do estender espacial do território nacional, a extensão da fronteira igualmente demarcou simbolicamente uma nacionalidade (SOUZA, 2015).

As bandeiras, todavia, não tiveram tanto destaque nas primeiras produções financiadas pelo IHGB, cujo um dos interesses máxime era condecorar os feitos portugueses. O resgate da figura do bandeirante e a construção de uma mitologia acerca do bandeirantismo se deu somente na República, contexto em que São Paulo, a partir da produção cafeeira, se deslocou do lugar até então ocupado na periferia econômica para assumir predomínio nacional do ponto de vista político e econômico. Na necessidade de explicar de onde vinha a opulência de São Paulo, a figura do bandeirante como desbravador dos sertões foi incorporada ao universo simbólico da identidade paulista para explicar que a grandeza de São Paulo estava marcada desde o germinar de sua história, atravessando todos os séculos. Grandes feitos, como a silhueta do território nacional conquistado pelo avanço das bandeiras e a repressão às revoltas e quilombos, foram listados como exemplos do heroísmo dos



bandeirantes e explicações para ascensão de São Paulo rumo à centralidade política e econômica do país. A historiografia paulista, composta por membros da elite política e social, muito se dedicou a explorar o mito bandeirante. O historiador Pedro Taques merece aqui destaque por ter inaugurado a ideia de uma nobiliarquia paulista ao associar os bandeirantes à nobreza europeia e à pureza de sangue. Posteriormente, no século XX, intelectuais paulistas vinculados ao IHGB/IHGSP deram continuidade à produção de narrativas sobre os bandeirantes. Foge do nosso atual escopo aprofundarmos neste ponto da análise, contudo citamos Afonso Taunay, Alfredo Ellis Júnior e José de Alcântara Machado como alguns dos principais articuladores dos conhecimentos produzidos sobre as bandeiras. Nestes, a mestiçagem da qual teria se originado o bandeirante não é renegada, embora tenha sido José de Alcântara Machado o que mais trouxe novidades para o que até então se discorria sobre o bandeirante, denunciando a pobreza a qual estavam imersos os idealizados heróis paulistas (OLIVEIRA, 1998).

Incluso também na historiografia paulista, Sérgio Buarque de Holanda aderiu à versão desmistificada de Alcântara Machado sobre os bandeirantes em “Caminhos e Fronteiras” (1957), obra na qual colocou a saga das bandeiras como basilar na construção da nacionalidade, tendo em vista que os bandeirantes produziram a nação ao levarem os elementos culturais brancos-europeus ao contato com os elementos culturais indígenas. Nesta fronteira geográfica e antropológica onde se gestou a nação, surgiu o sertanejo como produto de uma mescla física e cultural de brancos e índios; um sujeito não-branco, não-índio: pioneiramente brasileiro. Para o autor, este espírito nacional germinado nos sertões deveria ser continuado nas cidades, onde São Paulo era, decerto, o maior exemplo da modernidade urbana.

Na empresa de observar como os sertões foram articulados no pensamento social brasileiro, refletir sobre as considerações de Euclides da Cunha é esforço capital. Data de 1902 a primeira publicação de “Os Sertões”, obra produtora de imagens e temáticas até hoje associadas aos



sertões brasileiros, a maior criação do jornalista que foi ao sertão baiano para cobrir a Guerra de Canudos como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo, nos derradeiros anos do século XIX. Filho prodigioso do seu tempo e das teorias mesológicas, raciológicas e geodeterministas, Euclides da Cunha escreveu um sertão sincronicamente definido e vital, o qual em seus últimos suspiros ainda mantinha em si o sopro de vida da nação brasileira, o cerne da nacionalidade, o fio de esperança do projeto nacional que deveria resgatar o sertão para garantir o progresso do país. Para o escritor da guerra de Canudos, a distância entre sertão e litoral era antes temporal que espacial, três séculos de diferença apartavam as duas sociedades de processos históricos distintos. As sub-raças sertanejas, para o autor irrompidas mormente das mesclas biológicas entre brancos e indígenas, embora inferiores em sua mestiçagem embaralhada e dissímil, não eram um absoluto impedimento para evolução social; era urgente, contudo, a civilização desabar sobre o sertão.

Figura mor que parece esgotar em si o universo simbólico de todas as gentes do sertão, o homem sertanejo é extensamente apresentado nas páginas euclidianas. Deselegante, deformado, talvez a peripécia mais amarga da natureza que o pariu decadente e ao mesmo tempo lhe exigiu a força de um titã para aquelas paragens conseguir sobreviver. Se para o sertanejo ainda cabia algo de extraordinário, a surpresa hercúlea que o fazia migrar da apatia para a potência extrema, às mulheres do sertão foi reservado tão somente o prisma deformado de Quasímodo. Nas escassas ocasiões em que o feminino tomou palco na obra de Euclides da Cunha, mormente apareceu junto aos infelizes segmentos mais frágeis do conflito, ao lado das crianças, dos velhos e dos enfermos. Salvo raras exceções nas quais “olhos grandes e negros” de um perfil judaico se nutriam de beleza imortal, as mulheres eram “na maioria, repugnantes” (CUNHA, 1905, p. 521).

Salta aos olhos na leitura da obra uma caracterização monstruosa dos tipos femininos sertanejos, exprimidos nas bruxas da igreja, na imundice das fanáticas maltrapilhas, agourentas, megeras assustado-



ras, vigaros perigosos, de corpos esguios, ossos saltados e seios caídos onde se penduravam crianças igualmente cadavéricas (CUNHA, 1905, p. 199-200, 464-465, 565, 604). As mulheres na narrativa d'Os Sertões, como apontou Anélia Montechiari Pietrani, “integram essa atmosfera pútrida, monstruosa e sombria, mesmo gótica, pode-se dizer, que acentua o discurso misógino vigente” (PIETRANI, 2018, p. 111).

Euclides da Cunha interpretou o desequilíbrio de Antônio Condeheiro como resultante da tragédia conjugal tida com a prima-esposa infiel do peregrino, o qual conservou tamanha repulsa ao feminino que jamais pousara novamente seus olhos sobre uma mulher (CALANSAS, 1959). A beleza feminina, “a face tentadora de Satan”, de que falou Euclides da Cunha ao pretender traduzir o pensamento do Santo Condeheiro (CUNHA, 1905, p. 170) nos rememora o itinerário realizado por Jean Delumeau sobre a demonização da mulher, a mais antiga agente de Satã, o “diabo doméstico” rebatido pelo pregador medieval Thomas Murner na denúncia de como a mulher atraía o homem à desgraça do inferno (DELUMEAU, 2009). Ceifadora de uma trajetória que poderia seguir aprazível, a mulher que trouxe insânia ao líder religioso de Canudos foi narrada com espanto nas páginas euclidianas.

Constante no pensamento social brasileiro, o conceito de sertão foi operacionalizado em obras historiográficas destinadas a decifrar a nação brasileira. Os intérpretes do Brasil os quais sumariamente comentamos evocaram desses sertões sujeitos diversos: brancos bandeirantes pioneiros de sangue puro e fibra heroica, ou sua versão mais acurada de mamalucos predadores adentrando no território nacional; temerosos jagunços canudenses; forte vaqueiros; fanáticos fiéis; beatos retrógrados. Para enunciar o sertão, trouxeram à tona o sertanejo, e isto pouco se trata de uma questão de concordância nominal procedente da flexão de gênero do universo lexical da língua portuguesa que utiliza o masculino para referências gerais. Os personagens mobilizados para encenar essas narrativas foram, precisamente, sujeitos machos. Velado no implícito das narrativas sobre as bandeiras, o feminino aparece não



mais que nas mães indígenas dos mamalucos bandeirantes; ou deformadas em caracterizações grotescas, as sertanejas dos sertões de Canudos mais parecem bestas amorfas.

A tendência de falar do sertão a partir de um molde seletivamente fálico se consolida ainda mais quando o sertão geograficamente deixou de ser referência imediata às espacialidades opostas à costa litorânea do território nacional e passou a ser associado especificamente ao semiárido nordestino. Estudado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), esse processo paulatino se procedeu desde a segunda metade do século XIX, anterior à própria invenção do Nordeste como recorte regional. Apreendido pelo discurso regionalista nortista, bem como pelos discursos artísticos, literários, técnicos e parlamentares, o sertão passou a ser vinculado à seca, à caatinga, a uma paisagem específica e cultura própria. Em 1969, vinte e quatro anos após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter reconhecido oficialmente o Nordeste como uma das regiões do país, a região nordestina foi dividida em quatro sub-regiões, meio-norte, zona da mata, agreste e sertão, concretizando assim o rapto do sertão pelo Nordeste. Nesse ínterim, o sertão também começou a ser associado a temáticas como o coronelismo, o cangaço e o messianismo, tendo agora novos personagens que ampliaram o elenco do sujeito do sertão. Somaram-se, aos que já mencionamos, o cangaceiro, o retirante, o coronel, o messias. Sertanejos, sujeitos homens.

No interior do curso de realocar o sertão e elaborar o Nordeste, se fez necessário evocar uma figura protagonista desse espaço recém demarcado como uma das cinco regiões do país. O nordestino foi elaborado como um arquétipo no qual a masculinidade era uma premissa, atravessado por uma identidade regional e também pela identidade de gênero. Conforme Albuquerque Júnior (2013), o nordestino incorporou em si um vasto universo simbólico ao congregar imagens e enunciados referentes aos tipos regionais anteriores, como o brejeiro, o praieiro e, sobretudo, o sertanejo, protótipo privilegiado para sua construção. O homem do sertão, fonte inesgotável da virilidade, rudeza, valentia,



força e coragem, apresentava elementos os quais deveriam talhar o nordestino. Assim sendo, no sertão e no Nordeste, os sujeitos não deveriam apenas ser homens como, também, *machos*, numa reafirmação fálica para qualificá-los para as lutas travadas com a natureza hostil, pois “apenas os mais potentes, os mais “membrudos”, os mais rijos, homens que nunca se vergavam, nunca amoleciam diante de qualquer dificuldade, conseguiam vencer. Os homens fracos, débeis, delicados, impotentes, frágeis, afeminados não teriam lugar numa terra assim” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 172).

Diante deste quadro, percebemos que não é por menos a ausência do feminino nas interpretações históricas sobre o sertão, numa espacialidade desde cedo caracterizada como um universo no qual só homens conseguiriam sobreviver e atender à demanda de uma *condição masculina* para existência. Tampouco é surpreendente observarmos que as mulheres tiveram de ficar à sombra de um molde fálico para serem encontradas nos sertões, à medida que o “mininu fêmea” (FALCI, 2006) virava “mulher-macho, sim sinhô” (SILVA, 2008), encarnando em si atributos masculinos para as capacitarem de subsistir na natureza adversa e trabalho árduo. O feminino é algo tão descabido nos sertões que a hegemonia dos discursos e a própria construção da identidade da mulher sertaneja a postulou como “embrutecida” e “masculinizada”. Isto nos coloca frente a uma polarização rigidamente adjetivada entre o ser homem e ser mulher, a qual caracteriza, aparta e, sobretudo, forja uma essência performativa do que é “masculinidade” e “feminilidade”.

Neste ponto, consideramos fundamental o diálogo com as discussões de gênero como suporte para compreendermos a criação de símbolos culturais destinados à fabricação de representações binárias opostas, a qual, junto com os conceitos normativos que se reproduzem em múltiplas instâncias, classificam o sentido do ser feminino e masculino (SCOTT, 1990). Como Butler pontua, o gênero, isto é, “conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a apa-



rência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59), é também constituído dentro de um sistema compulsório que estipula e policia as performances sócio e culturalmente impostas que lhe dão coerência. Refletir sobre esse sistema regulador, compreender o equívoco de assumir uma identidade essencialista do ser feminino e masculino e desnaturalizar esse esquema binário é um modo pertinente de nos indagarmos os motivos pelos quais os sertões por muito tempo pareceram não apenas repelir as mulheres, como também enjeitar qualquer comportamento que rememore o universo feminino.

Seguindo a defesa feita por Joan Scott (1990) para utilizarmos o potencial do gênero como categoria da análise histórica, nos cabe questionar, inclusive, a própria constituição androcêntrica da disciplina histórica e a memória disciplinar. A produção historiográfica do século XX, em muito tributária de paradigmas instalados pelo IHGB no século anterior, selecionou criteriosamente fenômenos, personagens, autores e obras específicas que compuseram um corpo de textos “canônicos”. O feminino não só foi vetado de instituições e agremiações acadêmicas, como também não foi incluso nas agendas de pesquisas desenvolvidas por essa cultura histórica, em camadas de silêncio que se sobrepuaram e montaram um círculo vicioso de homens falando sobre homens e sendo lidos, durante muito tempo, exclusivamente por homens, haja vista que autoria masculina era “assegurada não apenas por mecanismos de reconhecimento e consagração entre os próprios historiadores profissionais, mas também por meio do ensino e da difusão pública” (OLIVEIRA, 2018, p. 126-127), ambientes por muito tempo restritos ao masculino.

Na historiografia que aqui tratamos, o feminino foi um sertão mais profundo e desconhecido, não desbravado. Para utilizarmos a analogia de Vicente do Salvador sobre os portugueses presos ao litoral, vemos que, feito caranguejo, o pensamento social brasileiro ficou arranhando ao longo de um mastro fálico ao falar do sertão, não indo além disso.





Nesse sentido, a reflexão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos é muito cara.

O corpus da historiografia foi por muito tempo um corpus mutilado, pois dele estiverem ausentes as mulheres, as crianças, os pobres, os loucos, todos aqueles que não faziam parte da casta dos homens que contam e merecem ser contatos. Como negar, portanto, somente levando em conta esse aspecto, que o passado escrito pelos historiadores não passava de pura ficção, de invenção de uma história, de **um mundo onde só existiam homens, onde só se moviam personagens masculinas, em que as mulheres apareciam aqui e ali como sombras por trás de seus companheiros ou como casos episódicos e excepcionais a merecer um registro feito a partir de um relato ou um ponto de vista também masculino?** A historiografia construía um passado onde eram raras as falas femininas, **uma historiografia onde só se expressavam os falares dos homens, suas falas e seus falos** (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 40; grifos da autora).

Felizmente, já são consideráveis as investidas de produções científicas que entrelaçam gênero, mulheres e representações nos sertões e que vão além, inclusive, da premissa branca, portuguesa e luso-brasílica. Em constante diálogo com teorias pós/decoloniais e com a discussão de interseccionalidade, algumas historiadoras feministas brasileiras já falam na formação de um campo de estudos dedicado a esmiuçar as relações gênero, mulheres e sertanidades (VEIGA; VASCONCELOS, 2019) e evidenciar sujeitas e sujeitos que foram na “contramão” das representações convencionais de gênero, desmantelando o que se entendia como masculinidade ou feminilidade dentro de territorialidades sertanejas. Essas histórias “escondidas, esquecidas e invisibilizadas por uma lógica colonial de contar a história, na perspectiva do Sujeito Humano Universal: homem (macho), branco, cis/heterossexual, cristão, rico e ‘bem comportado’” (VASCONCELOS; VASCONCELOS, 2018, p. 141), emergem para que esses sujeitos “outros” se desloquem do lugar de periferia o



qual lhes foi reservado pela historiografia tradicional. Os resultados dessa empresa já podem ser vistos dentro do universo acadêmico – e, quiçá, também fora dele.<sup>3</sup>

Os enunciados sinteticamente arrolados neste texto foram alguns dos responsáveis por compor esse arquivo lacunoso sobre os sertões, omissos em relação aos femininos sertanejos e elucidativo das possibilidades do dizer de contextos intelectuais remotos. Hoje, podemos dizer muito mais. O arquivo merece, precisa, ser atualizado com a produção de outros conhecimentos sobre os sertões que dispensem a matriz fálica e evoquem os corpos femininos ausentados dessa narrativa. É urgente virarmos essa página.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**, 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988 [1907].

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940). 2.ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história. In: **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 39-56.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, v. 25, p. 21-35, 2019.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

<sup>3</sup> Vejamos, pois, a criação o grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, fundado em 2018, o qual se propõe a não somente ser um lugar onde se gestam falas, mas se figurar enquanto um “lugar de escuta” sobre história e memória de mulheres e da população LGBTQI+. Ressaltamos, também, como fruto desse movimento de formação de um campo de estudos sobre mulheres e sertões, a organização do dossiê “Mulheres, Gênero e Sertanidades”, publicado nos fins de 2019 pela Sæculum – Revista de História, periódico da Universidade Federal da Paraíba.



ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado do Brasil em 500 anos**. São Paulo: Campus, 2000, p.45-91.

BONATO, Tiago. **Viagens do olhar: relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro (1783-1822)**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2014.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALASANS, José. As mulheres de “Os sertões”. In: **No tempo de Antônio Conselheiro**. Salvador: Livraria Progresso; Universidade da Bahia, 1959. p. 7-23.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Col. Memória e sociedade.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). 3. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1905.

DELUMEAU, Jean. Os agentes de Satã: A mulher. In: **História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 462-522

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 241-277.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 15-37

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O enunciado e o arquivo. In: **A arqueologia do saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986, p. 87-151.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1957].

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Sertões: notas para o uso da palavra no mundo português. In: 30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife-PE.



**Anais do 30º Simpósio Nacional de História** - História e o futuro da educação no Brasil. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019, p. 1-11

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 262-270, 2008.

NEVES, Eivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brillhante (Org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas** (séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 14-56.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. v, p. 195-215, 1998.

OLIVEIRA, Maria da Glória. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre a (in)utilidade de uma categoria. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.). **A história (in)disciplinada**. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.

PIETRANI, Anélia Montechiari. #MulherPresente: existência e resistência em Os Sertões de Euclides da Cunha. **Léngua & Meia**, Feira de Santana, n. 09, v. 1, p. 106-118, 2018

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n° 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa) fios da história** (Paraíba, século XX). 2008. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851 [1587].


VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil** antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. (Volume 1 e 2). 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; VASCONCELOS, Cláudia Pereira. A casamenteira e o artista: por outras representações de gênero no sertão. **Revistas Feminismos**, Salvador, vol. 6, n. 3, p. 132-142, 2018.

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. **SÆCULUM** - Revista de História, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 196-203, 2019.



# ARMANDO A(S) REDE(S) E DE OLHO NO MACRAMÉ: TECITURAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM MOSSORÓ/RN<sup>1</sup>

 Pedro Henrique Bezerra de Farias<sup>2</sup>

 Winifred Knox<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento, muitas vezes, tem se revestido de um caráter predominantemente econômico, resultante de uma abordagem positivista e tecnicista, privilegiando experiências institucionais e masculinas. No entanto, essa perspectiva hegemônica de desenvolvimento deixa de contemplar as experiências locais, como também as experiências femininas, que não são concebidas num contexto institucional e que não são medidas pelos parâmetros estabelecidos pelo Estado (MARTINS, 2002). Do mesmo modo, as contribuições de Federici (2017) têm nos possibilitado reflexões acerca do trabalho feminino, no sentido de uma desvalorização deste e da histórica não remuneração do trabalho doméstico, que até hoje tem incomodado as mulheres.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN). Bolsista pelo Programa de Demanda Social CAPES.

<sup>3</sup> Professora orientadora, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN). Mestre em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ) e Doutora em Ciências Sociais (UFRN).



Como forma de entender a contribuição da participação e do trabalho de mulheres na Feira das Bruxas para a região de Mossoró/RN, uma pesquisa vem sendo desenvolvida a nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR/UFRN. Trata-se de um evento local, idealizado em junho de 2019, realizado no município de Mossoró/RN. A iniciativa estritamente feminina já conta com três edições, todas realizadas no ano de 2019, e já reuniu cerca de 80 empreendimentos femininos, de diversos ramos, e atingiu um público de cerca de 600 (seiscentas) pessoas rotativas.

A elaboração deste artigo figura como um exercício de um contato inicial com as mulheres participantes da Feira das Bruxas, inspirado especialmente no objetivo específico “a”, do projeto de pesquisa que vem sendo construído no mestrado em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN) desde março de 2021. O objetivo deste trabalho consiste, portanto, em investigar como os trabalhos realizados por essas mulheres artesãs contribuem com o desenvolvimento de redes que impactam na região de Mossoró/RN.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, e a realização de entrevistas virtuais semiestruturadas com duas mulheres participantes da feira, analisadas com a técnica de análise de discurso (CORTES, 1998). As participantes foram contatadas por telefone, com posterior envio do TCLE e formulário solicitando autorização para uso dos nomes e captação de áudio, ambos pelo *Google Forms*. Foi elaborado um roteiro para as entrevistas, que contou com três blocos de perguntas, sendo eles: i) Trajetórias de vida; ii) O processo de fiar; e iii) Tecendo as redes. As entrevistas foram realizadas via *Google Meet*, nos dias 22/04/21 e 28/04/21, tendo sido gravadas mediante autorização das participantes.

O artigo está estruturado em três capítulos. No primeiro deles, discutiremos as trajetórias de vida dessas mossoroenses e como iniciaram suas tecituras enquanto artesãs e os seus processos emancipatórios. No segundo capítulo, refletiremos sobre o processo de criação e comercialização das artes e, conseqüentemente, entender as estratégias e os atra-



vessamentos das criações delas e as suas identidades como mulheres mossoroenses e nordestinas. No último capítulo, buscaremos entender o percurso delas ocupando o espaço público através da exposição de trabalhos na feira das bruxas e como elas tecem as redes de mulheres na cidade de Mossoró/RN.

### **“A PESSOA QUE TÁ DO LADO DE FORA NÃO PERCEBE, SÓ VÊ A ARTE MUITO BONITA E ROMANTIZA”**

A partir da poética de Hilda Hilst, podemos perceber os movimentos da mulher em busca da construção de seus itinerários, o que nas palavras da autora “são guiadas pela alma” e “tecem seus trabalhos e trajetórias a partir de seus espantos”<sup>41</sup>. De fato, podemos perceber a alma dessas duas mulheres quando da escuta nas entrevistas virtuais, através do zelo que elas têm com os seus trabalhos, seja como artesã do ramo do macramé, seja na comercialização das redes de dormir. Mas, ainda, a escuta nos aproximou desses espantos e dessas experiências, muitas vezes dolorosas, que compõem as trajetórias de vida dessas mossoroenses.

Nesse sentido, percebeu-se que essas mulheres sempre estiveram divididas entre a realização pessoal e as demandas socioculturais a elas impostas. É o que ficou perceptível pelas falas de Eloyza Tolentino, dividida entre o trabalho como artesã e a vida de pesquisadora. Ela nos relatou as suas dificuldades de nunca ter conseguido se manter financeiramente como pesquisadora, já que recebia pouco quando pesquisava na graduação, e por isso em 2012 resolveu iniciar os trabalhos com o macramé para complementar sua renda. Já no mestrado, em outra cidade e sem bolsa, continuou fazendo o trabalho com macramé, mas nunca foi suficiente. Ao mesmo tempo, não conseguia também viver do macramé, um trabalho que gostava, mas que não é reconhecido na sua região.

---

<sup>4</sup> Poema “Heróicas”, em Da Poesia - Hilda Hilst.



Eu tinha que conciliar sempre com a universidade, a pesquisa, aí eu vi que tava bem difícil né. Aí durante um ano que eu tava em Natal, eu tentava fazer, porque eu fiquei um ano sem bolsa, e morava lá e pagava aluguel e tal. Aí eu tentava fazer, eu virava fazendo alguma arte e chegava na aula e não tinha lido o texto e a professora reclamava “poxa você não participou da aula”, aí eu enchia o olho de lágrima “professora, porque eu tava trabalhando”. Foi quando eu comecei a ter dificuldade de conciliar as duas coisas (TOLENTINO, 2021. Informação Verbal).

Nas falas de Eloyza, percebe-se que a sua história com o macramé não é fácil e romântica como aparenta ser a vida de quem cria algo tão belo. Em muitos momentos, percebeu-se nas suas falas que o macramé lhe ajudou no seu autoconhecimento, mas também o quanto muitas vezes o processo de fiar foi doloroso físico e emocionalmente, já que ela demonstra frustração por não poder se dedicar somente a arte, uma vez que esse trabalho não é devidamente valorizado.

Eu me sentia muito feliz de poder fazer esse tipo de arte que todo mundo elogiava muito e achava lindo, incrível, e eu nunca tinha expressado sabe a arte em mim, eu não sabia que existia isso em mim de fazer algo tão bonito, tão diferente, um trabalho com cordas e tal. Me conectava comigo de alguma forma, era muito bom pra mim, por outro lado destruía meu corpo, porque eu tenho reumatismo, então depois do macramé eu peguei lesão aqui na cervical, que tem melhorado agora, é um movimento repetitivo, tendinite, tudo isso, que a pessoa que tá do lado de fora não percebe, só vê a arte muito bonita e romantiza (TOLENTINO, 2021. Informação verbal).

O mesmo foi notório também na fala de Vanda Silva, que se mostrou em um momento de sua vida dividida entre a sua autonomia financeira e as vontades do companheiro, que não via necessidade de ela trabalhar, já que ele poderia ser o provedor, restando a ela os cuidados com a casa e com os filhos. Mas, não eram esses os seus desejos.





Meu marido não queria que eu trabalhasse, porque ele era caminhoneiro, mas queria que eu viajasse com ele, eu sempre viajava (...) no caminhão, geralmente a gente para e passa 3 dias num lugar só. Aí junta, meio que o clube do bolinha, os homens, os motoristas ficam de um lado falando de cargas, e as mulheres dos motoristas do outro, a gente fica ali mexendo com cozinha e tricotando de uma certa forma. E eu acabava meio que escondido mostrando, mas aí ele começou a ver e aí não incomodou, foi levando (SILVA, 2021. Informação verbal).

A condição de homem protetor do companheiro de Vanda, nos faz refletir acerca daquilo que Júnior (2011) pontua sobre a invenção de um nordeste masculino, que teve historicamente através do banditismo e do cangaço, a construção de um imaginário social de uma região violenta, de “cabra macho”, uma terra sem lei, em que homens valentes e insubmissos saqueavam terras e confrontavam as leis e as forças da segurança. Ao que parece, com outras nuances, o homem nordestino ainda revela traços desse homem do século XX, o que é crucial de ser analisado para se discutir a condição da mulher nordestina.

A imagem que Vanda nos apresenta sobre suas viagens com o seu companheiro pelo Brasil em seu caminhão é simbólica. Ela nos conta que já conheceu a maioria dos Estados do país e nos momentos de parada das longas viagens pelas estradas, acontece uma espécie de “clube do bolinha”, com homens de um lado falando das cargas, e as mulheres do outro falando da cozinha. Ou seja, mesmo na estrada, em um ambiente atípico, a cozinha e a vida no lar marcam a vida dessas mulheres.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a ausência de remuneração do trabalho feminino, que vem sendo discutido pela filósofa Sílvia Federici, que aponta que já no final do século XVII fatores como a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação, conferindo a maternidade à condição de trabalho forçado, a consecutiva desvalorização do trabalho feminino, que levou muitas mulheres a procurar a prostituição, seguido da proibição da prostituição e a expulsão das



mulheres do espaço de trabalho organizado, acarretam na “aparência da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho”. Um trabalho não árduo, solitário e não pago (FEDERICI, 2017, p. 188).

A costura foi outra coisa que veio da minha mãe, e infelizmente essa parte de não cobrar também veio dela. As pessoas chegavam lá em casa e deixavam a roupa, usavam de tanta má vontade, que já sabiam que minha mãe o coração era bom demais, aí chegava, a gente falava corte de tecido (gesto com as mãos), chegavam com o tecido, o modelinho da roupa, aí falava pra minha mãe “Toinha leve aí”. Não trazia nem o zíper, nem botões, “que eu vou depois comprar os botões”, aí mamãe esperava uma semana, nada, aí mamãe colocava tudo dela, quando a pessoa chegava a roupa já tava pronta. Aí umas nem perguntava quanto era, falava “ah, mas já fez? Nem precisava, eu ainda ia comprar”, mas na verdade elas não iam, elas só iam só buscar. E minha mãe nunca cobrou de ninguém, ela costurou a vida inteira de graça (SILVA, 2021. Informação verbal).

As palavras de Vanda elucidam bem essa realidade da falta de valoração do trabalho feminino. Ao refletirmos sobre as atitudes dos clientes da sua mãe, que deixavam roupas para ela costurar e nunca lhe pagavam, se aproximam do que Federici (2017, p. 182) denuncia como “não trabalho”, aquele que não é produtivo e, portanto, não é remunerado. Desse modo, as gerações mudaram, a mãe de Vanda não foi remunerada, ela também não foi, tanto que desistiu do seu trabalho como costureira, e Eloyza também nunca conseguiu viver do seu macramé. A discussão acerca da não valoração deve perpassar, ainda, sobre um aspecto ainda mais subjetivo, essas mulheres não conseguem cobrar pelos seus trabalhos, o que indica que elas mesmas não enxergam o seu valor.



## TECENDO SEU PRÓPRIO NORDESTE: A VIDA CRIATIVA DA MULHER MOSSOROENSE

A narrativa sobre os sapatinhos vermelhos feitos à mão por uma menina pobre, e que reflete sobre a vida criativa de uma mulher, contada por Clarissa Pinkola Estés, foi o mote para adentrarmos na criação e no trabalho dessas mulheres. Assim, como a menina criativa desta história, que de tão pobre não tinha como comprar sapatos e resolveu ela mesma costurá-los com trapos vermelhos que encontrou se aproxima das tecituras dessas mossoroenses (ESTÉS, 2018). Vejamos um pouco sobre o início da trajetória de Vanda na comercialização das redes de dormir.

Eu sempre via a rede como um troféu do nordeste mesmo. E eu não tinha dinheiro, porque ele falava que não, que eu não precisava trabalhar, porque o dinheiro dava. E a minha irmã me emprestou um dinheiro, minha irmã foi comprar as primeiras redes pra mim, foi numa moto, viajou pra Paraíba, ela e o marido. Na época eu lembro bem, há 12 anos atrás era 300 reais, era como se fosse acho que 1000 hoje. E trouxe só aquela sulanca, aquelas redinhas fracas. E eu comecei, eu botava escondida dentro do caminhão, e comecei a vender redes, pano de prato (SILVA, 2021. Informação verbal).

A vivência de Vanda se assemelha a de muitas mulheres nordestinas, que são privadas do estudo e do trabalho formal, por serem conduzidas ao casamento e à maternidade. Por isso mesmo, por não terem qualificação profissional e um trabalho formalizado, acabam dedicando suas vidas à maternidade e ao trabalho doméstico, atividades que não são remuneradas, como discutido no capítulo anterior. O que lhes resta é a dependência financeira dos seus companheiros, mas a trajetória de Vanda nos mostra a superação de alguns desses condicionamentos, já que ela então consegue vender as redes e ter uma certa independência financeira. Ela nos relata que foi nas redes que encontrou uma



fonte de renda e um sentido para a sua vida, apesar de ser formada e ter pós-graduação na área de pedagogia. É com as redes que ela tece sua história de mossoroense e nordestina.

Rede pra mim é vida (enxugou os olhos). Eu gosto muito do Nordeste, eu tenho muito orgulho. Eu rodei o Brasil inteiro, porque como meu marido é caminhoneiro, eu acho que eu só não conheço dois estados no Brasil, que é o Amazonas e o Acre, o resto eu conheci. A gente passa por coisas muito bonitas, mas o Nordeste é diferenciado, não tem como não ser. E a rede, o cuscuz, representam muito bem o nosso Nordeste, e como eu amo ser nordestina, eu amo o Nordeste, eu sei que tem os sofrimentos, que tem muitas injustiças, muita coisa que poderia melhorar, mudar, mas é nosso. E como a rede representa muito bem o Nordeste e é uma coisa que me remete à infância, e é uma coisa que é feito por mulher, e mulher pra mim com todo respeito ao homem, mas ela tá acima (risos) (SILVA, 2021. Informação verbal).

A metáfora dos sapatos pode simbolizar, ainda, a vida psicológica de uma mulher. Os “sapatos protegem e defendem o que é a nossa base – os nossos pés”. Ter sapatos nos pés é ter a convicção daquilo que acreditamos e com sapatos psíquicos a mulher é capaz de transpor percalços com cautela e firmeza (ESTÉS, 2018, p. 255). É o que podemos perceber com as falas de Vanda, que mesmo compreendendo o Nordeste como um lugar de sofrimentos e injustiças, abraçou Mossoró para viver e encontrou na rede um símbolo de resistência, sobrevivência e criatividade.

Sobre essas estratégias da mulher nordestina, destaca-se a resistência das mulheres redeiras, que inclusive fornecem as redes comercializadas por Vanda. A produção das redes de dormir em São Bento/PB é uma atividade conhecida internacionalmente e, sobre ela Carneiro & Souza (2014) refletem que antes a produção das redes era tarefa feminina, mas, com o avanço da indústria, hoje são produzidas em grande escala, com a ajuda de máquinas e majoritariamente por homens. No



entanto, utilizando-se da lógica da vida e do cuidado, as mulheres resistem e continuam a tecer os seus fios, mesmo sem salários fixos e condições de trabalho favoráveis.

Figura 1: Registro de rede de dormir comercializada por Vanda



Fonte: Página da Xaxá Redes no Instagram<sup>52</sup>.

Longe de romantizar as injustiças sociais vividas por essas mulheres, ressaltamos aqui a resistência delas na criação de seus mundos, construindo trajetórias e tecendo o Nordeste tendo a rede como elemento simbólico de sua identidade regional, mesmo sendo expulsas de alguns paraísos, como a substituição do trabalho como tecelãs por máquinas ou a ausência de valorização e remuneração. Acerca dessa expulsão e supressão da mulher na história, Koltuv (2017) sinaliza a existência de utensílios babilônicos que datam de 600 a.c. que retratam

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CG3AHXkJLpZ/>>. Acesso em: 13/05/2021.



Lilith amarrada com ferros, material geralmente usado para prender demônios. Indícios históricos sinalizam que Lilith foi a primeira mulher de Adão e, por desobediência, foi apagada do Gênesis cristão, o que nos revela o lugar do feminino na narrativa judaico-cristã.

Desse modo, não é de hoje a expulsão da mulher de algum paraíso. O imaginário coletivo é uma fonte de análise social imprescindível e, sobre ele, a historiadora Margareth Rago reflete sobre a imagem da feminista e daquelas que lutam pela autonomia e melhoria da condição femininas, que são desqualificadas por um estereótipo que vem de longa data, definindo-as como machas, feias e mal-amadas. Além disso, a autora também discute sobre o que a utilização desse estigma nos informa sobre o lugar do feminino em nossa cultura e sobre a relação que se mantém com o diferente (RAGO, 2001).

As mulheres organizadas lutam e questionam, ao longo do tempo, todas as estruturas sociais de que foram excluídas ou subjugadas, seja na política, ao borrarem as linhas do público-privado e, assim, ocupando ambos os setores, seja na produção do conhecimento, por meio de epistemologias feministas, dentre outros aspectos. Mesmo assim, o medo do feminino nunca foi superado e os papéis da mulher na cultura e sociedade sempre foram vilipendiados. Para superar esse medo do feminino, Margareth Rago nos diz que somente uma mudança de olhar e um pensamento diferencial poderão nos permitir sensibilizarmos com o feminino, o que ela denomina como um mundo filógeno: Filogínia, do grego *philos*, amigo + *gyne*, mulher – amor às mulheres. Somente assim superaremos a Misogínia, aversão às mulheres (RAGO, 2001).

A trajetória de Eloyza também indica outros aspectos dessa criatividade, já que ela iniciou os trabalhos do macramé com referências em trabalhos de artesãs de outras regiões do Brasil, como sul e sudeste, e em determinado momento sentiu a necessidade de reafirmar o seu lugar de mulher nordestina, incorporando nas suas artes símbolos da identidade regional e também de lembranças de suas vivências no sítio da família materna.



Eu comecei a querer tirar foto, eu tenho vários cactos aqui, comecei a pegar vários cactos que é a grande representação do sertão que a gente tem né, a resistência com relação a água, então eu comecei a querer representar isso nas minhas artes só que parei né, por causa do mestrado e tal. Depois que eu saí, o movimento que eu faço de saída de Mossoró pra outros estados e regiões, como pra Natal, e aí quando eu volto eu percebo “não, eu preciso afirmar isso aqui, de onde eu venho”. Aí comecei a tirar foto com planta, porque enfim, como mainha vem do sítio né, eu comecei a sentir falta disso na minha arte, e expressar isso através da fotografia, falar mais do nordeste (TOLENTINO, 2021. Informação verbal).

Figura 2: Macramé produzido por Eloyza e divulgado na sua loja virtual



Fonte: Página da Vulva La Art no Instagram<sup>6</sup>.

Esse movimento de saída de Mossoró, em viagens estudantis, trouxeram para Eloyza um outro olhar para a cidade, algo muito próximo

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/B\\_lI8YcJgqD/](https://www.instagram.com/p/B_lI8YcJgqD/)>. Acesso em: 13/05/2021.



do poetizado por Alberto Caeiro “da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo”<sup>7</sup>. Como expresso pelo poeta, é através desse enraizamento na própria aldeia, que nos catapultamos para uma expansão de nós mesmos, pois “sou do tamanho do que vejo/ E não do tamanho da minha altura”. Assim, essa mulher conseguiu imprimir nos fios as suas subjetividades e identidades nordestina e mossoroense.

Como pode ser visualizado no registro acima, as fotografias de Eloyza produzidas para a sua loja virtual ilustram esse movimento que ela faz de retratar elementos que ela considera importantes para a identidade nordestina, como o chapéu de palha, a rede de dormir, objetos de madeira. Nesta fotografia, percebe-se ainda uma carcaça de boi, que é um símbolo da pecuária e por muitos anos foi a principal atividade econômica do sertão potiguar e um galho de planta que representa a natureza. Além disso, ela nos relatou acerca de técnicas utilizadas sobre psicologia das cores, utilizando cores terrosas para dar uma impressão de conforto e aconchego, que também representam a terra e reforça a importância do respeito à natureza.

## REDES DE MULHERES: DO PRIVADO AO PÚBLICO

No decorrer da escuta com as mulheres, percebemos a satisfação em ocupar o espaço público na Feira das Bruxas. Um esforço que foi conquistado por elas, e não promovido por iniciativa pública, de modo que percebeu-se a dificuldade de ambas as entrevistadas saberem informar com precisão se o evento contou com o apoio público. Ao que parece, elas foram as protagonistas, Eloyza junto a Lorena como idealizadoras, e Vanda com um trabalho de divulgação, encorajamento de outras mulheres e até mesmo sendo motorista, contribuindo com a logística da Feira.

---

<sup>7</sup> “O Guardador de Rebanhos” em Poemas de Alberto Caeiro - Fernando Pessoa.





Olha, eu não sei te responder com precisão. Eu particularmente não. Mas, eu acho que sim, as meninas começaram a ter já, muita coisa foi a gente custeando, eu não posso te afirmar com precisão, mas acredito que sim. Pelo menos assim, das mídias, o que foi de televisão aqui, TCM e outras rádios, isso aí é um apoio, porque vai longe. Eu mesma fui a motorista, porque como Eloyza foi a idealizadora eu disse “Eloyza eu tenho que ir como sua motorista, porque tenho que sair na TV também” (risos). E Eloyza foi pra muitas entrevistas e eu ia com ela, como motorista (risos). Então teve assim, não posso te falar com precisão se foi muito, porque também tava começando, esse último que a gente fez que foi o maior, mas acredito que quando saiu na TV aberta né (SILVA, 2021. Informação verbal).

Essa fala de Vanda mostra uma certa confusão acerca de um questionamento sobre o apoio público ao evento. Em um momento ela chega a afirmar que teve apoio da mídia local, o que não representa apoio público de fato. Ao mesmo tempo, a fala evidencia a autonomia delas na construção da Feira das Bruxas.

No início do bloco de perguntas sobre as redes de mulheres que vêm sendo criadas na região de Mossoró, quando questionada como realiza as articulações, Vanda nos responde com informações de sua experiência em mídias digitais, como conquistou seguidores, chegando a mencionar que teve apoio de uma *digital influencer* da cidade. Percebeu-se, nesse sentido, ausência de articulação com o setor público.

Do mesmo modo, as falas de Eloyza elucidam essa divisão do espaço público e privado e a dificuldade histórica das mulheres chegarem ao espaço público. Nesse aspecto, Eloyza mostra bem os sentimentos das mulheres quando viram seus trabalhos expostos em um evento grandioso, organizado somente por mulheres.

Geralmente a parte do público, de vendas é relegada a homens, mulheres ficam sempre em casa. Não que não tenha mudado hoje em dia, de outro jeito. A gente sabe como foi na época da



minha avó por exemplo, mas que o espaço das mulheres ainda é muito privado, o espaço público é muito voltado pra homens (...) E aí eu podia ver a emoção que essas mulheres sentiam de por exemplo “poxa eu tô aqui, mostrando o meu negócio, eu sei que eu sou capaz de fazer isso, e tudo isso é possível porque a gente tá conectada numa grande rede de mulheres, mulheres que se organizam e que se apoiam” (TOLENTINO, 2021. Informação verbal).

O encantamento dessas mulheres ao enxergarem que podem ocupar o espaço público é notório, tanto através desse relato, quanto das expressões de Vanda e Eloyza ao falarem da Feira das Bruxas, sempre com muita admiração.

A mulher ela é muito forte, a mulher empreendedora, o artesanato é muito bonito e ele só precisa ser mais valorizado. E uma feira dessa, nossa senhora, deu um valor imenso. Teria que ser através de uma feira dessa, porque às vezes cada um mostra à sua maneira numa rede social e lá não, foi aberto pra todo mundo ver (SILVA, 2021. Informação verbal).

Outro aspecto que nos chamou atenção foi uma fala de Eloyza, quando questionada sobre como ela enxergava a importância do seu trabalho para Mossoró, em que ela respondeu não enxergar esse valor para a cidade em si, mas num âmbito privado, numa perspectiva individual, talvez na vida das mulheres.

Eita, será que eu enxergo essa importância? (pausa) É uma pergunta difícil, viu (pausa). Porque às vezes eu não consigo enxergar essa importância no meu trabalho, sabe? E, talvez por eu não me dedicar a isso. E aí eu não consigo enxergar em termos de Mossoró, de região, eu vejo mais em termos de indivíduos, de pessoas. Eu não vejo um impacto do meu trabalho, mas talvez na vida de mulheres, por exemplo (...) não sei se ele tem um impacto em Mossoró, mas acredito que ele tem impacto na vida de indivíduos que são daqui da cidade. É mais um impacto subjetivo, emocional, de



energia, de levar a minha arte pra casa das pessoas, do que sobre Mossoró em si” (TOLENTINO, 2021. Informação verbal).

Essa fala nos fez refletir sobre a desvalorização do trabalho feminino, abordada no primeiro capítulo deste artigo, que perpassa as camadas sociais e chega até a psique da mulher, introjetando nela a ideia de que o seu trabalho não tem valor, mesmo quando ela consegue executar um trabalho belo, significativo e grandioso, como é o caso de Eloyza, que é uma das idealizadoras da Feira das Bruxas.

Ao mesmo tempo, refletimos acerca do lugar do trabalho feminino, já que através da fala de Eloyza, percebe-se que ela somente vê o seu trabalho como importante na esfera privada, e não na esfera pública, mesmo depois desse trabalho resultar num evento que reuniu mais de seiscentas pessoas rotativas em Mossoró/RN.

## CONCLUSÕES

Percebeu-se que essas mulheres sempre estiveram divididas entre a realização pessoal e as demandas socioculturais a elas impostas. É o que ficou perceptível pelas falas de Eloyza, dividida entre o trabalho como artesã e a vida de pesquisadora, bem como na trajetória de vida de Vanda, dividida entre o desejo por ter sua autonomia financeira e as vontades do seu companheiro, que não via necessidade de ela trabalhar, já que ele poderia ser o provedor, restando a ela os cuidados com a casa e com os filhos.

A partir das reflexões de Federici (2017) observou-se a não valoração dos trabalhos dessas mossoroenses, fenômeno que aparece de forma intergeracional, já que a mãe de Vanda não foi remunerada a vida inteira pelo trabalho como costureira, Vanda também não o foi, tanto que desistiu do seu trabalho como costureira, e Eloyza também nunca conseguiu viver do seu macramé. Entendemos que a discussão acerca dessa não valoração deve perpassar, ainda, sobre um aspecto ainda



mais subjetivo, essas mulheres não conseguem cobrar pelos seus trabalhos, o que indica que elas mesmas não enxergam o seu valor.

Ressaltamos a resistência das trajetórias de Vanda, que assim como das mulheres redeiras em São Bento/PB, dão exemplo acerca da criação de seus mundos, construindo trajetórias e tecendo o Nordeste tendo a rede de dormir como elemento simbólico de sua identidade regional. A trajetória de Eloyza também indica outros elementos da criatividade da mulher nordestina, já que ela iniciou os trabalhos do macramé com referências em trabalhos de artesãs de outras regiões do Brasil, e em determinado momento sentiu a necessidade de reafirmar o seu lugar de mulher nordestina, incorporando nas suas artes símbolos da identidade regional e também de lembranças de suas vivências no sítio da família materna.

No decorrer da escuta com as mulheres, percebemos a satisfação das entrevistadas em ocupar o espaço público na Feira das Bruxas. Percebeu-se a dificuldade de ambas as entrevistadas saberem informar com precisão se o evento contou com o apoio público. Refletimos, ainda, acerca do lugar do trabalho feminino, já que através da fala de Eloyza, percebe-se que ela somente vê o seu trabalho com importância na esfera privada, subjetiva, de pessoas e não para a sua cidade, mesmo depois desse trabalho resultar num evento que reuniu mais de seiscentas pessoas rotativas em Mossoró/RN, nas suas edições no final do ano de 2019.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Rosalvo Nobre; SOUZA, Karlla Christine Araújo. Gênero, trabalho e interação nos meios técnicos da indústria têxtil de redes de dormir de São Bento – PB. **Revista Formação**, n.21, volume 1 – p. 123-142.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. **Revista Cadernos de Sociologia**. 1998, v.9, n°9, p.11-47.

ESTÊS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.



FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

HILST, Hilda. **Da poesia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOLTUV, Barbara Black. **O livro de Lilith**: o resgate do lado sombrio do feminino universal. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

PESSOA, Fernando. “O Guardador de Rebanhos”. In **Poemas de Alberto Caetano**. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993).

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**. vol.15 no.3. São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009)>. Acesso em: 13/05/21.

SILVA, Vanda Batista Soares da. Depoimento [abril. 2021]. Entrevistador: Pedro Henrique Bezerra de Farias. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. 1 arquivo de vídeo (1 hora e 08 minutos). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Feira das Bruxas, vinculada ao PPEUR/UFRN.

TOLENTINO, Eloyza. Depoimento [abril. 2021]. Entrevistador: Pedro Henrique Bezerra de Farias. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. 1 arquivo de vídeo (1 hora e 13 minutos). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Feira das Bruxas, vinculada ao PPEUR/UFRN.



# “O SERTÃO DOS TEMPOS DE HOJE E OS CORPOS FEMININOS QUE AINDA SÃO MARCADOS: FATORES ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO LESTE MARANHENSE ENTRE 2000 E 2016”

 Rebecca Kauanne Mourão Mendes<sup>1</sup>

 Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

No fim dos anos 1940, a filósofa francesa Simone de Beauvoir afirmou que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher, e ao afirmar isso, ela contesta o pensamento determinista do final do século XX, que usava a biologia para explicar a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros. Para a filósofa, o “ser mulher” é uma construção social e cultural, desta forma, rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. E através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 10)

A violência contra a mulher ocorre de diversas formas e atinge mulheres de vários segmentos sociais, independente dos fatores, como classe, ou poder, fator econômico. Um exemplo, seria o próprio espaço

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão – CESC –UEMA, Campus Caxias. Atualmente Bolsista PIBIC 2020/2021 em projeto de iniciação científica que consiste em, apresentar e tabular o perfil do agressor que envolve questões de gênero e apresentar os fatores que levam o transgressor a cometer a violência contra a mulher, na região Leste Maranhense, no recorte dos anos 2000 á 2016. E-mail: rebeccamendes1919@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC-UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com.



doméstico, onde a mesma pode sofrer violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Desse modo, consideramos importante realizar debates que possam estar inseridos nas diversas áreas do conhecimento humano. Visando dessa forma, estabelecer princípios de respeito ao corpo feminino, mas também a própria mulher, pois o debate poderá gerar uma reflexão sobre o próprio comportamento masculino no tocante ao machismo e suas reverberações diante da relação estabelecida com a mulher.

Nesse sentido, estudos evidenciam que entre 60% a 70% dos homicídios de mulheres correspondem a feminicídios e as vítimas são jovens, pobres, pertencentes a minorias étnicas, migrantes e trabalhadoras sexuais, portanto, atingem predominantemente as vulneráveis (CARCEDO, 2010; SCHRAIBER, GOMES, COUTO, 2005).

Sob diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo, motivando crimes hediondos e graves violações de direitos humanos. As taxas de mulheres agredidas fisicamente pelo parceiro em algum momento de suas vidas, variaram entre 10% e 52% (OMS, 2005). Segundo Saffioti, (1987), na “hora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada.” (SAFFIOTI, 1987, p. 07).

Não obstante todas estas diferenças, que tornam, a vida da mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costumam, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p. 09).



Nesse caso, no Brasil, a pesquisa sobre tolerância social à violência contra as mulheres realizada pela IPEA em 2014, informa que os entrevistados na proporção de 63% concordam que os casos de violência contra a mulher devem ser discutidos entre os membros da família, 89% informaram que “roupa suja deve ser lavada em casa” e, 82% consideram que “briga entre marido e mulher ninguém mete a colher”, o que ocasiona ainda mais a violência em torno de uma sociedade altamente patriarcal, envoltos em um único pensamento da mulher ser propriedade do homem e ela se restringir a uma casa .

### **CORPOS MARCADOS NA REGIÃO LESTE DO MARANHÃO: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

A pesquisa na Região Leste Maranhense, corresponde às mesorregiões e municípios do Estado que são: Caxias, Timon, Codó, Chapadinha, Coroatá, Coelho Neto, Araióses, Colinas, Brejo, Parnarama, Matões, Urbano Santos, Timbiras, Buriti, São Bernado, Alto Alegre do Maranhão, Aldeias Altas, São João dos Patos, São João do Sotér, Santa Quitéria do Maranhão, Buriti Bravo, Peritoró, Paraibano, Mirador, Magalhães de Almeida, Pastos Bons, Passagem Franca, Barão de Grajaú, São Benedito do Rio Preto, Mata Roma, Anapurus, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, São Francisco do Maranhão, Duque Bacelar, Lagoa do Mato, Capinzal do Norte, Sucupira do Norte, Jatobá, Milagres do Maranhão, Belágua, Afonso Cunha, Sucupira do Riachão e Nova Iorque, totalizando 44 municípios.

O levantamento realizado no Tribunal de Justiça do Maranhão revelou que a maior causa da violência contra a mulher vem do inconformismo do homem com o fim do relacionamento.

A violência doméstica contra a mulher tem sido objeto de discussão e atenção com maior intensidade no Brasil nos últimos anos, levantamentos como este ajudam a identificar os cenários em que essa mulher está inserida, a cada 17 minutos uma mulher é agredida fisi-





camente no Brasil, de meia em meia hora alguém sofre violência psicológica ou moral, a cada 3 horas, alguém relata um caso de cárcere privado, no mesmo dia, oito casos de violência sexual são descobertos no país, e toda semana 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais, o ataque é semanal para 75% das vítimas, situação que se repete por até cinco anos, essa violência também atinge a parte mais vulnerável da família, pois a maioria dessas mulheres é mãe e os filhos acabam presenciando ou sofrendo as agressões.

A violência se estabelece de muitas formas, tais como **violência física** (bater, espancar, empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos, mutilar, torturar, usar arma branca como faca ou ferramentas de trabalho, ou de fogo); **violência psicológica** (xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e amedrontar; criticar continuamente, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher; debochar publicamente, diminuir a autoestima; tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está louca; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e aonde vai; usar os filhos para fazer chantagem); **violência sexual** (forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou sem condições de consentir; fazer a mulher olhar imagens pornográficas quando ela não quer; obrigar a mulher a fazer sexo com outra(s) pessoa(s); impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quiser); **violência patrimonial** (controlar, reter ou tirar dinheiro da mulher; causar danos de propósito a objetos; destruir, reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos); **violência moral** (fazer comentários ofensivos na frente de estranhos e/ou conhecidos; humilhar a mulher publicamente; expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais; acusar publicamente a mulher de cometer crimes; inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes).

Com base nas definições dos diferentes tipos de violência a OMS ressalta:



A ocorrência de violência contra a mulher na maioria das vezes se dá pelo parceiro íntimo, isso constatado em estudo feito pela organização mundial da saúde com 24.097 mulheres entre 15 e 49 anos das quais 15% a 71% relatam violência física ou sexual por parceiro íntimo em algum momento de suas vidas (OMS, 2005).

De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2014, o Estado do Maranhão apresentou uma taxa de 4,2 homicídios por 100 mil mulheres, inferior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil mulheres. Como acontece na quase totalidade dos estados brasileiros, a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres pretas e pardas, ao se comparar as taxas de homicídios de mulheres verificadas em 2014 com aqueles referentes ao ano de 2006, verifica-se que essa violência letal vem se agravando no tempo. Ao mesmo tempo em que a taxa de homicídios de mulheres brancas residentes no estado mais que triplicou, passando de 0,9 a 3,0, a taxa de homicídio de mulheres pretas e pardas aumentou em 88%, passando de 2,4 a 4,5 homicídios por 100 mil.

Esse cenário torna o Maranhão um dos poucos estados que apresentou um incremento percentual da violência letal contra mulheres brancas superior ao relativo a mulheres pretas e pardas, por razões que merecem ser mais investigadas. No que concerne às ocorrências de estupro registradas em 2014, cujos números foram consolidados no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estado do Maranhão apresentou um número de ocorrências de estupros para cada grupo de 100 mil mulheres inferior à taxa de estupros registrada no país, funcionam, no estado do Maranhão, 31 Unidades Especializadas de Atendimento (UEA), o que representa uma taxa de 0,87 unidades para cada 100 mil mulheres residentes no estado, taxa inferior à média nacional, de 1,03 unidades especializadas para cada 100 mil mulheres.



Para adentrarmos a todo esse processo de transgressão, precisamos entender o que esses tipos de violência podem resultar na vida da vítima de acordo com a CARTILHA NEPEM (Núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher).

**Estupro:** é definido como qualquer conduta, com emprego de violência ou grave ameaça, que atente contra a dignidade e a liberdade sexual de alguém, o elemento mais importante para caracterizar esse crime é a ausência de consentimento da vítima, é crime e se caracterize como estupro.

Desde 2009 o Código Penal Brasileiro prevê, no artigo 213, que o estupro acontece quando há, com violência ou grave ameaça, “conjunção carnal ou prática de atos libidinosos”, prevendo penas que variam de seis a dez anos de prisão, podendo ser agravadas caso o crime resulte em morte, lesões corporais graves ou for praticado contra adolescentes, no caso de menores de 14 anos, a questão do consentimento é ignorada, o ato sexual será considerado estupro, pois vítimas dessa idade não possuem o discernimento necessário para consentir com a prática sexual, o mesmo acontece quando a vítima, independentemente da idade, não tiver condições de consentir ou resistir ao ato como, por exemplo, pessoas muito embriagadas ou desacordadas, cerca de 50% dos estupros são cometidos por companheiros (namorados, maridos etc) e familiares, conhecidos da família representam pouco mais de 15% dos algozes de mulheres, os vizinhos representam 3,7% dos agressores, os estupra-dores são desconhecidos pela vítima em 31% dos episódios de violência sexual, segmentando esses dados pela idade da vítima, as informações vão ficando cada vez mais assustadoras.

O fenômeno da violência sexual contra a mulher não obedece a nenhum critério de regionalidade, desenvolvimento econômico, acesso a bens e serviços culturais, ou seja, os abusos ocorrem independentemente da situação econômica, racial, cultural e social da Unidade Federativa.

**Violência doméstica:** é todo tipo de agressão praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum, pode acon-



tecer entre pessoas com laços de sangue (como pais e filhos), ou unidas de forma civil (como marido e esposa, pai e filha, namorado e namorada), uma das imagens mais associadas à violência doméstica e familiar contra as mulheres é a de um homem – namorado, marido ou ex – que agride a parceira, motivado por um sentimento de posse sobre a vida e as escolhas daquela mulher, nem toda violência doméstica deixa marcas. Os maiores agressores das mulheres ainda são os companheiros (namorados, ex, esposos) correspondendo a 58% dos casos de agressão, os outros 42% ficam na conta dos pais, avôs, tios e padrastos.

A maioria das vítimas (83,7%) possui entre 18 e 59 anos de idade, sendo que a margem que mais concentra a idade das vítimas é entre 24 e 36 anos, ou seja, são mulheres jovens adultas que vivem relacionamentos afetivos que desembocam no abuso físico, cerca de 1,4% das vítimas tinham menos de 18 anos na época da agressão, já aquelas com mais de 60 anos de idade correspondem a 15% das vítimas de violência doméstica.

Nesse contexto de violência que gerou a criação da Lei Maria da Penha que é um grande avanço ao combate a agressões contra mulheres, impulsionado por uma mulher que sofreu na pele a ira do seu agressor.

Em 2001, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos devido à negligência com que tratava a violência contra a mulher, só em outubro de 2002 o agressor, enfim, foi preso, pegou pena de dez anos, cumpriu dois e hoje está livre.

A lei nº 11.340, De 7 de Agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal; e dá outras providências.



Este conceito traz luz a um cenário preocupante: o do feminicídio cometido por parceiro íntimo, em contexto de violência doméstica e familiar, e que geralmente é precedido por outras formas de violência e, portanto, poderia ser evitado, trata-se de um problema global, que se apresenta com poucas variações em diferentes sociedades e culturas e se caracteriza como crime de gênero ao carregar traços como ódio, que exige a destruição da vítima, e também pode ser combinado com as práticas da violência sexual, tortura e/ou mutilação da vítima antes ou depois do assassinato.

Devido ao alto número de assassinatos de mulheres em virtude do gênero foi aprovada a Lei 13.104, em 9 de março de 2015, a chamada Lei do Feminicídios, pela natureza do crime, a maioria dos assassinos dessas mulheres são seus companheiros, ex companheiros, namorados e esposos, eles representam 95,2% dos algozes, já os parentes, em especial os pais, avós, irmãos e tios representam cerca de 4,8% dos responsáveis pelos feminicídios.

O crime de feminicídio íntimo está previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Se os avanços legislativos são uma grande conquista dos movimentos de mulheres, as políticas públicas implementadas para garantir seu cumprimento ainda se mostram frágeis, não à toa, uma média de 4 mil mulheres foram assassinadas todos os anos na última década, permanece o enorme desafio em garantir que as mulheres em situação de violência de fato tenham acesso à Justiça.

Os casos se assemelham não só pela brutalidade e covardia, o modo como os assassinos agem é parecido, segundo especialistas, os algozes, geralmente pessoas com quem as vítimas se relacionam, começam com pequenas exigências, cenas de ciúmes, cobranças, brigas seguidas de presentes e pedidos de desculpas com promessas de mudanças, acuadas e sob constantes ameaças, em geral, as mulheres optam por não fazer a denúncia quando ocorre a primeira agressão, depois, é um caminho sem volta.



O Estado falha no combate à violência e proteção às vítimas, a família, muitas vezes, não consegue evitar consequências mais graves, assim, as tragédias vêm ocorrendo, é mais do que hora de a segurança pública deixar de reforçar estereótipos de masculinidades que, no limite, naturalizam a violência como linguagem e dificultam sua prevenção e sua repressão. Ética, decoro e liturgia pública são conceitos que, para terem algum significado prático, devem considerar que cabe ao Poder Público conter as emoções e não aceitar a violência em nenhuma de suas manifestações, pois o mesmo não está sendo capaz de garantir a vida de milhares de mulheres. (BUENO, Samira e SÉRGIO, Renato de Lima, 2013 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Se os avanços legislativos são uma grande conquista dos movimentos de mulheres, as políticas públicas implementadas para garantir seu cumprimento ainda se mostram frágeis, não à toa, uma média de 4 mil mulheres foram assassinadas todos os anos na última década, permanece o enorme desafio em garantir que as mulheres em situação de violência de fato tenham acesso à Justiça.

E, apesar de episódios de feminicídios ocuparem diariamente as páginas dos principais veículos de imprensa, as políticas desenvolvidas pelos Poderes Executivos seguem dando pouca ou nenhuma prioridade às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, este é um enorme indicativo de que a tragédia brasileira na segurança pública não se resume à leniência das leis penais e processuais penais.

Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias, justificador do presente estado de coisas, o poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p. 16)



Enquanto os homens não se policiarem e se desconstruírem acerca de uma história e modos herdados de gerações passadas, haverá uma dominação e manipulação em cima do sexo feminino, assim como alienaram as mesmas a duvidarem de sua capacidade, que muito já se tem avançado, mas ainda há muitas barreiras a serem destruídas, sendo assim uma luta diária e contínua, mas não impossível de vencer.

## FONTE

LIMA, Samira Bueno e SÉRGIO, Renato. **Dados de violência contra a mulher são a evidência da desigualdade de gênero no Brasil.**: Monitor da violência. 2019. Disponível em: <08032019>. Acesso em: 10 dez. 2020.

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contr-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>

<https://entretantoeducacao.com.br/educacao/educacao-combate-violencia-contr-a-mulheres/>

## REFERÊNCIAS

CARTILHA NEPEM (Núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher) é vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com caráter interdisciplinar e interdepartamental, 1984 – **VIO-LÊNCIA POLITICA CONTRA AS MULHERES**, 35 p.

CRISTINA, Andrea; BASTOS, Carmen; CALDEIRO, Jane. Estudo do Perfil dos Casos de Femicídio no Brasil no Período de 2008 a 2018. In: **Veredas** - v. 3 n. 5 (2020): Revista Interdisciplinar de Humanidades. P. 104-124. Disponível em: <<https://revistas.unisa.br/index.php/veredas/article/view/105/78>>.


LIARA, Cíntia. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). In: **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. P. 159-216. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10313/1/AViol%20c3%aanciaContraMulher\\_Cap\\_4.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10313/1/AViol%20c3%aanciaContraMulher_Cap_4.pdf)>.

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico] : indicadores nacionais e estaduais. – N. 1 (2016)-. – Brasília : Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016, 71 p.

SAFFIOTI, Heleith I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica) 120 p.



# AS FLORES DEFLORADAS DO SERTÃO ENTRE AS PÁGINAS DA IMPRENSA: NOTAS DE JORNAIS SOBRE AS PRÁTICAS DE DEFLORAMENTO NO COMEÇO DO SÉCULO XX

 Veronica Lima de Amorim Matos<sup>1</sup>

 Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O referido trabalho concerne em discutir sobre as práticas de deflora-mento e como esse crime era visto no meio social, ocorridos ente as fronteiras do sertão maranhense durante a Primeira Republica, por meio dos jornais, situando precisamente as características dessa criminalidade presente na região de Caxias, e Codó e Flores no Maranhão. Aalém disso, será pontuado as perspectivas do crime pelo viés, social, jurídico e médico, apresentando alguns parâmetros dessa ideia de dessa criminalidade em diferentes regiões do Brasil. Desse modo,, entretanto, a concepção deste trabalho, parti do pressuposto em evidenciar os crimes de deflora-mento. ocorridos ente as fronteiras do sertão maranhense durante a Primeira Republica, por meio dos impressos dos

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail. veramaattos@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). E-mail. noskcajzaionnel@gmail.com





jornais, situando precisamente as características dessa criminalidade presente na região de Caxias e Codó Maranhão.

Mas afinal, o que é defloração?

Antes mesmo da atribuição do significado do conceito, tomo como empréstimo a analogia utilizada por Ismael Vannin (2016), defloração provém do deflorar de uma flor ou o desfolhar de suas pétalas, perdendo sua robustez. Utilizando da figura de linguagem, a metáfora, a percepção do ato deflorar condizem com a perda da flor feminizada mulher, pós ruptura do hímen, ou seja, defloração significa, assim como, a flores perdem suas pétalas na passagem do deflorar, a mulher também perde sua virgindade com a ruptura do hímen, .

Distanciando o conceito da perspectiva lexicográfica, cujo sua acepção inclusive, servia para suavizar o ato do defloração, uma vez que, o conceito em si ressoava um tabu, porque envolvia a sexualidade.

Nesse sentido, tendo em vista, que o século XX no Brasil é marcado por uma série de dispositivos de controle comportamentais, em prol da civilização da nação, o defloração passou a ser visto como uma problemática para então conjuntura, visto que, não condizia com a normatividade. Em visto dessa questão Portanto, o Código Penal<sup>3</sup> brasileiro de 1890, baseado na elucidação do Art. 267, passou a vigorar o ato de deflorar para a categoria de crimes sexuais.

Assim, o defloração foi determinado como um dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor, do referido Código Penal, a lei reconhecia o crime de defloração contra uma mulher menor idade, empregando sedução, engano ou fraude, em virtude de sua inexperiência. A partir dessas questões, foi possível compreender que dentro da categoria dos crimes sexuais, estão o estupro e o defloração, embora os dois crimes sejam semelhantes por conta do emprego da relação sexual, eles são diferentes.

<sup>3</sup> BRASIL, Art. 267, Código Penal de 1890 da República dos Estados Unidos do Brasil.



De acordo com o ponto de vista dos juristas e dos médicos eles se diferenciam, em decorrência de: a ocorrência do defloramento há o consentimento para o ato, enquanto o estupro envolve práticas de violência. Além disso, juristas tinham a concepção ancorada veemente no pressuposto da segurança do princípio moral, inclusive, era um respaldo que ultrapassava as marcas físicas deixada pelo defloramento.

Nesse âmbito, vale um questionamento pertinente, indagado pela pesquisadora Elisangela Machieski (2005), “Mas se o “deflorar” não era visto como um meio de violência sexual, por que era considerado crime?”. Machieski, logo no início de seu trabalho, faz esse questionamento e em seguida nos ajuda a compreender o pressuposta para tal, explicando, que em meados do século XX, tinha uma estrutura cultural, no qual, limitava e restringia o papel social da mulher em vários aspectos, sobretudo, ao que se referia a sexualidade, pontuando que determinados assuntos e até mesmo práticas de alguns comportamentos poderiam corromper a pureza da mulher, onde a mesma deveria manter-se pura até o casamento, todavia, nesse período era muito comum uma prática chamada de defloramento, que acabava por difamar a honra e a honestidade da mulher, dessa forma tornou-se um crime, pois ocasionava danos para a estrutura social.

No início do século XX, o pensamento social sobre determinados valores tornou-se latente, correspondendo nas práticas cotidianas dos sujeitos. Nesse sentido, o princípio da honra tanto para a mulher quanto para o homem era considerado um bem precioso, que deveria ser resguardado, entretanto, a ocorrência do defloramento poderia desvirtuar esse princípio, por exemplo, a honra poderia ser manchada em “consequências do abraço sexual fora do matrimônio”. Além disso, as questões de honra também era uma base que deveria reger a família, uma premissa para honestidade dessa instituição, contudo, em detrimento do defloramento de uma moça, a reputação de sua família era prejudicada, assim, Elisangela Machieski, refleti de acordo com os seguintes questionamentos:



Como ficaria a honra da moça e da família? E se essa promessa não fosse cumprida? Ou seja, em casos de defloramentos não só a honra e honestidade da moça é posta em dúvida, mas, todo o seio familiar que lhe pertence. (MACHIESKI, 2005, p. 92)

Em meio à essa nova realidade nesse contexto social, mesmo com medidas de controle social, baseado nas pesquisa referente a temática, é evidente um alto índice de ocorrência de defloramento, principalmente, porque a ideia do namoro e passeios passou a fazer parte do cotidiano, outros fatores explicam essa situação, entre elas, está empregada na falta constante da vigilância dos pais ou de algum responsável em determinados passeis de casais, passeios esses, que geravam possibilidades para a ocorrência dos defloramentos, muitas das jovens moças se deixavam levar pela paixão, outras tinha uma promessa de casamento ou por uma chantagem emocional, dessa forma, acabavam cedendo o ato, que posteriormente tinha suas consequências, esses passeios, propiciava para além das conversas e as trocas de olhares. .

A partir das perspectivas apontadas analisadas, é muito importante compreender que as práticas de defloramento estão cercadas de discursos propagados dentro de um contexto, passível de um viés ideológico, que abrange questões para além da estrutura social da época, mas uma intersecção de sentidos que configuravam os aspectos sociais da Primeira República.

Desse modo, não podemos esquecer do papel social protagonismo que assumiu os jornais da época, ao noticiar não só a ocorrência dos crimes de defloramentos, mas como uma ferramenta propagadora de discursos que reforçava ideias normativos referente aos comportamentos dos sujeitos.

É interessante acompanhar, nas diferentes épocas, as mudanças dos papéis sexuais que a imprensa divulgava nas diversas cidades. Tais mudanças, obviamente, vinham acompanhadas de uma campanha com normas de conduta que, muitas vezes, refletia



aquilo que a elite urbana considerava “civilizado” e que, em grande parte, era repetição daquilo que os jornais dos grandes centros divulgavam. (PEDRO,1994, p. 31)

Essa consonância vai de encontro as percepções da historiadora Joana Maria Pedro (1994), ao entrecruzar a vida das mulheres do sul do Brasil, a mesma a autora abriu parêntese para explicar que os jornais, não foram os inventores dos estereótipos comportamentais, entretanto, essa performática é fruto muito antes do século XIX, ao restringir as mulheres como virtuosas, boas filhas e boas esposas, esse é um modelo característico da cultura ocidental e, portanto, os jornais no cenário do século XX, apenas reproduziam esses estereótipos.

Os jornais sulistas, foram subsídios para a autora, pois cumpriam com o papel de divulgar os ideários de comportamentos dos sujeitos, carregado de propagandas com as normas de conduta, visando formar novos homens e mulheres correspondentes ao progresso da nação, além disso, a conduta feminina era ainda mais ressaltada, pois eram consideradas criadoras e educadoras das novas e futuras gerações.

Embora os jornais sulistas reproduzissem estereótipos existentes há séculos, faziam-no em um contexto específico respondendo a uma conjuntura determinada, na qual a demonstração de distinção e a exposição de um certo verniz social implicavam em moldar as mulheres de uma determinada classe. (PEDRO, 1994, p. 28)

Nesse ínterim, o objetivo dessa discussão, parte do pressuposto, de compreender através dos de impressos dos jornais, na literatura, as acentuadas ocorrências de defloramentos e a maneira como fizeram parte do cotidiano dos sujeitos em diferentes regiões do país, assim como, nas regiões interioranas do Maranhão.



## MULHERES, COMPORTAMENTO E DEFLORENTOS

Retomando o contexto da virada do século XIX para o século XX no Brasil, observamos a transformações nas estruturas que refletiram no papel social das mulheres e dos homens, visto que, para além das mudanças políticas, econômicas, as mudanças inerentes aos aspectos socioculturais marcaram esse primeiro momento da República, pela alusão do paradigma da Belle Époque, onde suas representações moldaram uma nova conjuntura social em prol da civilização da nação, uma tentativa de formar um Brasil parisiense<sup>4</sup>, em costumes cotidianos, com a finalidade em promover; estabelecer uma nação ideal, conforme, os padrões de higienização, ordem e civilização, ideais propagados pela classe dirigente do período.

A nova conjuntura social e suas particularidades implementadas na primeira República, casam com as premissas analíticas de pode ser explicada pelo teórico francês Pierre Bourdieu (2007), onde o mesmo nos chama atenção para sendo está uma maneira de entender a estrutura social do contexto, a parti da perspectiva logo, definia seu pensamento sociológico como Estruturalista Construtivista, onde acreditava que as estruturas objetivas do mundo sociais podem dirigir as ações dos indivíduos, porém, essas estruturas são construídas socialmente. Assim, para ele, as relações são dialéticas, existindo estruturas que agem de forma objetiva para legitimar e reproduzir ou transformar a sociedade, dessa maneira a configuração do arsenal republicanas foram criadas e reproduzidas por meio do comportamento social., sobretudo, ao relacionar a perspectiva do conceito de habitus de Bourdieu.

---

<sup>4</sup> Sobre a ideia de uma Paris à brasileira, está diretamente ligada na performance da chamada Belle Époque, um paradigma de estilo de vida predominantemente dos costumes europeu, assim, no Brasil essa acepção foi manifestada como um modelo ideal para moldar uma nação, agora, “civilizada”.



Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gostos), e que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida”. (BOURDIEU, 2007, p,162)

Nesse sentido, uma das principais referências para discutir as práticas as nuances do crime de defloramento no Código Penal brasileiro e as premissas da conjuntura republicana e sua bagagem de ideal moralista, está centrado nos estudos de Sueann Caulfield (2000), a pesquisadora norte americana pôde se debruçar sobre os fervorosos debates em torno dos envoltimentos das mulheres em crimes sexuais, despertando seu interesse na investigação sobre a moral sexual vigente no Rio de Janeiro nos anos 1920 e 1930. Estudou as concepções sobre honestidade sexual aos olhos dos juristas, advogados, médicos e a perspectiva da sociedade em geral. Analisa grande variedade de fonte, em textos jurídicos, revistas e periódicos dos jornais que circulavam diariamente na sociedade brasileira.

Ao longo de seu estudo, Caulfield (2000) procurou identificar as representações acerca da honra sexual, analisando assim, a perspectiva feminina no seio familiar, ideias de comportamento das mesmas, ganhando um novo significado na sociedade. Conforme a autora, a mulher deveria se resguardar no âmbito familiar até se tornarem futuras progenitoras dos lares, pois, havia um receio quanto a prostituição, nesse sentido, cabia a jurisprudência intervir na modulação do controle social das mulheres. Um conceito sedimentado para formar uma nação moralizada e civilizada, para isso, o preceito da virgindade e do casamento tornaram-se imprescindíveis.

Entre as evidencias dos crimes de defloramentos, aborda a dicotomia do contexto republicano, revelando parâmetros de desigualdades de gênero; no cunho racial e social; além disso, a pontuação sobre as identidades femininas e masculinas direcionam a discursão. Embora, saibamos que pressão sobre a conduta e as limitações do corpo feminino sobressaíam, em relação aos homens, nesse sentido Caulfield, afirma:



Moças de família vivendo no recato do lar doméstico sob vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade de seus pensamentos. A ofendida, por tanto, deve ser acreditada quando há provas contrárias à sua precedente honestidade. A ingenuidade e inocência das moças de família eram contrapostas ao cinismo das mulheres não submetidas à vigilância da família, as quais eram consideradas enigmáticas, facilmente corruptíveis e dissimuladas” (CAULFIELD,2000, p.77).

A promessa de casamento na percepção de Caulfield (2000), foi um dos grandes marcadores dos defloramentos, onde muitas moças se deixaram influenciar por uma promessa do namorado ou do noivo, com a justificativa que logo mais se casariam, então, nas narrativas dos sedutores não havia necessidade de esperar o casamento para terem uma relação carnal, com isso, a promessa de casamento tornou-se um símbolo ao que se refere aos defloramentos.

Enquanto isso, Martha Esteves Esteves em (1989, já pensava essas questões, ) também é considerada uma grande referência no assunto, a mesma se debruçou no contexto carioca para analisar os debates acerca da virgindade moral e honestidade das mulheres, valores esses, identificados na esmagadora maioria em processos crimes (defloramentos).

Ao entrecruzar com uma massa de estudo de casos, Esteves pôde perceber como a força motriz ideológica presente do contexto delineava os hábitos, costumes dos sujeitos. Dito isso, as preocupações evidentes da autora, eram identificar as articulações discursivas envolvendo a condição e o papel social das mulheres em meio as avalanches de um projeto moralizador, concernente a primeira República.

Visto dessa forma, cabe também ressaltar o despertar do interesse jurídico em analisar e discutir sobre aspectos da sexualidade, partindo do pressuposto, não só do aumento da criminalidade em si, mas se tornou uma questão de interesse público, considerando que afetava primordialmente uma das principais instituições sociais, a família.



Dessa maneira, a autora deixa explícito uma disputa pela verdade, originando contra argumentações entre advogados, promotores, juízes, vítimas e acusados. Por esses motivos, a conduta, a postura da família, as vezes era a chave de um processo, onde a imagem da família era reflexo do caráter da ofendida, premissas que serviam como argumentos, usados inclusive pelos advogados dos acusados, com intuito de distorcer a conduta moral da ofendida.

Nesse sentido, a existência dos processos criminais contra a honra das famílias constituía um excelente caminho utilizado pela Justiça para introjetar nas camadas populares essa nova ética de trabalho através da porta dos fundos da nova ordem burguesa, através da “moral e bons costumes. (ESTEVEES, 1989. p.37).

A solidificação de uma base familiar era de suma importância para o contexto, nesse sentido, as elites brasileiras elegeram o modelo familiar burguês, considerado um protótipo ideal, uma vez que, estabelecia regulamentos sobre a vida dos sujeitos, dessa forma, como evidencia as características do Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916<sup>5</sup>, “[...] além de expressarem uma tentativa oficial de estabelecer a importância do poder público republicano em assuntos relativos à moralidade, que anteriormente, ficavam a cargo da igreja e da família, como no caso do casamento” (FERREIRA; PEDRO; 2012, p.15).

Em meio a essas manifestações, nos deparamos com proliferação de discursos, que pontuavam o controle social, para designar as matrizes da normatividade, exemplo, os valores, a conduta social dos sujeitos, a roupa cotidiana através das representações e das práticas. Assim, Michel Pêcheux (1995) considera o discurso uma prática ideológica, por exemplo, na concepção do teórico, a ideologia acaba estabelecendo os discursos, uma vez que, um sujeito enuncia/discursa uma determinada perspectiva, essa pode estar relacionada a algum viés, pode ser movida

---

<sup>5</sup> BRASIL. Código Civil de 1916, República dos Estados Unidos do Brasil.





por interesses próprios, nesse caso, a ideologia conduz a manifestação do discurso, explicitamente ou implicitamente.

Isso equivale afirmar que as palavras, as expressões, proposições, recebem sem tido da formação discursiva na qual são produzidas: retomamos os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que representam[...] (PÊCHUEX, 1995, p.161)

Esses discursos estavam imbuídos dentro de uma lógica no qual, os dirigentes enunciavam seus interesses, para que a sociedade exercesse. Os discursos estão por todos os lugares, sobretudo, nas representações das coisas, uns desses exemplos, onde os discursos foram materializados, refere-se na criação dos códigos de posturas, códigos esses que formulavam e regulamentavam o princípio do comportamento social, além disso, temos também os periódicos, um dos principais propagadores desses ideais, ao explicitarem as imposições dos discursos vigentes.

Nessa ótica, ao perceber o A configuração no início da formação republicana republicana, a mesma prezava muito pela questão da honra, um valor indicativo tanto para a mulher quanto para o homem. De acordo com Pitt Rivers<sup>6</sup> (1992), o mesmo atribui o conceito de honra pelo olhar antropológico, em virtude, das vias prerrogativas, a honra além de um sentimento é também considerada um fato social, isto é, o pri-

---

<sup>6</sup> Pensar no conceito de honra a partir do teórico Pitt Rives (1992) Honor and Grace in Anthropology, tornou-se fundamental, pois o mesmo distingue a noção de honra no segmento aristocrático, a honra burguesa e também a honra dos populares, sendo está uma das pautas relevantes da pesquisa, ao identificar as representações honra entre os sujeitos, entre uma sociedade que exalava distinção social. Além disso, vale ressaltar, outras considerações de suma importância que corresponde com as cenas sociais analisadas, quanto a honra por se torna foco de desconfiança e também as vezes pode ser empregado de forma negligente.



meiro aspecto está inteiramente ligada à moral, um alto cuidado com a imagem, um zelar por seus valores, um pressuposto para se distanciar de tudo que provém da vergonha, enquanto, o fato social diz respeito, ao próprio prestígio da honra e também uma forma de prevalecer um status, baseado na representação da conduta moral.

Ademais, o conceito de honra percorre entre uma mão dupla, porque exerce um sentido diferente na perspectiva feminina e na masculina, dessa forma, aos homens a honra é um sinalizador de coragem, virilidade, enquanto a mulher essa imposição não é atribuída, pois sua honra é caracterizada pela pureza sexual, ou seja, uma premissa já frisada ao logo dessa apresentação.

A honra assumia diferentes roupagens ao tratar de homens e mulheres, principalmente no que se refere às questões conjugais e sexuais. Mary Del Priore (2009) também avalia esses aspectos, de exigências sociais voltadas para as mulheres e os homens, distinguindo os parâmetros normatizadores, enquanto a honra feminina era, cada vez mais, marcada pela supervalorização do recato, da inocência, da virgindade, da educação para as tarefas domésticas, dos “bons modos” e do instinto maternal, a honra masculina voltava-se cada vez mais para a figura pública do trabalhador. E caso esses entrepostos não fossem exercidos cotidianamente, havia uma reprovação à nível público.

Aos olhos da justiça, o defloramento praticado contra uma mulher “honesta”, o ato de deflorar era considerado um crime contra a honra da mulher. Neste caso, mais do que um ato sexual consentido ou uma violência de gênero, o defloramento condenaria a vítima a uma desmoralização social, prejudicaria suas possibilidades de efetuar um matrimônio vantajoso e a estigmatizaria em suas relações sociais. Também nesses casos, o objetivo principal da prática jurídica não era proteger a integridade física das mulheres ou da honra somente como atributo individual feminino, mas também defender a honra masculina, sobretudo dos pais, tutores e irmãos, ultrajada quando suas mulheres são desvirginadas por outro homem.



Além disso, muitos dos casos de defloração, chegavam a ser considerados caso de estupro, em detrimento do próprio ato e atribuição de violência, denunciada pela ofendida e também evidenciadas nos corpos de delitos, porém, muitos casos foram banalizados em consequência da falta de imparcialidade da justiça, onde as denúncias relatam até mesmo ameaças as vítimas.

Retornando as acepções discursivas do contexto, ambos os saberes, judicial e médico, tiveram uma conotação presente entre os processos de defloração, essas “autoridades” detinha o poder de determinar o destino das ofendidas. Essas mediações tem uma explicação direcionada pelo teórico Michel Foucault (1988), evidenciados em seu estudo sobre sexualidade na era vitoriana. Por esse viés, “Tais saberes [...] demonstram o seu poder de modo a controlar e escamotear as individualidades da humanidade por meio da produção de discursos de verdade sobre o comportamento sexual das pessoas e a anatomia da genitália”

De acordo com Foucault, ao analisar vários prismas entre a relação de poder e as questões da sexualidade, encontrando predominância da percepção na linha do direito, na psicologia, entretanto, a visão médica tornou-se inquestionável, a medida em que se tinha um exercício sobre o corpo humano, ao tratar da saúde, vida, morte, ou seja, os apontamentos médicos não eram criticados, nesse sentido, exercendo dispositivos de controle sobre os sujeitos, e as questões da sexualidade estavam envoltas nessas perspectivas.

Paralelo a isso, entra em cena como protagonistas que embutiam discursos quanto a veracidade dos defloramentos, os médicos-legistas, cujo, o emprego de sua atuação estava centrado na realização corpo de delito, exame que comprovaria a ocorrência do defloração. A realização desse procedimento, provocava a enunciação de diferentes discursos acerca do comportamento feminino, tendo em vista que a “[...] intervenção médica eram dirigidos principalmente aos corpos femininos, já que a relação honra-mulher era baseada na “pureza” dos corpos e também da mente” (FERREIRA; PEDRO; 2012, p.9).



## AS FLORES DEFLORADAS E UM CONTEXTO REPUBLICANO

Pensando nessas dimensões e como cada uma se incorporou em diferentes regiões do Brasil e ao voltar os olhares para o sertão maranhense, também podemos encontrar os resquícios desse tempo considerado moderno nas cidades de Caxias, Codó e Flores. Dessa forma, os jornais foram as ferramentas utilizadas para identificar a presença desses elementos e suas determinadas logicas nessas regiões citadas, como destaca nas notícias dos impressos dos jornais as denúncias dos crimes de defloramento.

Em Caxias, precisamente em outubro de 1901<sup>7</sup>, foi registrado e relado todo o processo do inquérito policial denunciado um crime de defloramento praticado por Luiz Marques Teixeira, cujo o nome da vítima é apresentada como Sarah com 10 anos de idade. De acordo com a procedência da denuncia e o exame pericial, foi constatado a membrana do hímen completamente dilatada, além desse ato cruel, foi identificado também marcas de violência física, pondo em risco a vida da menor, com isso o jornal de Caxias se prontificou em denunciar publicamente, tido como “*escandaloso*”. Entretanto, o acusado negou, e disse mais, que ele como cidadão e pai de família merecia justiça contra tamanha ofensa.

Seguindo no mesmo jornal de Caxias (Órgão Comercial e Noticioso) no dia 27 de janeiro de 1906, foi apresentada a manchete “*Pela Polícia*”<sup>8</sup> relatando todo o caso de defloramento envolvendo as partes, Joanna Maria da Conceição e Altino Barbosa da Silva, onde a família da vitima abriu uma queixa denunciando um rapto seguido de defloramento, para a resolução do conflito, nota-se que o acusado, confessou o crime e que não poderia reparar a honra da ofendida, pois ele já era casado, na religião católica com a tia da referida menor, e portanto seria impossível casar-se novamente.

<sup>7</sup> Jornal de Caxias, outubro de 1901, n° 23

<sup>8</sup> Jornal de Caxias, 27 de janeiro de 1906, n°X.



Outro caso, notificado pelo o jornal de Caxias, na ocorrência de 03 de setembro de 1899, relatava apresentava a manchete “*Único do art. 276 pelo Código Penal*”<sup>9</sup>. Como segundo denota a notícia, Pedro era um rapaz casado que deflorou Rita, entretanto os representantes, ou seja, a família da ofendida fez a proposta de casamento, mesmo abrindo um processo contra o acusado, realizaram o amasiamento entre Pedro e Rita. Não sendo o bastante, o próprio jornal indagou, “Em vista do casamento efetuado, Pedro ainda está sujeito à Lei Penal?”

Essas situações não eram apenas na cidade de Caxias, quando nos debruçamos sobre essas questões na cidade de Codó também aparecem esses elementos ditos e entendidos como de casos de defloramentos, como denota o intrigante caso, “*Uma por ano*.”<sup>10</sup> Acha-se a polícia, consta nas investigações das ‘brilhanturas’ do sr, Benedicto Firmino de Britto, em 1911 deflorou uma menor [...] foi perseguido pela polícia que fugia”.

O artigo desse caso noticiado pelo jornal Correio de Codó, relata a sequência de três atos de defloramentos contra menores, entre os anos de 1911, 1912 e 1913, onde meninas sofreram violação da proteção que lhes cabiam. O infeliz acusado Benedicto, há um tempo fugia da polícia, cometendo aos redores da cidade seus atos de covardia.

As denúncias seguiam, pois, a última tentativa levou o acusado até a polícia, além do mais, a existência da impunidade deixava as pessoas temerosas que algo dessa natureza viesse acontecer novamente, receio encontrado nas falas ecoadas no jornal correio de Codó, expressada pelo senhor Oliveira “*Neste andar ele irá longe se a impunidade o acarcoar*”, ou seja, a impunidade ajudar tornar possível a delinquência desse sujeito, dando jus o destaque da manchete, uma em cada ano.

O Correio de Codó<sup>11</sup> divulgou no mesmo dia 31 de agosto de 1914 dois supostos casos de defloramento, e a omissão da justiça diante dos

<sup>9</sup> Jornal de Caxias, 03 de setembro de 1899, n° 41

<sup>10</sup> Jornal Correio de Codó, 07 de maio de 1913. n° 22

<sup>11</sup> Jornal Correio de Codó, 31 de agosto de 1914. n° 97



casos. João Rodrigues procurou a policial municipal de Codó para dar queixa contra o sujeito Antônio Sião, João acusou o mesmo pelo o ato de defloração com sua filha de criação e menor de idade, identificada pelo nome Maria José Portelha, foi aberto o inquérito policial, passando a aguardar as investigações, enquanto isso foi realizado na menor exames nas partes genitais, comprovando o rompimento do hímen, indicando o defloração da mesma, a resolução desse caso ficou por conta da família, já que o acusado “decidiu” casar-se com a menor, esses tipos de conflitos muitas vezes eram resolvidos dessa maneira, já que a honra da menina foi reparada com a união estável entre eles. À vista disso, aos deflорadores que recusavam a reparação ao dano da honra da moça, cabia a prisão pública, segundo Lucena.

Ao ser desvirginada, a mulher ficava privada do “*aspecto material de suavidade*”, tendo o homem a única “*faculdade de restituí-la à condição honorável*”, sendo apenas o casamento capaz de restituir a honra perdida. Nessa perspectiva, a sexualidade feminina oitocentista era submetida à tutela masculina (LUCENA, 2014, p.42).

Outras denúncias que se referem aos deflорamentos foram divulgados nas notas dos jornais, como o caso da abertura da queixa contra Antônio Gomes da Silva, passou à acusar Fausto Barbosa dos Santos por deflorar sua filha menor Maria Gomes dos Santos, não obteve quaisquer resquício de justiça por faltas de provas contra o acusado, sendo assim, o arquivamento do inquérito policial, impossibilitado do caso ser julgado. Além da falta de provas, nem mesmo o exame foi realizado, dificultando a comprovação da honra da menina perante a justiça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as denúncias impressas nos jornais, identificamos os desdobramentos de diferentes conflitos envolvendo o crime de deflорação.



mento, além disso constatamos como essas praticas eram recorrentes na região considerada parte do sertão maranhense como bem destaca, os jornais que circulavam nas respectivas cidades.

Baseado nas considerações citadas, compreende-se em linhas gerais, a percepção da figura da mulher envolvida nessa pratica e também protagonismo jurídico correlacionado as tramas cotidianas envolvendo defloramentos, onde essa via era uma das possibilidades de reparar a honra perdida e também restaurar a reputação no meio social. Para as mulheres defloradas que perderam a virgindade antes da cerimônia matrimonial e que também não tiveram a chance de conseguir reparo da honra por meio da justiça, ficavam submetidas numa situação complicada, pois sem o reparo ou o restabelecimento da honra, muitas meninas ficavam sem a proteção do próprio do lar e da família.

Em casos de constatação da desonestidade da mulher, alguns chegavam a serem expulsas de casa, nesses casos entra em cena os bordeis, uma lastima consequência para o padrão da época, onde muitas mulheres acabavam se sujeitando à essa situação, casos não só de mulheres defloradas, mas aquelas que não eram mais virgens; separadas. Os bordeis se tornavam seu novo “lar”, ou seja, a perda da pétala, era uma consequência grave e que mudava a vida dessas mulheres, acabava por definir o destino da mulher no meio social.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Distinção: crítica social do julgamento** / [tradução Daniela Kern; Guilhermel]. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP. 2013.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.



FERREIRA, Gleidiane de Sousa. PEDRO, Joana Maria. **São honestas? Defloramentos em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX.** Universidade Federal de Santa Catarina. Tempos Históricos. 2012

MACHIESKI, Elisangela da Silva. **Consequências do abraço sexual fora do matrimônio: Seduções e defloramentos na Região Carbonífera na década de 1950.** Revista de História do Tempo Presente, 2005.

LUCENA, Renata Valéria. **AMORES E DESVENTURAS: os defloramentos e as representações de honra no Recife oitocentista.** Caderno Espaço Feminino Uberlândia-MG, 2013.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** / [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e o discurso: Uma crítica na afirmação do óbvio** Campinas, São Paulo. Ed, UNICAMP, 1995.





# ESPAÇOS VAZIOS: OS INTELLECTUAIS NA MARCHA PARA O OESTE E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SERTÃO

 Alesy Soares Oliveira<sup>1</sup>

 Renato Amado Peixoto<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para a discussão sobre como a Marcha Para o Oeste se relaciona com o campo intelectual e político na reconfiguração espacial brasileira do início do século XX. A Marcha para o Oeste foi um movimento ocorrido durante a Era Vargas, especificamente no Estado Novo. Vargas, com esse projeto, almejava consolidar um estado intervencionista e nacionalista em diversos setores ampliando e formatando as fronteiras e demarcando o controle mais central na figura do governo. O aporte intelectual sustentado pelo projeto político de Getúlio Vargas proporcionou o desdobramento de escritos e ideias que acentuaram a urgência do movimento Marcha Para o Oeste.

Pode-se perceber um espaço privilegiado dos intelectuais presentes no contexto Varguista, entre esses nomes estão presentes: Casiano Ricardo, com sua interpretação do movimento das Bandeiras como um reduto de brasilidade em seu livro “Marcha para Oeste (A influência da bandeira na formação social e política do Brasil)”, Ro-

---

<sup>1</sup> Mestrando pela UFRN. Email: Soaresalesy@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador



drigo Octávio e Jaime Cortesão dialogando com obras auxiliares ao tema de fronteiras e espaço, ambos olhando essa nova conjuntura política com perspectivas ilustrativas nas figuras de grandes nomes ou mesmo na compreensão histórica do espaço, assim contribuindo para o entendimento das novas práticas do governo diante dessas terras “vazias”. Cassiano Ricardo está presente aqui para compreender a análise estabelecida pela Marcha Para o Oeste desse território a ser explorado, sendo seus escritos responsáveis por um estabelecimento de um diálogo com Rodrigo Octávio, Jaime Cortesão e outros variados autores, todos intelectuais ligados às instituições centrais na estruturação do saber. Não deixando de entender o uso desses pareceres no campo da atuação política.

Em suma, o artigo buscar se debruçar sobre o uso dos insumos intelectuais no campo políticos assim como nas identificações prévias de conflitos pelo cerceamento de fronteiras e reconstrução do espaço nacional, haja visto que povos nativos e até mesmo empresas de capital estrangeiro já estavam contidos nesses espaços em litígios, possibilitando análises fortuitas das relações diplomáticas do governo de Vargas, principalmente no que se refere ao Estado Novo. Com isso, podendo relacionar em meio a análise dessa redistribuição de territórios, como o campo intelectual e o político se estruturam para a consolidação do projeto Marcha Para o Oeste.

## **MARCHA PARA O OESTE: CONCEITUAÇÃO E SEUS INTELECTUAIS**

Um projeto de recolonização foi pensado a partir de uma lógica de reinterpretação do conceito de Sertão, expresso no livro de Cassiano Ricardo, ao entender que as bandeiras empreendidas na época colonial remetiam a um reduto de brasilidade, que estava sendo renovada com o movimento proposto. Interpretações novas sustentadas pelos suportes político e intelectual acabavam por exprimir essa necessidade de colocar o passado brasileiro em uma corrente uníssona e palatável. Rodrigo



Octávio aparece nesse sentido para tentar juntar essas narrativas de forma a corroborar com a ressignificação territorial que estava ocorrendo por todo Brasil, assim coloca-se como ente fundamental no diálogo com as propostas de mudanças de estruturas territoriais na nação.

Essa busca por uma diferenciação na forma de abordagem, pode ter raízes na consciente tentativa de rearranjo dos conceitos estabelecidos no período da monarquia no Brasil. A república deveria apontar para outros caminhos, diferentes de seu antecessor, mesmo em uma aproximação com o Estados Unidos, os insumos para entender essa guinada deveriam estar pelo menos no conceito de pan-americanismo ou então coagido por pensamento proto-brasileiro, que agora contaminava novos projetos políticos como o estudado aqui. Nesse sentido Renato Amado Peixoto comenta:

[...] Contudo, há que se salientar que os defensores do alinhamento à política externa dos Estados Unidos não se baseavam apenas nos argumentos de Rodrigo Octávio ou de Pedro Calmon, mas descortinavam a naturalidade e anterioridade desse posicionamento, porquanto retroagiria ao início do século, se enraizando na política de aproximação deslanchada pelo Barão do Rio Branco. Esta teria como objetivo impedir que a política externa republicana não sofresse da solução de continuidade com a da monarquia, cujas origens datavam do reconhecimento de nossa independência pelos estadunidenses que, em última análise, aninhavam-se no legado pan-americanista de Alexandre de Gusmão (PEIXOTO, 2016, p. 61).

Esse espaço de diálogo é sem dúvida importante para compreender as ligações e redes estabelecidas no contexto da primeira metade do século XX. Cassiano Ricardo era diretor de um jornal chamado “A Manhã”, e foi responsável por diversas suítes de reportagens que tocavam nos projetos de reestruturação de território nacional e na apresentação de figuras históricas importantes para essa formatação de perspectiva, Alexandre de Gusmão, da mesma forma Peixoto comenta:



Cabe apontar que o artigo de Rodrigo Octávio havia sido determinante para o engajamento historiográfico de Jaime Cortesão, na medida em que propiciara a suíte de reportagens sobre Alexandre de Gusmão, dirigida por Cassiano Ricardo para o jornal *A Manhã*, e a discussão historiográfica em que se Cortesão se integrou (PEIXOTO 2015, p. 56-57).

O contato com obras e autores de outros países pode estar intimamente ligado ao sentido mais “americanista” de Cassiano Ricardo. A autora Maria Verônica Secreto vai comentar que as incorporações imaginárias mobilizaram grande número de intelectuais e artistas populares. Ela cita que Ricardo fora intitulado como “um Turner autoritário” (Velho, 1979), em uma clara associação do seu pensamento com a obra do historiador americano F. J. Turner, autor de *The frontier in American history* (1839). O estabelecimento de um pensamento “profundamente americano” define a formação das nações americanas com o lese voltado para a Europa e o Oeste verdadeiramente americano – ou brasileiro, na versão que fora buscada por Cassiano Ricardo. (SECRETO, 2007)

Entre os vários intelectuais e artistas que contribuíram para esta construção simbólica destaca-se Cassiano Ricardo, por seu forte vínculo com Vargas e com o Estado Novo (1937-1945), além de pela abrangência e pela influência de seu ensaio *Marcha para Oeste* (A influência da bandeira na formação social e política do Brasil). Secreto também vai entender que a obra de Cassiano Ricardo estabelece continuidade, e com esta, legitimidade, entre o bandeirismo dos séculos XVII e XVIII, as penetrações no planalto paulista no século XIX e o projeto estadonovista de colonização denominado “*Marcha para o Oeste*”. A *Marcha para Oeste* de Ricardo inscreve-se no programa homônimo elaborado pelo Estado Novo. (SECRETO, 2007)

Sobre o último ponto do livro de Cassiano Ricardo, Secreto vai ajudar a esclarecer um ponto ligado ao título do texto da *Marcha Para o Oeste*, “O verdadeiro sentido da brasilidade está na *marcha para Oeste*”, em que Ricardo afirma que:



O novo regime tem parentes muito próximos com o que o grupo social histórico da conquista nos havia indicado, embora a ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas em caráter rudimentar. O governo forte não é uma novidade para o nosso país, pois nasceu com a bandeira. (...) retomando o fio histórico da civilização brasileira, a Constituição de 10 de novembro reata, finalmente, o espírito bandeirante interrompido no século XIX e tão deturpado pela dialética do litoral. (RICARDO, 1970, p.648)

Utilizando-se dessa referência, Secreto entende que a originalidade de Ricardo se apresenta na estruturação do conceito de bandeirismo com tal “plasticidade” que permite ser adaptado ao longo da história. Assim como presente em outros capítulos do Livro: “*O neo-bandeirismo do século XIX*” e “*As bandeiras do século XX*”. Nestes casos, o bandeirismo é transformado, anacronicamente, num conceito com o qual se pode interpretar toda a história do Brasil. Apresenta-se aqui que possivelmente esse *modus operandi* de ação intelectual diante de um objeto estava contido também nas abstrações feitas por Rodrigo Octávio, Jaime Cortesão, Pedro Calmon e etc. Os intelectuais deveriam adequar seu escopo de análise ao jogo estabelecido.

Desse contato com intelectuais brasileiros e também, em certa medida, com intelectuais estrangeiros, Cassiano Ricardo no livro *Marcha Para o Oeste*, parte da compreensão dos papéis das bandeiras no seu conceito de harmonia racial e a influência na conjuntura política do Estado Novo, simbolizando uma busca de legitimação nas ações do governo de Getúlio Vargas a partir da herança histórica das Bandeiras paulistas. A nação e o Estado deveriam ser entendidas enquanto integradoras, partes da mesma moeda.

O governo de Getúlio Vargas possuía uma forte tendência à focalização central do poder, mesmo bem antes do estabelecimento da Ditadura de 37. No Estado Novo essa característica intensifica-se, somada a um nacionalismo exacerbado. Para Vargas, o Brasil deveria passar por um processo de urbanização, mas sem ignorar os projetos de apoio à



população. Existia uma identificação entre Estado e nação, como vai afirmar Matheus Eurich Arrais, em que a concentração da autoridade do Estado na figura do presidente, dispensando assim a presença de intermediários, ou seja, não era preciso que partidos e assembleias traduzissem os interesses particulares, e possivelmente desagregadores. Estava, dessa forma, instaurada uma nova modalidade de Estado: forte, centralizador e antiliberal (ARRAIS, 2016)

Havia uma preocupação diante do estabelecimento da ordem e segurança nacional, o território. Para Ângela de Castro Gomes: “O Estado Novo, como outros regimes autoritários seus contemporâneos, estabelecia como meta estratégia para a segurança nacional um efetivo controle sobre povo” (GOMES, 2013, p. 46). Um “obstáculo” físico e conceitual se apresentava diante daqueles que iriam empreender as reconfigurações do espaço nacional: o Sertão. Essa categoria espacial que remete a diversos sentidos, era algo a ser ultrapassado, tanto em sua essência, que estava em disputa com outras narrativas sobre sertões, haja vista as estabelecidas no nordeste litorâneo, quanto a árdua tarefa de atração de novas populações em um território “novo” e inóspito que se mantinha em litígio com as populações nativas pertencentes a esse lugar.

## SERTÃO SOB DISCUSSÃO

A discussão trazida pelo grupo de intelectuais na ressignificação do espaço nacional do início do século XX, em específico as coordenadas pela obra com o mesmo nome do movimento estudado aqui, “Marcha para o oeste”, estabelece uma nova materialização do conceito de sertão, atribuindo a esses espaços um sentido de “vazio”, essa concepção estava ligada a um entendimento que se configura nas obras desses intelectuais. De forma geral, a ideia de território nacional conhecido desde dos primórdios de uma idealização de Brasil foi encaminhada por Rodrigo Octávio, possivelmente ligada a um campo de estudiosos



imbricados com a máquina estatal que entendiam como necessária a atualização do sentido de nação brasileira, relacionando todas as épocas do Brasil, construindo uma noção plausível de brasilidade.

Uma dessas noções está na obra de Cassiano Ricardo que vê essa brasilidade na ótica das Bandeiras, revivendo o sentido colonial de reconquista e ocupação de territórios, entendidos como uma distribuição desse espaço chamado Sertão. Para tanto, Janaína Amado (1995) cita que não apenas os espaços interiores da Colônia, eram tidos como Sertão, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado às benesses da religião, da civilização e da cultura. Ela assim afirma:

Note-se que a descoberta a partir do final do século XVII início do século XVIII de grande quantidade de ouro em Minas Gerais Mato Grosso e Goiás e as consequentes explosão demográfica, acumulação de fortunas, fundação de núcleos urbanos e implantação de pesada burocracia lusa não foram capazes de modificar substancialmente o significado de sertão. (AMADO, 1995, p 147)

A palavra “Sertão” era usada pelos portugueses para determinar territórios longínquos e afastados, na época colonial, todo o Brasil era um imenso sertão, somente com a ocupação desses territórios começou-se a designar outras demandas para aquele espaço, que mesmo assim possui reminiscências dessa conceituação. O sertão estaria estabelecido em contraste com o que era conhecido. Dessa forma, Amado vai explicar isso em diálogo com outros autores que:

Para o colonizador, o Sertão constitui o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. Que o outro, porém senão o próprio eu invertido, deformado e estilizado? a partir da construção de alteridade, durante os processos de colonização, europeus erigiram a refinaram as próprias identidades: “Assimilação conceitual do outro geográfico introduzir uma tensa dialética dentro



do ponto de vista do mundo europeu que determinou como a Europa percebeu o mundo de fora e mais importante tornou-se virtualmente indispensável para a concepção de si mesma” explicou Bassin (1991 :764), complementado por Burbon (1993:205-16) [...] entre outros. (AMADO, 1995, p 149)

Diversos autores ao longo das décadas já se utilizaram dos termos sobre o Sertão. Para os entendimentos encaminhados ao longo deste texto é necessário entender que o estabelecimento de uma área dita vazia em um espaço nacional sobre o espírito de uma de conquistas das bandeiras ou mesmo a esperança de nova vida em um lugar desconhecido, vai de encontro às narrativas já feitas sobre os sertões, e por isso uma conformidade no percurso desse conceito era essencial, ou seja, não apenas o livro “Marcha Para o Oeste” foi responsável por carregar os insumos intelectuais e propagandísticos necessários para o cumprimento da tarefa, mas possivelmente, também pelo rearranjo do campo intelectual que tinha grande força no eixo formado em torno de Vargas, dessa forma o espaço dos intelectuais era privilegiado para determinar tais mutações.

## PERSPECTIVA DOS CONFLITOS

Com o estabelecimento das ações do movimento, algumas áreas do Brasil começaram a sentir os impactos das mudanças no que estava sendo discutido no seio intelectual. Um dos exemplos possíveis registra-se na trajetória de uma empresa inicialmente denominada Empresa Matte Larangeira, a Companhia Matte Larangeira, descrita por, Maxwell da Silva Amaral no texto “*A Marcha Para o Oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do sul: deslocamentos, políticas e desafios*”, que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Larangeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai (1864-1870). Atuou na exploração de erva-mate no sul do Mato Grosso, depois passou para um empresário argentino. O território arrendado à Matte foi





crescendo durante o Império e posteriormente nos governos da República (AMARAL, 2014).

O Estado Novo estava estabelecendo um programa de migração para ocupação de territórios ditos “vazios”. Os espaços ‘vazios’ ocasionaram um entrave com a presença da Empresa Matte, que somente foi resolvido quando através de uma jogada política do governo ao criar o Território Federal de Ponta Porã, desarticulando os territórios controlados pela empresa. Assim como durante a Segunda Guerra Mundial, a Argentina criou restrições à erva-mate brasileira e a empresa entrou em dificuldades. O domínio da Companhia seguiu-se até 1943, quando é estabelecido os territórios de Ponta Porã e Iguaçu, e anulando a concessão. (AMARAL, 2014)

Essas medidas governamentais adotadas pelo regime de Vargas mexeram com uma série de estruturas que vinham sendo coordenadas desde do período monárquico, assim o comportamento dessa empresa serve para exemplificar como algumas dessas ações foram absorvidas e rearranjadas, que iam de contramão com a proposta e ocupação de territórios vazios. Essa contradição também estava ligada ao incentivo de Vargas em apoiar um estado nacionalista com empresas estatais e com o território delimitado e consciente de uma lógica centralizadora. A existência de uma empresa de capital estrangeiro que se utilizava de mão de obra indígena e local paraguaia em meio a divisa com outros países da América do Sul era algo que chamava a atenção do governo e precisava de soluções.

Assim algumas iniciativas como disserta Benícia Couto de Oliveira (2013), relativas à complementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) de Campo Grande a Porto Esperança em Corumbá e o Ramal de Ponta Porã que ligava o Brasil com a república vizinha do Paraguai e da Bolívia, e a mais referida em diversos textos, a criação do território federal de Ponta Porã e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foram pensados com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Larangeira para povoar a região. Olivei-



ra vai afirma: “com a realização dessas obras, o governo estadonovista enfrentou barreiras locais. Acredita-se que a barreira mais difícil tenha sido a Matte Larangeira, uma vez que ela monopolizava o arrendamento das terras devolutas povoadas por ervais”. (OLIVEIRA, 2013, p.13)

O histórico da empresa perpassa momentos de arrendamento de terras imensas e do uso intenso mão de obra indígena e paraguaia em condições escravas de trabalho que eram algumas das características da Empresa Matte Larangeira possuía. Brand, Ferreira e Almeida irão citar que:

A área de concessão é, sucessivamente, ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes, como os Murinho e Antônio Maria Coelho. Com o advento da República, as terras devolutas passam para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favorece os interesses da Empresa. Desta forma, através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, “tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular. (BRAND; FERREIRA; ALMEIDA, 2005, p. 1)

A quantidade de indígenas absorvidos nesse processo foi aumentando exponencialmente como mostrado por Brand, Ferreira e Almeida (2005) na sua coleta de informações e relatos sobre as principais etnias atingidas (Kaiowá e Guarani). Ao longo do texto é apresentado alguns dos métodos de negociação, que quando não davam certo, buscavam-se outras maneiras como está presente nos testemunhos dos próprios trabalhadores:

Outros recursos eram usados pelos prepostos da Companhia: “*dava susto pro índio, mas não matava*”, mediante ameaças “de que vai trazer avião, não sei o que, vai dar veneno e o veneno que vai



matar tudo os índios. Então o índio tem medo”. E conclui seu depoimento dizendo que “assim que arrumava tudo aqui no Mato Grosso. Só paraguaio e índio que trabalha com a Companhia”. (BRAND; FERREIRA; ALMEIDA, 2005, p. 2)

A empresa começa definir a partir da não-renovação das antigas concessões e com a criação do Território Federal de Ponta Porã, como já citado, sendo um dos eventos mais significadores para esse momento de declínio da empresa. Definido o cessar de relações em 1996 com os produtos de importações vindos da Argentina. Encerrava-se a trajetória da empresa brasileira que controlava parte do Mato Grosso do Sul nascente.

Com todo esse panorama, chega a Marcha Para o Oeste com um ideário de colonização estruturado pelos intelectuais entrando em choque com máquina da empresa Matte Larangeira de exploração da terra e do povo local construídas com grande influência dos acontecimentos da Guerra do Paraguai. Como já abordado, essa narrativa foi apenas um dos contatos estabelecidos através do movimento, em outros lugares possivelmente as experiências foram mais diversas e com outras características, embora os preceitos do movimento sejam liderados por esse constructo intelectual que são determinantes para entender a proposta geral do movimento.

Presume-se que os ideais construídos em torno da esfera intelectual talvez influenciaram as atividades deflagradas em pelo território nacional. A conceituação de um povo em harmonia racial estruturada por um dos vários sentidos de sertão, estava aliada com os pareceres do projeto varguista que conscientemente irá determinar as fronteiras e as dinâmicas de ocupação espaciais brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sertão historiográfico tão requisitado por vários autores ao longo dos anos, ainda possui grande revelações em todo seu contexto



polissêmico e complexo. Uma hora designava os espaços interiores da Colônia, em outras era entendido pela lógica do litoral ou mesmo relativo à seca no nordeste nascente, ou aos direcionamentos cotidianos do homem sertanejo do Brasil central. É certo que o problema conceitual foi uma barreira absorvida pelos intelectuais que buscaram passar por cima dos obstáculos simbólicos e físicos estabelecidos no território nacional.

A presença de conflitos pelo cerceamento de fronteiras e reconstrução do espaço nacional, atingiu povos nativos e até mesmo empresas que já haviam estabelecido seu império sobre os espaços “vazios”. Esses lugares estavam cheios de pessoas e sonhos que foram utilizados e mesclados com a própria paisagem, em uma absorção das identidades que sobreviveram antes e depois das colonizações de longa duração. A Marcha Para o Oeste é uma ruptura conservadora para a realidade daqueles que sempre lutaram e resistiram. Talvez um ponto interessante para analisar seria o tipo de público que era atingido pela promessa da expansão inebriada por uma fumaça modernizadora com resquícios de um espírito Yankee.

O que foi estabelecido no projeto político em parte tenta relacionar essa algumas características que despontam ou corroboram com as discussões dos aspectos políticos e diplomáticos do Estado Novo. Novamente ressalta-se a importância que tendem os intelectuais para organizar um panorama tão complicado, que até hoje aponta para outras percepções quando confrontamos os ideais do projeto político e o que efetivamente se realizou. Talvez em um outro momento possa-se analisar os frutos concretos dessa ressignificação dos espaços à luz dos movimentos de resistência (organizados ou não).



## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. 1995. **Região, Sertão e Nação**. Vol.8. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1995. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas.

AMARAL, Maxwell da Silva. **A MARCHA PARA O OESTE E A COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA SUL DO ATUAL MATO GROSSO DO SUL: deslocamentos, políticas e desafios**. *Fronteiras*. Revista de História, Dourados, v. 16, n. 28, p. 153-165, jan. 2014.

BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva M<sup>a</sup> L.; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. **Os Kaiowá e Guaraní em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos**. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2005, Londrina. Anais Anpuh. Londrina: Anpuh Nacional, 2005.

CASSIANO, Ricardo. 1970. **A Marcha para o Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

GOMES, Ângela de Castro. 2013. **Olhando para dentro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.


OLIVEIRA, B. C. **Histórias que (re)contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. UFGD, 2013.

PEIXOTO, Renato Amado. **Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata**. *HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, p. 59-78, 2016.

\_\_\_\_\_. **O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a História da Formação Territorial do Brasil e sua articulação com a História da Cartografia brasileira**. *História da Historiografia*, n. 19, p. 46-65, 2015.

SECRETO, María Verónica. **A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do discurso do rio Amazonas à saga dos soldados da borracha**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 40, p. 115-135, jul. 2007





# A DISCIPLINA ESTUDO(S) DE PROBLEMAS BRASILEIROS ENTRE O COMBATE AO PERIGO COMUNISTA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E A DIFUSÃO DA IDEIA DE BRASIL-POTÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

 Davison Hugo Rocha Alves<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A presente comunicação é resultado da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA), no qual desenvolvemos a pesquisa sobre a história da disciplina acadêmica Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). A disciplina foi criada em 1969 a partir do decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.

Entre o período de 1969 a 2019, o nosso país virou de ponta-cabeça. Já se passaram mais de 50 anos em que foi promulgada o decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, em que houve o endurecimento da ditadura militar. O Brasil desde a redemocratização ainda convive com os “cacos” da ditadura militar, como menciona o historiador Daniel Aarão Reis, ela está presente nas memórias sobre nosso período autoritário. O presente artigo quer fazer uma reflexão sobre a história da ditadura brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). E-mail: davison.rocha20@yahoo.com



Precisamos exercitar o espírito crítico sobre a história da ditadura recente: como se instaurou, se vertebrou e alcançou certo apogeu, para declinar e retirar em boa ordem; embora, no período final, os capitães que estavam no leme (Geisel e Figueiredo) tenham sido ultrapassados e sentido o chão lhes fugir embaixo dos pés, num processo que lhes fugia ao controle. Não apenas novos atores sociais surgiram na cena política com ousadia e coragem, mas também muitos dos seus camaradas pulavam do barco a engrossar forças opositoras cada vez mais diversas. Depois, houve longa transição, consumada por uma Nova Constituição que forjou um estado de direito democrático, tendo nos seus flancos (ou no seu coração?) legados, “cacos”, fixados ou consolidados no regime ditatorial. (AARÃO REIS, 2015, p. 21).

Nossa pesquisa está inserida dentro da História do Tempo Presente, ela é um campo do conhecimento histórico que investiga as rupturas e permanências do passado no nosso tempo (FERREIRA, 2002, p. 314). Investiga os eventos traumáticos característicos do século XX, como exemplo temos as ditaduras latino-americanas que sobre o apoio dos Estados Unidos durante os anos 1950 e 1960, financiaram diversos golpes de Estado nos países latino-americanos (AARÃO REIS, 2014, p. 16). Nosso foco de análise será a relação História da Educação no Brasil e História do Tempo Presente, evidenciando a trajetória da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) durante o período considerado anos de chumbo pela historiografia da ditadura militar<sup>2</sup>. A História do Tempo Presente é caracterizado pela ausência de rupturas radicais, pois

Tenhamos em mente, que para esses historiadores, mundo a que se referem é a Europa e suas colônias e/ou ex-colônias. Se pen-

<sup>2</sup> Segundo Daniel Aarão Reis (2014, p. 74) no estado de exceção determinado pelo AI-5, com as margens de liberdade e as críticas políticas reduzidas a zero, era como se estivessem realizando as previsões catastróficas da utopia ou impasse. O advento de tudo ou nada. Ou, como se dizia entre os revolucionários, socialismo ou barbárie, sem nuances ou meios-termos.



sarmos, para nos apropriarmos da discussão, a América Latina nos últimos 50 anos, essa relativa calma seria chacoalhada, por exemplo, por golpes que marcaram profundamente nossa História e que, por si só, justificariam, dentro da perspectiva acima, a constituição da disciplina História do Tempo Presente. (MULLER, 2009, p. 20-21).

Para Henry Rousso, a definição de História do Tempo Presente está imersa na consciência coletiva de uma determinada sociedade. O período de crises do século XX e a emergência de regimes autoritários como o Nazismo, o Fascismo e o Comunismo na Europa, ela compreende que “as sociedades desenvolvidas conheceram [nesse período] uma profunda mudança em sua maneira de relacionar com o passado nacional bem como com o passado em geral” (ROUSSO, 2001, p. 129).

Portanto, no caso específico de recorte histórico observamos que a ditadura militar possui no interior da sociedade brasileira uma incômoda memória (MOTTA, 2008). Os usos políticos do passado na sociedade hoje apresentam uma disputa de narrativas sobre o que lembrar, como lembrar e o que esquecer sobre o período autoritário? A historiografia da ditadura militar brasileira procurou revisitar este tema a partir de novas questões, o Centro de Memórias Reveladas (2009), a Comissão Nacional da Verdade (2011-2014) e a Lei de Acesso a Informações<sup>3</sup> (Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011) evidenciam uma nova postura diante dos arquivos referente ao período repressivo brasileiro. Os eventos recentes procuraram apresentar outras interpretações da ditadura militar durante o período de (re)democratização pelos cientistas sociais, historiadores, pedagogos e filósofos que tentam desvendar o período autoritário pesquisando nos arquivos públicos e nos arquivos privados.

<sup>3</sup> A lei nº 12.527 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.





A preeminência de corporação militares, indisputada, justificando o conceito de ditadura militar, diversas vezes encobriu a participação – ativa e consciente – de numerosos grupos civis, e não apenas entre as elites dominantes. Levantar e discutir o assunto por muito tempo, e ainda hoje tem sido caracterizado em um viés autoritário, como propício a “dar armas ao inimigo” ou como “revisão”, como se a história, como qualquer disciplina ou ciência, não avançasse através de questionamentos ou de revisões. Para o incômodo debate, memorialistas, historiadores e outros produtores de narrativas históricas se concentram na ideia de uma ditadura isolada como se fosse uma chapa de aço imposta de cima para baixo à sociedade brasileira. Assim, setores da academia, livros didáticos, sistemas de ensino, governos, filmes e livros, cada um a seu modo, contribuíram na busca de um caminho fácil que viabilizasse “virar a página” (AARÃO REIS, 2019, p. 277)

### Sobre os usos políticos do passado e a questão do tempo presente,

Em torno dos usos políticos do passado, é possível observar que, no que diz respeito à história contemporânea, foi se estabelecendo um campo próprio para o tempo recente. Parece importante sublinhar que a construção do conhecimento nesse território tem como característica não ser encerrada exclusivamente entre os pares ou iniciados nas tradições disciplinares da História. Ao contrário, é característica desse território de estudos se preparar para dialogar com interlocutores movidos por outros propósitos e, por vezes, igualmente a partir de outras tradições disciplinares, como do direito ao jornalismo, para não citar outros, bem como a partir do testemunho de quem tem a experiência direta dos fatos. Nesse caso, trata-se de confrontar interlocutores distintos, mais igualmente legitimados. Interessa sublinhar, porém, que este confronto pode ser caracterizado igualmente por uma concorrência epistêmica, em que formas de construção de conhecimento rivalizam. (KNAUSS, 2012, p. 152-153)



## PROBLEMATIZANDO A HISTORIOGRAFIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A historiografia da ditadura militar possuía apenas trabalhos pontuais sobre o período autoritário, por exemplo, no que se refere ao tema do golpe civil-militar de 1964, temos a vertente historiográfica que sustenta a ideia de radicalização no período como os trabalhos de Jorge Ferreira (2003), Argelina Figueiredo (1993) e José Murilo de Carvalho (2005); possuímos a vertente historiográfica da conspiração de classe defendida pelo cientista político René Dreifuss (1980), Moniz Bandeira (1976) e Heloísa Starling (1986), bem como a vertente historiográfica que destaca o esgotamento do populismo como os trabalhos do sociólogo Octávio Ianni (1981) e Francisco Weffort (1978). Para Dreifuss a coalizão vitoriosa em 1964 em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), estava centralizando os interesses sócio-políticos do capital multinacional e a indústria de bens duráveis em nosso país, que se consumou no que ele denominou de ditadura militar-empresarial.

Por essa mesma perspectiva de análise o sociólogo Octávio Ianni demonstrou como a ditadura militar-empresarial favoreceu a consolidação de um padrão de dominação e de acumulação que colocou a burguesia brasileira, o setor financeiro e as empresas privadas no centro do poder durante o período autoritário. Ele apresenta as marcas do capitalismo dependente que foi forjado no interior da ditadura militar brasileira, promovendo um desenvolvimento desigual e combinado com diversos setores da sociedade brasileira, ele afirma que foi construído um subdesenvolvimento com formas extremamente modernas de produção do sistema capitalistas e mescladas com as formas arcaicas existente (IANNI, 1981, p. 62). O conceito de cultura política compreendido por Rodrigo Motta (2014) foi usado dentro do seu estudo *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, ele a define como



conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração de projetos políticos direcionados para o futuro (MOTTA, 2018, p. 114).

A obra historiográfica acima citada apresenta um método de pesquisa histórica para entender a relação ditadura militar e universidades, ele utiliza-se de aspectos como acomodação/conciliação e adesão dentro dos governos militares, para ter sua base sustentada dentro do jogo de poder instituído nas universidades brasileiras, o que fica expresso no novo ciclo repressivo pensado para a juventude brasileira no pós-1968. Ele destaca que para a juventude brasileira foi destinado a Educação Moral e Cívica durante o novo ciclo repressivo.

O contexto do AI-5 originou não somente a repressão mais intensa, como também iniciativas visando a disputar com a esquerda a mente e o coração dos jovens. Se em 1967, com o projeto Rondon a ideia era criar atividades extracurriculares para estimular o patriotismo e a integração dos universitários, em 1969, decidiu-se interferir diretamente nos currículos escolares. (...). Os valores que inspiraram a criação da EMC estavam presentes entre os apoiadores do regime desde 1964 (patriotismo, religiosidade e anticomunismo), porém, como sensibilizavam especial os segmentos mais à direita, foi necessário o contexto de radicalização “revolucionária” do AI-5 para a viabilização do projeto. (MOTTA, 2014, p. 184-185).

Em 2014, durante as comemorações do golpe civil-militar foi publicado o livro *50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil*, as autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Katia Abud, procuram repensar o lugar da disciplina História no currículo da educação básica durante os tempos difíceis da ditadura militar brasileira. O enfoque recai sobre a disciplina Estudos Sociais e os impactos que sofreu o ensino de História neste contexto, elas evidenciam a perda do



lugar das ciências humanas no referido contexto educacional, com a promulgação da lei nº 5.692 de 1971. Um livro memorialístico, em que diversos historiadores relatam suas experiências sobre o contexto da ditadura militar e as interferências no ensino desta disciplina escolar. Ressaltam a contaminação do conceito de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória (NEVES, 2014, p. 29) em todos os níveis de ensino. Por outro lado, elas destacam a aparente contradição dentro do regime militar, refiro-me a sua fase mais agressiva e hegemônica de 1964 a 1974, quando ele começa a divulgar para a sociedade um discurso de exaltação patriótica com conteúdo nacionalista (TRINDADE, 2014, p. 45). A disciplina EPB aparece dentro desse contexto para atrair a juventude brasileira.

Em 2019, o decreto-lei nº 869 completou 50 anos de publicação pelo regime militar, foi lançado o livro *Educação Moral e Cívica: uma estratégia psicossocial de legitimação do poder (1964-1985)* dos autores Cristiano Alexandre dos Santos e Eduardo Gusmão de Quadros, eles usaram para a construção deste trabalho historiográfico, os seguintes documentos como fonte histórica: a legislação que regulamentou a disciplina no ano de 1969, a análise de onze livros didáticos empregados na disciplina em questão e o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG). A pesquisa apresentada refere-se ao primeiro momento de construção e legitimação da EMC pelo regime militar. No entanto, nossa tese quer ampliar as discussões, dentro do campo da história das disciplinas curriculares em tempos de ditadura militar no Brasil. Usaremos a documentação já revisitada pela historiografia como a legislação educacional, por exemplo, mas teremos outra abordagem no que se refere a historicidade da disciplina acadêmica. Os autores acima mencionados não aprofundam no referido livro a discussão sobre as resistências ao projeto de nação da ditadura militar brasileira. Entendemos que o corpo de disciplinas reinventadas no final dos anos 1960, com as seguintes nomenclaturas: Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo(s) de Problemas Brasileiros (EPB) fa-



zem parte de uma só disciplina. Compreendemos que Educação Moral e Cívica é o nome dela como um todo, portanto, são três denominações diferentes aplicadas para níveis escolares diferentes, mas a disciplina é a mesma originária da disciplina de moral e civismo reinventada pelo decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.

O conceito de modernização usado para entender a política educacional brasileira após o golpe civil-militar de 1964 foi explicado pela professora Otaíza Romanelli (2014), ela define como expressão “tanto de integração centro-periferia, como de dominação em âmbito interno como externo” (ROMANELLI, 2014, p. 201). Para ela durante os anos 1960 foi necessário criar e preservar condições político e sociais para que a economia se expanda, reordenando as funções do Estado dentro de quatro objetivos centrais,

- a) reforço do executivo e conseqüente remanejamento das forças na estrutura do poder;
- b) aumento do controle feito pelo Conselho de Segurança Nacional;
- c) centralização e modernização da administração pública;
- d) cessação de protesto social (ROMANELLI, 2014, p. 201).

Nesta mesma linha de pensamento o professor Paulo Ghiraldelli Jr (2015) demonstra que o ideário autoritário pensado pelos militares se tornou centralizado a partir do ano de 1968, momento em que o poder foi concentrado na Escola Superior de Guerra (ESG) (GHIRALDELLI JR, 2015, p. 146), havia uma postura de evitar dentro do desenvolvimento do jogo político o protagonismo seja de lideranças da esquerda, bem como a projeção de lideranças de direitas.

O que se queria sem dúvida era quebrar o populismo dos anos 1940/50. Os militares vieram com o golpe de 1964 tinham uma ideia de que a política, os partidos e o congresso não eram um mal necessário, simplesmente um mal em si mesmo, que deveria ser substituído por outro tipo de política, mais dócil as decisões tecnocráticas (GHIRALDELLI JR, 2015, p. 146).



Usando as perspectivas da História das disciplinas escolares o historiador francês André Chervel (1990) destaca que dentro da construção social das disciplinas curriculares devemos compreender como as disciplinas funcionam? São as lógicas internas de legitimação social que devem ser compreendidas pelo pesquisador que pretende estudar os saberes das quais são previstos para que este campo de estudo tenha uma identidade com determinada sociedade que a constitui.

[...] constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e de um aparelho docimológico, os quais, a cada estado da disciplina, funcionam em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (CHERVEL, 1990, p. 207).

A ciência História é um conhecimento revelado através de rastros e vestígios (GINZBURG, 2007). A busca por uma identidade própria durante os anos 1990 possibilitou uma nova reflexão sobre o ponto de vista epistemológico da ciência História. Podemos compreender que a renovação historiográfica francesa construiu uma “guinada crítica” neste contexto.

O debate historiográfico do início dos anos 1990, mobiliza alguns historiadores fora dos Annales, Roger Chartier, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet, embora exprimindo posições diversas, atestam a necessidade de uma renovação historiográfica. O tema do ator, o método hermenêutico, a prática da micro-história prefiguram, assim, o dispositivo desse segundo Tournant Critique pelo viés da historicidade. “É a noção do regime de historicidade” entendida como convenção que regula a relação de toda a sociedade com o passado, que dá coerência a esse espaço de ‘tradutibilidade’ e que assinala essa transformação. O realismo restrito (contra o relativismo) e a historicidade do objeto possibilitariam, então, uma identidade teórica apropriada à disciplina História. (SILVA, 2007, p. 173).



O presente artigo quer apresentar uma leitura do passado educacional brasileiro, em sua primeira fase da ditadura militar no Brasil, é o período conhecido na historiografia como de consolidação do período autoritário. Focaremos nossas análises dentro da disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros, ela foi uma disciplina criada a partir do decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, em que ele “dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País” (BRASIL, 1969).

A historiografia da ditadura militar no Brasil precisa desenvolver pesquisas sobre a realidade educacional da disciplina universitária EPB, pois, as pesquisas nas margens possibilitam interpretar aspectos que estavam escondidos no interior das instituições. Conforme destaca a historiadora Sandra Pesavento quando destaca o papel dos historiadores frente a pesquisa histórica, eles imprimem “sentidos ao seu discurso. Na busca de construir uma forma de conhecimento sobre o passado, o historiador dá a ler este passado, decifrando-o e dotando-o de uma inteligibilidade” (2004, p. 59).

Produzimos UMA narrativa sobre o passado. Uma narrativa mediada pelas fontes e pelo trabalho de recriar um passado inteligível sobre um aspecto abordado na pesquisa desenvolvida. Podemos afirmar que são os elementos empíricos dos documentos que dão veracidade a narrativa histórica, como nos apresenta Edgar de Decca,

A história é uma narrativa de eventos reais, diferente da narrativa ficcional, que não deixa de ser também uma narrativa de eventos humanos. A diferença está no fato de que a narrativa historiográfica moderna se sustenta a partir de elementos pré-textuais, empíricos, que são os documentos, submetendo-se, assim, aos critérios da prova, uma exigência própria do campo das ciências. (2000, p. 20-21).



## UM CAMINHO PARA A EMC NO ENSINO SUPERIOR

A disciplina Educação Moral e Cívica torna-se um elemento central na discussão do nacionalismo pretendido pelo regime militar durante a década de 1970. Por exemplo, havia o papel do Conselho Federal de Educação (CFE) na construção do currículo desta disciplina acadêmica. Havia intensos debates no interior do regime que excluía os professores e as universidades, e a Escola Superior de Guerra (ESG), o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e a igreja católica assumiam o protagonismo de debater os caminhos da EMC no ensino superior.

Fazendo uma breve pesquisa nos jornais da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, encontramos intensos debates nos periódicos impressos, como o *Jornal do Brasil*, que em sua edição semanal apresenta os conteúdos da disciplina EPB. Podemos perceber que havia a necessidade de aliar as ações governamentais com as perspectivas de modernização conservadora e nacionalista, com aquilo que era pretendido para as novas gerações para formar o jovem do futuro. Era necessário difundir a ideia de Brasil-Potência, de Brasil-Grande dentro da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros.

Para Pierre Bourdieu (1990, p. 1962) os nomes que constroem a realidade social ao mesmo tempo em que a experimentam são, por excelência, o que está no jogo na luta política. O sociólogo francês preocupou-se em compreender como as sociedades funcionam? (RIBEIRO, 2018, p. 234). Queremos demonstrar como as disciplinas autoritárias criaram um certo distanciamento do saber acadêmico, e aproximaram-se das perspectivas apresentadas pela Escola Superior de Guerra (ESG), pelo IPES (Instituto de Estudos de Pesquisas) e pela ala conservadora da igreja católica para pensar e elaborar dentro das instituições (Conselho Federal de Educação, Comissão Nacional de Moral e Civismo e o Ministério da Educação e Cultura) novos valores, novas formas de ver e viver em sociedade durante os anos de chumbo.

Portanto, era necessário intervir no espaço de sala de aula e na prática pedagógica do professor universitário. O papel simbólico da dis-





ciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) consistia nesse sentido, era o caminho encontrado pela ditadura militar para que o estudante universitário afastasse aos poucos da prática social político-partidária, das ações dos diretórios acadêmicos que foram aos poucos sendo tutelados pelo reitorias, e pela ação das ações extensionistas universitárias (Projeto Rondon, Projeto Crutacs, Operação Mauá, Projeto Minerva, Projeto Gavião, etc.). A pretensão de legitimidade do regime militar perpassava por todos os aspectos (sociais, políticos, econômicos e educacionais),

Sob todos os aspectos, a educação tinha que ser estruturada de forma que ela fosse capaz de criar as condições para legitimar o regime; o que significava adaptar e ajustar as gerações vindouras aos valores concebidos como essenciais pela nova ordem social que estaria sendo criada. A ditadura militar possuía, assim, um projeto de homogeneidade. A insistência na inculcação dos valores patrióticos através dos símbolos nacionais fazia parte das características motivadoras de sua pretensão de legitimidade. (REZENDE, 2003, p. 55)

A doutrina de Segurança Nacional estava presente dentro da disciplina EPB. Era a moldura do cidadão cívico a ser pretendido pelo regime militar no Brasil autoritário. A Escola Superior de Guerra (ESG) assumia o papel do professor na construção de políticas educativas no contexto dos anos 1970. A sociedade brasileira tinha que ser direcionada aos objetivos e os propósitos pretendidos pela ditadura. Não podemos destacar o grande empenho da ditadura militar em colocar a educação nos anos 1970, dentro do centro das discussões no interior da sociedade brasileira. Os jornais destacam as investidas do governo militar neste sentido mediante as iniciativas da UNESCO em considerar 1970, como o ano internacional da Educação<sup>4</sup>. A educação mundial estava em crise e precisava de ações emergenciais de todos os países para transformar

---

<sup>4</sup> Jornal Diário de Notícias (RJ). *Ano da Educação*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1969, página 1, seção 4.



a educação em processo de perdure para a vida<sup>5</sup>. A UNESCO irá organizar um simpósio que teve como tema “Educação e Desenvolvimento do homem”<sup>6</sup>. Diversas especialistas de áreas das ciências humanas como psicólogos, cientistas sociais, educadores, filósofos e jornalistas debateram a temática educacional. No início do ano de 1970, a cidade de Genebra realizaria uma reunião com especialistas renomados, que não mencionados pelo Jornal, para discutir os meios de aumentar a eficiência do processo de aprendizado e planejar uma cooperação internacional a longo prazo<sup>7</sup>.

O presidente Emílio Garrastazu Médici em seu discurso de posse proferido no dia 30 de outubro de 1969 destaca ser o homem do seu tempo e da revolução, ele acredita que a década de 70 será de grandes mudanças no Brasil depois de tempos difíceis e turbulentos dos anos 1960. E conclui, dizendo: é a nossa hora<sup>8</sup>.

Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e esse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam, que urge acelerar o processo; que “o minuano, para enganar a miséria, geme e dança pela rua”; que penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer. Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz. Homem de meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, porque o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica humanizada. Homem de

<sup>5</sup> Jornal Correio da Manhã (RJ). *UNESCO vai estudar problemas e perspectivas da educação mundial*. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1969, página 17.

<sup>6</sup> Idem, 1969, p. 17.

<sup>7</sup> Idem, 1969, p. 17.

<sup>8</sup> discurso de posse de ex-presidentes. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969> acessado em 05 de jun. 2021



meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro. Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. E, depois de aceito o desafio econômico, eis à nossa frente o desafio tecnológico. Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos. E, para isso, convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à empresa, e brado ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo<sup>9</sup>.

A ditadura militar construiu uma espécie de violência simbólica dentro do espaço universitário, ela pode ser interpretada por meio do retorno da discussão da disciplina Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino. Por exemplo, a falta de crítica dentro do projeto político pedagógico, o culto ao estado nação e a exaltação da história oficial, os feitos ocorridos no Brasil durante os anos 1970, tornaram-se os instrumentos da estruturação social pensada pelo regime militar para as universidades construírem o consenso e a política nacional de desenvolvimento dos governos militares (MOTTA, 2014).

A ditadura militar cria a sua própria realidade e a sua noção de poder no Brasil autoritário após o ano efervescente de 1968. Segundo Pierre Bourdieu o poder simbólico é a linguagem empregada dentro de determinado Estado para dominar uma parcela da sociedade. Podemos assim definir que a violência simbólica é estabelecida nas relações de poder que se formam entre os indivíduos ou instituições, eles produzem mecanismos próprios de legitimação social, e situam-se dentro de

<sup>9</sup> Discurso de posse de ex-presidentes. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969> acessado em 05 de jun. 2021



sistemas/estruturas de poder que os tornam instrumentos para ajudar a assegurar-se a dominação que uma classe domina a outra (SILVA; OLIVEIRA, 2017, p. 167).

Conforme nos apresenta Pierre Bourdieu (2003, p. 7-8)

violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Percebemos que a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) queria legitimar as ações e intervenções da ditadura militar na sociedade brasileira, era necessário atrair a juventude universitária para o jogo de poder existente dentro do projeto de poder existente no Brasil. Era considerado uma espécie de violência invisível como destaca Pierre Bourdieu (2003), pois, não havia espaço para a crítica social e política dentro das universidades. Pelo menos era o que se visualizava dentro do regime militar durante os anos de chumbo.

A violência simbólica produz efeitos a longo prazo na vida do indivíduo. A sua ação dentro da sociedade produz uma linguagem específica, e ela pode ser vista como “um instrumento de poder e de ação”. Por isso, ela é compreendida como forma de dominação presente no interior de determinada sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias tão sombrios como estes em que estamos vivendo marcados pelos negacionismo e pelo ataque frontal aos direitos humanos no Brasil, torna-se pertinente refletirmos sobre a experiência autoritária que culminou com a construção da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), para que possamos refletir sobre a importância do saber histórico no espaço acadêmico, da autonomia do professor e do dis-



cente dentro e fora do espaço universitário e da valorização dos direitos sociais e da construção democrática.

1970 foi considerado o ano da educação mundial conforme demonstra as matérias jornalísticas. A ditadura militar no Brasil construiu uma leitura da realidade brasileira para o ensino universitário. A questão do desenvolvimento e da modernização conservadora eram elementos centrais que fizeram parte do currículo construído pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). O professor e o pedagogo estavam de fora do processo de construção curricular da discussão de moral e civismo, estavam presentes religiosos, homens ligados ao Estado e a Escola Superior de Guerra (ESG).

A disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) era considerada uma forma de combater o avanço do movimento comunista internacional na América Latina, e especificamente no Brasil, com os ecos da Revolução Cubana ocorrida no final dos anos 1950. O papel da disciplina serviria para disciplinar e controlar a juventude universitária. Era necessário vigiar todos os passos discentes seja dentro das universidades, bem como fora do espaço universitário.

A ditadura militar brasileira instituiu diversas formas de violência simbólica dentro da sociedade. Consideramos que a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) é um exemplo da ação de dominação do Estado, para que o estudante universitário fosse conquistado para o projeto de nação pretendido pelos governos militares, o que nem sempre ocorrida da forma como a ditadura militar almejava.



## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. O nacional-estatismo brasileiro: cultura política e história. In: Ferreras, Norberto (org.). **A questão nacional e as tradições nacional-estatas no Brasil, América Latina e África**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. A ditadura militar faz cinquenta anos: história e cultura-nacional-estatista. In: \_\_\_\_\_. Ridenti, Marcelo. Motta, Rodrigo Patto. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In: Abranches, Sérgio (e. col.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: editora Companhia das Letras, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense editora, 1990.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares. **Teoria e Educação**. n. 2. p. 177-229, 1990.

FERREIRA, Marieta. História, Tempo Presente e História Oral. **Revista Topoi**, dezembro de 2002, p. 314-332.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício**. Rio de Janeiro: editora Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1981.

MOTTA, Rodrigo. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Revista Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 43-66, novembro, 2008.

\_\_\_\_\_. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2014.

MULLER, Helena. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: Porto Jr., Gilson. **História do Tempo Presente**. São Paulo: editora EDUSC, 2009.

NEVES, Joana. O ensino de História nos 50 anos do golpe militar – Estudos Sociais sob a Ditadura. In: Abud, Kátia; Schimdt, Maria. **50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil**. Curitiba: W&A Editores, 2014.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2014.

ROUSSO, Henry. **L'histoire du temps présent, vingt ans après**. Disponível em: <[http://www.itp-cnrs.ens.cachan.fr/dossier\\_htp/htp\\_HR\\_html](http://www.itp-cnrs.ens.cachan.fr/dossier_htp/htp_HR_html)>. Acesso em: 1 mar. 2021.



KNAUSS, Paulo. Usos do passado e a história do tempo presente: arquivos de repressão e conhecimento histórico. In: Varella, Flávia (et. al). **Tempo presente & Usos do passado**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.

TRINDADE, Judite. A História sumiu: o ensino de Estudos Sociais durante a Ditadura Militar. In: Abud, Kátia; Schimdt, Maria. **50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil**. Curitiba: W&A Editores, 2014.

RIBEIRO, Fábio. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 2018.



# OCUPAÇÃO DOS SERTÕES AMAZÔNICOS NOS GOVERNOS MILITARES E ASSASSINATOS DE LIDERANÇAS DE TRABALHADORES RURAIS – O CASO DE GRINGO, BENEZINHO E PAULO FONTELES (1980)

 Elias Diniz Sacramento<sup>1</sup>

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa que desenvolvi em meu doutorado com o tema “É muito triste não conhecer o pai: a herança da violência e os familiares de ‘Gringo’, ‘Benezinho’ e Paulo Fonteles”<sup>2</sup>, defendido em 2020. A pesquisa procurou mostrar a história de vida das três lideranças e como ficaram os familiares, esposas e filhos, procurando enfatizar os traumas em suas memórias. Ainda sobre a tese, procurei compreender algumas transformações ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil, mais especificamente na Amazônia e no estado do Pará. Faço a defesa, de que, durante esse período, os militares voltaram seus olhares para a região amazônica, compreendendo como

---

<sup>1</sup> Doutor em História e professor adjunto da Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá – UFPA. Membro dos grupos de pesquisa: Governos Militares na Amazônia – entre a memória e a história (UFPA) e Culturas, identidades e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental Brasileira (UNIFESSPA). edsacramento5@yahoo.com.br

<sup>2</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. É muito triste não conhecer o pai: a herança da violência e os familiares de ‘Gringo’, ‘Benezinho’ e Paulo Fonteles. Tese de Doutorado. – Belém: PPHIST/UFPA, 2020.





um grande ‘sertão’ a ser ocupado e por conta do modelo pensado, uma série de conflitos se originou nesta área.

Resultado ‘macabro’ deste processo de ocupação de forma desordenada, foram os massacres de diversas comunidades indígenas, quilombolas e muitos assassinatos dos que se voltaram contra estes ideais, como colonos nativos, padres, freiras, advogados, políticos e muitas lideranças sindicais. Os exemplos que irei apresentar aqui, como dos três casos, Raimundo Ferreira Lima, o ‘Gringo’, Benedito Alves Bandeira, o ‘Benezinho’ e Paulo César Fonteles, ajudam a entender os anos de ‘chumbo’ vividos de 1964 a 1985.

É no âmbito deste processo de pensamento desenvolvimentista que acabaram por culminar com a dizimação de muitos desses povos, desencadeando uma série de lutas e resistências que foram se formando ao longo dos anos seguintes, principalmente com a organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) a partir da década de 1970 e também com a presença da ala da igreja católica chamada ‘Progressista’. O caso de três conflitos que culminaram em assassinatos ocorreu na década de 1980. Raimundo Ferreira Lima, o ‘Gringo’, foi morto em Araguaína no dia 30 de maio de 1980, no Tocantins, era candidato a presidente do STR de Conceição do Araguaia. O segundo caso, Benedito Alves Bandeira, o ‘Benezinho’, foi morto no dia 04 de julho de 1984 em Tomé-Açú, onde era presidente do STR. O terceiro caso, de Paulo César Fonteles de Lima, ex-deputado estadual e como advogado, defendia posseiros e trabalhadores rurais de várias partes do estado paraense.

Os três foram mortos a tiros por pistoleiros. Todos deixaram viúvas e diversos filhos. ‘Gringo’ deixou seis filhos. ‘Benezinho’ sete e Paulo Fontes, deixou cinco filhos. Assim como estes, outras dezenas de trabalhadores rurais, líderes sindicais e religiosos foram assassinados na ‘nova’ Amazônia pensada para promover o desenvolvimento da região, mas o que se viu por esse sertão, foram os mais diversos tipos de violência.



## INTRODUÇÃO

No início da colonização portuguesa na Amazônia, a partir de 1616, autoridades da metrópole e religiosos procuravam se referir ao ‘sertão’ para designarem o interior da região amazônica. Nos mostra Rafael Chamboleyron (2013)<sup>3</sup>, que esse termo abrigava múltiplos sentidos construídos a partir da experiência da própria conquista, e que, portanto, foram sendo definidos e redefinidos com o passar do tempo, a partir do contato com os grupos nativos, com a natureza amazônica e com o desenvolvimento de uma economia profundamente encravada nos sertões e as vezes eram contraditórios, como podemos ver a seguir,

Se havia vazio nos sertões, para alguns, ele não era característica intrínseca desse território impreciso. Ao contrário, era fruto da ação humana ou das consequências dela. Na década de 1640, um “principal do Grão-Pará” escrevia ao rei queixando-se das inúmeras vexações e opressões que sofriam os índios. Segundo ele, “era tanto o gentio que havia naquelas províncias, de diferentes línguas e nações”, mas agora “todos acabados pelos males referidos”. Já o padre Antônio Vieira, em tom dramático, afirmava que, ao longo de 40 anos, “se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios, e mais de quinhentas povoações como grandes cidades, e disto nunca se viu castigo”. As “terríveis epidemias das bexigas que assolaram o Estado do Maranhão e Pará, pelo menos em duas ocasiões no século XVII (décadas de 1660 e 1690), eram também fonte de despovoamento, denunciadas por muitos pelos esvaziamentos dos sertões. Referindo-se as dificuldades de juntar índios para organizar expedições para atacar os índios do “corso” que atacavam os da fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará, o governador Antônio de Albuquerque Coelho, lamentava ficarem as “aldeias quase despovoadas com as bexigas” (CHAMBOLEYRON, 2013, p: 89).

<sup>3</sup> CHAMBOLEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). *Outros Tempos*: Volume 10, nº 15, 2013.



Datado de 1616, a ocupação da Amazônia com a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco, ‘fundou’ a cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará. Os portugueses compreenderam a Amazônia por este olhar, como um grande ‘sertão’. O relato acima do autor Rafael Chamboleyron, pesquisador do período, ajuda no processo de compreensão vivenciado pelos colonizadores, como bem menciona, os mais diversos sujeitos deste período.

Durante os séculos que se seguiram, principalmente os dois, XVIII e XIX, a Amazônia não conseguiu atrair grandes atenções. Tida como ‘terra de selvagens’ e de uma economia de subsistência com os produtos da floresta, como eram chamadas, as ‘drogas dos sertões’, permaneceu junto à coroa portuguesa. Somente com o ‘boom’ da borracha, a região passou a ser vista com maior atenção pelo resto do mundo, principalmente pelos Europeus e Estados Unidos, que tanto necessitavam da goma elástica, matéria em abundância neste imenso vale.

Maria de Nazaré Sarges (2010)<sup>4</sup> afirma que a ‘festa’ da ‘*belle époque*’ foi o suficiente para que cidades como Belém e Manaus se tornassem a ‘Paris dos Trópicos’ por um breve período de aproximadamente duas décadas. O brilho se daria a partir de 1890 e chegaria até 1912, quando as sementes da ‘*hevea brasiliensis*’ foram furtadas e plantadas na Ásia. Ao começarem a dar resultados por lá, levaram a queda da ‘época de ouro’ que vivenciou as duas maiores cidades Amazônicas do período.

Uma segunda tentativa de se fazer com que a borracha mais uma vez prosperassem foi com a segunda Guerra Mundial quando o norte americano Henry Ford criou a cidade mais ‘americanizada’ no extremo Oeste do Pará, sendo chamada de Fordlândia, logo em seguida, tendo desistido do projeto e abandonando tudo.

Os anos seguintes, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, 1940, 1950, não apresentaram mudanças significativas para a região

---

<sup>4</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a *belle époque*. Belém: Paka-Tatu, 2010.



amazônica. Somente a partir da década de 1960, com a construção da BR – 316, a Belém – Brasília, rodovia que tinha como meta interligar a capital paraense ao restante do Brasil, é que se iniciariam novas rotas para os mais distantes espaços dos rincões ou sertões amazônicos. Fato que viria se consumir com o golpe militar concretizado em 1964.

## OS MILITARES NO PODER E O OLHAR PARA AMAZÔNIA

Mário Sérgio de Moraes (2014)<sup>5</sup> revela que em 1964 o presidente João Goulart foi deposto do cargo de presidente da República do Brasil. O motivo, foi acusado de levar o país para o lado mais comunista, quando se aproximou de grupos e movimentos sociais que exigiam melhores condições de trabalho, distribuição de terra para fins de reforma agrária, redução da jornada de trabalho entre outros benefícios solicitados pela classe trabalhadora e sociedade civil, como podemos ver a seguir,

Simple na dimensão local, mas significativos na sua dimensão nacional – contribuem para elucidar causas e interesses que levaram ao golpe de 1964. A primeira e a segunda cena evidenciam grupos que seriam os principais alvos atingidos pelo regime ditatorial: os trabalhadores urbanos e rurais, em razão de greves, comícios e marchas pelas ruas. Eles exigiam participação no cenário político e reagiram ao constante achatamento salarial, muitos empresários, banqueiros e latifundiários, assim como boa parte da classe média, consideravam-nos integrantes do movimento comunista, e classificavam suas ações como bagunça, anarquia. Mais tarde, a partir de 1968, os mais reprimidos foram os estudantes e os grupos de classe média intelectualizada (MORAES, 2014, p. 31)

---

<sup>5</sup> MORAES, Mário Sérgio de. 50 anos construindo a democracia: o golpe de 64 à Comissão da Verdade. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014.



No dia 31 de março de 1964, os militares cercaram Brasília e no 01 de abril, o dia da ‘mentira’, João Goulart refugiou-se em sua fazenda no Rio Grande do Sul. O Brasil passaria então a ser governado por uma junta militar, que em sequência, deu o cargo para o militar Humberto Castelo Branco, onde deveria, em um curto período, fazer uma transição, com novas eleições. Porém, não foi o que aconteceu. Pegaram gosto, e depois do primeiro, mais quatro presidentes militares sucederam. A ditadura mudou o Brasil entre 1964 e 1979, escreveu Daniel Aarão Reis (2014)<sup>6</sup>, defensor da ideia de que a ditadura se encerrou no fim da década de 1970. Vejamos o que ele nos diz sobre a mudança de regime democrático para o autoritário.

O primeiro governo ditatorial, chefiado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, assumiu o poder com esse programa: destruir o “legado varguista”. Em tempos de Guerra Fria intensamente polarizada, no quadro das chamadas “fronteiras ideológicas”, o Brasil alinhava-se no “campo democrático”, subordinado aos Estados Unidos, na América Latina. O envio de uma força expedicionária em apoio à intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965, era o dobre de finados da política externa independente. A repressão aos movimentos populares, concretizada na intervenção em centenas de sindicatos e na perseguição e prisão de lideranças populares, ao lado de uma política econômica antipopular, baseada no chamado “arrocho salarial”, marcava também o rompimento com outro pilar do nacional-estatismo: as alianças com os trabalhadores das cidades e do campo. (REIS, 2014, p: 21-22).

No período do golpe militar, a Amazônia estava em processo de transformação com a construção da rodovia que iria interligar o Norte com as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil de maneira mais

---

<sup>6</sup> REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política-nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



eficaz, uma vez que até então, precisava-se contornar o litoral brasileiro pra realizar todas essas viagens. A partir da BR - 316, a Belém – Brasília, outras estradas foram sendo criadas, sobretudo no estado do Pará. Obviamente, que o processo de crescimento se deu a partir da visão dos governos militares quando decidiram criar o projeto de ‘desenvolvimento’ desta região, e novas rodovias estaduais foram sendo construídas.

No dia do golpe, o governador do Pará, Aurélio do Carmo, encontrava-se no Rio de Janeiro. Aurélio do Carmo, segundo Pere Petit (2003)<sup>7</sup>, foi um dos contrários ao levante. Porém, já na noite do dia primeiro de abril, foi consentido seu apoio. Também confirmando que o presidente fosse o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Mas o apoio do governador e de seu vice não foram suficientes para manterem seus cargos, como nos mostra Pere Petit,

Em 9 de junho de 1964, o governador e vice-governador do Pará, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, respectivamente e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, e vice prefeito, Isaac Soares, teriam suspensos seus direitos políticos por um período de dez anos, e cassados, portanto seus respectivos mandatos. Também tiveram seus mandatos cassados, sob as mesmas acusações, Alberto Nunes (PTB), vereador de Belém; Agenor Moreira (PDS), prefeito de Cametá; e, entre outros, os deputados estaduais, Amílcar Moreira (PDS), José Manuel Reis Ferreira (PDS) e Nagib Mutran (UDN). Por estritas motivações políticas também tiveram seus direitos políticos suspensos e mandatos eletivos cassados, os militantes do PCB Raimundo Jinkings, vereador de Belém, e o deputado estadual, Benedicto Monteiro. (PETIT, 2003, p.138).

Como mencionado por Daniel Aarão, Mário Sérgio e Pere Petit, o golpe teve seu nascimento de forma ‘controversa’. Tirou-se um presidente que havia sido eleito democraticamente e colocaram em seu

---

<sup>7</sup> PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós - 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.



lugar um militar escolhido pela cúpula do alto comando das Forças Armadas. Mesmo fato ocorrendo com os que foram contrário a esse modelo de governo.

Assim, com o pensamento voltado para o ‘desenvolvimento’ da região amazônica, começando pelo Estado do Pará, que já contava com o viés de acesso melhorado, uma vez que a Belém-Brasília já estava adiantada, os militares, então, colocaram em curso o plano de ‘ocupação’ com a frase que ficou conhecida como “terra sem homens, para homens sem-terra”, um discurso de propaganda onde tinham como meta incentivar a vinda de homens e mulheres de outras partes do país para um novo ‘eldorado’.

Octávio Ianni (1972)<sup>8</sup> nos mostra que entre 1912 e 1960, Conceição do Araguaia, um dos poucos municípios localizados no Sul do Pará, tinha uma população com estilo voltado para a relação com a natureza. Era um estilo de vida ‘caboclo’, onde o que regia o tempo era a cheia do rio Araguaia. A partir de 1960 até 1977, as mudanças foram significativas. A economia local foi alterada consideravelmente, principalmente com a presença de caminhões e veículos, avião, helicópteros, rádios, permitindo a aceleração do movimento de pessoas, mercadorias e informações, como se pode ver a seguir,

Foram basicamente dois os acontecimentos que assinalaram a crescente e generalizada modificação que ocorreu em Conceição do Araguaia desde 1960. O primeiro foi a construção da rodovia Belém – Brasília, concluída em 1960. Simultaneamente a construção da cidade de Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), construiu-se a ligação rodoviária entre essa cidade, onde se instalava a capital federal, e Belém. Como essa estrada passa a 130 quilômetros de Conceição do Araguaia, logo se construiu outra, ligando Conceição à Belém-Brasília. Assim, a década dos anos de 60 começava para Conceição com

<sup>8</sup> IANNI, Octávio. A luta pela terra: história social da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.



novas possibilidades de intercâmbio de mercadorias, gentes e informações. Em pouco tempo, o caminhão e o automóvel entram no cotidiano de grande parte da população urbana ou rural do município de Conceição do Araguaia. E o segundo acontecimento marcante dos anos 1960-77 foi criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), pela lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. A SUDAM e outras agências governamentais federais e do Estado do Pará, criadas contemporaneamente, passam a atuar de forma cada vez mais interna e generalizada, no sentido de gerar e dinamizar as atividades na área e em toda região amazônica. (IANNI, 1981, p. 97-98).

Não há dúvidas de que a Belém – Brasília, construída em 1960 foi o ‘motor’ de uma nova ‘era’ pra Amazônia, como bem menciona Octavio Ianni, mudando o cenário panorâmico, econômico, político e social. Mas é também pela estrada que muitos problemas chegaram até o Nordeste, Oeste, Sul e Sudeste do Pará, principalmente após a intervenção militar propondo para a região um plano de ‘desenvolvimento, sobretudo gerenciado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que incentivaram migrações em massa, principalmente para o Estado do Pará.

Airton dos Reis Pereira (2015)<sup>9</sup> nos apresenta uma série de outras estradas que foram sendo criadas, como os 221 quilômetros da PA – 70, entre 1963 e 1969, permitindo de forma precária que houvesse um tráfego entre Marabá e a rodovia Belém – Brasília. A rodovia Transamazônica (BR – 230), no início de 1970, ligaria o Sul e Sudeste do Pará ao do Nordeste brasileiro. Com a conclusão do trecho em 1971, entre o rio Araguaia (Porto da Balsa) e a cidade de Marabá, possibilitou-se o estabelecimento de uma linha de ônibus entre esta e as cidades de Imperatriz (MA), Teresina (PI) e Araguaína (TO). Como diz

<sup>9</sup> PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.





o próprio autor, as estradas mudaram o ritmo de vida das pessoas, mudou-se o hábito.

No entanto, uma das principais rodovias construídas já no período dos governos militares, a Transamazônica, seria uma das principais a atrair migrantes, ou pelo menos deveria ser. Como meta dos governos militares que haviam pensado o Pará como grande área de terras, a região da Transamazônica tinha esse objetivo. Na mente das autoridades, distribuir lotes para milhares de pessoas de outras partes do Brasil. No entanto, aos poucos, o pensamento foi se modificando, como nos mostra Airton dos Reis Pereira,

Em 1973, quando a migração de trabalhadores rurais para a Transamazônica havia superado a expectativa do INCRA, que até então procurava disciplinar o povoamento “espontâneo” na Amazônia, o governo de Emilio Garrastazu Médice passou a priorizar as ações que já vinham se desenvolvendo no processo de implantação de grandes empresas na Amazônia. Numa reunião, em agosto daquele ano, contando com os 20 maiores empresários do Centro-Sul do País, que queriam adquirir terras ou captar recursos provenientes dos incentivos fiscais ou mesmo ampliar as suas propriedades na Amazônia, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso declarou que o governo planejava investir, no final de 1973 e durante o anos de 1974, um bilhão de dólares na implantação de grandes empresas na Amazônia. Segundo ele, até então, o Estado havia dado ênfase à colonização de pequenos agricultores como uma política social, mas que dali para frente à ocupação dessa parte do território nacional entraria na fase de grandes consórcios. Em maio de 1974, já no mandato de Ernesto Geisel, Lourenço Vieira da Silva, o presidente do INCRA, garantiu que o governo substituiria os programas Integrados de Colonização por polos de desenvolvimento na Amazônia. O destaque seria dado a pecuária de corte, aos projetos de colonização por meio de empresas e cooperativas do Centro – Sul do País e a exploração mineral e madeireira porque, para ele, já não havia mais necessidade de o governo trazer famílias empobrecidas das diversas



regiões do País para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria. (PEREIRA, 2015, p. 115-116).

Como se pode notar com muita clareza, o que era o plano dos militares em ‘colonizar’ a região amazônica a partir de 1964, principalmente com a abertura das estradas propiciando os chamados núcleos coloniais, foi se modificando ao longo dos anos que se seguiram. Como mostrado pelo autor Airton dos Reis Pereira, os governantes viram que seria muito mais vantajoso pensar os projetos ligados ao grande capital, deixando de lado o colono. A mudança de planos dos militares, desencadeou uma série de conflitos pela posse da terra, e que envolveriam de um lado, grileiros, fazendeiros, latifundiários e de outro, colonos, posseiros, padres, freiras, advogados, lideranças sindicais entre outros. A Amazônia e o Estado do Pará, passaram a viver tempos de grandes tribulações, com despejos, prisões, torturas e uma série de assassinatos, como viria ocorrer com Raimundo Ferreira Lima, o ‘Gringo, Benedito Alves Bandeira, o ‘Benezinho’ e Paulo César de Lima Fonteles, entre tantos outros.

## LUTA PELA TERRA E ASSASSINATO DE LIDERANÇAS

Ricardo Rezende (1986)<sup>10</sup> menciona que no ano de 1979, Conceição do Araguaia era um município considerado estratégico no sul e sudeste do Pará. A partir dali existiam diversas localidades que haviam ‘nascido’ de sua origem, como Rio Maria, Xinguara, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e outros, todos ocupados em grande parte por colonizadores de fora. A luta pela terra nesta região já era intensa. Ali estava o sindicato dos trabalhadores rurais fundado em 1972. Embora nascido em 1971, com fundação em 1972, Bertoldo Lira era o represen-

---

<sup>10</sup> REZENDE, Ricardo Figueira. A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.



tante da categoria desde 1975 e havia se tornado o ‘dono’ da instituição e contava ainda com o apoio dos governos militares, como se pode ver a seguir,

Posteriormente, em 1975, o novo secretário do STR, Guilherme Pereira dos Santos e o novo tesoureiro, Raimundo Torres, escolhidos em eleições complementares, convocaram uma tumultuada e confusa assembleia geral para acusarem Djacir Maranhão Silva de irregularidades administrativas. Auxiliou-os o advogado Sérgio Dias Guimarães, e Djacir foi destituído, sendo nomeado para substituí-lo o sr. Bertoldo Siqueira de Lira, como interventor. Essa nomeação foi e continua sendo extremamente nefasta para a categoria. Se havia irregularidades antes, agora elas se ampliaram. Além de desconhecer com desdém os Estatutos que regem os STRs, ele se colocou sempre contra os próprios associados, defendendo o latifúndio. Realizou as eleições somente 240 dias após ter assumido a função de interventor, quando o artigo 6º da portaria nº 3.437, de 20 de dezembro de 1974, prevê um prazo máximo de 120 dias. Lançando-se como candidato em uma das chapas (eram duas), perpetuou-se na direção da entidade, com o apoio maciço do governo central e dos empreendimentos agropecuários locais. Tem prazer em se apresentar sempre como íntimo de oficiais, em especial os da aeronáutica, e de funcionários de órgãos de segurança (REZENDE, 1986, p. 60-61).

Os colonos, posseiros e lavradores não viam na figura deste presidente uma pessoa de confiança. Bertoldo Siqueira Lira era muito próximo dos militares, pois ainda era o período governando pelos homens da ditadura. Obviamente que não faria nada contrário aos interesses de seus superiores. No entanto, findando o ano de 1979 e chegando a nova década de 1980, haveria eleições para a escolha do novo representante e existia a figura carismática de um líder de oposição. Seu nome era Raimundo Ferreira Lima, mais conhecido por ‘Gringo’, natural do Sul do Pará.



Elias Diniz Sacramento (2020)<sup>11</sup> apresenta um pouco da história deste homem. Raimundo Ferreira Lima, o 'Gringo', nasceu em Marabá, município da região Sul do Pará. Filho de Manoel Ferreira Lima e Raimunda Ferreira Lima, tiveram mais um filho por nome de Josias. Raimundo Ferreira Lima nasceu no dia 22 de julho de 1937. Seus pais eram de origem nordestina, seu pai era do Ceará e sua mãe do Maranhão. Em Marabá, quando de seu nascimento, a situação era difícil, por isso bem cedo, aos nove anos de idade teve que começar a trabalhar carregando água do rio Itacaiúnas para um bairro pobre, considerado de meretrizes. Carregava água para os bordéis. A partir dos 14 anos foi atrás de garimpos subindo o rio Tocantins até chegar ao rio Araguaia onde existia um garimpo de cristais. Esse trabalho com essa idade era pra sustentar sua mãe uma vez que seu irmão tinha ido pro Rio de Janeiro estudar na Marinha. Não bastassem as dificuldades básicas, ele perdeu o pai com dez anos de idade.

Depois de um tempo no garimpo, Raimundo Ferreira Lima foi trabalhar com um técnico veterinário e aprendeu as técnicas. A partir de então ele se tornou Fiscal de Empréstimo do Banco do Brasil e seu trabalho era ir de fazenda em fazenda na região, subindo o Araguaia pra fiscalizar se os investimentos e os empréstimos estavam sendo aplicados corretamente. Seu apelido na infância era 'Grilo', por ser franzino, depois é que passaram a chamá-lo de Gringo. Casou com Maria Oneide em 1967. No período da Guerrilha do Araguaia, este conheceu Osvaldão, um dos mais carismáticos guerrilheiros e que foi morto pelos militares. Viveu a igreja católica na região e também conviveu com o bispo da prelazia de São Félix de Xingu, Dom Pedro Casaldáliga.

Vivendo como trabalhador rural em Conceição do Araguaia, filiou-se ao STR. Em 1979 era uma expressiva liderança dos trabalhado-

---

<sup>11</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. É muito triste não conhecer o pai: a herança da violência e os familiares de 'Gringo', 'Benezinho' e Paulo Fonteles. Tese de Doutorado. – Belém: PPHIST/UFPA, 2020.



res rurais. Frente ao grupo de oposição, procurava denunciar os desmandos e as injustiças. Por conta desta atuação foi indicado para ser o candidato da chapa 2 das eleições que ocorreriam em 1980. Fez caminhadas nas diversas localidades, conscientizando os colonos para que pudessem votar com uma mudança. Já em maio de 1980, foi até São Paulo participar de um Encontro de Lavadores onde fez uma exposição da situação que estava o campo no sul do Pará. Conseguiu arrecadar ainda dezessete mil cruzeiros que seriam usados para sua campanha.

Na volta, pernitoou em Araguaína, no Estado do Tocantins. Saiu à noite ao chamado de um conhecido que foi identificado como José Antônio e que também estava hospedado na mesma cidade em um hotel próximo. Este homem era capataz da Fazenda Vale Formoso de um grileiro conhecido na região por Geraldo Debs, e filho adotivo de Fernando Leitão Diniz, um fazendeiro que havia sido morto por conflitos de terra com posseiros de Xinguara. E mesmo Gringo estando em São Paulo quando este caso ocorreu, José Antônio prometeu vingar a morte de seu pai adotivo, sendo este juramento ouvido por trabalhadores de Itaipavas. Raimundo Ferreira Lima não retornou mais para o hotel, o homem que o levou para fora, desferiu vários tiros em sua cabeça, ficando o líder de oposição sindical agonizando no local até sua morte pela manhã seguinte.

A esperança dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia de terem um representante à altura do cargo finalizou ali naquele momento. Estes teriam que esperar mais alguns anos para que a mudança se concretizasse, tendo que continuar com a permanência de Bertoldo Siqueira, que seria eleito mais uma vez presidente do STR. A família composta pela esposa e mais seis filhos bem como os amigos, ficaram inconsoláveis.

A região era o nordeste do Pará, mais precisamente o município de Tomé-Açú, conhecido como a terra dos 'japoneses'. Ali, no início do século XX se formou um grande núcleo colonial de imigrantes vindos das terras do 'oriente'. Em fins deste século, os japoneses eram considerados os maiores produtores de pimenta do Pará.



Elias Diniz Sacramento (2016)<sup>12</sup> narra o contexto da história de vida de Benedito Alves Bandeira e mostra que foi em Tomé-Açú que surgiu a figura de Benedito Alves Bandeira, o 'Benezinho'. Filho de migrantes cearenses, seus pais chegaram ao Pará atraídos pela construção da Belém - Brasília. Primeiro foram para próximo de Paragominas, depois para o município de Nova Timboteua até chegarem em começo dos anos de 1973 ao município Tomesuense. Ali se tornou um líder comunitário. Casado com Maria José, logo se filiou ao STR local. Já no início de 1980, reclamava junto com outros trabalhadores rurais da falta de 'atenção' da direção para os problemas causados pelo avanço de grileiros e latifundiários na região.

Por conta desta situação, formou um grupo de oposição e iniciaram um processo de organização da chapa deposição sindical. O resultado foi à vitória em 1983, sendo 'Benezinho' eleito presidente do STR. A partir de sua posse, a luta foi difícil no município. Casado com Maria de Fátima e com seis filhos, em 1984, este travou uma árdua luta conta um fazendeiro da cidade de Colatina, no Espírito Santo. Acrino Breda era o nome do grileiro que a todo custo queria se apossar das terras de 70 famílias que vivem em terras localizados no interior de Acará, município vizinho de Tomé-Açú.

Benedito Alves Bandeira tomou a frente e junto com advogados venceram a causa. As 70 famílias ficaram com o direito de permanecerem em suas terras. Obviamente que o fazendeiro não gostou nada do resultado. Contratou três pistoleiros e no dia 04 de julho de 1984, fingiram serem colonos com problemas de terra e foram visitar o presidente na sede do STR. Na saída, ao se despedir, quando virou de costas 'Benezinho' recebeu um tiro em sua cabeça pelas costas, caindo morto ali mesmo. Os pistoleiros fugiram, mas foram seguidos e no final deste

---

<sup>12</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. Chacinas, pistolagens e atuação sindical: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açú/PA, década de 1980. In: CLAUDIO DA SILVA, Júlio. (Org.). História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia. Manaus: UEA: UEA Edições, 2016.



dia, a polícia foi avisada e antes do anoitecer, foram presos tentando atravessar em uma balsa para o município de São Domingos do Capim.

O que se viu na noite deste 04 de julho e no dia seguinte foram cenas de um filme<sup>13</sup>. A população revoltada com o acontecido com o líder sindical e carismático que era, fez vigília. Primeiro, os policiais chegaram com dois pistoleiros presos ao anoitecer. Conseguiram entrar na delegacia. Horas depois, já mais tarde da noite, o delegado tentou fazer o mesmo com o terceiro preso. Os populares tomaram do delegado e o resultado, foi morto ali mesmo.

No dia seguinte, mais pessoas foram chegando de vários municípios e de localidades de Tomé-Açu. A sina dos dois pistoleiros foi a mesma. Foram mortos pela população, que fez 'justiça' com as próprias mãos. Benedito Alves Bandeira, o 'Benezinho' havia sido morto aos 34 anos de idade e deixando sete filhos órfãos e uma história de vida dedicada aos trabalhadores rurais do seu município.

O terceiro caso de uma liderança assassinada no Pará e que causou grande comoção foi do advogado Paulo César Fonteles de Lima. Descrito por Luís Maklouf Carvalho (1994) e Elias Diniz Sacramento (2020)<sup>14</sup>, Paulo Fonteles, com uma história muito extensa, iniciou em fins de 1968, quando foi aprovado no vestibular da UFPA para o curso de direito. Como era o período da ditadura militar, em 1970 foi convidado para ir até a UNB junto com sua namorada Hercilda Veiga com a finalidade de organizar um movimento de esquerda para o combate frente ao regime. Em 1971 foram descobertos. Hercilda estava grávida. Foram levados para diversos batalhões de Brasília, Rio de Janeiro sofrendo diversas torturas até chegarem a Belém onde cumpriram suas respectivas penas.

<sup>13</sup> Quem matou Benezinho? Documentário produzido pelo Centro de Produção Popular (CEPEPO) no dia da morte do líder sindical em Tomé-Açu. Disponível em [www.youtube.com.br/quem-matou-benezinho](http://www.youtube.com.br/quem-matou-benezinho)

<sup>14</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. Chacinas, pistolagens e atuação sindical: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açu/PA, década de 1980. In: CLAUDIO DA SILVA, Júlio. (Org.). História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia. Manaus: UEA: UEA Edições, 2016



Já em liberdade, Paulo Fonteles foi para o distrito de Mosqueiro onde ficou até por volta de 1978, quando pode concluir seu curso. Em 1979 aceitou advogar para a Prelazia de Conceição do Araguaia. Foi para lá e fez atuações que lhe valeram várias denúncias de trama junto aos colonos. Foi ameaçado de morte, mas não desistiu. Militante do PC do B, foi eleito deputado estadual para a Assembleia Legislativo do Estado do Pará em 1982.

Sua atuação como parlamentar foi muito intensa defendendo sobretudo os trabalhadores do campo. Fez discursos consistentes contra o projeto dos militares e uma das suas maiores angústias era a reforma agrária que não saía do papel. Por diversas vezes denunciou as mazelas do campo e chamou atenção para os assassinatos que ocorriam em série. Em 1986, candidatou-se a uma vaga para deputado 'Constituinte' a câmara federal. Não teve êxito.

Em 1987, sem mandato, voltou a advogar. No dia 11 de junho, saindo de Belém e indo para o município de Capanema, parou o carro para abastecer em um posto de gasolina localizado no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém. Eram nove horas da manhã. Paulo Fonteles estava no banco do carona lendo o jornal e o motorista foi pegar água para completar o reservatório, quando o pistoleiro desceu de um fusca que parou próximo e se aproximou da vítima, disparando três tiros a queima roupa, matando o advogado ali mesmo.

A morte de Paulo Fonteles foi noticiada em todos os meios de comunicação de Belém no mesmo dia e nos dias seguintes. Paulo que no momento de sua morte estava casado com Raquel deixou um filho com ela, Pedro Fonteles. Mas também havia tido dois relacionamentos anteriores. O primeiro com Hercilda, onde tinham os filhos Paulo Fonteles Filho, Ronaldo Fonteles e João Has, e outro relacionamento com Sandra Zaire, com quem tiveram a filha Juliana Fonteles.

Os pistoleiros foram presos e acusaram Vita Lopes de ter sido o mandante do crime. No entanto, especulava-se que havia muitos outros interessados em sua morte. No final, os pistoleiros foram presos





e condenados e o mandante também, este com uma pena de 30 anos de prisão. Cumpriu nove anos em Belém e depois foi colocado em liberdade tendo retornado para São Paulo, sua terra de origem. Os cinco filhos ficaram com suas mães. O crime contra lideranças de trabalhadores estava a todo vapor e não importava matar no campo ou na cidade, figuras anônimas ou mais conhecidas, como foi o caso do ex-deputado, advogado e militante Paulo Fonteles.

## CONCLUSÃO

Chamado de sertão, a Amazônia desde sua conquista pelos portugueses sempre viveu a realidade de conflitos entre os conquistadores e os conquistados. Foi assim com Francisco Caldeira Castelo Branco e os índios que habitavam a região de Belém quando da chegada dos europeus. O resultado inicial foram intensos combates entre os lusitanos e os Tupinambás que só finalizou quando a principal liderança indígena chamado Guaimiaba, conhecido como ‘Cabelo de Velha’ foi morto.

Durante os séculos que se seguiram, não foi diferente. Episódio de força e opressão se deu com a Cabanagem em 1835, quando num levante, as camadas populares compostas por índios, colonos pobres e alguns fazendeiros e intelectuais insatisfeitos com os desmandos dos governos da Província do Grão Pará, tomaram a cidade de Belém. O resultado foi uma violenta perseguição por mais de cinco anos levando aproximadamente há mais de trinta mil mortos. No período do auge da borracha, não foi diferente. Dessa vez as vítimas foram os coletores da borracha. Franciane Gama Lacerda 2010<sup>15</sup> afirma que foram aproximadamente uns cem mil mortos nas áreas de extração do látex, a maioria de nordestinos, cearenses.

E assim tem sido a sina do sertão amazônico, uma região tão rica e ao mesmo tempo com uma população tão pobre. Principalmente as que

---

<sup>15</sup> LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência, 1889 – 1916. Belém: Açai, 2010.



vivem no campo. Desde a chegada dos portugueses, a divisão dos bens não foi para todos. Infelizmente, no final do século XX e início do século XXI, mais uma vez a região viveu outra experiência da péssima divisão dos bens e de suas riquezas. Dessa vez, com os militares a frente, milhares de famílias que vieram em busca de um sonho de ter uma terra própria. Muitos grupos que viviam há décadas em suas terras, foram expulsas, como diversas tribos indígenas, comunidades quilombolas e muitos outros, não comungaram do advento do projeto de ‘desenvolvimento’ pensado de cima para baixo pelos militares. Pelo contrário, houve muito lamento e tristeza, como nos casos aqui mostrados, mas também de muitos outros mortos neste imenso sertão amazônico, nem tão sertão assim.

## REFERÊNCIAS

CHAMBOLEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). **Outros Tempos**: Volume 10, nº 15, 2013.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: facetas da sobrevivência, 1889 – 1916. Belém: Açai, 2010.

MAKLOUF, Luís Eduardo. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém: Editora Cejup, 1994.

MORAES, Mário Sérgio de. **50 anos construindo a democracia**: o golpe de 64 à Comissão da Verdade. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política-nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Ricardo Figueira. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.



SACRAMENTO, Elias Diniz. **É muito triste não conhecer o pai**: a herança da violência e os familiares de 'Gringo', 'Benezinho' e Paulo Fonteles. Tese de Doutorado. – Belém: PPHIST/UFPA, 2020.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Chacinas, pistolagens e atuação sindical: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açú/PA, década de 1980. In: CLAUDIO DA SILVA, Júlio. (Org.). **História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia**. Manaus: UEA: UEA Edições, 2016.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a *belle époque*. Belém: Paka-Tatu, 2010.



# EDUCAÇÃO RADIOFÔNICA NO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) E AS DINÂMICAS SÓCIO EDUCACIONAIS (1961-1969)

 Gerlane do Nascimento Mendes<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O sertão está em toda parte, “o sertão é do tamanho do mundo; sertão: é dentro da gente” (ROSA, 1994, p. 96 e 435), sabia Guimarães Rosa. A frase escrita pelo grande evocador dos sertões ambíguos, míticos e misteriosos, nos indica como o sertão é uma categoria de grande relevância que marca de forma tão intensa e é bastante vívida no pensamento e no cotidiano do Brasil, e que “entre os nordestinos, é tão fundamental que sem ela a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de uma de suas referências essenciais” (AMADO, 1995, p. 145). As palavras escritas por Rosa (1994) e por Janaína Amado (1995) nos indicam sobre a tão grande importância que possui a categoria sertão para a construção identitária, sobretudo, do povo nordestino. Muito provavelmente a noção de sertão que permeava o imaginário de muitos grupos humanos em determinado espaço e tempo, orientou suas ações nos informando sobre a organização, as dinâmicas, as vivências e os caminhos perse-

---

<sup>1</sup> Possui graduação em licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade.



guidos e construídos por homens e mulheres nesse espaço tão plural, complexo e dinâmico.

A oportuna proposta do décimo sexto simpósio temático do II Seminário de História Social dos Sertões, que tem por temática sertões e integração nacional nos séculos XX e XXI, foi reunir trabalhos que buscaram compreender a dinâmica humana nos sertões a partir de 1930. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo problematizar a atuação do Movimento de Educação de Base no sertão do Rio Grande do Norte na década de 1960, buscando assim compreender as dinâmicas sociais e educacionais nessa região bem como esse se insere em um projeto de integração nacional e desenvolvimentista encabeçado pela Igreja Católica em concordância com o Estado. O MEB é aqui entendido como uma forma de intervenção no sertão, partindo da premissa que este foi idealizado como meio de integrar as regiões do país consideradas subdesenvolvidas pelo viés educacional e social. A metodologia utilizada será a análise crítica de produção bibliográfica pertinente a temática no recorte que aqui se propõe, bem como a análise crítica de algumas fontes produzidas pelo próprio movimento, preservadas no Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal e algumas disponíveis em sítios da internet.

Assim, através do conhecimento e da problematização proporcionadas pela análise da atuação do MEB no sertão potiguar, é possível conhecer melhor as versões de um cotidiano bem mais complexo que se imagina desses sertões, possibilitando compreender suas dinâmicas, a atuação de seus sujeitos e como o MEB, nesse momento, se inscreveu em um projeto desenvolvimentista encabeçado pela Igreja Católica que buscou integrar, por meio da educação, as populações das comunidades rurais promovendo mudanças significativas nesse espaço. Aliás, pensar os sertões na perspectiva social e educacional mediado pelo MEB, permite adensar as leituras sobre essa categoria, sobre suas representações, sobre as ações que o qualificam e caracterizam, e sobretudo, sobre os indivíduos que o habitam e o constroem (TIBURSKI; CARDOSO, 2020).



## A EDUCAÇÃO RADIOFÔNICA E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

“O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola” disse Edgar Roquette Pinto, o idealizador da primeira rádio brasileira. Criada em 1923 no Rio de Janeiro, a Rádio Sociedade foi desenvolvida com o propósito de ser um veículo de comunicação prioritariamente educativo, bem como cultural e artístico, cujo compromisso era “trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil” (JUNG, 2005, p. 60). Sendo assim, o rádio já nasceu com função educativa, e com o intento de contribuir com o progresso do país, e como instrumento educacional merece destaque nesse trabalho, visto que o MEB, funcionava por meio do sistema de radiodifusão educativa da Igreja Católica. No contexto da década de 1960, o rádio educativo foi utilizado como instrumento educacional nos sertões do Brasil, pois a educação era tida como um meio para a civilização e para o progresso, e o rádio seria esse elemento que permitiria o acesso desse sertanejo a civilidade através da educação radiofônica.

O MEB foi criado em março de 1961, a partir de um convênio entre o Governo Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de criar um programa de educação de base para atuar junto às populações rurais das áreas consideradas subdesenvolvidas do país: Norte, Nordeste e Centro Oeste, impulsionando assim, o desenvolvimento dessas regiões. A concepção de Educação de Base que norteava a atuação do MEB, ao menos em seus anos iniciais, é o conceito definido pela UNESCO pensado em um contexto em que esta engajou-se em apaziguar as desigualdades sociais e que no Brasil, voltou-se sobretudo para a região Nordeste. Tal definição determina que

Educação de Base é o mínimo de educação que tem por fim ajudar as crianças e os adultos, privados da vantagem de uma educação escolar, a compreenderem os problemas do meio em que vivem, a fazerem uma ideia dos seus direitos e deveres, tanto coletivos



como individuais, e a participarem mais eficazmente do progresso econômico e social da comunidade da qual fazem parte. Ela tem, igualmente, um trabalho de formação que visa a despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana e a desenvolver o sentimento de solidariedade cultural e moral da humanidade” (MEB, 1979, p.7-8).

Nesse sentido, a educação de base seria o mínimo fundamental de conhecimentos teóricos e práticos necessários às populações pobres dessas regiões, que considerava as necessidades individuais de cada sujeito, e também “os problemas da coletividade buscando promover soluções para esses problemas e necessidades por meio de métodos ativos” (FÁVERO, 2004, p. 2).

Para viabilizar o funcionamento do MEB utilizava-se a estrutura de escolas radiofônicas da Igreja Católica que foram criadas em 1958 no Rio Grande do Norte por iniciativa de Dom Eugênio Sales, na época bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal. As escolas radiofônicas eram o meio de ação do movimento, devido ao seu grau de abrangência e capacidade de atingir as áreas mais remotas do país. Marlúcia Menezes de Paiva (2017) destaca que uma das principais razões para que a Igreja Católica utilizasse este sistema radiofônico era que “o rádio poderia multiplicar o discurso católico, expandindo a voz da Igreja no meio rural alcançando parcela mais significativa da população” (PAIVA, 2017, p. 136). Além do mais “a pedagogia radiofônica do MEB modificou a trajetória histórica do rádio educativo no Brasil” (BAUMWORCEL, 2008, p.12).

É importante ressaltar que esse processo de renovação das práticas pastorais, como a utilização do rádio na educação, “aponta na direção da conformação de estratégias de expansão que demarcam um novo espaço sociocultural, com significados sociais próprios, e o sistema rádio educativo foi o mais importante dos recursos utilizados” (PAIVA, 2017, p.138). Nesse sentido, é crucial entender o surgimento do MEB dentro de um contexto de redefinição das práticas pastorais da Igreja Católica em que esta voltava-se para atuação junto às classes populares,



e o MEB irá auxiliar no projeto de atuar no aspecto temporal da sociedade, promovendo uma formação conscientizadora e participativa dos indivíduos, impulsionando o desenvolvimento das comunidades e promovendo a integração desses sujeitos na sociedade por meio da educação de base.

O MEB insere-se também, é preciso destacar, em um contexto mais amplo, em que estava em curso o Movimento de Natal, importante movimento católico iniciado em 1948, que nas palavras de Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1971) define-se enquanto um conjunto de atividades sócio religiosas produzidas e organizadas pela Arquidiocese de Natal, que visava desenvolver atividades pastorais de evangelização e atuação no aspecto temporal. As ações pensadas pelo Movimento de Natal “se empenhavam em melhorar o mundo social[...], com uma visão mais ampla e integrada dos problemas sociais e do processo de desenvolvimento socioeconômico, levando a uma multiplicidade de ações na esfera religiosa e também temporal” (CAMARGO,1971, p.67). Neste sentido o “Movimento de Natal surge como uma alternativa desenvolvida na sociedade brasileira para se tomar consciência da realidade nordestina e explicitar um modelo prático de ação social” (CAMARGO, 1971, p.78).

Dentro desse processo de renovação das práticas pastorais da instituição católica, as ações empreendidas pela Arquidiocese de Natal se destacaram, pois, como mencionado anteriormente, foi em 1958, na cidade de Natal, que surgiram as escolas radiofônicas por iniciativa de Dom Eugênio Sales, inspirado em uma experiência bem-sucedida a qual visitou na década de 1950, promovida pelo Mons. José Joaquim Salcedo, na cidade de Sutanteza na Colômbia. As práticas pensadas por essa Arquidiocese tiveram papel fundamental no processo de renovação das práticas pastorais da Igreja Católica e modificação do cenário social sobretudo na década de 1960, sendo uma atuação pioneira nas mudanças sociais que se sucedem em outros Estados.





## EDUCAR PARA INTEGRAR: O MEB COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

O teórico americano Edward Shils (1992) destaca a necessidade e a inevitabilidade da integração da sociedade, pois considera que para que uma sociedade seja minimamente harmônica é necessário ter interesses e afinidades em comum. Tal concepção faz considerar o MEB como este projeto que visava por meio da educação de base, a criação de uma cultura comum, de elementos de afinidade e de comunhão, neste caso entre as populações rurais do país, e os centros de poder, no caso a Coordenação Central do MEB no Rio de Janeiro. Assim, em consonância com o pensamento de Shils, da mesma forma que se faz necessário a utilização de uma linguagem, de signos em comum, que produza uma sensação de semelhança, se faz necessário a criação de um sistema cultural de valores que produza essa sensação de afinidade entre os indivíduos que os partilhe.

Ao idealizar o MEB, que reproduzia o discurso e a cultura desse centro de autoridade que era a Direção Nacional localizada no Rio de Janeiro, de onde vinham as diretrizes que organizavam e regiam as ações do MEB em cada localidade, é justamente na produção dessa cultura em comum que se estava pensando. Nesse sentido a criação do MEB está ligada a necessidade de produção e reprodução de símbolos e de uma cultura comum que devia ser compartilhada pelos indivíduos daquelas comunidades, ou por uma parte desses indivíduos para haver essa integração.

Toda sociedade necessita de um centro criativo de produção e reprodução cultural, bem como mecanismos que auxiliem nesse empreendimento, o MEB é entendido aqui como esse mecanismo de produção e também reprodução de uma cultura, de símbolos e afinidades em comum, pelo viés educacional, que, como ressalta Shils, não é recebida de forma totalmente passiva e pacífica nas comunidades nas quais o MEB atuava. O autor destaca ainda, a importância das instituições, como a Igreja, nesse processo de integração da sociedade



O sistema institucional de autoridade está associado á cultura comum pelo fato de estar dependente, para a sua reprodução e transmissão das disposições institucionais em que o centro de autoridade tem um papel importante. Sobretudo as escolas, mas também as universidades, cleros, teatros e museus tem sido frequentemente, organizados, apoiados ou controlados e supervisionados pelo governo, e quando não são apoiados e patrocinados por ele, são-no por Igrejas por exemplo” (SHILS, 1992, p. 154).

A integração da sociedade envolve também a noção de que as esferas nacionais, locais e regionais estão interligadas no processo de integração, pois “não pode haver mercado inteiramente nacional sem concertações regionais ou locais e sem conexões transnacionais” (SHILS, 1992, p. 155). Nesse sentido, é pertinente destacar uma preocupação relevante do movimento, que era a de se alinhar com o desenvolvimento internacional, que de acordo com o conceito de educação de base da UNESCO devia ser proporcionado através da formação integral dos sujeitos, em todas as nações, focando sua intervenção nas regiões tidas como subdesenvolvidas. Esse posicionamento seria necessário para que estes sujeitos fossem capazes de contribuir com o desenvolvimento de sua comunidade, e conseqüentemente do país e no nível mais geral, uma vez que a ideologia desenvolvimentista assumiu uma forma mais local, mas também mais global. Tal concepção está presente nos objetivos do MEB no momento de sua redefinição em 1963, onde se discutia como tema da fundamentação a realidade brasileira enquadrada na realidade internacional (FÁVERO, 2004).

O MEB enquanto um projeto pensado e articulado pela Igreja Católica, e que recebia apoio e financiamento do Estado, era marcado pelo ideal desenvolvimentista, e tinha como premissa a necessidade de integrar as regiões consideradas subdesenvolvidas, implementando educação de base, para assim, promover de fato o desenvolvimento dessas comunidades. ao atentar para o discurso presente no documento de fundamentação teórica para o programa do ano de 1965, pode-se per-



ceber a releitura feita pelo MEB após dois anos de atuação, do conceito de educação de base da UNESCO, anteriormente colocado, dando ênfase, que “entende-se por educação de base o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades” (MEB, 1965, p. 16).

Safira Bezerra Ammann (2003) destaca o conceito de desenvolvimento de comunidade, método instituído pela ONU e que se baseava no modelo desenvolvimentista americano que buscava integrar todas as regiões ao desenvolvimento em nível nacional e internacional

O modelo americano de desenvolvimento de comunidade parte do princípio que são as comunidades periféricas que devem fazer um esforço para se integrar aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social. Pensamento este que coaduna com a ideia do homem ser o libertador de si e se responsabilizar pelo esforço de si libertar (AMMANN, 2003, p. 9)

Ammann, enfatiza também que “as ações de desenvolvimento de comunidade focam na solidariedade e cooperação social na perspectiva de manutenção da ordem” (AMMANN, 2003, P. 41). Sobre tal aspecto Osmar Fávero (2006) também chama atenção, dizendo que “promovendo a criação do MEB, aliava-se a Igreja ao Estado na difusão da ordem e da segurança, acenando para a diminuição das desigualdades econômicas e sociais através do desenvolvimento” (FÁVERO, 2004, p.5). Tais informações indicam a intenção da instituição de educar para promover o desenvolvimento, mas também de manter sua influência e controle nessas áreas.

Nota-se assim, uma Igreja Católica preocupada em promover o desenvolvimento das comunidades rurais, diante de um cenário em que reinava inúmeras injustiças sociais que atingia mais intensamente o homem do campo. Estas questões eram vistas pela Igreja Católica como entrave para a manutenção de uma condição de vida digna, e que feria os princípios cristãos, bem como dificultava o desenvolvimento do país.



A ideia de desenvolvimento que foi forjada pela Igreja Católica dentro desta conjuntura, foi problematizada por Cláudio Correia de Oliveira Neto (2019), ao destacar que a segunda metade do século XX foi marcada pelo surgimento de diversas teorias sobre desenvolvimento, e nesse contexto a Igreja construiu sua própria concepção de desenvolvimento baseada em sua visão de mundo e em sua missão.

Sendo assim, para tal instituição, só podia haver desenvolvimento se ele ocorrer “de forma ampla e irrestrita em todos os aspectos, setores e grupos da sociedade; o processo de desenvolvimento poderia ser acelerado por meio da conscientização; há necessidade de transformações globais, audazes, urgentes e profundamente renovadoras” (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 82). Esta concepção de desenvolvimento da instituição católica perpassava pela noção de que era crucial empreender uma ação ampla para realizar uma mudança estrutural e assim possibilitar de fato um cenário propício para o desenvolvimento., contribuindo para integrar as áreas subdesenvolvidas.

Levando em conta tais considerações, seria por meio da educação de base implementada pelo MEB, que se tornaria possível construir os conhecimentos necessários para que estas comunidades tidas como subdesenvolvidas, se desenvolvessem. Tenho tudo isso em vista, a percepção da necessidade de integração nacional permeia toda a atuação do MEB, que foi pensado em meio ao contexto desenvolvimentista da década de 1960, sendo nessa conjuntura entendido como meio para levar novos modos educacionais e também culturais às populações do interior do país. Como aponta Mário Lourenço de Medeiros (2006) ao estudar a programação radiofônica da emissora rural de Caicó no sertão do Seridó potiguar,

O domínio da leitura e da escrita, estimulado pelas escolas radiofônicas, constituiu-se fonte concreta de comunicação, de ilustração e de integração de homens e mulheres sertanejos. Utilizando-se das ondas sonoras do rádio rural, aquelas escolas contribuíram para romper o isolamento, para diminuir distân-



cias para incrementar a integração entre as comunidades rurais e destas com a cidade, integrando os sertanejos, habilitando-os a conviverem com manifestações da moderna sociedade tecnológica em expansão (MEDEIROS, 2006, p. 7).

Medeiros destaca ainda, que “o ideal formativo do homem rural correspondia à implementação de um conjunto de práticas socioeducativas por meio do rádio, dentre elas as aulas radiofonizadas dirigidas as populações da zona rural do sertão nordestino” (MEDEIROS, 2006, p. 9). A historiadora Claudia Moraes de Souza (2012), ao discorrer sobre essa “escola para o homem rural” também sintetiza o caráter integrador do MEB ao dizer que,

A escola de rádio e sua ação poderiam integrar os indivíduos aos códigos da cultura universal e, mais do que isso, integrar o indivíduo e a comunidade rural a um conjunto social direcionado ao desenvolvimento, o que, sob a ótica da Igreja Católica, exigia transformações radicais de padrões e comportamentos (SOUZA, 2012, p. 5).

Nesse sentido, os objetivos do MEB se definem visando propiciar aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação, assumindo funções de integração e de inserção social, dentro do que Edward Shils, chama atenção, que é justamente nesse âmbito da vida prática que esta afinidade é percebida mais claramente, o que permite a criação de uma maior afinidade e identificação entre os sujeitos e uma cultura comum compartilhada por meio da educação de base.

## **O MEB COMO MEIO DE INTERVENÇÃO NO SERTÃO, E O SERTÃO PENSADO PELO MEB**

O MEB é aqui entendido como uma forma de intervenção no sertão, partindo da concepção de que a Igreja Católica em parceria com o Governo Federal buscou por meio da criação de um programa de edu-



cação de base integrar as populações rurais ao processo de desenvolvimento que estava em curso no país, pelo viés social e educacional. Foi perceptível também, como a ideologia desenvolvimentista norteava as ações da Igreja Católica e como impulsionou a criação do MEB, que buscou “civilizar” estas regiões tidas como subdesenvolvidas, e o sertão era uma delas.

Mas, como o sertão era entendido pelo MEB? Como aponta Janaina Amado (1995), sertão é um conceito bastante polissêmico, significando deste uma referência a localização geográfica até uma categoria do pensamento social. Evandro dos Santos (2009), corrobora tal colocação afirmando que o conceito de Sertão tem uma pluralidade histórica e semântica muito grande, e o trabalho com tal conceito se constitui em uma ferramenta crucial para a construção de historiografias brasileiras e americanas mais diversas e plurais. (SANTOS, 2019, p. 1).

Aqui, este sertão, ou melhor dizendo, esses sertões, se referem tanto a uma categorial espacial, representando uma referência institucionalizada e mesmo um recorte geográfico sobre o espaço do Brasil (AMADO, 1995), uma região específica que foi escolhida para ser alvo de ações educacionais da Igreja Católica e do Estado. Esse sertão que “conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois – ainda – permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial” (AMADO, 1995, p.145).

O sertão aqui também é entendido como uma forma de conceber e de ler esse espaço geográfico, se constituindo em uma categoria do pensamento social, uma noção presente no imaginário de alguns sujeitos que pensam essa região, pensamento este que determina e delimita como ele é lido. Esse sertão que “é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, [...] chegando a constituir categoria absolutamente essencial em todas as construções historiográficas que tinham como tema a nação brasileira” (AMADO, 1995, p.146). Como uma categoria do pensamento social, pensado por alguns sujeitos que



constituíam o MEB, moldou a noção de um sertão como um lugar que era preciso civilizar.

Ao analisar a história do MEB e sua relação com os ideais da instituição católica de um lado, e do Estado de outro, percebe-se aqui um sertão ainda lido e pensado através da narrativa do litoral, um sertão perpassado pela ideia de civilidade, tido como um espaço subdesenvolvido, o qual era preciso educar, civilizar, politizar e conscientizar e só assim seria possível que este se alinhasse ao desenvolvimento. É uma concepção, como aponta Janaina Amado, de um sertão ainda definido e ainda lido em oposição ao litoral, este, já civilizado e que servia de modelo.

Tem-se assim, um sertão sinônimo de uma região subdesenvolvida, um sertão que não era pensado pelos seus ocupantes, mas pela referência do que era o litoral civilizado, e essa leitura, evidentemente, marca de forma intensa as ações dos sujeitos nesse espaço. O MEB era uma forma de intervenção surgida dessa necessidade de intervir e agir nesse interior, e a educação seria o meio para promover a educação necessária para que os habitantes desses sertões contribuíssem de forma ativa com o desenvolvimento do país por meio da educação radiofônica. O conceito de politização que orientava as ações do MEB, por exemplo, era permeado da concepção de que era preciso politizar e conscientizar estas populações para que fossem capazes de mudar a sua realidade, e assim contribuir com o desenvolvimento em curso do país (FÁVERO, 2006).

Era preciso educar para civilizar, era preciso conscientizar para politizar e intervir para desenvolver. A ideia que estava presente no discurso de alguns dos sujeitos que compunham o MEB, refere-se recorrentemente a noção de civilidade, a percepção de que era preciso levar educação de base para promover uma formação integral desses sujeitos que habitavam esse espaço, para que assim, fossem capazes de contribuir com o desenvolvimento da civilização de forma ativa. Para ressaltar como a ideia de sertão estava fortemente vinculada a necessidade



de civilidade, tomemos como exemplo o trecho do discurso proferido no momento da inauguração da Rádio rural de Caicó em 1963,

Você que tem um filho que não pode estudar porque tem que lutar no pesado logo cedo. Você que é analfabeto e não conhece a civilização. Agricultor do sertão. Hoje é seu dia. Você sofre tudo isso, mas agora sabe que tem uma Rádio para defende-lo e sobretudo para ajudá-lo. Você vai agora educar-se e politizar-se. Através das escolas radiofônicas receberá alfabetização e educação de base. Terá instrução e poderá ser um homem livre, um habitante da civilização (SILVA, 1963, p.8).

### **COMO A ATUAÇÃO DO MEB NOS DIZ SOBRE AS DINÂMICAS SÓCIO EDUCACIONAIS DESSE SERTÃO POTIGUAR?**

É preciso destacar que a análise que aqui me proponho, de problematizar a atuação do MEB afim de evidenciar as dinâmicas humanas nesse sertão potiguar, percorre o caminho de uma “história vista de baixo” como nos sugere o historiador inglês Edward Thompson (2012). Ao estudar a formação da classe operária inglesa, Thompson, vai evidenciar as peculiaridades dessa classe social e mostrar a necessidade de dar espaço as vozes, vivências, experiências e cotidianidades dessas pessoas, que foram por muitas vezes desconsideradas da história dita oficial. É preciso ouvir as experiências desses homens e mulheres no tempo e no espaço, pois são estas experiências e essas vivências que desnudam as relações do sujeito no seu tempo e no seu espaço específico, bem como com seu grupo social (THOMPSON, 2012).

Tendo isso em vista, é preciso dar destaque aos caminhos trilhados por homens e mulheres desse sertão potiguar, que eram alunos e alunas, monitores e monitoras, líderes das comunidades, que atavam de forma ativa empreendendo inúmeras ações que configuraram e reconfiguraram esse espaço.





Apesar de, como explicitado anteriormente, este sertão fosse lido como espaço de subdesenvolvimento, como um lugar que era preciso civilizar, educar, como se esse não o fosse, as dinâmicas existentes nesses sertões eram bastante complexas e seus sujeitos empreendiam ações muito bem organizadas e estruturadas. Vale destacar que essa leitura que se fazia desses sertões, resultava de um imaginário que não considerava de forma construtiva as realidades dessas populações, pois suas dinâmicas não se encaixavam no ideal desenvolvimentista que marcava o pensamento do Estado, e mesmo de alguns setores da Igreja Católica, como idealizadores do MEB. Assim, é olhando para esses “de baixo” que se evidencia o protagonismo dos sujeitos comuns que ficaram e que muitas vezes ficam à margem da história e da Historiografia. É nesse momento que é ainda mais latente a importância de nos voltarmos para esses sujeitos, pois lembremos que a história é feita por esses homens e mulheres, que pensam, que sonham e que lutam, que se posicionam e que modificam o espaço em que vivem.

Ao me debruçar sobre a documentação do MEB, é evidente a necessidade surgida dentro do próprio movimento de incorporar elementos do cotidiano desses homens e mulheres do meio rural na sua prática educativa, como por exemplo o conjunto didático *Viver é Lutar*, e estudos de áreas que eram empreendidos a fim de se conhecer as necessidades de cada comunidade. Isso vai mostrando que as dinâmicas que ocorriam nesse sertão não eram de forma alguma simples, e tampouco podiam ser desconsideradas.

Considerando as complexas dinâmicas no sertão, sobretudo referentes às ações políticas dos sujeitos, podemos mencionar a narrativa de duas cartas escritas por monitores do MEB datadas de 1963 da cidade de Parelhas no sertão do Seridó. Tais documentos escritos por um aluno e por uma monitora, que faziam parte de escolas radiofônicas do MEB, nos apresentam a mobilização de crenças e valores que os impulsionaram não apenas a aprender coisas novas, mas a atuar de forma direta em sua comunidade e assim mudar esta realidade, para então construir



um futuro melhor e mais justo, por meio da educação e da alfabetização de seu povo, promovendo assim intensas mudanças nesse sertão. Nesse sentido, tais narrativas sinalizam para a correlação existente entre a instância política e os valores e o imaginário como essenciais para definir as ações políticas desses sujeitos, caracterizando assim uma cultura política específica desse grupo. Vale destacar que essa percepção surgiu como iniciativa das próprias comunidades, e que o MEB soube bem aproveitar para potencializar seus objetivos educacionais.

Podemos mencionar também como forma de demonstrar as dinâmicas humanas ocorridas nesse sertão, a correspondência denúncia datada de 1969, e elaborada por um grupo de monitores, no qual revelam seus descontentamentos, denunciando uma situação a qual estão submetidos, o fato de não receberem remuneração, cobrando uma atitude dos dirigentes do MEB. Ao se posicionarem de forma contundente sobre tal situação no MEB, tais documentos nos mostra a expressão de um povo que se posiciona, que age de forma organizada e que atua de forma direta no social, e também no educacional.

Por meio do contato com fontes, principalmente as cartas, é fácil perceber que estes sujeitos que estão nos bastidores, vão se colocando à frente do palco, como protagonistas de suas histórias, como protagonistas de decisões, de ações e de atitudes que interferiram diretamente na configuração e reconfiguração das práticas educativas do MEB na década de 1960 nesse sertão potiguar. É preciso evidenciar as tomadas de posição desses homens e mulheres do sertão, que interferem de forma ativa e muitas vezes decisiva, no momento que expressam seus ideais, seus pensamentos, suas convicções e motivações. Estas ações políticas, sociais e educacionais também são pensadas e direcionadas a um projeto de futuro comum compartilhado por uma coletividade, projeto este que construíram baseado na crença que a educação é sinônimo de mudança e de justiça. Essa percepção impulsionava um engajamento desses sujeitos em ações como participar do sindicato, atrair mais pessoas para frequentar a escola radiofônica, ações de catequese, por



exemplo. Por fim, nesse processo de demonstrar a atuação do MEB no sertão potiguar que vamos percebendo suas dinâmicas humanas, e seus objetivos, sempre partindo do que entendiam por sertão, concretizando tal categoria como definidora das práticas sociais e educativas da Igreja Católica neste contexto.

## FONTES

Carta denúncia - 1969 – Acervo do MEB/AMAN– Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN).

Cartas de alunos e monitores – MEB/NATAL – Acervo do MEB/AMAN- Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN).

Fundamentação teórica para o programa de 1965. CEDIC-PUC-MEB, disponível em <<http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb.html>> acesso em 19 de maio de 2021.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 8. n.15. 1995. p. 145-151.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Cortez. 2003.

ARAÚJO, Ausônio Tércio de (org.) **Rádio de Caicó, 50 anos no ar**. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora, 2013. 265p.

BAUMWORCEL, Ana. **As escolas radiofônicas do MEB**. VI Congresso de História da Mídia. Niterói/RJ: UFF.2008. 12 p.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas/SP: autores associados. 2006.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. Biblioteca luso brasileira. 1994.

JUNG, Miltom. **Jornalismo de rádio**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2005.



MEDEIROS, Caio Lourenço de. **O decreto conciliar Inter Mirifica e a programação radiofônica da emissora rural de Caicó - RN (1963-1964)**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

MEDEIROS, Mário Lourenço de. **Ideais formativos de homem da emissora de Educação Rural de Caicó (Rio Grande do Norte, 1963-1978)**. Tese (Doutorado em Educação) – UFRN. Natal, 2008. 315 f.

OLIVEIRA Nathalia Rebouças de. **Educação radiofônica: a experiência do MEB em Mossoró**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em comunicação social. UFRN: 2009. 46 p.

OLIVEIRA NETO, Cláudio Correia de. **“O reino de Deus no coração dos homens”: O Programa de Educação Eolítica da Arquidiocese de Natal (1972-1977)**. 104f. Dissertação de mestrado (Bacharelado em História) UFRN. Natal, 2019.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **A Arquidiocese de Natal e as escolas radiofônicas (Rio Grande do Norte, Brasil)**. Revista Iberoamericana de Educación. vol. 75. OEI/CAEU. 2017. p. 133-146. 156 p.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e História social. IN **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (ORGs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 286 p. artigos.

TIBURSKI, Eliete Lucia; CARDOSO Eduardo Wrihth. Por uma História dos Sertões: novas perspectivas e temporalidades sobre o “Brasil profundo”. **Revista História e Cultura: UNESP**. Vol.9. N. 1. 2020. P3-8.



# A COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO E A INTEGRAÇÃO NACIONAL: O PROJETO DO ESTADO BRASILEIRO NA FORMAÇÃO DE PAULO AFONSO - BA (SÉCULOS XIX E XX)

 Jamile Silva Silveira<sup>1</sup>

O presente texto se relaciona com a pesquisa em desenvolvimento sobre a História da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em Paulo Afonso – Bahia, criada em 1945. Esta foi a primeira grande empresa pública brasileira do setor de energia elétrica, que abasteceria as regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Tratava-se de um plano processualmente alinhavado por setores dominantes, através de uma gestão privada do Estado brasileiro e construção de alianças internacionais, que culminou na grande intervenção no Vale do São Francisco.

Para compreender esta temática, é imprescindível a breve apresentação dos conceitos de *classe*, *capital* e *Estado*, da análise dos interesses e discursos em torno da região, especificamente da cachoeira de Paulo Afonso desde o século XIX, e por fim, os discursos de integração nacional que culminaram no volumoso investimento na região Nordeste, especificamente no sertão baiano, através da CHESF.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia e Doutoranda em História na Universidade de Coimbra.



## O CAPITAL, O ESTADO E A ENERGIA: OS USOS DO NORDESTE PARA A INTEGRAÇÃO NACIONAL

Para o desenvolvimento da temática apresentada é basilar a compreensão do *capital* enquanto relação social, não como entidade extra-humana fruto de relações abstratas, que se materializa através da ação concreta dos sujeitos coletivos das diferentes classes. Seguindo os passos de Marx, Virgínia Fontes afirma que “o capital em muito se assemelha a um deus *ex-machina*, pois se converteu, por obra social, em uma entidade exteriorizada à existência humana”. Assim, os sujeitos se anulam do seu próprio protagonismo, pois o “conjunto da existência social é impelido a crer, como nos fetiches, que aquilo que a própria humanidade construiu a ela se impõe, de maneira inumana, como leis eternas”. (FONTES, 2010, p. 17).

O Estado neste processo possui duas funções que se complementam, mas que são distintas. A primeira de garantir a ampla reprodução do capital, através das esferas políticas e culturais, com os mecanismos de repressão, possibilitando que os interesses particulares de classe se transformem em universais. A segunda, diz respeito as ações de investimentos do capital social sob sua responsabilidade às iniciativas ligadas mais uma vez a sua extensa reprodução. Estas frentes de ação intensificam a exploração, apropriação e reprodução do capital, associadas a desigualdade social, condição inerente ao capitalismo (WOOD, 2003, p. 30-35). Antônio Gramsci, em reflexão precisa sobre a movimentação destes interesses, afirmou que:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. (GRAMSCI, 2007, p. 41-42)



Dessa maneira, como as esferas política e econômica estão intimamente entrelaçadas, os projetos implementados pelo Estado fortalecem a hegemonia de grupos específicos. O discurso da integração nacional surge como mote das políticas estatais que, em determinados processos históricos, justificavam suas ações ou investimentos em localidades específicas que anteriormente não eram priorizadas.

Esse é o caso do Nordeste, e no interesse do presente texto, o Vale do São Francisco. Nesta região, a integração nacional era acompanhada da combinada associada entre modernização e industrialização. É importante compreender que o processo de industrialização no Brasil começou ainda no século XIX, com fábricas pequenas, muitas vezes instaladas em moradias, onde as atividades eram realizadas pelo trabalhador que dividia espaço com o patrão. Desse modo, “em 1850, o país contava com apenas cinquenta estabelecimentos industriais”. (MENDONÇA, 2004, p. 16). Os ramos eram diversificados, como couro, chapelaria, malas e tipografias, apesar do problema crucial da escassez de matéria prima e equipamentos, em grande maioria, oriundos da importação. A indústria fabril desponta somente no início do século XX, com grande número de trabalhadores, investimentos e maior mecanização presente nos empreendimentos.

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas transforma o Estado em criador das indústrias pesadas, com destaque para o setor de serviços, portador de um modelo político nacional-desenvolvimentista. Esse período é marcado por uma relativa autonomia econômica do Estado, mas não política, com relação ao capital estrangeiro, especialmente quanto a utilização de investimentos, a não ser quando necessário a solicitação de empréstimos. As principais empresas estatais criadas na época foram a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945), maior exemplo das usinas hidrelétricas do período. (MENDONÇA, 2004, p. 52)



Para Maria da Conceição Tavares, uma das intenções do governo era beneficiar a burguesia industrial nacional através de serviços de baixo custo. Além disto, sua intervenção propiciaria o surgimento dos setores de bens de consumo e bens de produção que determinaram “tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial, como, em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro das empresas industriais” (TAVARES, 1998, p. 133). No Vale do São Francisco este movimento apresentou especificidades, pois não houve intensa movimentação de uma burguesia industrial em busca de melhoramentos nos setores de produção, e sim das oligarquias agrárias que procuravam eletrificar e mecanizar a lavoura. Todo esse processo era aliado a um amplo projeto de controle da classe trabalhadora e a transformação abrupta dos padrões de vida. Neste sentido, a conhecida “industrialização restringida” do Estado ao capital estrangeiro, geralmente atribuída a política nacionalista do governo, respondia a forte influência não só das burguesias industriais, mas também de amplos setores do latifúndio brasileiro.

Essas frações de classe, além da busca sobre o domínio do mercado consumidor interno em desenvolvimento, também travavam uma luta pela predominância de seus setores de produção no país. Com relação ao empresariado industrial, entre 1930 e 1940, verifica-se que alcançou posição relevante na superestrutura complexa do Estado restrito.

Os intelectuais orgânicos do capital industrial ampliavam suas redes de organização político-empresarial interconectando público e privado. Em outros termos, ampliavam as superestruturas do Estado ao inserirem-se junto a agências da sociedade civil das quais provinham como representantes de frações específicas do capital disputando a legitimação de seus projetos. (MARGALHO, 2015, p.165)

Por outro lado, o estudo de Sônia Regina de Mendonça revela que o movimento ruralista brasileiro também se organiza desde o século





XIX, inclusive disputando espaços por dentro do Estado. O ruralismo, no período de implementação das políticas de desenvolvimento nacionalistas, define 4 grandes frentes de atuação: povoamento, educação, modernização da agricultura e crédito/cooperativismo. (MENDONÇA, 1997, Cap. IV)

Sobre o cenário do setor energético, havia ainda uma preocupação em não conceder o direito da produção e distribuição à empresas privadas. A atividade se concentrava na *Brazilian Traction, Light and Power - LIGHT*, de origem canadense, que por duas décadas era a grande empresa de eletricidade do país. Alexandre Saes afirma que, “a canadense Light (com capital e forte influência de diretores norte-americanos) controlou cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Cidade do México” (SAES, 2010, p. 69). Esta resistência ao capital estrangeiro e a aclamação da intervenção do Estado no processo de industrialização nacional no setor energético, compõe a orquestra das classes dominantes que procuravam estar a frente na disputa capitalista por novos mercados. Assim, estes grupos:

[...] buscavam estabelecer um modelo ideológico ligado à expansão do capital internacional [...] de países como os Estados Unidos, de forma que o binômio desenvolvimento/modernização era articulado como único caminho possível para resolver as disparidades econômicas presentes no país e integrá-lo a um novo ritmo de produção. (MARTIN, 2018, p. 83)

Os projetos do Estado brasileiro, majoritariamente, eram baseados em experiências de outros países, com o propósito de consolidar um novo modelo econômico nacional, fortalecendo setores industriais, dentre eles o energético que estava intimamente vinculado ao desenvolvimento dos bens de consumo. Desse modo, os anos 1940 correspondem ao momento em que o Brasil se torna um laboratório para experiências norte-americanas, ancorado na política de boa vizinhança, visando maior unidade e controle do país. Iniciam-se esforços para as



primeiras formulações sobre a integração latino-americana, no contexto do subdesenvolvimento, inclusive, da defesa do Nordeste brasileiro como área de segurança do domínio estadunidense frente aos conflitos internacionais, por conta da sua localização estratégica.

Em certa medida, a intervenção estatal neste campo correspondia a esta política externa estadunidense, que “do início dos anos 40 até meados da década dos 50, influenciou o desenvolvimento do setor de energia elétrica por intermédio das Missões Cooke (1942), Abbink (1948) e Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1952)”. Havia uma grande preocupação com o papel do Estado-regulador desta produção, apesar do estímulo e aceitação do Estado-produtor e provedor das condições básicas para desenvolvimento deste setor energético. (CASTRO, 1985, p. 128)

Naquele momento, foi construído um consenso entre as diversas frações de classe (comerciais, industriais e agrárias), suas agremiações e, posteriormente, no conjunto da sociedade civil, em torno de um modelo político-econômico, ancorado no discurso do Estado da integração nacional que, prioritariamente, atenderia interesses específicos. Este consenso não eliminaria as contradições, conflitos e projetos particulares das frações de classes dominantes, mas criava, assim, um bloco desses setores em busca do que sempre os movimentou: a ampla acumulação de capital. Com efeito, observa-se que a atuação política desses sujeitos se concretiza na articulação orgânica entre os aparelhos privados de hegemonia e instituições públicas. Estas apoiavam-se na centralização política de Vargas, “porque percebiam que seu governo teria condições de organizar um ambiente mais favorável a seus interesses econômicos e sociais” (MARGALHO, 2015, p. 190 e 215)

## **O VALE DO SÃO FRANCISCO E OS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO DOS SEUS RECURSOS NATURAIS**

No rio São Francisco, entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, cânions e sete quedas d’água se desdobravam em uma das maiores ca-



choeiras do Brasil, conhecida como *Cachoeira de Paulo Afonso*. Os olhares, nacional e estrangeiro, se voltaram ao Vale do São Francisco no século XIX, resultando no mapeamento geo-hidrográfico do rio e em expedições científicas das mais diversas. A seguir, serão apresentados alguns desses viajantes e suas percepções sobre o lugar.

A cachoeira de Paulo Afonso e a possibilidade de navegação neste trecho do rio foi relatado por Von Martius e Johann Spix, membros da expedição austro-alemã que analisou a fauna e flora da região, realizada em 1817 (SPIX E MARTIUS, 1938, p. 293-294). Anos depois, a serviço da *Sociedade Bíblica dos Estados Unidos*, Daniel Kidder esteve no Vale do São Francisco com objetivo de propagar um discurso liberal católico, em voga na época, e descreve a sociabilidade em torno da cachoeira de Paulo Afonso. Relata que “os habitantes do país então se refugiam nas colinas e se comunicam por meio de barcos e canoas” (KIDDER, 1845, p. 91-92).

Durante o Império, D. Pedro II solicitou que o engenheiro alemão Henrique Halfeld, realizasse um levantamento cartográfico do rio. O resultado foi titulado *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio São Francisco: desde a cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico*, entre 1852 a 1854 (HALFELD, 1860). Este documento influenciou a visita de diversos curiosos a região. Um dos exemplos é a carta do Dr. José Vieira de Carvalho e Silva ao Barão de Capanema, em 1854, na qual consta o relato da viagem à cachoeira de Paulo Afonso, chamando-a de “O Gigante” citando: “É um espetáculo assombroso! Os penhascos sobre que nos firmamos – eu e minha senhora – pareciam fugir-nos de sob os pés, e quererem seguir a velocidade das correntezas” (SILVA, 1859).

A presença de D. Pedro II na Cachoeira de Paulo Afonso concretiza-se em 20 de outubro de 1859, gerando, anos depois, a criação de comissões imperiais que analisariam melhoramentos da navegação no rio. A *Comissão Hidráulica do Império*, em 1879 e 1880, realizou estudos sobre o tráfego a vapor e, posteriormente, a *Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco* realizou as obras de desobstrução para a navegação



(CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2018, p. 20). Henrique Halfeld traçou a planta da cachoeira em 1959, orientando a visita imperial.

A passagem do Imperador pelo Norte, também, “promoveu desdobramentos de ordem simbólica no imaginário oitocentista em reação a ideias nacionais”. Após a presença e relato de D. Pedro II, o local ganhou notável visibilidade. Foi produzido um conjunto de materiais iconográficos, históricos e geográficos sobre a cachoeira de Paulo Afonso, em prol da construção de uma unidade e fortalecimento do Império Brasileiro. (ARAÚJO, 2016, p. 155) Neste sentido, a partir de diversos relatos de viagens, inclusive da realizada por D. Pedro II, e servindo ao discurso de integração do Império, Castro Alves escreve em linguagem poética:

[...] A cachoeira! Paulo Affonso! O abysmo!  
 A briga colossal dos elementos!  
 As garras do Centauro em paroxismo  
 Raspando os flancos elos pareeis sangrentos.  
 Relutantes na dor do cataclysmo  
 Os braços do gigante suarentos  
 Aguentando a ranger (espanto! assombro!)  
 O rio inteiro, que lhe cae no hombro! [...]  
 (ALVES, 1876, p. 107)<sup>2</sup>

O debate em torno do São Francisco e a busca por uma integração nacional é reforçado posteriormente por autores que em análise sobre o Império brasileiro, confirmam a opção política de Pedro II que “acreditaria no valor unificador opulentissimo daquelle rio, ccle, o imperante que o mandara estudar com desvelado carinho, antes de ouvir os technicos”. Vicente Licínio Cardoso ainda afirma que para o Impe-

<sup>2</sup> Esta “briga colossal dos elementos” a que se refere, posteriormente, é traduzida para a disputa da natureza humana em barrar as correntezas do rio São Francisco e a força da cachoeira, representada pelo touro e a sucuri, atualmente transformado em monumento turístico na cidade de Paulo Afonso.



rador, além do “throno, a religião, a lingua e os costumes, foi a terra vehiculada por um systema fluvial interessante que teceu, permittiu, conservou e ampliou a unidade duvidosa e abstracta da colônia”. Em torno dessa unidade, o São Francisco atraía populações de todas as regiões, igualando o Brasil num “só todo unificado pela mesma carência de recursos e riqueza de abandono, pela mesma vastidão do latifúndio, pelo achatamento igual de todo homem desamparado na luta com o deserto da distancia”. (CARDOSO, 1938, p. 215) Assim, foi tecida a imagem do São Francisco enquanto o *rio da unidade nacional*, representante de uma unificação territorial brasileira, que se consolidaria pelo interior e não pelo litoral.

No final do século XIX, estes relatos também começam a apontar a possibilidade de utilização das águas do São Francisco para geração de energia. O viajante francês Elisée Reclus destaca a cachoeira de Paulo Afonso, por seu espetáculo natural e aspectos geográficos, mas a seguinte afirmação do autor merece atenção: “Felizmente o Niagara brasileiro ainda não tem uma feia usina á beira dos seus precipícios”. (RECLUS, 1900, p. 199-200) A declaração profética das últimas linhas chama a atenção, pois aponta para a capacidade energética das águas da cachoeira e faz referência a Niágara Falls, entre os EUA e o Canadá, uma moderna hidrelétrica. Elisée Reclus não foi o único viajante a criar esta relação.

No relato do astrônomo e explorador francês Emmanuel Liais em 1866, ao discorrer sobre a região do São Francisco, faz a comparação entre os dois rios, ao afirmar que o espetáculo oferecido pela cachoeira de Paulo Afonso é *três-diferente* do citado rio da América do Norte, por possuir uma estreita passagem que resulta em um grande canal. Este, também, observou que a pressão do ar na superfície da água era tão grande, que uma pedra lançada com enorme força não conseguia resistir ao vento resultante, e com sua velocidade, era destruída após um percurso de 6 a 7 metros. Assim, afirmou que: “essa particularidade se espalhou, entre os habitantes do entorno, formando a opinião de que o local da cachoeira é encantado”. (LIAIS, 1866, p. 390-392)



Richard Burton, em 1867, afirmava que deve “ser visitada a Niágara do Brasil, e o viajante verificará que em Paulo Afonso, a rainha das cachoeiras, é mais acessível que o norte da Escócia” (BURTON, 2001, p. 33). Entretanto, também chama a atenção para a diferença essencial entre Niágara e Paulo Afonso, pois não há um abastecimento regular nesta região do São Francisco e, em alguns momentos a corrente é extremamente forte impedindo a travessia em determinados trechos do rio (BURTON, 1983, p. 261-273). Estas observações foram transformadas em projetos exploração, culminando em uma grande intervenção na região.

### **A CACHOEIRA DE PAULO AFONSO E OS PROJETOS DE INTERVENÇÃO**

Em 1890, o governo brasileiro autorizou o advogado e empresário João José do Monte, a primeira concessão de aproveitamento energético de Paulo Afonso, que sequer foi iniciada. Em 1910, Richard George Reidy, inglês, solicita ao Governo Federal o direito ao aproveitamento exclusivo da cachoeira de Paulo Afonso e seu potencial de produção energética, sem ônus ao Estado. Seu pedido, que não foi o único durante o período de sua tramitação, foi negado no mesmo ano.

Pouco tempo depois, Delmiro Gouveia que era comerciante de couro, peles e proprietário da Fábrica de linha e fios no povoado da Pedra, inicia o aproveitamento das águas para a geração de energia, pela margem do rio no Estado de Alagoas. Então, o projeto é desenvolvido pela Companhia Agro Fabril Mercantil, criada por Delmiro Gouveia em parceria com sócios estrangeiros, que culminou na criação da Hidrelétrica Angiquinho, primeira do rio São Francisco, construída em seu cânion. Por ser “pioneira na produção de linhas de costura no Brasil, a fábrica de Delmiro enfrentou a concorrência da poderosa companhia inglesa Machine Cotton”, tendo um pico de produção durante a Primeira Guerra Mundial. Mas, devido o assassinato de Delmiro Gouveia em 1917, o projeto de ampliação da geração de energia com a hidrelétrica não foi



concretizado. (CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2018, p. 24)<sup>3</sup>

O abastecimento energético no país era realizado até então por empresas privadas estrangeiras, em funcionamento através de concessões públicas, mas com altas tarifas e diversos problemas quanto a transmissão e distribuição de energia elétrica. Este período foi controlado majoritariamente por duas empresas, a saber, a LIGHT e a estadunidense *American Foreign Power Company* – AMFORP. (BERMANN, 1991, p. 195)

Na década de 1920, diversos estudos são desenvolvidos por engenheiros sobre o aproveitamento energético na bacia do São Francisco, concentrados no desenvolvimento hidráulico, irrigação e aproveitamento do solo. A Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, do Ministério da Agricultura, elaborou um levantamento topográfico da cachoeira de Paulo Afonso. “Entre os membros da equipe, estava o engenheiro carioca Antônio José Alves de Souza”, que viria a ser um dos defensores da implementação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e, posteriormente, um dos seus dirigentes. A partir de 1942, o trabalho dos engenheiros ganha estrutura, visibilidade e recursos, através do Ministro da Agricultura Apolônio Jorge de Faria Sales. Este já havia demonstrado interesse no estudo da cachoeira de Itaparica, em Petrolândia no estado de Pernambuco, com obra iniciada em 1932, pelo patronato rural da região, através da Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco. (CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2018, p. 25 e 29).

Apesar da recorrente comparação, no século XIX, com as águas do Niágara, posteriormente, nos discursos oficiais/públicos, a possibilidade da instalação no São Francisco é aproximada a outra experiência estadunidense: da *Tennessee Valley Authority* (TVA). Desse modo, na

---

<sup>3</sup> Depois da sua morte, a *Machine Cotton* adquiriu a fábrica de linhas. Em 1930, a empresa inglesa desmontou sua estrutura e atirou ao fundo do rio São Francisco todo seu maquinário.



década de 1930, começam a circular no Brasil ideias sobre políticas públicas, desenvolvimento regional e geração de energia, baseadas na experiência governamental estadunidense de implementação do projeto da TVA. A intervenção federal no Vale do São Francisco se concretiza através da CHESF que unificaria o Brasil, com a missão de ser a redentora do Nordeste.

Apresentado enquanto aclamação da população ribeirinha, o discurso sobre o projeto de intervenção no Vale do São Francisco, foi tecido por dentro do Estado Novo Vargasista e suas frações de classe, enquanto ponto fundamental da sua política econômica. A população foi impactada diretamente pelo empreendimento, que não se ancorou em uma consulta popular para se concretizar. Este foi fruto de uma ampla movimentação traduzida em novas legislações, criação de órgãos públicos, discursos parlamentares e relatórios de comissões.

É necessário compreender que para a exploração e domínio estatal dos recursos naturais da produção de energia, foi criado em 1934, no governo de Getúlio Vargas, o Código de Águas (BRASIL, 1934). Ao passo desta ação, foi constituído o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), em 1939, com a função de regular o cumprimento do Código de Águas, especialmente as ações das empresas privadas controladas pelo capital estrangeiro. A criação de diversas instituições estatais, de 1930 a 1954, visava o controle do setor energético e correspondia a criação de novos *interesses nacionais*. (CORREA, 2003, p. 13 e 22)

Getúlio Vargas, após o golpe de 1937, afirmava que o seu programa visava acabar com a dicotomia política e econômica entre os *dois Brasís* que não dialogavam, correspondendo as regiões metropolitanas e zonas coloniais. Assim, essa unidade seria fundamental para o estabelecimento do mercado nacional, pois “o sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país”. As bases de sustentação do Estado Novo eram compostas por setores da burocracia, da burguesia rural, industrial e comercial, que juntos constituíam um amplo bloco de interesses junto ao Estado. (CORSI, 2000, p. 93 e 108)





A presença dos interesses burgueses foi central na dinâmica dos projetos industrializantes do período. A partir da década de 1940, além da CHESF de dimensão federal, alguns estados também investiram no setor da energia elétrica, como a *Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul* – CEEE (1943), a *Centrais Elétricas de Minas Gerais* – CEMIG (1952), a *Companhia Paranaense de Energia Elétrica* – COPEL (1953), a *Usinas Elétricas do Paranapanema* - USELPA (1953), a *Centrais Elétricas de Goiás* – CELG (1955), *Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo* - CHERP (1955), a *Centrais Elétricas de Santa Catarina* – CELESC (1956), a *Centrais Elétricas de FURNAS* (1956), a *Centrais Elétricas Matogrossenses* - CEMAT (1958) e a *Centrais Elétricas do Maranhão* – CEMAR (1959).

Em abril de 1944, no centro dessas articulações junto ao Governo Federal, foi encaminhado pelo Ministro da Agricultura Apolônio Sales ao presidente Getúlio Vargas um anteprojeto para a criação da CHESF. O objetivo central explicitado era suprir o déficit energético da região Nordeste em comparação ao Sudeste, visando, assim, a tão esperada *unidade nacional*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta neste texto foi apresentar alguns discursos em torno do Vale do São Francisco e a exploração de seu potencial energético em dois momentos distintos. O primeiro foi a utilização destes para os interesses de unificação do Império com D. Pedro II no século XIX, e o segundo discorreu sobre o debate de unidade nacional no Estado Novo, em meados do século XX. Estes, com as particularidades devidas a cada processo, para além do debate semiótico que pode ser desenvolvido através da difusão do símbolo da cachoeira, vislumbravam formas de exploração dos recursos naturais, que os transformassem de alguma forma em produto, em algo útil para o mercado capitalista.

As águas do rio São Francisco, utilizadas de diversas maneiras ao longo da história, inclusive por rotas de navegação e transporte, atra-



vés da CHESF foi convertida de riqueza natural para *energia*. Não só as águas foram fundamentais neste processo, mas a apropriação de outras riquezas naturais, como a *terra*, aliada a expropriação de um número gigantesco de seres concretos dos seus territórios, para a construção das barragens e do estabelecimento das linhas de transmissão.

Vale destacar que a cachoeira de Paulo Afonso exercia uma dicotomia no Império, pois era um importante *símbolo* da força nacional, mas ao mesmo tempo um *obstáculo* para a extensa navegação através do rio São Francisco. As oligarquias nordestinas, sobretudo a pernambucana, resgatam a potencialidade das águas deste trecho e a cachoeira volta a ser vista, não como empecilho, mas como salvadora de uma região tida como “atrasada” e “miserável”, atendendo as necessidades da crescente *modernidade* que se apresentava.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. **A Cachoeira de Paulo Affonso**. Bahia: Imprensa Econômica, 1876.

ARAÚJO, Giovanna Gobbi Alves. **A Pintura das Águas**: Um estudo da visualidade poética em “A Cachoeira de Paulo Afonso” de Castro Alves. São Paulo: Dissertação de Mestrado da Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo, 2016.

BERMANN, Célio D. **Os Limites dos Aproveitamentos Energéticos para Fins Elétricos**: Uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil. Campinas: Tese de Doutorado da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

BRASIL. **Código de Águas**. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Col. O visto por estrangeiros. Trad. David Jardim Júnior. Brasília: Senado Federal, 201.

\_\_\_\_\_. **Viagens aos Planaltos do Brasil**. O Rio São Francisco. Tomo III. Trad. Américo Jacobina Lacombe. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.



CASTRO, Nivalda J. de. **O Setor de Energia Elétrica no Brasil**: A transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1961). Rio de Janeiro: Tese de Mestrado do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **CHESF**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018.

CORRÊA, Maria Letícia. **O Setor de Energia Elétrica e a Constituição do Estado no Brasil**: O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado da Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2003.

CORSI, Francisco. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP, 2000.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio São Francisco**: desde a cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.

KIDDER, Daniel. **Esboços de Residência e Viagens no Brasil**: Abraçando notícias históricas e geográficas do Império e suas várias províncias. Vol. II. Filadélfia: Sorin & Ball, Londres: Wiley & Putnam, 1845.

LIAIS, Emmanuel. "Le San Francisco ou Brésil". In: **Bulletin de la Société de Géographie**. Cinqüième série. Tome XI. Paris: Bureu de la Sociéte, 1866.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Estado, Empresários e Política**: A hegemonia em construção (1930-1945). Niterói, RJ: Tese de doutorado em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2015.

MARTIN, Andrey Minin. "Desenvolvimento é Capitalismo mais Energia: A produção energética nacional como corolário de integração econômica". In: **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, mai./ago, 2018. p. 81-108.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Moderna, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo : HUCITEC, 1997.

RECLUS, Élisée. **Estados Unidos do Brazil**: Geographia, ethnographia, estatística. Trad. B.-f. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1900.



SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do Capital: Light versus CBEE** na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). São Paulo: EDUSC, 2010.

SILVA, José Vieira de Carvalho. “Viagem as cachoeiras de Paulo Afonso”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1-4 Trim, 1859.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friederich Philipp Von. **Através da Bahia**: Excertos da Obra *Reise in Brasilien*. 3ª Ed. Trad. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. Série Brasiliana. Vol. 118. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**: A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.



## RELIGIÃO E POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DO FIDEI DONUM PIER LUIGI GHIRELLI NO SERTÃO DA BAHIA (1970- 1985)

 Larissa Godinho Martins dos Santos<sup>1</sup>

**E**m janeiro de 1970, no cais do porto do Rio de Janeiro, desembarcou pela primeira vez em solo brasileiro o jovem padre italiano Pier Luigi Ghirelli. Com apenas vinte e oito anos, estava imbuído de uma missão “grandiosa”: chegar ao sertão da Bahia e ajudar as pessoas pobres através do conhecimento e evangelização.<sup>2</sup> Pier Luigi Ghirelli nasceu em 16 de março de 1942 na cidade de Casina, na Reggio Emilia, na Itália. Criado em uma comunidade rural marcada pela vida religiosa, oriundo de família católica, participava das missas colaborando na Igreja como coroinha. Em entrevista, o padre conta que entrou no seminário como uma alternativa de estudo, uma das poucas opções de ensino institucional na época.<sup>3</sup> A Itália saiu destruída da Segunda Guerra Mundial e com pouquíssimas escolas, de modo que os seminários católicos foram o destino de muitos jovens como ele. Aos 20 anos, Pier Luigi Ghirelli entrou para o curso de Teologia e decidiu seguir a vida sacerdotal.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF); Linha de pesquisa: Poder e Sociedade do setor de contemporânea II. Orientadora: Samantha Viz Quadrat.

<sup>2</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli. 76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.



O sacerdote veio para o Brasil como missionário Fidei Donum. Depois de navegar por treze dias para viver a nova experiência, ao chegar ao Rio de Janeiro, Dom Ernesto, bispo da diocese de Ruy Barbosa-Ba, e padre Amedeo Vacondio, também missionário italiano, esperavam os padres e freiras que vinham em missão para o país. Em um micro ônibus, percorreram 1.600 quilômetros entre o Rio de Janeiro e a Bahia. Quando o religioso chegou em solo baiano, mais precisamente na cidade de Ruy Barbosa, um jipe lhe esperava para conduzi-lo em uma viagem de mais alguns quilômetros em estrada de cascalho com destino a Andaraí, sua primeira cidade de atuação no país.<sup>5</sup>

Pier Luigi Ghirelli – no Brasil, ficou conhecido como Padre Pedro, e atuou nos municípios de Andaraí<sup>6</sup>, Baixa Grande<sup>7</sup> e Irecê<sup>8</sup>, todos localizados no interior da Bahia, entre as décadas de 1970 e 1980. Em Andaraí, atuou por um ano junto a padre Amedeo Vacondio, padre italiano que pediu sua convocação. Na cidade, de acordo com as memórias do padre, eles fizeram um trabalho de conscientização em relação à vacinação e questionaram o direito de as pessoas registrarem seus filhos, pois grande parte da população daquela localidade não tinha registro civil. Ainda segundo o sacerdote, alguns padres brasileiros da região alegaram insatisfação com o modelo de pastoral dos padres italianos, que tinha um caráter social. Em abril de 1971, eles foram enviados para a paróquia de Baixa Grande, episódio que marcou o início de uma missão que seria repleta de desafios. Atuou ali até 1977, construindo várias relações de amizade e conflito.

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> É uma cidade do Estado da Bahia que se localiza na região chamada piemonte da Chapada Diamantina centro leste do estado. Segundo o censo do IBGE de 2019, tem população estimada de 20.468 pessoas e está a 262,9 km de distância da capital do Estado, Salvador. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/baixa-grande.html>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>8</sup> É uma cidade do Estado da Bahia que se localiza na região setentrional da Chapada Diamantina. Segundo o censo do IBGE de 2019, tem população estimada de 72.967 pessoas e está a 478 km de distância da capital do Estado, Salvador. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/irece.htm>>. Acesso em 23 jul. 2020.



Em uma das entrevistas realizadas com padre Pedro, ele narrou algumas das tensões vividas naquele contexto, como ida dos militares até a casa paroquial em Baixa Grande, em 1971, à sua procura. Não o encontraram, pois ele estava viajando. De acordo com o padre, a razão teria sido uma carta enviada ao então governador Antônio Carlos Magalhães, questionando a desapropriação de algumas famílias de uma fazenda da região. Apontou, também, o controle policial dentro da própria igreja, argumentando que toda peça ou texto que eram produzidos por ele, uma cópia desaparecia “misteriosamente”. Além disso, narrou sobre as fortes ameaças e perseguições sofridas por ele a mando dos políticos locais.

Em Baixa Grande, por exemplo, fogos de artifícios foram jogados sobre sua casa na noite das eleições de 1972. Para Pedro, foi uma mensagem do prefeito reeleito em relação às críticas que o religioso tecia ao seu governo. Em Irecê, narra que foi transferido, em 1985, pelo bispo local em articulação com o prefeito, por não concordarem com a sua atuação.<sup>9</sup> Nesse mesmo episódio, a livraria montada pelo sacerdote e comunidades cristãs foi interditada por policiais, e membros do grupo Jovens Unidos no Galileu foram levados para depor na delegacia.<sup>10</sup>

Nos dezenove anos de evangelização e militância no sertão da Bahia, a trajetória de padre Pedro foi marcada por conflitos com políticos locais e com a ala conservadora da igreja, em um cenário marcado pelo regime militar que assolou o Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Os conflitos entre Igreja Católica e militares se intensificaram com o endurecimento do regime (TAVARES, 2012, p. 7). A partir de 1970, muitos religiosos foram perseguidos, sobretudo quando as Comunidades Eclesiais

<sup>9</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli. 76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.

<sup>10</sup> FILHO, Armando Paraguassú. O caso de Irecê. P.5. 1985. In: Arquivo pessoal.



de Base – CEBs<sup>11</sup> passaram a realizar um trabalho mais efetivo dentro da sociedade apoiando-se nos interesses locais, na terra, no trabalho, nas lutas por escolas, transportes etc. (AMORIM, 2010, p. 24 e 25). Muitos padres estrangeiros que vieram em missão se envolveram nesses conflitos.

A chegada de missionários italianos na Bahia se deu ainda na década de 1950. Antes de a diocese de Reggio Emília enviar seus primeiros missionários para o Brasil, outras regiões de Itália já haviam enviado muitos jovens padres para atuarem junto às comunidades em vulnerabilidade na América Latina. De acordo com Neris e Seid, apoiados em informações do Fórum Eclesial de Missionários Fidei Donum italianos no Brasil em 2002, 1.105 sacerdotes diocesanos saíram da Itália entre 1959 e 1984, com uma média de 44 religiosos por ano. O momento de maior partida dos missionários para a América Latina foi entre 1964 e 1975 e o destino principal foi o Brasil, que recebeu quase metade dos padres italianos. (NERIS, SEID 2015. p. 146).

No caso dos missionários reggianos, a partir da década de 1970 a escolha pelo Brasil se deu, sobretudo, pela relação de amizade entre Dom Helder Câmara e Dom Epaminondas – bispo de Ruy Barbosa (na Bahia) – com o bispo de Reggio Emília, Dom Gilberto Baroni. Além disso, havia uma aproximação ideológica entre estes bispos com os missionários reggianos, ambos defensores dos direitos humanos e crentes em uma nova forma de evangelizar ancorada às causas sociais.<sup>12</sup> De acordo com padre Pedro, depois do contato de Dom Helder e Dom Epaminondas com a Diocese de Reggio Emilia, foram enviados para o Brasil oito padres italianos. Destes, sete foram destinados à diocese de Ruy

---

<sup>11</sup> Uma Comunidade Eclesial de Base é um grupo a princípio, de estudos, em que pessoas se reúnem usualmente para discutir a bíblia se atrelando as questões sociais. Geralmente é articulado por um sacerdote, mas, dentro dele, a atuação de sujeitos da comunidade é crucial. In: (NASCIMENTO, 2014, p. 37).

<sup>12</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli. 76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.





Barbosa, dentre os quais ele próprio. Muitos padres reggianos estavam vinculados aos debates em torno do anti-imperialismo e à luta contra a pobreza advinda do capitalismo. Defendiam uma igreja popular, voltada para o social e próxima do povo. (NERIS; SEID, 2015 p. 146).

Segundo Neris e Seid, depois da Segunda Guerra Mundial houve uma multiplicação de eventos internacionais da Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II, que aconteceu entre 1962 a 1965, tendo como consequência uma maior aproximação internacional do episcopado, construindo relações de amizade e diálogo sobre as causas comuns, possibilitando a intensificação das migrações missionárias: “a atração de religiosos estrangeiros pôde figurar então entre as alternativas para enfrentamento de desafios para a gestão diocesana em territórios missionários”. (NERIS; SEID, 2015, p. 146).

Nos anos em que o religioso esteve em Andaraí, Baixa Grande e Irecê, ele esteve alinhado às ideias da Teologia da Libertação. Buscou estabelecer uma relação próxima com os moradores destas localidades rurais, debatendo sobre os direitos básicos que lhes eram negados. Discutiu, também, questões políticas da região e do país. Como fruto desses debates junto a outros padres e freiras, criou formas para circulação das informações nas comunidades, como a elaboração de cartas, folhetins e cartilhas. Toda essa movimentação do padre e seus colaboradores resultou em conflitos diretos com políticos locais, bispo e militares, conflitos que ocasionaram perseguição e até no pedido de sua retirada da paróquia de Irecê em 1985. Neste sentido, é imprescindível compreender a dinâmica política envolvendo atuação de padres estrangeiros com políticos do sertão da Bahia em tempo de ditadura civil-militar.

No Brasil, a bibliografia sobre a relação entre Religião e Estado nos anos de ditadura conta com um número de pesquisas que cresceu consideravelmente, sobretudo, depois da Comissão da Verdade. E não envolve apenas a Igreja Católica, mas também, outras religiões. São pesquisas importantes para pensarmos a atuação de padres, bispos e outros religiosos em relação às mazelas sociais no período da Ditadu-



ra Civil-Militar. Os trabalhos relacionados à atuação da Igreja Católica frente ao regime ditatorial estão direcionados, em grande maioria, ao sudoeste do Brasil, sobretudo, ao eixo Rio-São Paulo.<sup>13</sup> Mas, mesmo que a maioria se concentre no sudeste, existem consideráveis estudos sobre padres católicos no nordeste naquele período. As pesquisas revelam importantes aspectos, demonstrando as especificidades regionais do nordeste brasileiro.<sup>14</sup> Em relação à Bahia, um estado extenso, marcado por uma diversidade sócio-cultural, houve uma atuação para além dos centros urbanos, um tema que vem sendo estudado ainda de maneira tímida pela historiografia. Vários sujeitos atuaram politicamente frente ao regime ditatorial nas mais variadas localidades do estado e muitos ainda não foram investigados.

Os tensos episódios narrados por padre Pedro sobre a ida dos militares à sua casa, o controle da polícia sobre suas produções, o episódio das eleições de 1972, em Baixa Grande e a sua expulsão de Irecê supostamente a mando do prefeito,<sup>15</sup> ajudam a levantar hipóteses sobre a dinâmica política na região. Partindo do que já foi estudado, pode-se compreender que os políticos no sertão da Bahia, em grande medida, estavam alinhados aos militares, o que deu manutenção ao autoritarismo pregado pelo regime. (SANTOS, 2018, p 150-160).

Segundo Pierre Bourdieu, ao exercer sua função – que é dar manutenção à ordem simbólica, a partir da imposição de percepções e ações – a Igreja católica conferiu legitimidade às estruturas políticas e contribuiu para reforçar a ordem vigente. (BOURDIEU, 1998, p.191). Durante a ditadura, a instituição buscou reforçar seu poder político. Entretanto, a relação de parte de seus integrantes com o Estado também se baseou em tensões e conflitos. Se por um lado, no Brasil a

<sup>13</sup> Essas são algumas das referências: SOUZA, 2016); (SANTOS, 2016); (SERAFIM, 2013).

<sup>14</sup> Como os trabalhos de (MOURA, 2010) E (MONTENEGRO, 2015).

<sup>15</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli. 76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.



Igreja católica legitimou o golpe de 1964 e o regime, por outro, alguns religiosos travaram uma luta para tentar deslegitimar o modelo ditatorial em vigor.

Com a instalação do Ato Institucional nº 5 o (AI-5) em 1968, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) declarou preocupação com os rumos que o Brasil estava tomando e passou a criticar ações do governo. Essas críticas foram mais efetivas, sobretudo, quando padres, freiras e pessoas ligadas à igreja passaram a ser perseguidas e torturadas. Neste momento, é possível perceber que a igreja estava dividida entre: progressistas, que criticavam fortemente os governos autoritários e se preocupavam com as questões sociais; conservadores, que ainda defendiam o regime militar e condenavam qualquer tipo de subversão por parte do clero; e moderados, que evitavam tomar qualquer posição pública sobre política. (TAVARES, 2012, p. 7).

A partir da década de 1970, a Igreja Católica buscou se aproximar do povo, perspectiva que vinha sendo debatida pela Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II, no início da década de 1960 e aprofundadas em 1968, na Conferência do Episcopado em Medellín, momento muito importante para o estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (MENEZES NETO, 2007, p. 333). A Conferência também contribuiu para o ganho de espaço dos bispos que defendiam a ideia de ser uma nova Igreja Latino-Americana. (VIEIRA, 2015, p.61). A exemplo de Dom Helder Câmara, uma figura importantíssima na luta pela democracia e que em 1970 foi o primeiro bispo brasileiro a denunciar as torturas cometidas pelos militares. (LÖWY, 2016, p. 150). A grande maioria dos padres estrangeiros buscava construir uma igreja popular, principalmente por causa da grande miséria em que se encontravam as comunidades para onde foram enviados. Muitos se apoiaram nas ideias da Teologia da Libertação. (TAVARES, 2012, p. 7).

Nas memórias de padre Pedro ele traz que o cenário encontrado em Andaraí, Baixa Grande e Irecê, o deixou bestificado. A miséria vivida pela população e os direitos básicos que lhes eram negados exigiam um



trabalho de pastoral social.<sup>16</sup> Essa afirmação sobre os aspectos sociais das localidades citadas são recorrentes nos relatos de outros padres estrangeiros que atuaram no interior Bahia, encontrados no livro de memórias dos padres reggianos<sup>17</sup>.

Rodrigo Camilo aponta que os adeptos da Teologia da Libertação no Brasil atuaram junto aos fiéis denunciando os abusos do regime militar, o que acarretou inúmeras críticas por parte da cúpula conservadora da Igreja Católica (CAMILO, 2011, p.5). Os adeptos da Teologia da Libertação na América Latina se aproximaram das ideias comunistas de justiça social, construindo alianças com os mesmos (ZACHARIADHES, 2018, p. 4-5). Assim, logo foram enquadrados como subversivos, pois compartilhavam as ideias dos considerados “inimigos do Estado” (FICO, 2004, p. 32). Para Zachariadhes, as ideias da Libertação confrontavam algumas doutrinas da Igreja Católica no que diz respeito à postura da instituição frente às ditaduras civis-militares (ZACHARIADHES, 2018, p. 4-5). É importante pensarmos que o fato de ser estrangeiro não impediu que religiosos tenham sido torturados, presos, expulsos ou até assassinados pelos governos autoritários (TAVARES, 2012, p. 5).

De acordo com Antônio Neto, as ideias da Teologia da Libertação foram vinculadas pelas CEBs e ganharam maior visibilidade. Ainda que tenham sido pensadas para realizar estudos bíblicos, tomou uma proporção muito grande dentro das comunidades, sobretudo rurais. Elas assumiram a defesa de várias lutas populares, entre elas a luta pela terra (TAVARES, 2012, p. 334). Movimentos camponeses ligados intimamente às ideias da Libertação passaram a surgir nesse contexto, amparados, sobretudo, na Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surgiu em 1975. A CPT se tornou importante organização de luta dos trabalhadores rurais. (MENEZES NETO, 2007. p. 335).

<sup>16</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli. 76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.

<sup>17</sup> 50 anni di cammino insieme La Chiesa reggiana in Bahia – Brasile. Ed. CMD- Centro Missionário Diocesano Reggio Emilia – Guastalla. 2015.



Essa discussão sobre as relações da Igreja Católica com a ditadura militar contribui para a compreensão de forma mais aprofundada sobre como se deu os conflitos entre Igreja e Estado nas várias regiões do Brasil, sobretudo no que diz respeito aos padres estrangeiros, especialmente aqueles ligados a Teologia da Libertação.

Padre Pedro traz em suas memórias que a Teologia da Libertação passou a ser sua prática sacerdotal ao longo do seu trabalho missionário.<sup>18</sup> Os membros do grupo Jovens Unidos à Procura da Paz-JUPP também narraram em entrevistas que a base norteadora do grupo era a Teologia da Libertação, sob influência do padre Pedro. Antônio Régie, um dos membros do JUPP, relatou que PADRE PEDRO “participava da Teologia, mas não era bem visto, ele não ensinava o ato litúrgico não, ele ensinava consciência política pra ação social”.<sup>19</sup> Assim como a fala de Antônio Régie, a memória vinculando o padre às ideias da Teologia da Libertação aparecem em outras entrevistas com membros do grupo de jovens.

Até onde foram investigadas e analisadas as fontes disponíveis, é possível perceber que as ações de padre Pedro estavam vinculadas a uma pastoral social. A cartilha “*Corrente*” elaborada pelo padre Pedro junto a outros padres e freiras em Irecê entre 1979 a 1985, era pautada em discursos de luta pelos direitos dos trabalhadores e toda uma mobilização das comunidades cristãs na região de Irecê, por conta da repercussão da *Corrente* e seus posicionamentos, o padre foi mandado embora a pedido do bispo local Edgar Gouvêa.<sup>20</sup> Para padre Pedro e membros do grupo

<sup>18</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli. 76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.

<sup>19</sup> FIGUEIREDO, Antônio Régie Evaristo de. Antônio Régie Evaristo de Figueiredo: depoimento I [mar. 2013]. Entrevistadora: Larissa Godinho Martins dos Santos. São Gabriel-Ba, 2013. 1 arquivo mp3 (20 min.). Entrevista concedida para pesquisa histórica.

<sup>20</sup> Nasceu em 1º de julho de 1921, em Belém de Maria – Pernambuco. No dia 13 de junho de 1983, foi enviado para ocupar o cargo de 2º Bispo da Diocese de Irecê. Durante 11 anos prestou serviços à Diocese. Renunciou no dia 02 de março de 1994 e retornou à sua Cidade Natal, onde faleceu no dia 12 de abril de 2000. Disponível em: <http://diocesedeirece.org.br/bispos-antecessores>. Acesso em: 15 jul. 2018.



de Jovens<sup>21</sup>, sua expulsão também estava ligada à vontade do prefeito de Irecê Hildebrando Seixas, conhecido como Doinha.<sup>22</sup> Segundo Pedro:

O bispo não aceitava muito bem a nossa pastoral a nossa maneira, então a primeira dificuldade foi com o bispo. O bispo pediu apoio a Doinha, e Doinha deu todo apoio. O bispo dizia que nós não educávamos na maneira certa os leigos. [...] Como eu digo, eu nunca entrei diretamente na política, nosso trabalho era educar e conscientizar, abrir os olhos. E com certeza, Doinha não gostava do nosso trabalho.<sup>23</sup>

De acordo com o religioso, e algumas fontes produzidas pelo Jovens Unidos no Galileu (JUG) e cartas de bispos de dioceses vizinhas, o bispo Edgar Gouvêa era um religioso vinculado à ala conservadora da igreja,<sup>24</sup> que mantinha relações cordiais com o poder local – incluindo o então prefeito Doinha – e não aceitava a pastoral social de padre Pedro e de outro padre italiano, Antonio Davoli. Em carta direcionada às comunidades cristãs de Irecê ao arcebispo de Salvador, a CNBB e ao próprio D. Edgar Gouvêa, escrita pelo bispo da Barra, Itamar N. Vian, e pelo Conselho Presbiteral, manifestou-se o repúdio às ações do bispo de Irecê. Como se lê abaixo:

2 – Repudiamos o clima de terror, desconfiança criados e a ir-

<sup>21</sup> Carta aberta á comunidade cristã de Irecê. Escrita pelo JUG- Jovens Unidos no Galileu. Out. 1985. In: Arquivo Pessoal.

<sup>22</sup> Hildebrando Seixas, professor, contador, agricultor, mais conhecido como Doinha, foi eleito pelo povo para exercer o mandato de prefeito de Irecê-Ba no período de 1982. RUBEM, Jackson. História de Irecê para jovens. 1ª edição. Irecê: Print Fox, 2013, p. 84.

<sup>23</sup> GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli: depoimento II [jul. 2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho Martins dos Santos. São Gabriel-Ba, 2018. 1 arquivo mp3 (53 min. e 13 seg.). Entrevista concedida para pesquisa histórica.

<sup>24</sup> Na década de 1980, vários bispos conservadores que condenavam as ideias da Teologia da Libertação foram nomeados pelo Papa João Paulo II, autoridade religiosa que se declarou abertamente contra os “comunistas”. Deste modo, padres e bispos que estavam ligados à Teologia da Libertação, foram afastados ou transferidos para outras localidades. (MENEZES NETO, 2007, p. 339-340).



responsabilidade pastoral diante de uma caminhada feita por aquela igreja, destruindo todo o trabalho de Pe. Pedro e Pe. Antonio nas comunidades no que diz respeito a liturgia, catequese, grupos de jovens, grupos de reflexão, formação de CEBs, pastoral social. 3 – Repudiamos os estreitos laços de amizade e vínculo de compromisso do senhor bispo D. Edgar com políticos locais, conhecidos como corruptos, avessos a causa do povo que forçaram a expulsão de Pe. Pedro e Pe. Antonio diante da pastoral de organização de comunidades empreendida por eles que iam de encontro aos interesses escusos desses políticos.<sup>25</sup>

A carta questionava a inserção da diocese de Irecê na sub-regional III. No documento, o conselho aceita a inserção da diocese, mas repudia as atitudes de D. Edgar Gouvêa e sugere que o bispo deixe a diocese. Os conflitos se intensificaram quando o bispo solicitou a transferência dos sacerdotes italianos da paróquia São Domingos, enviando carta ao Diretor do centro missionário diocesano, Amedeo Vacondio, também responsável pelas missões diocesanas no exterior. O missivista relata as razões pelas quais não queria que os padres permanecessem em Irecê.<sup>26</sup> No documento, o bispo mostra indignação por receber três abaixo-assinados questionando sua pastoral, julgada como conservadora e que censurava os trabalhos dos padres, dos jovens e comunidades cristãs. Os referidos abaixo-assinados foram enviados para o Sr. Núncio Apostólico D. Carlo Furro, ocasionando a ida de D. Edgar a Salvador para explicar-se.<sup>27</sup>

Em 30 de julho de 1985 os padres italianos foram transferidos para

<sup>25</sup> VIAN, Itamar N. Carta do bispo da diocese de Barra para a comunidade cristã de Irecê, CNBB, Núncio, D. Avelar Brandão Vilela e para Dom Edgar Carício de Gouvêa, repudiando as atitudes do bispo, entre elas a expulsão dos padres italianos e sua estreita relação com políticos locais. Jul., 1985. In: Arquivo Pessoal.

<sup>26</sup> GOUVÊA, Edgar Caricio. Carta ao Diretor do centro missionário diocesano e responsável pelas missões diocesanas no exterior, Amedeo Vacondio. Mai., 1985. In: Arquivo Pessoal.

<sup>27</sup> Idem.



outras dioceses. Padre Pedro foi enviado novamente para a diocese de Ruy Barbosa e assumiu a paróquia de Utinga. Na ocasião da saída dos padres, os cadeados da igreja e do Centro Paroquial foram trocados.<sup>28</sup> O JUG também foi expulso da sala que ocupava no Centro Paroquial, e ficou sob o julgamento de uma comissão montada pelo bispo que decidiria se os jovens retornariam ou não. Segundo carta aberta do JUG à comunidade de Irecê, os membros da comissão eram políticos locais, o que acirrou ainda mais as tensões entre as comunidades cristãs, o bispo e o poder local.<sup>29</sup> Os trechos dos documentos apresentados possibilitam perceber tensões entre o padre Pedro, o bispo e os poderes locais, que envolveu as comunidades cristãs. A ação de D. Edgar Gouvêa em relação aos padres italianos gerou repercussão em meios de comunicação da região e da capital do estado. A notícia do jornal *Vereda*, de circulação regional, traz a seguinte notícia:

Dia 30 de julho próximo passado não foi um dia feliz para a comunidade de Irecê. Neste dia, os padres Pedro Luiz Ghirelli e Antônio Davoli, cumprindo determinação de D. Edgar Caricio de Gouvêa, bispo de Irecê, foram embora da cidade. Este fato não foi uma simples transferência de religiosos. Foi o desfecho de um conflito inconciliável entre visões antagônicas de se conduzir o trabalho pastoral.<sup>30</sup>

A notícia se refere ao episódio da “expulsão” de religiosos como desfecho de um conflito entre pastorais distintas, fato que ajuda a pensar a comoção social que a saída dos padres causou naquela região. Muitos padres que atuavam em uma pastoral voltada para as causas populares, assim como padre Pedro e Antonio, tiveram suas ações polí-

<sup>28</sup> FILHO, Armando Paraguassú. O caso de Irecê. Testemunho escrito pelo advogado do Grupo de Jovens Unidos no Galileu. Out., 1985, p. 6.

<sup>29</sup> Carta aberta à comunidade cristã de Irecê. Escrita pelo JUG- Jovens Unidos no Galileu. Out. 1985. In: Arquivo Pessoal.

<sup>30</sup> *Padres “expulsos” de Irecê*. Jornal Vereda. Ano I-nº 2- Agosto/setembro, 1985. Pág. 3.





ticas interrompidas por precisarem obedecer à cúpula hierárquica das dioceses que estavam vinculados. (MENEZES NETO, 2007, p. 339-340). As fontes até então mapeadas e parcialmente analisadas possibilita uma análise da Igreja Católica como uma instituição marcada pela heterogeneidade e atravessada por conflitos internos. No caso do contexto analisado, percebe-se que existia uma legitimação da ditadura militar por parte dos poderes locais, favorecendo as acirradas tensões entre padre Pedro e os poderes locais.

Diante de todas as questões apresentadas, fica evidente que um estudo da trajetória de padre Pedro no sertão da Bahia possibilitará, além de entender aspectos da sua vida, uma compreensão acerca dos aspectos do sertão da Bahia naquele contexto. O objetivo não é pensar um indivíduo por ele mesmo, mas relacionar a história individual com aspectos da sociedade e/ou grupo social no qual está inserido (SCHIMIDT, 2012 p. 192-193).

Bourdieu chamou atenção para a ilusão biográfica, que constrói uma lógica de permanência na vida de um sujeito, mas a vida é bem mais complexa do que supomos. Devemos levar em conta os desencontros, deslocamentos no espaço social, oportunidades que permitem aos indivíduos estarem sempre em movimento, longe de uma constância. Por isso, é importante atentar às mudanças e diferenças existentes em cada episódio da vida de um ser social, ocasionadas pelas relações vividas, assim como às diferenças entre cada estação do metrô apontado por Bourdier (BOURDIEU, 1998, p. 189-190). Giovanni Levi argumenta que “uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica” (LEVI, 1996, p. 176).

Portanto, a partir da trajetória de Pedro podemos pensar em que medida essas especificidades regionais – a pobreza, o domínio do poder local sobre as pessoas, elementos culturais – impactaram a trajetória do padre, e como ela pode contribuir para o entendimento da dinâmica



política do sertão da Bahia e de uma face da ditadura (a relação com o poder local).

## FONTES

*A Corrente*, 29 abr.1985. Nº 53. Paróquia São Domingos- Irecê/BA.

FIGUEIREDO, Antônio Régie Evaristo de. Antônio Régie Evaristo de Figueiredo: depoimento I [mar. 2013]. Entrevistadora: Larissa Godinho Martins dos Santos. São Gabriel- Ba, 2013. 1 arquivo mp3 (20 min.). Entrevista concedida para pesquisa histórica.

GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli.76 anos: [JUL.2018]. Entrevistadora: Larissa Godinho. Bahia: São Gabriel, 2018. Áudio mp3. Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.

GHIRELLI, Pier Luigi. Pier Luigi Ghirelli: depoimento I [jan. 2017]. Entrevistadora: Larissa Godinho Martins dos Santos. Itália/Brasil; Feira de Santana, 2017. 1 arquivo via Correio eletrônico. Entrevista concedida para pesquisa histórica.

50 Anni di Cammino insieme La Chiesa Reggiana in Bahia – Brasile. Ed. CMD - Centro Missionario Diocesano Reggio Emilia- Gguastalla.2015.

GOUVÊA, Edgar Caricio. Carta à Dom Amedeo Vascondio. Jan., 1985. In: Arquivo Pessoal.

GOUVÊA, Edgar Caricio. Carta ao Diretor do centro missionário diocesano e responsável pelas missões diocesanas no exterior, Amedeo Vacondio. Mai., 1985. In: Arquivo Pessoal.

GOUVÊA, Edgar Caricio. Carta ao bispo reggiano, Gilberto Baroni. Nov., 1983. In: Arquivo Pessoal.

VIAN, Itamar N. Carta do bispo da diocese de Barra para a comunidade cristã de Irecê, CNBB, Nuncio, D. Avelar Brandão Vilela e para Dom Edgar Carício de Gouvêa, repudiando as atitudes do bispo, entre elas a expulsão dos padres italianos e sua estreita relação com políticos locais. Jul., 1985. In: Arquivo Pessoal.

FILHO, Armando Paraguassú. O caso de Irecê. Testemunho escrito pelo advogado do Grupo de Jovens Unidos no Galileu. Out., 1985.

PADRES “expulsos” de Irecê. *Jornal Vereda*. Ano I-nº 2- Agosto/setembro, 1985. p. 3.

*Bispo proíbe jovens de realizar reuniões*. Tribuna da Bahia.. Salvador, 29 de outubro, 1985, pág. 9.



## REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos Roberto Cunha. **O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964**. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 2010, p. 24 e 25.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004, p.29-60.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 136-139.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina / Michael Löwy. – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo**: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Caderno CRH, vol. 20, núm. 50, mayo-agosto, 2007, p. 331-341 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**/Antonio Torres Montenegro.- São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **A APAEB/Valente e os “Sisaleiros”: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Programa de pós-graduação em História. Santo Antonio de Jesus, Bahia-Brasil, 2014.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **A APAEB/Valente e os “Sisaleiros”: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)**. Bahia, 2014.

NERIS, Wheriston Silva. SEID, Ernesto. **Redes transnacionais católicas e os padres Fidei Donum no Maranhão (1960-1980)**. História Unisinos. Vol. 19 N° 2 - maio/agosto de 2015.

SERAFIM, Adriana da Silva. A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. Seropédica, Rio de Janeiro -Brasil. 2013.

TAVARES, Ruth de Fátima Oliveira. Freis franciscanos sob a ditadura civil-militar brasileira - Pires do Rio, Goiás (1964-1985). **OP SIS, Catalão**, v. 12, n. 1, p. 249-268 - jan./jun. 2012.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Diálogo, modernização e conflito**: uma biografia do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Brasil, 2018.



# NAS ESCRITAS DE SI E DAS MOBILIDADES: MEMÓRIA SOCIAL E TRAJETÓRIAS DE CEARENSES PARA SÃO PAULO

 Vilarin Barbosa Barros<sup>1</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

(...) não estou com saúde mais estou vivendo trabalhando todos os dias, e dezeijo que esta va nus encontra gozando saúde. Sim mano você manda pergunta se eu já esquesie de você? Que é qui e isso! Eu quando sai daí não falei que mandava dinheiro mais só depois de julho depois q ajudase ao papai colher a safra, rapais você não ajuda o papai que é qui e isso A turma diz que você só trabalha de manhã até ao meio dia, porra ajuda o papai você não via quando nós trabalha junto de manhã e de tarde.<sup>2</sup> (carta data-da de 19 jun. 1977)

**A**s missivas não apenas podem registrar processos de deslocamentos e afastamentos, como são produtos desses fenômenos migratórios, e, acabam por documentar os lugares de partida e de destino des-

<sup>1</sup> Professor de História na Universidade Estadual do Ceará - UECE, campus de Quixadá – CE. Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: vilarin.barros@uece.br

<sup>2</sup> Trecho de uma carta enviada de São Paulo para Quixadá-CE; doada à pesquisa por D. Oscarina Soares em Quixadá. Preservamos a escrita em sua forma, inclusive, com os erros ortográficos, pois entendemos que isso diz também um lugar social e relação desses sujeitos no e com o mundo.



ses sujeitos: “estou vivendo trabalhando”, afirma o correspondente ao falar de seu dia-a-dia na cidade de São Paulo. No mesmo fragmento de texto supracitado, ao pensar e tecer lições de vida ao irmão mais novo, o missivista recorda um momento antes de emigrar e sua relação com os familiares, dizendo que ajudava o seu pai e trabalhava “junto de manhã e de tarde”. O tom narrativo não parece ser tão amistoso, mas de cobranças recíprocas (manda o “dinheiro”; colhe “a safra”), marcado por tensões, conflitos, consensos e dissensos estabelecidos nas experiências históricas, evidenciadas com a emigração. O ritmo da narrativa, que às vezes parece atropelar palavras quando omite algumas letras, traz também uma marca da oralidade na cultura escrita (ONG, 1998).

O presente trabalho tem como objeto de estudo a memória social de migrantes cearenses através das escrituras pessoais (GÓMEZ, 2003). Segundo James Fentress e Chris Wickham (1992), podemos em princípio, perceber a questão da memória social sendo uma “expressão da experiência coletiva” (p. 41). Esta proposta possibilita captar sociabilidades, sensibilidades e afetividades que marcam o deslocamento desses sujeitos e se fazem presentes nos rastros deixados na estrada da vida (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Até o momento temos centenas de cartas de migrantes cearenses, produzidas no período de 1972 a 2009; eis o nosso recorte temporal.

Através da análise das fontes pensamos como foram configuradas as “relações tornadas vulneráveis em razão da longa distância e do tempo de separação” (MATOS; TRUZZI, 2015, p. 257). Como marca da emigração, a sensação de ausência (SAYAD, 1998; SAYAD, 2000) se fez presente, bem como os esforços para superar as distâncias. Por esse viés, a pesquisa possibilita um estudo dos afetos e sensibilidades configuradas na dinâmica das experiências históricas dos deslocamentos.

É verdade também que para pessoas de baixo letramento, como os sujeitos de nossa pesquisa, a escrita de cartas se configura como um grande desafio, mas também um meio de reconstituir os fios, as ligações sociais das relações cotidianas partidas com os sujeitos tornados



emigrantes/imigrantes. Semelhante às correspondências pesquisadas por Izilda Matos e Oswaldo Truzzi (2015), a maioria desses documentos apresentam muitos erros de ortografia, dificuldades e inexistência de pontuação, usos aleatórios de maiúsculas e minúsculas denotando “conhecimentos escassos da cultura letrada e esforço mental e físico na escritura” (p. 258); evidencia-se ainda a necessidade de comunicação e as cartas como produto dos distanciamentos estabelecidos, momentaneamente, entre os sujeitos.

Ao trabalharmos com a memória social de migrantes cearenses, através das escrituras pessoais, poderemos não apenas analisar “sistemas normativos” (LEVI, 2006, p. 179), mas também, a construção de outras normas, os desvios de modelos, as escolhas dos sujeitos, suas reivindicações identitárias, por ventura detectada nas escrituras pessoais, e suas posições adotadas, retratadas, tramadas e em um constante processo de subjetivação de tais indivíduos. Mediante tais levantamentos é possível à pesquisa evidenciar múltiplas facetas de uma migração, extrapolando as tradicionais pesquisas que centram suas explicações em fatores econômicos de expulsão/atração. Aliás, de acordo com Oswaldo Truzzi (2008):

(...) a perspectiva de analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos (e, portanto, como tomadores de decisões que potencialmente maximizarão sua situação econômica), mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico. (p. 208-209)

A pesquisa estuda as formas pelas quais os migrantes constituíram seus modos de viver, percebidos inicialmente através de cartas, ou seja, atentando para a constituição das redes de relações sociais em processos migratórios.

A perspectiva de redes tenta explicar como são forjadas as relações sociais. Aplicadas aos fenômenos migratórios, aposta-se que



as redes fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um INSTRUMENTO valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos (TRUZZI, 2008, p. 208).

Aliás, possíveis de serem estudados através dos enfrentamentos cotidianos, de seus afetos e desafetos constituídos, bem como, engendrados em meio a apropriações vividas em relações de poder; ou ainda, nos permite pensar subjetividades e estruturas objetivas em processos de migração, formas de trabalho, vidas de sujeitos em trânsito, situados entre a cidade de partida e a de destino dos missivistas de origem campesina que vivenciaram a experiência do deslocamento (MATOS, 2012).

Atualmente estamos reconfigurando nosso estudo e análises sobre as mobilidades, principalmente, depois de ampliarmos o cabedal de fontes e o diálogo com a historiografia. Ao inventariarmos os escritos pessoais evitamos o descarte desses registros e o silenciamento de sujeitos históricos em suas práticas cotidianas; preservamos memórias e discutimos relações de poder; bem como intensificamos nossas reflexões sobre “como fazer” essa pesquisa.

## PROBLEMATIZANDO A PESQUISA

(...) aqui fica sua mamãe e papai com o rádio aberto ouvindo de baixo dos caracóis da até para você esta música até foi interessante não foi? Nada mais de sua mamai<sup>3</sup> (carta datada de 25 dez. 1976)

<sup>3</sup> Trecho de uma carta doada à pesquisa por Margor-Marly (pseudônimo retirado de uma correspondência de 1974 que foi destinada a sua pessoa). Acordamos com a colaboradora esse pseudônimo, quando nos concedeu uma entrevista em sua casa localizada no Distrito de Custódio, Quixadá-CE, em 11 de abril de 2009, visando preservar sua identidade. Haja vista, as cartas doadas para a pesquisa contem histórias, as vezes íntimas, de pessoas ainda vivas. A missiva foi enviada para sua pessoa, tendo sua mãe como remetente, endereçada do Distrito de Custódio para São Paulo; onde morava Margor-Marly.



O ecoar da canção pelas ondas do rádio ajudou a constituir outras tramas, às vezes com certa distância da história pensada pelo compositor, e fez significar outros contextos vividos e que dizem respeito, inclusive, a história de migrantes cearenses. Aliás, a referida correspondência de 25 de dezembro de 1976, onde uma mãe, ao tempo em que escutava a rádio, escrevia uma carta para sua filha, sentindo-a em um mundo distante talvez, por certo morando em São Paulo. Na carta a autora menciona a canção “Debaixo dos caracóis de seus cabelos”<sup>4</sup>, que pareceu atravessá-la em seus sentidos, em sua percepção, no momento em que tocava e fazia sucesso na rádio chegando ao pequeno distrito de Custódio, pertencente ao município de Quixadá-CE<sup>5</sup>. A correspondente informava que estava sintonizada, com “o rádio aberto” e depois de escrever sendo agradada pela canção, comenta a suposta coincidência e desejo de oferecê-la a filha: “da até para você (..) até foi interessante não foi?” (carta datada de 25 dez. 1976).

De fato, a forma como foi consumida a canção e, especialmente, a prática da escrita epistolar nos chama atenção, pois extrapola a homenagem feita pelos referidos compositores ao amigo<sup>6</sup> e é consumida, acessada e apropriada por sujeitos que se travestem de protagonistas da canção e podem muito bem nos contar sobre outros espaços e tempos. Vale dizer ainda que existe uma forma de comunicação peculiar encontrada nas escrituras de populares, pois esses sujeitos recorrem à música, mas às vezes, pela pouca afinidade com a cultura escrita, também a ditos populares, a provérbios, ou mesmo, a manuais epistolares<sup>7</sup> usados de forma instrumental. Considerando a singularidade de tais fontes, a

<sup>4</sup> A canção “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos” de Roberto Carlos e Erasmo Carlos foi lançada no ano de 1971.

<sup>5</sup> Município situado no sertão central cearense.

<sup>6</sup> Referimo-nos a Caetano Veloso, homenageado da canção. Esta se deveu ao período em que se encontrava em Londres exilado depois de ser deportado pelo governo ditatorial do Brasil.

<sup>7</sup> Encontramos, inclusive, de posse de alguns missivistas referências a manuais de cartas publicados nas décadas de 1960; 1970; 1980 e 1990.





problemática a ser pesquisada passa pela compreensão da constituição de uma memória social elaborada por migrantes cearenses em São Paulo, investigada, principalmente, através de suas cartas.

Segundo James Fentress e Chris Wickham (1992), podemos em princípio, perceber a questão da memória social como expressão de experiências coletivas, e dessa forma, ela identifica grupos e indivíduos que conferem sentidos, normatizando suas vidas devidamente marcadas por deslocamentos. Assim, através de correspondências doadas à pesquisa, atentaremos para uma trama social envolvendo a memória de indivíduos que vivenciaram coletivamente a experiência da migração. E mais, estamos transitando no terreno onde se desenvolvem os estudos das chamadas escrituras populares e nesse cenário teremos como fonte principal as escrituras pessoais, ou seja, “aquéllas que emanan del deseo de articular la memoria de uno mismo (o de la familia) de estrechar el vínculo con la comunidad de pertencia o de ir configurando la propia identidade” (GÓMEZ, 2003, p. 13).

A questão central que formulamos foi: como a memória social foi construída pelos que se correspondem no contexto de deslocamento dos migrantes cearenses? Apesar da pergunta ser generalizada, entendemos veementemente que as respostas possíveis serão múltiplas em suas versões (LEVI, 2009).

No tocante ao emprego do termo “populares”, usado no plural para situarmos o estudo das escrituras pessoais, este tem plena validade quando se trata de denominar as atividades de cultura escrita produzidas por sujeitos que não são profissionais da escrita em nenhuma das possibilidades que eles poderiam adotar, qual seja: oficial-administrativa, acadêmica, ou propriamente literária. Na verdade, são indivíduos que se aproximam do mundo escrito por razões estritamente pessoais, marcados pelo desejo de estar perto, de se fazerem presentes na vida de pessoas amadas, sujeitos que se distinguem por sua condição social, não afinados às normas do mundo das letras, pessoas para quem a comunicação escrita representa uma atividade e não uma função, que



compartilham uma certa proximidade social e uma similar experiência escolar, muitas vezes, semialfabetizados (GÓMEZ, 2003), comumente oriundos de famílias em que os pais foram expressivamente familiarizados à vida no campo e que tiveram em sua juventude a agricultura como principal atividade subsistência.

Enfim, os sujeitos da pesquisa são pessoas comuns, “populares” (MATOS, 2013, p.1), com pouca escolaridade, não habituados às regras da cultura escrita, como podemos perceber ao longo de suas escrituras pessoais, que vivenciaram na relação estabelecida com colegas, pessoas amadas e familiares, a experiência da migração, do deslocamento, e se debruçaram nesse contexto sobre a necessidade de escrever, de sua forma, com sua prática e fazendo uso da norma (GASTAUD, 2009, p. 14). As escrituras pessoais, segundo Izilda Matos (2013): “explicitam experiências múltiplas, excepcionais, aventuras pessoais, referências à vida cotidiana, privada e questões de ordem subjetiva” (p. 2).

Quanto ao recorte temporal proposto na pesquisa, que trabalha com memória, constatamos que ele vai desde uma época em que era comum o uso do rádio como vínculo mais direto de comunicação nas pequenas cidades do interior cearense nos anos 1970, onde os casais declaravam seus sentimentos em ofertas musicais (MUSTAFÁ, 2009), até a popularização da internet como meio de comunicação direta no decorrer da primeira década do século XXI: “Me escrevam Meu I-mail ORKUT e MSN”<sup>8</sup> (carta datada de 3 fev. 2007). Nesse sentido, a variedade de correspondências desses sujeitos podem se tornar um expressivo tesouro para pesquisadores, possibilitando análises de histórias passadas e presentes; e ainda, pensar o estabelecimento de redes de relações; o entendimento sobre como esses sujeitos significaram os espaços e territorializaram seu cotidiano; a compreensão acerca de quais memórias carregaram consigo e que lhes permitiram a constituição de territórios e de sentimentos de pertença e de fronteira (PAES, 2009)

---

<sup>8</sup> Trecho de uma carta doada à pesquisa por Gilberto Gilvan.



O estudo das escrituras de populares permite-nos ainda realizar observações de difíceis aspectos, como: “táticas de sobrevivências, ascensão social, dificuldades do cotidiano no campo e na cidade, relações afetivas e sensibilidades, adentrando pelo universo das subjetividades” (MATOS, 2013, p. 4).

Nas missivas encontramos fatos narrados sobre os migrantes quando se encontravam fora de sua terra natal ou retornados e também histórias de amores. Somos informados sobre encontros, tratos e destratos acontecidos com esses sujeitos andantes. As cartas ainda relatam sobre conquistas e dissabores, que se fizeram presente na vida dos migrantes cearenses. Elas podem, inclusive, ser discutidas em suas formas, como por exemplo: emprego desordenado do papel e escolarizações distintas dos que se correspondem, a oralidade nos escritos e em seus próprios modelos textuais (MATOS, 2013).

Quanto à delimitação espacial em nossa pesquisa, pensando o estudo da memória social e o trabalho com afetividades e sensibilidades através das correspondências de migrantes, atentamos ao espaço percebido, imaginado, ou ainda representado pelos missivistas, que não pode ser indiferente e mesmo “entregue a mensuração e a reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação” (BACHELARD, 1993, p. 19). E mais, como falamos de deslocamento, um espaço em trânsito, lugar praticado e de “certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram” (CERTEAU, 1994, p. 202), situado entre a cidade de origem e a de destino dos missivistas, apresentado e representado, semelhante à “Veneza” de Marco Polo (CALVINO, 1990, p. 82), por contraste, em um constante construto identitário, através de memórias, e especialmente, no tocante aos migrantes cearenses, configurado a partir dos escritos das mobilidades (GÓMEZ, 2011).

Assim, partindo das escrituras pessoais, podemos rastrear outros indícios, como: canções, provérbios, orações (que já aparecem nesses escritos); trabalhar com entrevistas e imagens de sujeitos e cidades, mo-



delos de cartas e de condutas, etc. (fontes essas já encontradas); bem como analisar a memória social através dessas múltiplas vozes, entrecruzando-as, atentando, inclusive, para os protagonismos desses cearenses em contextos de migração entre os anos de 1972-2009.

Dito isso, destaca-se que os caminhos da pesquisa objetiva compreender a constituição da memória social de migrantes cearenses a partir do estudo de acervos de populares, capitando sensibilidades, sociabilidades e afetividades, especificamente, através das escrituras populares.

## TRATAMENTO METODOLÓGICO

Que essa cartinha encontre você mais tranquila e conformada pela minha partida. Fiz uma boa viagem, apesar do sacolejar do ônibus que não chegava nunca. Aqui em São Paulo é tudo muito doido, mas é o progresso. Eu já tou me acostumando e já tou na guerra por dias melhores. (“CARTA DO RAPAZ QUE VEIO DO NORDESTE”, 1994).

Antes de falarmos da citação acima, pensemos um pouco mais sobre a construção da “paulistaneidade” (MATOS, 2007, p. 71), nos voltamos, por um instante, a 1954. Foi nesse ano em que se comemorou em São Paulo o seu IV Centenário, assim, além das divulgações feitas pelos meios de comunicação na capital e fora, em outros Estados, a programação foi recheada de produtos que celebravam seus quatrocentos anos. Dentre os artefatos produzidos, encontravam-se chaveiros e recipientes como pratos marcados por símbolos oficiais, como o brasão da cidade, por exemplo, que registrava as ideias de um tempo e procurava solidificar para a posteridade os elementos que identificariam, de forma expressiva, São Paulo. No brasão da cidade, uma frase – “Non ducor, duco”, que significava: não sou conduzido, conduzo (MATOS, 2007, p. 79). A construção da imagem de São Paulo como um mundo acelerado e moderno, intimamente relacionado ao próprio estilo de vida que se



levava nessa cidade, de viver alucinante e trabalho árduo, que jamais pode parar (MATOS, 2007), vai sendo difundido pelos meios de comunicação, generalizando sua imagem como lugar de “progresso” a partir dos anos 1950 (PAES, 2009).

Agora sim, voltemos ao fragmento de texto com o qual iniciamos este tópico. Ele fala de um mundo distante e vida agitada; de imigração, estranhamento, deslocamento e escritura das mobilidades; fala de cidade moderna e São Paulo como sendo esse símbolo, e afirma: “tudo muito doido, mas é o progresso”. Conteúdo de texto apresentado já bem distante dos anos 1950, publicado em sua primeira edição em 1994. De fato, isso não é uma carta! Estamos lidando com um modelo de missiva: “Carta do rapaz que veio do nordeste”, extraído de um manual epistolar intitulado: “As melhores cartas de amor: receitas infalíveis”, que compõe também o corpo documental da presente pesquisa.

No tocante aos manuais epistolares, Verónica Blás (2003), salienta que o estudo de cartas e das normas que as regulam tem se baseado tanto na análise das diferentes formas de produção, usos e de sua conservação, como também nas distintas estratégias de dominação simbólica, nas práticas de apropriação e difusão que as determinam e caracterizam. Nesse sentido, a autora especifica que:

Los manuales de correspondencia, en cuanto libros que difunden las normas de la escritura epistolar y sirven como apoyo indiscutible para el aprendizaje e interiorización de las mismas, han de ser el punto de partida para comprender cuándo, cómo, quién, por qué y para qué se escribían las cartas y hasta qué punto la teoría se corresponde o no con la práctica. (BLÁS, 2003, p. 16)

Os manuais além de difundirem normas de escritas, pretendem ordenar relações e práticas sociais, talvez mesmo, constituir modelos de condutas. Mas, e quanto às cartas? Permitam-nos voltar a falar sobre elas, depois retornaremos aos manuais de correspondências. Segundo Izilda Matos e Oswaldo Truzzi:



As correspondências dos e/imigrantes adquiriram interesse para os estudiosos, possibilitando ao pesquisador penetrar numa área invisível que tornou possível observar novos projetos, sucessos, problemas financeiros, táticas de sobrevivência, ascensão social, dificuldades do cotidiano no campo e na cidade, relações afetivas, subjetividades e sensibilidades (sofrimento e angústias, alegrias e frustrações). (MATOS; TRUZZI, 2015. p. 259)

Assim, através desses vestígios deixados na estrada da vida, é possível vasculharmos as bagagens de sujeitos que acumularam experiências com a migração. E, neste trabalho, pensamos modos possíveis de se fazer uma pesquisa tecida em forma de um mosaico de colchas em retalhos (PORTELLI, 1997), onde seus pedaços possam ser comparados, contrastados e justapostos, tratando assim, possivelmente, de elementos desconhecidos de um evento conhecido como a migração. Ou seja, partindo das cartas chegamos a acessar canções, provérbios, ditos populares, manuais epistolares e as falas dos protagonistas de nossa pesquisa, podendo assim, nos permitir estudar e tecer uma trama de relações em redes, conectadas e constituidoras de estruturas sociais, de contextos às vezes conflituosos, onde bem podem emergir uma ambiência configurada na memória social dos migrantes cearenses.

Como fonte principal, ponto de partida, usamos as escrituras de populares, e de maneira mais ampla, trabalhamos com o que Izilda Matos (2013) denominaria de escritos privados, como por exemplo, cartas de amor, diário, cartões de felicitações, orações escritas em cadernos pessoais, mensagens curtas encontradas em cartões de visitas e fotografias. Estas, por sua vez, serão utilizadas, principalmente valorizando o ato de seleção e recordação dos colaboradores sobre as imagens fotografadas. Ao utilizarmos tais fontes em nossa pesquisa atentaremos para o fato de que a fotografia “também desperta sentimentos de medo, angustia, paixão e encontro. Reúne e separa homens e mulheres, informa e celebra, reedita e produz comportamentos e valores” (BORGES,



2005, p. 37). Assim, estamos atentos para questões tais como: que valores os colaboradores irão lembrar através dessas imagens?

Para pensarmos a constituição da memória social ao estudarmos nosso objeto, contamos com: mais de 20 entrevistas já transcritas, realizadas com alguns dos sujeitos de nossa pesquisa. No entanto, sabemos que as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Neste sentido, podemos comparar e contrastar as narrativas das entrevistas com as das cartas, pensando múltiplas temporalidades e reedições de afetividades e sensibilidades nas histórias de migrantes, ao trabalharmos com registros de memórias. Aliás, a realização de novas entrevistas com alguns missivistas partindo da leitura de cartas, poderá potencializar as lembranças de nossos sujeitos e revelar não só “o que faz a história oral diferente” (PORTELLI, 1997), mas também, versões e sentidos diversos dados às experiências vividas pelos cearenses, bem como, possibilitar a compreensão da seleção de suas recordações, de seus silêncios e esquecimentos (POLLAK, 1989).

Com as entrevistas recorreremos à história oral como metodologia para potencializar as narrativas e memórias dos migrantes partindo dos registros contidos nos seus arquivos pessoais. Aliás, conforme Giselle Venancio (2001): “o arquivo pessoal é sempre organizado para anunciar e criar um pensamento, uma reflexão, uma história” (VENANCIO, 2001, p. 26). Assim, as entrevistas com os migrantes poderão nos possibilitar acessar versões de uma história ao recorrermos aos “presentes de papel” (VENANCIO, 2001).

Ainda, outro material que compõe nosso apanhado de fontes é um audiovisual<sup>9</sup>. Nesse material existem cenas do cotidiano em São Paulo, com

<sup>9</sup> O audiovisual foi gravado no ano de 1991 por migrantes cearenses que moravam em São Paulo. Tivemos acesso a tal registro no ano de 2008. Em 1991, quando de férias em sua terra natal, alguns migrantes trouxeram na bagagem, gravações de momentos festivos, e também, mensagens de alguns amigos proferidas aos seus familiares que estavam no distrito de Custódio, Quixadá-Ce. Ao chegar neste distrito, além de mostrar o material que tinham em mãos,



cearenses vivendo um momento festivo, e gravações de mensagens desses indivíduos proferidas a familiares que estavam em Quixadá-CE, além de imagens e mensagens enviadas aos conterrâneos que moravam em São Paulo. Conforme Dácia Silva, os relatos audiovisuais permitem “outras formas de comunicação e expressão, para além do texto verbal, como por exemplo, a troca de olhares entre o entrevistador e os entrevistados” (SILVA, 2003, p. 70). No caso específico, deste material de que dispomos, vale lembrar que existiram vários entrevistados e entrevistadores, e todos estes, eram migrantes que contribuíram para a sua construção.

Mas, e quanto ao trabalho com os manuais epistolares? Voltemos a eles. Em síntese, podemos dizer que encontramos um total de sete manuais epistolares, um primeiro foi acessado depois de nos depararmos com uma folha dele destacada em meio a um conjunto de cartas doadas à pesquisa. O manual tem por título: “Modelos de Cartas de Amor: Mais de 150 modelos para noivos e namorados”, de Dora Maria. Para que tenhamos uma maior dimensão dos diversos modelos de correspondências referidos no livro acima, que circulou entre alguns missivistas cearenses entre os anos de 1970 e 1980, podemos destacar parte de seu sumário:

Declaração de rapaz pobre a moça de posses; Declaração de rapaz rico a moça pobre; Recusa, por diferença de idade; Renunciando e revelando segredo; Despedida, por motivo de indiferença da outra parte; Carta de saudade; Reclamando notícias; Carta de um namorado ausente; Destruindo preconceitos e aconselhando; Carta de uma esposa à rival; Carta de uma jovem pedindo perdão aos pais; Enviando mensagem de natal; Carta de um namorado residente em país estrangeiro.

---

realizaram outras filmagens de paisagens desse lugar e colheram alguns depoimentos de conterrâneos com o propósito de retornar com essas imagens e falas para a cidade paulista. Tal material de mais de 90 minutos de gravação, que hoje faz parte do acervo pessoal do autor, também é um registro que pode nos ajudar no estudo de nosso objeto.





Dora Maria, autora do referido manual epistolar, em sua edição de 1965, salienta a importância do livro na resenha, destacando que: “estas cartas não vão aqui para serem copiadas”; obviamente, isso nos levou a suspeitar do uso instrumental dos manuais feito pelos populares. Entre os modelos destacamos um do referido livro:

Bem-amada. Quero falar-lhe e não sei o que lhe diga em meu degrêdo! Que me sinto acorrentado às horas, como prisioneiro infeliz (...) Que a vida para mim é vazia e sem sentido, como um fantasma errante...? Que essa distância, tirando-a de mim, é um martírio tremendo, ao qual por quanto tempo resistirei...?. [MODELO: CARTA DE SAUDADE]

Sabemos que a popularização de manuais epistolares, conforme Veronica Blás (2003), aconteceu fortemente na contemporaneidade e dentre as necessidades destacam-se a de regularizar a escritura de carta, mas também, de controle das transgressões das normas sociais. Aliás, um dos manuais de Dora Maria é intitulado: “Aprenda as Boas Maneiras”, e destaca em seu prefácio: “Este livro não se destina a alta sociedade. É um livrinho genuinamente popular”. Em um primeiro momento nos parece que os populares foram influenciados por esses livros nas escritas de suas cartas, inclusive os migrantes cearenses, em algumas formas de começar a escrever, no que abordar e como dizer.

Mas, antes mesmo de finalizar o item do projeto, suspeitemos, como exercício de imaginação, que estejamos diante “Do passado submerso” (NEVES, 2008), então, “não se afobe não/ Que nada é pra já”<sup>10</sup>, na verdade: “Tudo aqui é diferente da nossa Quixadá. É tudo na correria enquanto aí é tudo no sossego. Mas eu tinha que vir, e estou feliz por ter vindo. O estímulo que você me deu me encoraja para batalhar nessa terra. (...) Do seu xodó, Severino”. (Modelo de: CARTA DO RAPAZ QUE VEIO DO NORDESTE). Sim, isso não é uma carta. É um texto extraído de um

<sup>10</sup> Canção “Futuros amantes”, de Chico Buarque, lançada em 1993.



manual epistolar: “As melhores cartas de amor: receitas infalíveis”, que fala de um rapaz que veio do nordeste, menciona Quixadá, e é escrito por um jornalista e quadrinista nipo-brasileiro, de nome Minami Keizi, publicado em 1994. Em que medida esses modelos de escrita foram também influenciados em sua produção, em seu formato e conteúdo pelo contexto migratório envolvendo os cearenses? Tenhamos calma em responder, estamos tratando de como fazer, e semelhante à canção, buscaremos decifrar o “eco de antigas palavras/ Fragmentos de cartas, poemas/ Mentiras, retratos/ Vestígios de estranha civilização”<sup>11</sup>. Enfim, a partir de escrituras pessoais e modelos de cartas encontradas com os nossos colaboradores, entre múltiplas vozes e algumas imagens, em meio a um significativo conjunto de fontes apresentadas no presente projeto de uma pesquisa em andamento, acreditamos na viabilidade dessa proposta.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- BLÁS, Verónica Sierra. **La guerra en el tinteiro: Manuales epistolares para soldados**. Pliegos de Bibliofilia, 21, 2003.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2 edição, 2005.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa, Editora Teorema, 1992.

---

<sup>11</sup> Idem.



GASTAUD, Carla Rodrigues. **De correspondências e correspondentes:** cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950. Porto Alegre, 2009. 246f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GÓMEZ, Antonio Castillo (et.al.). **Escritas das mobilidades.** Funchal (Portugal): Centro de Estudos de História do Atlântico. 2011. 837 p. Colección Debates.

\_\_\_\_\_. **Das Mãos ao arquivo:** a propósito das escritas das pessoas comuns. Percursos, Florianópolis, v.4. n.1, Julho de 2003.

LEVI, Giovanni. O microscópio infinito. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro. Ano 4, n. 41, Fevereiro de 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista.** São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadeias de tinta e elos de papel:** Entre o conhecimento histórico e o diálogo social – questões metodológicas sobre o uso da literatura epistolar nos estudos de e-imigração. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História:** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal- RN. 2013.

\_\_\_\_\_. Deslocamento e escritos: Cartas e correspondências de imigrantes portugueses (1890-1930). **Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP** - Campinas, setembro, 2012.

MATOS, Maria Izilda; TRUZZI, Oswaldo. **Saudades:** sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 70. 2015.

MUSTAFÁ, Izani. Rádio e as inovações tecnológicas em Joinville. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA Nair (org.). **História da mídia sonora:** experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **Do passado submerso:** teoria e história em “Futuros amantes”. In: RAMOS; Régis Lopes; LUCAS, Meize Regina Lucena (Orgs.) Tempo no Plural: história, ensino, diversidade cultural. Fortaleza. Realce, 2008.

PAES, Jurema Mascarenhas. **São Paulo em noite de festa:** experiências culturais dos migrantes nordestinos (1940-1990). Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral:** A pesquisa como um experimento em igualdade. In: O que faz a História Oral diferente. Projeto. História, São Paulo, 14, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho – Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História** 15, Ética e História Oral; São Paulo, 1997.



SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. **O retorno**: elemento constitutivo da condição de imigrante. Travessia. Revista do Migrante, nº especial, janeiro. 2000.

SILVA, Dácia Ibiapina da. **História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas**. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. v.6, n.6, jun, 2003.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da São Paulo, USP, v. 20, n. 1. 2008.

VENANCIO, Gisele Martins. **Presentes de papel**: cultura escrita e a sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n.28, 2001.



# INFORMATIVO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA FAZENDA PEBA: EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1987

 Aline Oliveira da Silva<sup>1</sup>

 José Vieira da Cruz<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A experiência de comunicação popular do *Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba*, está situada no contexto da Nova República, em 1987 – entre o final da ditadura civil-militar e a proclamação da atual Constituição. Naquele momento político a sociedade, em particular os movimentos sociais, na América Latina se ressentia da censura e do controle estatal sob a liberdade de expressão (FICO *et al.*, 2008). Apesar deste horizonte, de ditaduras e de práticas de censura, muitos movimentos sociais do campo e da cidade germinaram e se difundiram em favor da democracia pós década de 1970 (DOIMO, 1995). Na base destes movimentos estava uma teia de estratégias de comunicação popular, alternativa e comunitária (PERUZZO, 2006; OTRE, 2015).

A comunicação popular foi muito utilizada no enfrentamento contra a ditadura civil-militar, como também, nos esforços pela redemo-

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós- graduação em História/UFAL, bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Professor Associado da UFS, membro do PPGH/UFAL e Pós-doc/UFPE.



cratização da sociedade civil. E, dentre as formas de comunicação, ela tinha o objetivo de empoderar as classes populares nas suas constantes estratégias, experiências e atividades de (re)organização, mobilização e ação política, sobretudo, para questionar, denunciar e enfrentar as amarras estabelecidas pela política tradicional e pelo capitalismo (OTRE, 2015, p. 74). Assim, as pesquisas deste campo de conhecimento definem a comunicação popular como estratégias produzidas pelos movimentos sociais para divulgar entre os seus participantes e junto à sociedade: informações, notícias e ideias de interesses políticos em comum, engajados e socialmente referenciados (PERUZZO, 2013, p. 166).

Envolto nesta perspectiva, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), criado em meados da década de 1980 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um presente e bem sucedido exemplo de instrumento de comunicação popular – estruturado para divulgar ideias, discussões, notícias, atividades e mobilizações a favor das pautas dos movimentos sociais do campo (BEZERRA, 2011, p. 264). Em torno desta compreensão, o *Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba*, a partir deste momento referenciado como *Peba*, foi criado pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, junto com ativistas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como instrumento de comunicação popular para divulgar as experiências de resistência da ocupação da Fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, em 1987. Ocupação considerada um dos primeiros marcos históricos da atuação tanto da CEBs quanto do MST junto aos movimentos sociais do campo – no Alto Sertão de Alagoas no contexto da Nova República (SILVA, 2019, p. 28).

A CEBs, em particular, inspiradas nas ideias da Teologia da Libertação, polinizaram as experiências de comunicação popular pelo Brasil – multiplicando, difundindo e ampliando as vozes e estratégias de comunicação em favor de uma proposta teológica libertária e de justiça social para o campo e as cidades (OTRE, 2015, p. 80). Desta forma, a comunicação popular é permeada por distintos e variadas formas,



processos e nuances comunicativos, desde veículos de comunicação dirigida, grupais, impressos, orais, visuais e audiovisuais (REIMBERG, 2009, p. 1).

Em face destes diferentes contextos e formas de utilização, o uso político da comunicação popular é amplo, variado e adaptável aos movimentos sociais. E, por esta razão, também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunicativa e dialógica. Segundo Peruzzo (2006, p. 2), não obstante estas possibilidades de denominações e variações, o que mais caracteriza uma comunicação popular é o seu sentido político, pois trata de assuntos de interesse de marginalizados do e no processo de (re)organização por justiça social, equidade e dignidade humana. Assim, a comunicação popular não se refere apenas a técnicas, mas sobretudo, a processos culturais, políticos e sociais que se articulam em favor das classes populares – diferindo dos meios de comunicação utilizados pela classe dominante (OTRE, 2015, p. 113-215).

Em torno desta reflexão – recorte espacial, político e social –, o *Peba*, representa um importante registro histórico sobre a ocupação, os(as) trabalhadores(as) sem terra e a contraposição de interesses do latifundiário “proprietário” das terras da Fazenda Peba. Observado a relevância deste instrumento de comunicação, este estudo também realizou – por meio do uso metodológico da história oral e com os cuidados sanitários recomendados no contexto da pandemia do COVID-19 –, algumas entrevistas sobre este periódico e a referida ocupação (AMADO; FERREIRA, 1998; ALBERTI, 2008).

Balizado por esta abordagem teórica e metodológica, este estudo articula três momentos interrelacionados. No primeiro, descreve-se a origem da ocupação. No segundo, analisa-se a criação do informativo. E, por fim, no terceiro momento, discute-se os principais temas veiculados no referido informativo de comunicação popular.



## SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO...

O *Peba*, portanto, surgiu frente a arena de conflitos agrários envolvendo os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra e o dito proprietário/latifundiário da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, Alagoas, no Sertão do São Francisco. A origem do conflito, ocorrido em meados de 1986, coincide tanto com a insatisfação quanto com as mobilizações sociais frente a lenta execução das metas estabelecidas para o cumprimento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – assinado pelo então Presidente da República José Sarney de Araújo Costa (1985-1990), como parte do compromisso do Estado Brasileiro com a sociedade civil, no contexto pós-ditadura e dos primeiros anos da Nova República (FERNANDES, 1999, p. 97).

Assim, o conflito agrário em estudo tem sua reminiscência no distrato provocado pelo latifundiário da fazenda em relação aos agricultores(as) que cultivavam suas lavouras nas terras do Peba. Este distrato evoluiu de enfretamentos, atos de violência e disputas judiciais contra os(as) trabalhadores(as) à reorganização destes na experiência de resistência desdobrada na ocupação da fazenda pelos(as) trabalhadores(as)/arrendatários(as) em 1987 – no contexto de debates, disputas e mobilizações em favor da retomada da participação política da sociedade civil, da defesa da reforma agrária e de escrita da futura Constituição Federal.

Neste contexto, segundo a entrevista realizada com Lourdes Santana (2016), freira e membro da paróquia de Delmiro Gouveia, o conflito envolvendo os(as) arrendatários(as) das terras da Fazenda Peba desencadeou a ocupação. Experiência de resistência ocorrida enquanto desdobramento das ameaças deferidas pelo fazendeiro Miguel Gandu Dacach – membro da União Democrática Ruralista (UDR) no Sertão de Alagoas – contra cerca de 66 famílias arrendatárias por volta de setembro de 1986. Nas páginas do *JST*, a referida propriedade possuía próximo de 1.200 hectares, localizados à 6 quilômetros da sede do município de Delmiro Gouveia (*JST*, 1987, p. 6).





A dimensão e forma de utilização da fazenda a enquadrava, conforme os debates sobre a reforma agrária daquele período, como uma propriedade improdutiva – conforme critérios do I PNRA formulados a partir das discussões fomentadas entre 1984-1986. Assim, dois anos antes, em 1984 – diante dos embates, constatação e disputas relacionadas a reforma agrária, ou seja, sobre o uso social da fazenda –, o proprietário do referido latifúndio tomou a iniciativa de arrendar cerca de 500 tarefas de terras, o equivalente a 130 hectares, para 66 famílias da região por um período de três anos (PEBA, 1987, p.1).

Em razão deste acordo, os arrendatários(as)/trabalhadores(as) sem terra que iniciaram o preparo e o plantio de milho, feijão, algodão, batata, abóbora entre outros cultivos, dois anos depois, em 1986, passaram a alça de mira do latifundiário Miguel Gandu Dacach. O referido proprietário desfez o acordo verbal com as famílias, ameaçou de retirá-las a força e sem permitir a colheita descumpriu o acordo. Segundo o *JST*, o latifundiário procurou justificar a expulsão dos(as) arrendatários(as) para usar a terra como pastagens na criação de bovinos (*JST*, 1987, p. 6)

Sob está incontestável situação de ameaça, os(as) arrendatários(as) pediram orientação à Igreja Católica e ao Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Delmiro Gouveia. A este respeito, segundo a narrativa concedida por Santana (2016), tanto o STTR quanto à Igreja auxiliou nas negociações entre os(as) trabalhadores(as) e o latifundiário. Entretanto, a mediação não foi suficiente para evitar o conflito ocorrido por volta de novembro de 1986. Os registros do *JST*, noticiou que o fato dos animais terem devorado os cultivos dos(as) arrendatários(as) não alterou o ânimo de resistência dos(as) trabalhadores(as). Eles permanecerem na terra, exigiram reparação e recusaram a irrisória indenização proposta pelo latifundiário (*JST*, 1987, p. 8.).

A este respeito, a narrativa concedida por Manoel de Aguiar Correia, integrante do STTR do município de Inhapi e tempos depois as-



sentado no Lameirão, também reforça a compreensão dos irrisórios valores – oferecidos sob ameaça – e que não correspondiam ao estimado pelos(as) trabalhadores(as). Frente a este conflito, os sindicatos rurais da região se organizaram e, através do recém criado Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Alagoas, denunciaram o conflito à Secretaria de Segurança Pública (CORREIA, 2020).

Após esta denúncia, uma audiência judicial foi marcada com as partes envolvidas. Segundo o *JST*, a audiência ocorreu em 9 de novembro de 1986, em Maceió, capital de Alagoas. E na mencionada audiência, os(as) trabalhadores(as) – acompanhados(as) por representantes do STTR/Delmiro Gouveia –, não tiveram assessoramento jurídico para defendê-los (*JST*, 1987, p. 8.). Apesar disso, conseguiram que o latifundiário retirasse os bovinos que pastavam nas lavouras. Por conta dessa decisão, as perseguições se intensificaram tanto aos trabalhadores(as) rurais quanto aos movimentos que os apoiavam (CORREIA, 2020).

Diante destas ameaças, algumas famílias com objetivo de ampliar a correlação de forças recorreram ao STTR/Inhapi. Na época, a referida entidade – já associada à CUT, ao MST e à perspectiva do novo sindicalismo rural – era conhecida pelo engajamento no trabalho de defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais (SANTANA, 2016). Após a obtenção destes apoios, membros do STTR/Inhapi e do MST realizaram uma reunião com os(as) arrendatários(as) da Fazenda Peba em novembro de 1986. A partir desta reunião teve início o trabalho de base do referido sindicato e do Movimento aos trabalhadores(as) que estavam sob ameaça. Segundo a narrativa de José Cazuza Ferreira de Oliveira, integrante do STTR/Inhapi e coordenação do MST, entrevistado em 2020, destaca-se também como resultado deste trabalho de acompanhamento a participação do ativista social Luiz Valério da Silva junto às experiências de resistência da ocupação do Peba.

Assim, o trabalho de base junto aos trabalhadores(as) sem terra da região do Alto Sertão de Alagoas – articulado pelas CEBs, pelos STTRs e pelo MST – resultou na experiência de ocupação da Fazenda Peba pelas



famílias que resistiram a tática de expulsão deferidas pelo latifundiário Miguel Gandu Dacach (SILVA, 2013, p. 396). Desta forma, o debate pela reforma agrária, o trabalho de base, o apoio às famílias dos(as) arrendatários(as) ameaçadas e a experiência de resistência da ocupação, resultaram, anos depois, na criação dos assentamentos Peba e Lameirão.

## A CRIAÇÃO DO INFORMATIVO

É sob está atmosfera, de conflitos e de experiências de resistência dos(as) trabalhadores(as) rurais da ocupação da Fazenda Peba, que o *Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba* é criado, em 1987. E, dentre as suas finalidades, o *Peba*, enquanto informativo, tinha o objetivo de defender, difundir e mobilizar os participantes da ocupação, dos movimentos sociais do campo e da sociedade em favor da reforma agrária e dos direitos dos(as) trabalhadores(as) sem terra (JST, 1987, p. 19).

Segundo a narrativa de Maria de Lourdes Barreto, integrante do Movimento de Adolescentes Crianças (MAC) em Delmiro Gouveia e da comissão de formação sindical no Sertão de Alagoas, “os informativos era uma forma que a Forania [ações coordenadas do conjunto de paróquias da região] tinha de registrar tudo, [...] faziam a memória, tanto de cada reunião que fosse da água, das sementes, da terra ou até mesmo as poesias” (BARRETO, 2020). Os registros escritos e fotográficos realizados pelos participantes dos referidos movimentos – sejam as memórias das reuniões, históricos de acontecimentos e/ou atividades desenvolvidas – constituíam a base dos folhetins, informativos e apostilhas distribuídas entre os participantes das CEBs, pastorais, sindicatos, dentro outras experiências, atividades e movimentos sociais do campo no Alto Sertão de Alagoas.

Os informativos, em particular, eram distribuídos, lidos e discutidos nas reuniões, atividades e mobilizações organizadas pelos referidos movimentos e entidades sociais locais, regionais e nacionais. Ainda de acordo com a narrativa de Barreto, as paróquias e os religiosos que



atuavam na região tinham máquinas de datilografia, mimeógrafos e máquinas fotográficas. A partir da junção desses recursos – técnicos e humanos –, eles(as) registravam as discussões das reuniões, sejam as realizadas pelas CEBs ou sejam as de formação sindical, política e sociais. E, dessa forma, fomentavam o trabalho de comunicação popular (BARRETO, 2020).

Neste contexto, o *JST*, já mencionado como veículo de comunicação popular do MST, circulava no Sertão de Alagoas desde 1986. E, em sua edição de maio de 1987, fez menção a circulação do *Peba*. Este registro evidencia a repercussão do mencionado informativo em âmbito local, regional e nacional (*JST*, 1987, p. 19). Um outro objetivo do informativo era a mobilização de apoios aos trabalhadores(as) do campo e da cidade. A respeito, a narrativa José Cazuza Ferreira de Oliveira, já mencionado como integrante do STTR de Inhapi e coordenação do MST, afirma que “nós fizemos justamente [o *Peba*] para começar o trabalho, angariar o apoio material, mais também apoio político” (OLIVEIRA, 2020).

A partir do exame das fontes discutidas podemos presumir que o *Peba* circulou pela região do Sertão de Alagoas nas reuniões das CEBs, dos STTRs tanto da região quanto de estados vizinhos, como também, por espaços políticos fomentados pela CUT e MST. Em relação ao número de edições e da tiragem do referido informativo, não temos evidências suficientes para delimitar sua periodicidade, duração e tiragem. A respeito, sabe-se que seus exemplares eram mimeografados, isto é, reproduzidos em uma espécie de copiadora manual a base de álcool, óleo e/ou tinta. Já em relação as edições do *Peba*, embora existam indício da produção de mais de uma delas, até o momento apenas uma edição foi localizada em posse da companheira do já falecido militante – do STTR de Inhapi, do MST e da ocupação do *Peba* – Luís Valério da Silva (SOARES, 2018).

Pelo exposto, o *Peba*, a exemplo de outros instrumentos de comunicação popular, arado por participantes de movimentos sociais do cam-



po e das cidades, cumpriu o papel político de contribuir com a experiência de resistência a ele incumbido (PERUZZO, 2004, p. 2). Desta forma, enquanto instrumentos de comunicação popular, os informativos surgiram para suprir a necessidade de expressão dos segmentos da classe trabalhadora na busca por justiça social, direitos e dignidade humana (OTRE, 2015, p. 87). Balizado neste debate, o *Peba* cumpriu a finalidade política de anunciar as propostas de reforma agrária defendidas pelos movimentos sociais do campo e de defender o direito de acesso à terra em Alagoas, no Sertão do São Francisco.

Em torno desta discussão, é preciso registrar também que os movimentos populares no Brasil, assim como na América Latina, usaram distintas estratégias, táticas e experiências na luta para conquistar, ampliar e defender direitos, dentre elas: boletins, informativos, revistas dentre outros instrumentos de comunicação popular (PERUZZO, 2013, p. 166). O *Peba*, portanto, constitui-se em exemplo concreto de um destes instrumentos de comunicação.

### TEMAS ABORDADOS...

Dentre os temas abordados pelo *Peba* figura a denúncia do uso da violência policial, judicial, política e social deferida pelo latifundiário e pelas oligarquias da região contra os arrendatários(as)/ trabalhadores(as) sem terra que tomaram parte da mencionada ocupação. Neste sentido, nas páginas do *JST* e, em particular, do informativo do *Peba*, observa-se evidências de que as oligarquias da região utilizaram diferentes formas de violência para expulsar, coagir e amedrontar os(as) arrendatários(as) e seus familiares das terras em litígio.

Nesta perspectiva, na primeira página da edição localizada do *Peba*, a notícia intitulada “violência e desespero!”, denuncia a violência utilizada para garantir o uso indevido da terra e questiona a exploração dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra. A notícia, por um lado, apresenta às 66 famílias de arrendatários(as) como “vítimas da injustiça e pressiona-



das pela violência de um latifundiário que quer expulsá-los à bala, das 593 tarefas de terras da Fazenda Peba, que ocupam há dois anos”, por outro, descreve o latifundiário, conhecido como Miguel Gandu, como um grileiro, violento que “teve o cuidado de contratar um testa de ferro, o sr. Clóvis, para que este seja o instrumento de sua ação covarde e criminoso”. Assim, o texto deixa claro tanto as ameaças deferidas pelos “pistoleiros, grileiros e latifundiários e polícia” quanto o sentimento dos(as) trabalhadores(as) de resistir e de lutar pelos seus direitos (PEBA, 1987, p. 1).

Segundo o *Peba*, o direito à propriedade privada não pode continuar a justificar o monopólio de uso da terra e a exploração de milhões de trabalhadores(as). O informativo também se posicionou – em letras grafadas em caixa alta –, contra a “FOME, MISÉRIA, FAVELA, FALTA DE ESCOLA, FALTA DE SAÚDE, DESEMPREGO E SALÁRIOS MISERÁVEIS” (PEBA, 1987, p.1).

A partir dos temas abordados pelo o *Peba*, dentre eles: o monopólio da terra e suas consequências, pressupõe-se que os movimentos sociais do campo – articulados com setores progressistas da Igreja Católica junto com as propostas do novo sindicalismo rural –, contribuíam tanto para escrita do *Peba* quanto para a organização das atividades, experiências e movimentos sociais do campo. Experiências e movimentos organizados em contraposição tanto a persistência do patrimonialismo, mandonismo e latifúndio quanto em relação ao avanço do capitalismo sobre os direitos dos(as) trabalhadores(as) sem terra. Neste horizonte, entre as décadas de 1960 e de 1980, a modernização conservadora da agricultura brasileira incorporou tecnologias, máquinas e financiamento à cultivos agrícolas específicos, complexos agroindustriais e latifúndios – beneficiando oligarquias, o capital e ampliando as desigualdades sociais no campo e nas cidades (DELGADO, 2012, p. 19). Desta forma, a modernização conservadora da agricultura agravou a exclusão dos(as) trabalhadores(as) rurais do acesso à terra, ao emprego e à renda (BALSAN, 2006, p. 145).

Outro tema destacado pelo *Peba* foi a insatisfação com o governo. Embora o texto não chegue a especificar de qual esfera de governo – fe-



deral, estadual ou municipal –, presume-se que se referia a todas as esferas. Entretanto, apesar desta compreensão inicial, é nítido que o debate em torno das questões sociais e da reforma agrária não se esgotavam no local nem no regional – mas se configuram como uma questão central para construção de um projeto de soberania e de justiça social de âmbito nacional (MOREIRA, 1986, p. 6.). Frente a esta compreensão, as insatisfações expressas no *Peba* sobre o governo se referiam a instância federal – em particular por conta das críticas a malsucedida a execução do I PNRA e de que os(as) trabalhadores(as) fariam a reforma agrária com as “próprias mãos” (PEBA, 1987, p. 1).

É perceptível também que além de denunciar a violência e injustiça social contra os(as) trabalhadores(as) sem terra, o *Peba* mobilizava, oxigenava e estimulava a resistência dos(as) trabalhadores(as) que estavam ocupando a referida fazenda naquele contexto de 1987. Um contexto marcado pelas mobilizações em favor da plena execução do I PNRA e pelos debates sobre a futura Carta Constitucional de 1988 (PEBA, 1987, p. 1). Horizonte de expectativas políticas que almejavam, por um lado, a quebra de amarras do passado colonial, escravocrata e patrimonialista nacional e, por outro, superar os entreves de um presente histórico perpassado por conflitos e desigualdades sociais (COSTA, 2013, p. 4).

Em outra notícia da referida edição localizada do *Peba*, “Polícia: ‘Posseiro leva é chumbo’”, veiculado com uma imagem de uma arma em punho, o informativo questiona a finalidade das forças policiais e de seu uso para resolver questões sociais – uma máxima infelizmente repetida na história de nosso país. A imagem, o título e o texto, de forma dupla, denunciam e registram uma fotografia de como naquele presente histórico o aparato do Estado continuava a está posto a serviço do latifúndio, das oligarquias e do poder econômico e político contra os(as) trabalhadores. A respeito, o *Peba*, de forma dura, direta e objetiva registrou a posição do delegado municipal à disposição dos interesses do latifundiário Miguel Gandu, na fala, a ele atribuída, que diz, em letras



grafadas em caixa alta, para “TRABALHADORES ELE TEM ‘CHUMBO GROSSO’” (PEBA, 1987, p. 2).

Na sequência, o informativo tece uma crítica ao delegado – enquanto funcionário dos(as) trabalhadores(as) e da sociedade pago com impostos público –, deveria inibir a violência, o crime organizado e garantir a paz social. Entretanto, junta forças contra a luta dos(as) trabalhadores(as) e impede o acesso destes ao uso social da terra. O texto finaliza afirmando que a maior violência sofrida pelos(as) trabalhadores(as) é o impedimento de lutar por melhores condições de sobrevivência (PEBA, 1987, p. 2).

Na página seguinte o *Peba* anunciou a oficialização do conflito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PEBA, 1987, p. 3). Naquele contexto, os processos de desapropriação ainda tinham por base o Estatuto da Terra, publicado no emblemático ano de 1964. Segundo o referido documento, uma área só poderia ser desapropriada se o referido Instituto reconhecesse as terras como área de conflito (COSTA, 2013, p. 146).

Nesta mesma notícia, o *Peba* questionou a morosidade do governo para oficializar o referido litígio. Para o informativo, o atraso foi responsável pelo acúmulo de ameaças e violências deferidas contra aquelas(as) trabalhadores(as), suas famílias e a negativa de seus direitos. Entretanto, a pressão dos(as) trabalhadores(as), dentre elas a experiência de resistência da ocupação, constrangeu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a ir à ocupação “fazer um levantamento completo da situação e, assim, OFICIALIZAR O CONFLITO. É o primeiro passo da burocracia no sentido de desapropriar a área em litígio” (PEBA, 1987, p. 3).

A ida do INCRA à Fazenda Peba foi, portanto, resultado da ação de resistência construída pelo(as) pelos trabalhadores(as), juntamente com o apoio dos movimentos sociais do campo e de parte da sociedade civil, que a passo a passo se organizaram, resistiram e lutaram para garantir o direito ao uso social da terra. O exame das fontes aponta que o INCRA marcou a referida visita para o dia 25 de maio de 1987. Na se-





quência de notícias, o *Peba*, cumprindo seus objetivos, reportou-se também sobre os assassinatos de lideranças rurais, religiosos e advogados que apoiaram os movimentos sociais do campo, bem como, responsabilizou as autoridades governamentais pelos atos de violência, falta de apuração e impunidade praticados contra a sociedade (PEBA, 1987, p. 3).

O *Peba* destacou também as ações de solidariedade articuladas em apoio a luta dos(as) trabalhadores(as) da Fazenda Peba. A respeito, o texto iniciou relatando que a luta dos(as) trabalhadores(as) contra as forças estabelecidas no poder é desigual, particularmente, a luta contra as oligarquias agrárias que tem a seu favor milícias armadas. Mas, destacou que para equilibrar essa correlação de forças a união, solidariedade e sentimento de pertencimento entre os(as) trabalhadores(as), os movimentos sociais e a sociedade é elemento necessário, significativo e substancial. Perspectiva, igualmente grafada em caixa alta pelo informativo na mensagem “SOMOS MAIS FORTES UNIDOS E SOLIDÁRIOS! JUNTOS VENCEREMOS! A TERRA É DOS TRABALHADORES RURAIS! ABAIXO A VIOLÊNCIA E A REPRESSÃO!” (PEBA, 1987, p. 4).

Os(as) arrendatários(as)/trabalhadores sem terra ameaçados pelo latifundiário do Peba, ao seu tempo e no alcance de suas possibilidades, araram parcerias com os STTRs dos municípios de Inhapi, Delmiro Gouveia, Jundiá e Colônia Leopoldina, em Alagoas; Petrolândia, em Pernambuco; e alguns de Sergipe. Além, como já mencionado, de contar com o apoio das CEBs, de setores progressistas da Igreja Católica, da CUT e do MST. A respeito deste último Movimento, segundo a narrativa de Oliveira, em entrevista realizada em 2020, o MST não foi citado pelo *Peba* para evitar a associação do movimento com a pecha de “ladrões de terra” – indevido estereótipo que as oligarquias, latifundiários e donos do poder tentam impor as ocupações, movimentos sociais do campo e lutas da sociedade civil.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, *O Peba*, enquanto instrumento de comunicação popular, revelou-se um importante canal de denúncia de conflitos, ameaças e atos de violência cometidos pelo latifundiário da fazenda contra os arrendatários(as)/trabalhadores(as) sem terra, bem como, ajudou na outra ponta a fortalecer o sentimento de pertencimento, identidade e solidariedade entre os(as) trabalhadores(as). Desta forma, por um lado, o informativo manteve os(as) acampados(as) mobilizados, ativos e informados, por outro, potencializou apoios de instituições, movimentos sociais do campo e das cidades e, de uma forma geral, buscou o apoio da parte esclarecida da sociedade civil em favor da causa, reivindicações e da experiência de resistência da referida ocupação.

Em síntese, a partir das fontes e das referências discutidas, é possível apontar que o *Informativo do Peba* foi um importante meio de comunicação popular utilizado pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra para anunciar a experiência de ocupação da mencionada fazenda. E, enquanto instrumento de comunicação, configurou-se como um eficiente recurso de denúncia, registro, mobilização e solidariedade entre os participantes e os apoiadores da experiência de ocupação da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, Alagoas, no Sertão do Rio São Francisco. Os desdobramentos deste importante e significativo capítulo da reforma agrária, anos depois, deu origem aos assentamentos Peba e Lameirão, um dos primeiros a desafiar as oligarquias, os latifúndios e os donos do poder nas terras de Alagoas.

## FONTES E REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território**: revista de geografia agrária. Rio Grande do Sul: EDU-



FU, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787> > acesso em 11/05/2021.

BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

BEZERRA, Antonio Alves. **O jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas:** 1981-2001. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2011. Disponível em < <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/12678> > acesso em 14/05/2021.

CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Alice Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

COSTA, Caetano De'Carli Viana. **Sonhos de abril. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão.** Tese de doutorado em Pós – colonialismo e Cidadania Global. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25254?mode=full> > acesso em 20/04/2021.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n.35, p. 253-270, 2007. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/rev-ph/article/view/2221/1322> > acesso em 02/05/2021.

CUNHA, Joana Tavares Pinto. **De Boletim a Jornal Sem Terra:** história, práticas e papel na constituição do MST. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP, 2013. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/pt-br.php> > acesso em 09/05/2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979–1999).** São Paulo: USP, 1999. (Tese de doutorado). Disponível em < <https://repositorio.usp.br/item/001070540> > acesso em 12/05/2021.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantra Viz (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço historiográfico e perspectiva. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. n. 59, ano VI, jan.1987, p. 08.

JST. Fazenda Pebá. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. n. 62, ano VI, maio, 1987.



MOREIRA, Ruy. O plano nacional da reforma agrária em questão. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 1, p. 06-77, 1986. Disponível em < <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/39/33> > acesso em 10/04/2021.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil**: uma análise das dissertações e teses produzidas em Programa de Pós-graduação em Comunicação Social entre 1972 e 2022. Tese de doutorado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015. Disponível em < <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1496/2/Maria%20Otre.pdf> > acesso em 12/05/2021.

PEBA, **Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba**. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporanea, comunicação e cultura**, Salvador: UFBA, v.11, n.01, p. 138-158, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980> > acesso em 01/05/2021.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2006, Universidade de Brasília, p. 1-17. Disponível em: < [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista\\_resumos.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista_resumos.htm) > acesso em 03/05/2021.

REIMBERG, Cristiane. A comunicação popular como ferramenta para a construção da cidadania. **RuMoRes**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51162>. Acesso em: 3 maio. 2021.

SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

SILVA, Aline Oliveira da. **A luta pela terra no sertão do rio São Francisco**: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1989 – 2014. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5039> > acesso em 15/05/2021.

SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: Luiz Sávio de Almeida (Org.) *et al.* **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

SOARES, Estevão Firmo. **A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão**: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5778> > acesso em 10/04/2021.



# SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE MANDO

 Célia Nonata da Silva<sup>1</sup>

## NAS PROFUNDEZAS DO SERTÃO

Ainda na primeira metade do século dezesseis, o rio São Francisco já suscitava o interesse e a curiosidade por parte dos conquistadores portugueses devido a uma especulação em torno da existência de uma Lagoa Dourada na nascente do rio. Água Grande, Alagoa Grande ou Sumidouro lugares de procedência do rio, onde possuiriam grandes haveres de prata e ouro. Desta crença germinariam várias expedições ao longo do seiscentos e setecentos. Assim, com grande expectativa, a expedição de Gabriel Soares (SOUZA, 1879), por volta de 1584, pensou em chegar às cabeceiras do rio São Francisco, numa justificada possibilidade de se venturar nas águas por onde encontraria as almeçadas minas de ouro. Antes, Pero de Magalhães de Gândavo havia publicado sobre a província de Santa Cruz em 1576. A expedição de Gabriel Soares acompanhada de mais de trezentos homens e três anos no sertão possibilitou a publicação do Tratado Descritivo do Brasil em 1587, que em particular situação relata as riquezas do rio com férteis ribeiras, grandes pescarias e suas bandas largamente povoadas pelos gentios, que posteriormente cederiam ao passo do conquistador e dos jesuítas. Em

---

<sup>1</sup> Doutorado em História das Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e docente da Universidade Federal de Alagoas.



1591 Gabriel Soares com a patente de capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio São Francisco entraria no sertão com a sua última expedição para encontrar as minas. Muitas outras ocorreriam ao sertão do São Francisco na mesma empreitada (SOUZA, 1879). Mas foi Urbino Vianna (1935) que precisou a importância do São Francisco quanto ao seu valor histórico e cultural. Ainda no século XVII, o São Francisco serviria ao desenvolvimento das fazendas e currais que se tornavam mais prósperas e necessárias pelas incursões dos jesuítas e pelos financiamentos avultosos de bandeiras e entradas sertão à dentro em busca das minas.

De picadas e descobertas, o Sertão aos poucos transformava-se em tormenta, tensa mobilidade. Guerras e conflitos. Elástico, inflamável e explosivo de dobras e redobras, que traduzem a necessidade de dilatação do reino. Forças elásticas do movimento bandeirante e forças plásticas do jogo costumeiro do valente sertanejo bravo. Forças que se convergiram no tempo e espaço pela vontade de domínio e terras, dadas pela onipresença do reino em extensão das dobras e redobras de sua imposição original. É a passagem de um universo a outro que se forma pelo caos e violência. O 'desertão', ermo e incógnito, abria-se, assim, ao teatro complexo e ação dramática da conquista portuguesa com performances heróicas, lembradas pela cruzada para os homens públicos e bandeirantes que agiam em prol da política portuguesa. O labirinto construiu-se com tensões e conflitos, marcados nos caminhos. Trilhas que se perdiam ou eram pontos de estradas traçadas pelas bandeiras e entradas. Sinais intermináveis marcados pela conquista do bárbaro gentio daqueles sertões. Como fez também Estevão Ribeiro Parente que destruiu os reinos dos inimigos ao sabor da empreitada promovida por D. Afonso de Furtado e Mendonça na Bahia (PAES LEME, 1980).

O Sertão do São Francisco dobrava-se e desdobrava-se aos valentes e destemidos. Os heróis de vinganças sangrentas, os jagunços e cabras. Redobrava-se ao dar repouso e alento aos banidos. Uma zona negra. Temida e assombrada. Um lugar propício à desordem, dado aos salteado-



res e ladrões. Lugar de criminosos e negros foragidos pela lei. Lugar de bandidos e dos desprezados pela lei. Lugar de exclusão. Como nos diz Cerqueira: o sertão era o lugar de “homens que não conhecem outra lei mais que a sua própria vontade e paixões, e as suas alfaias e trastes consistem em armas ofensivas (...) homens que pouco temem as justiças de sua Majestade e nada, as da Igreja” (CERQUEIRA E SILVA, 1843, p. 128).

Sertão profundo. Sertão violento. Sertão de bandidos. Sertão dos insultos, da ferocidade, dos assaltos e das mortes cruéis. Sertão dos “gentios silvestres”, dos “botocudos”, dos negros fugidos, dos vadios, dos quilombolas e dos capitães do mato. Sertão dos matadores de aluguel, “de perniciosas quadrilhas”, de assassinos violentos. Sertão das façanhas valentes de heróis destemidos. Chão de poderosos e terra do ‘mando’. As minas do ouro e do diamante foram cercadas pelos sertões. Terra vasta, indomável e rebelde. Como o sertão do Campo Grande, do Pium-i, do Bambuí, das picadas de Goiás. Sertão das Gerais. Sertão de latifúndios...

O sertão revoltoso e angustiado viu nascer o barranqueiro, o jagunço, o cabra. Produto de ‘novas’ formas culturais embrionárias de uma cultura ‘mestiça’ pelas matrizes originais que lhe deram vida e, ao mesmo tempo, proporcionou a formação de uma cultura política imbricada nas formas de pertencimento e reconhecimento deste homem rústico, sertanejo e viril, fundada na valentia, na honra e na vingança. Um código moral veiculado e aceito pelo povo e pelas gentes do sertão. Um costume dos homens do sertão. A lei do valente era o costume, a prática, no sertão. Pois, esta terra incógnita, dobra de uma consciência temporal dada pela política colonizadora do reino, desdobrava-se em sucessivos e distintos movimentos incertos e aleatórios neste meio sertanejo à medida que as ‘leis’ e as normas daqueles homens e sujeitos, que nela faziam morada, se tornavam costumes e perpetuavam uma existência temporal medida por uma fração ritmada de ações viris, mostras de valentia, jogos de vingança e desejos de justiça. Era o jogo como prática costumeira entre os valentes.



No preenchimento deste vazio do poder, a racionalidade não está direcionada ao poder político, mas insere-se numa relação de conflito cotidiana e disputa por poder local. Possibilidades que são dadas a partir das formas de rebelião, contestação, motins e arranjos de poderes e disputas por jurisdição, práticas da América Portuguesa. Esses indivíduos condicionaram uma estrutura social setecentista mineira dentro de um jogo de poder pessoal, garantindo assim a extensão de suas redes de ‘compadrio’ e de dependentes, de comandados e ordenados por um poder carismático de mando. Redes de favores e clientelismos, formando uma insipiente organização de poderio liderada por homens destemidos e valentes. Era a formação de um costume daquele que detinha o domínio de um Território de Mando como forma de poder local<sup>2</sup>.

O fundamento do ruralismo surgiu das formas de arranjos culturais arquitetados nos sertões mineiros, acentuaram-se como ‘direito das gentes’, quando os usos e práticas de costumes entendidos como moral fomentou, no cimento das relações de poder entre os pares, a disseminação de uma ética e suas normas e regras de procedimento daquilo que era ou não permitido entre os pares, constituindo alguns elementos agregados às manifestações do poder de mando “moralmente” instituído com traços mestiço. Dentre estes, o corpo fechado e as práticas de perseguir e matar o inimigo nas matas dos sertões.

Os homens que aqui chegavam abriam os caminhos e as entradas sertão afora, com pés descalços e poucos alimentos, homens que seguiam um rumo, certificando aos demais sua intensa bravura. Cobriam as vestes de sangue, colecionavam presas e imaginavam-se redimindo o mundo do Mal. Inauguraram memórias das passagens e das estradas, contando histórias inéditas e construindo o Sertão. Estas empreitadas, destinadas as sortes e as entranhas do sertão, constituíam-se bandeiras e grupos de pioneiros da ocupação do sertão, que partiam rumo ao in-

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de Território de Mando ver: SILVA, Célia Nonata. **Territórios de Mando: Banditismo em Minas Gerais, século XVIII**. Belo Horizonte. Crisálida, 2007.





terior, mobilizando famílias inteiras. As parentelas, normalmente mulheres e crianças, que ficavam a espera em lugar seguro nas vilas e arraiais mais protegidos, garantiam pelas formas de testamento da época os tipos e as maneiras de sobrevivência pela herança e transferência dos bens de família. É assim que o povoamento do sertão do São Francisco ia constituindo aos poucos um elemento primordial e típico, “dado a partir de um tipo de relação sócio-cultural que era tecida no solo do sertão, denominado como ‘barranqueiro’, capanga ou jagunço” (VIANNA, 1935, p. 46). Um tipo de indivíduo ‘façanhudo’, herói ou bandido, resultado da extensão das relações de poder entre o potentado e outros homens que trabalhavam para seu comando e, agindo pelas relações de confiança, demonstrava esteticamente seu poder pela força e pelo facão.

Este homem violento foi uma criação necessária para o mundo do trabalho do fazendeiro, o potentado, - necessidade advinda da grande propriedade rural – estendendo seu poder nas mãos destes homens e resolvendo os conflitos e combatendo os adversários pelas relações de mando. Estes braços de aluguel eram produtos da mistura entre índios, negros e brancos. Mulatos, pardos e mamelucos em sua maioria, que, sendo criados em costumes indígenas e africanos, transportavam às relações sociais seus costumes e hábitos, formando um tipo de cultura política mestiça, ao encontro das necessidades e reveses destas relações<sup>3</sup>.

Todos inseridos numa mesma característica das redes de solidariedade rural como tradição cultural do sertão e costume do sertane-

---

<sup>3</sup> Urbino Vianna (1935) cita como régulos e potentados Athanasio de Cerqueira Brandão, senhor da Casa da Carunhanha; Dias do Prado, capanga de Domingos Jorge Velho e Nunes Viana como capanga de Mathias Cardoso. Destes nomes Athanasio teria sido degolado no pelourinho, Dias do Prado capturado em 1724 e condenado à morte, tendo Nunes Viana sumido ou sido preso por Leolino Mariz ou, até mesmo, viajado para Portugal, ficando aqui famoso por suas crueldades (p. 51-77). Estas afirmações induzem sobre um braço forte da coroa portuguesa em vigiar e manter os potentados sobre controle, sendo a posição de Nunes Viana de comandado do Mathias Barbosa sem citar sua posição de mestre de campo da Casa da Ponte e suas posses e nome como governador. Simão Pires (1979) já anunciava uma nova versão sobre o régulo Nunes Viana e a Guerra dos Emboabas retratando fatores culturais e as tensões das bandeiras.



jo fundadas na ‘Sebaça’ – tipo de trabalho mestiço no meio rural, sertanejo<sup>4</sup>. Este mundo do trabalho mestiço, feito a partir de relações de poderes estruturas no sertão, erguia-se como costume e direito entre as relações de poder e mando, estreitando os vínculos de solidariedade vertical – fazendeiros e ‘sebaçeiros’. Vínculos conformados nos acordos e nas formas do trabalho de proteção aos bens e as terras que cercavam o poder dos fazendeiros. O direito à sebaça, como costume no sertão, proporcionou o aparecimento de jagunços e capangas, normalmente mulatos, vadios, negros fugidos ou escravos, que iriam formar os pés da cultura política do mandonismo no sertão mineiro setecentista. Notoriamente eram estes ‘cabras’ ou jagunços que faziam o trabalho das vinganças e outros tipos de favores, cujas formas eram tratadas na proteção ao dono e sua propriedade. Uma permanência de tradição rural que era considerada costume deste os tempos da descoberta e dos primeiros morgados que aqui se constituíram. Resíduo de uma prática de proteção ao território conquistado.

A relação de poder e autoridade foi se instituindo nos grandes morgados que formavam nos sertões, desenvolvendo uma economia pecuária interna, com a criação do gado as margens dos ribeiros. Essa sociedade rudimentar também foi a matriz de uma mão de obra especializada nas fazendas de gado do sertão do São Francisco. O vaqueiro ou o boiadeiro como braço direito destes fazendeiros mantinham os negócios das fazendas e dinamizavam a economia do gado.

---

<sup>4</sup> O direito a Sebaça resumia-se numa troca de favores dada a partir do direito a plantar e construir numa terra. Das obrigações ficavam presumidamente o dever de proteger e defender o patrão nas suas empreitadas de valentias e exercer por ele tocaias ou outro ataque qualquer. Daí originavam-se bandos armados que faziam as pilhagens de fazendas ou até mesmo vilas. Esse direito foi legítimo na sociedade da época, pois não se entendia um chefe sem seus comandados. Segundo Urbino Vianna, esse costume teria se enfraquecido com a criação dos Terços das Ordenanças, repreendendo a ação dos potentados, dos motins e levantes sediciosos da primeira metade do século XVIII, tais como o motim de Manga, cuja cabeça era o padre Santiago e São Romão. Do extermínio dos bandidos como João Nunes Pereira e seu bando de 98 facinorosos, os Vira-Saias no fim do século XVIII e outros (VIANNA, 1935, p. 93-96).



## SERTÃO SUBVERSIVO

Já em meados do século XVII havia ocorrido uma considerável penetração pelo interior. E, “com exceção de algumas fazendas e povoações como Jacobina, o sertão da Bahia continuava alheio à ocupação ou a um efetivo controle colonial” (SCHWARTZ & PÉCOR, 2002). Os sertões da Bahia e de Pernambuco já se viam conquistados e com pequenos núcleos de povoamento, e é pelo Rio São Francisco que se dá o grosso da investida de circulação portuguesa, consumada numa ‘portentosa’ epopeia, através da conquista indígena, pela criação de gado e circulação de mercadorias de gênero para o abastecimento das fazendas. Destas casas, os Garcia de Ávila, na capitania da Bahia “que ali aportara em 1549 com Tomé de Souza, teve em 1553, de uma índia batizada, Francisca Rodrigues, uma filha Isabel d’Ávila (...). Nasceu um filho seu, de nome João Homem, de outra índia.” (NIZZA, 1998, p. 18).

Competindo em igual conquista, sendo o segundo maior latifúndio do Brasil durante o século XVI ao XVII, o morgado Guedes de Brito deve seu nome e poder a Antônio de Brito Corrêa - governador e regente do São Francisco - e a sua esposa D. Maria Guedes. Antônio Guedes de Brito, inimigo fidagal dos Garcia D’Ávila, ligava-se por ascendência materna a Diogo Álvares, o Caramuru, primeiro europeu a morar na Bahia, de onde herdou o cargo de notário e as terras no interior (SCHWARTZ & PÉCOR, 2002, p. 312-313). Posteriormente, Nunes Viana iria ser procurador das terras da Casa da Ponte no tempo de D. Isabel Guedes de Brito, arrogando-se também governador de Minas, e cuja extensão do latifúndio protegido ia do Morro do Chapéu na Bahia até o Rio Vainhu, além do Rio das Velhas. Assim, “praticamente toda a margem direita do alto São Francisco pertencia à Bahia e eram terras de Antônio Guedes de Brito” (PIRES, 1979, p. 45). Também, outros povoadores ao redor do morgado Guedes de Brito se avizinhavam em tamanho, como as terras de Bernardo Vieira Ravasco, irmão do padre Antônio Vieira. Suas terras iam até o São Francisco. Nestas imediações havia as terras do Mestre de



Campo Nicolau Aranha Pacheco e outros, levados pelo prosseguimento da necessidade da política administrativa na conquista do território.

Deste modo é que nas barrancas do São Francisco e do rio Verde a ocupação baiana fazia-se notar de modo permanente com os currais de gado. As incipientes ‘terras mineiras’ já pertenciam a uma economia pecuária, que se fazia lucrativa com a economia do couro, de vocação sertaneja. O vaqueiro, que poderia ter sido em sua maioria braço indígena, tinha a habilidade de cuidar do gado “precisava do cavalo, donde sua posição privilegiada, quase honorífica, no mundo sertanejo” (PUNTONI, 2002, p. 40-41). Também, os criminosos, negros fugidos e índios rebelados começavam a descer as margens do São Francisco causando desolação às populações locais e ao governo da Bahia.

A ocupação portuguesa projetava-se nas terras de além-mar quer pelas roças e engenhos, quer pelas heranças e compras de terras. A administração perfilava reclamações com a desordem à coroa portuguesa, que via apenas a necessidade em se conquistar terras e descobrir ouro. A presença ruidosa dos paulistas já se fazia sentir ao redor. Dentre estes, Mathias Cardoso, que começava a estender seu poder no braço do São Francisco e Minas<sup>5</sup>. O movimento dos paulistas em socorro às invasões holandesas e a Palmares dá um sentido de ‘circularidade’ às povoações do São Francisco: “Enquanto Domingos Jorge Velho, o valoroso paulista juntamente com Bernardo Vieira de Mello e Sebastião Dias, como anteriormente Fernão Carrilho fazem guerra a negrada da serra da Barriga e vencem Palmares” (VIANNA, 1935, p. 45), também outros iam se fixando com modestas fazendas e roças. A epopeia portuguesa a essa altura

<sup>5</sup> Segundo as prerrogativas adotadas na época pela administração portuguesa, foi dado a Mathias Cardoso o domínio sobre tudo mais que conquistasse do Porto Seguro até o São Francisco. Ver CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros: “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)**, Tese de Doutorado. 2002, e VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos** (1935), que defendem a presença e constituição das bandeiras paulistas adentrando o sertão do São Francisco, Pernambuco e Bahia em busca de presas indígenas e do metal precioso. Destas, a força principal foi dada à bandeira de Mathias Cardoso.



fazia-se não apenas pela conquista dos índios ou pela luta contra os Holandeses, mas também pela luta aos negros rebelados, a exemplo dos Palmares <sup>6</sup> e, principalmente, pela busca de metais preciosos.

Dos passos para a povoação paulista do norte da capitania das Minas, o caminho de Quaresma, seguido por Mathias Cardoso e outros companheiros, foi considerado dos mais importantes, margeando o São Francisco e seu interior, até o Rio das Velhas. A historiografia ainda hoje perfaz as duas rotas traduzidas como de Antonil e de Quaresma <sup>7</sup>. As povoações se expandiam com intensidade em fins do século XVII e começo do Século XVIII por estes caminhos e iam bem orientadas por Mathias Cardoso e seus companheiros armados para o teatro da guerra contra os índios. Já em 1689, a Câmara de São Paulo deu plenos poderes a Mathias Cardoso para a conquista do sertão do Rio Grande, e Pedro Taques, que já estava no São Francisco, receberia reforços de Cardoso.

Não fosse, também, a presença de criminosos que desciam o sertão do São Francisco fugidos, trazendo o terror às populações ribeirinhas, a luta seria menos árdua. Juntos à campanha de Cardoso estavam outros homens que faziam concessão, tais como: Domingos Soares de Albuquerque, Manoel Soares Ferreira, Domingos Pires de Carvalho, Mathias Furtado, Domingos Calheiros, João Cardoso de Almeida, Mathias de Albuquerque e outros. Só em fins do século XVII, a campanha de Cardoso se instala no sertão do São Francisco “com fazendas de gado vacum e cavalares, com as quais legou abundante patrimônio a seus herdeiros” (PUNTONI, 2002, p. 163). Em 1707 o Coronel Pedro Barbosa Leal detém léguas de terras concedidas pelo Sargento – Mor Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, desde Congonhas aos seus descobertos. Nas vizi-

<sup>6</sup> ENNES, E. **As Guerras nos Palmares**. Donde se vê pelo autor o recurso empregado pela Campanha de Domingos Jorge Velho para a empreitada aos negros rebeldes.

<sup>7</sup> Cf.: VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. 1935. A rota de Antonil e a de Quaresma – Códice de Joaquim Quaresma Delgado -, discriminada na obra tratam das margens do São Francisco e dos caminhos que se fizeram com a entrada de gados dos currais e fazendas de criação desde o século XVI.



nhanças, Manoel Afonso de Serqueira e o padre Manoel de Araújo Lima em 1731 no sertão do rio Pardo, como outros, iam sendo senhores de terras e seus domínios, conflitando com outros já estabelecidos. Todos inseridos numa mesma característica das redes de solidariedade rural como tradição cultural do sertão e costume do sertanejo fundadas na ‘Sebaça’ – tipo de trabalho mestiço no meio rural (sertanejo)<sup>8</sup>. Notoriamente eram estes ‘cabras’ ou jagunços que faziam o trabalho das vinhanças e outros tipos de favores, cujas formas eram tratadas na proteção ao dono e sua propriedade. Uma permanência de tradição rural que era considerada costume deste os tempos da descoberta e dos primeiros morgados que aqui se constituíram. Resíduo de uma prática de proteção ao território conquistado.

A proteção às fazendas era costume como atesta o Regimento de Tomé de Souza<sup>9</sup>. Assim, “nos primórdios da colonização, o grande proprietário é que tinha sob sua responsabilidade a defesa do Brasil. Aqueles que viviam sob sua influencia estavam dispostos a atender ao seu chamado” (SCHNOOR, 2001, p. 168). Essa relação de poder e autoridade foi se instituindo nos grandes morgados que formavam nos sertões, desenvolvendo uma economia pecuária, com a criação do gado as margens dos ribeiros e uma extensa rede de compadrios e conluios que “sob as vistas dos colonizadores, os grandes senhores tinham tal delegação de mando” (SCHNOOR, 2001, p. 168). Com isso, nascia uma mão de obra

<sup>8</sup> O direito a Sebaça resumia-se numa troca de favores dada a partir do direito a plantar e construir numa terra. Das obrigações ficavam presumidamente o dever de proteger e defender o patrão nas suas empreitadas de valentias e exercer por ele tocaias ou outro ataque qualquer. Daí originavam-se bandos armados que faziam as pilhagens de fazendas ou até mesmo vilas. Esse direito foi legítimo na sociedade da época, pois não se entendia um chefe sem seus comandados. Segundo Urbino Vianna, esse costume teria se enfraquecido com a criação dos Terços das Ordenanças, reprimendo a ação dos potentados, dos motins e levantes sediciosos da primeira metade do século XVIII, tais como o motim de Manga, cuja cabeça era o padre Santiago e São Romão. Do extermínio dos bandidos como João Nunes Pereira e seu bando de 98 facinorosos, os Vira-Saias no fim do século XVIII e outros (p. 93-96).

<sup>9</sup> Ver: **Regimento de Tomé de Souza**. 1548.



especializada nos sertões. O vaqueiro ou o boiadeiro, que desciam o sertão do São Francisco, era o braço direito de muitos potentados, mantendo os negócios das fazendas e dinamizando a economia do gado na região dos currais entre as capitanias de Minas Gerais e Pernambuco indo até a Bahia.

Na realidade a capitania das Minas nasceria de um grande conflito de jurisdição conhecido como Guerra dos Emboabas de 1708, tendo como fomentador o capitão mor Nunes Viana. Procurador destemido da Casa da Ponte, criou oposição entre as ordens do governador das Minas e seu poder lendário no São Francisco. Como procurador, falava em nome da herdeira Dona Isabel Guedes de Brito e mostrava documentos de procuração como direito às terras centrais do Sertão do São Francisco, indo aos aluviões auríferos do Caeté, Sabará e Rio das Velhas. Durante toda a primeira metade do século XVIII o sertão do São Francisco seria sacudido por sua fama e poder de mando. Quando de sua prisão em Lisboa, seus filhos continuariam a subversão nos Motins do São Francisco em 1736. Mas em vida, Nunes Viana, “usava de posse em que estava de governar o sertão da Bahia e Pernambuco em que envolvia também o distrito da Barra do Rio das Velhas”.<sup>10</sup> Os interesses perpassavam os domínios e posses territoriais de D. Isabel Guedes de Brito, Nunes Viana, o conde de Vimieiro e a extensão do poder de Assumar. Entretanto, os sentimentos diversos dos naturais paulistas e baianos já se faziam tensos, independentemente dos reveses políticos.

A Região dos Currais de gado andava, assim, por editais de Nunes Viana com pretensão de ser seu governador: “Proibindo que passassem os dízimos ao Governo das Minas, os que habitassem as terras de D. Isabel Maria Guedes de Brito; determinando que não mais se engordasse gado na região para as minas; proibindo a exportação do peixe seco

<sup>10</sup> RAPM: v. 03. p. 253. Também em carta ao ouvidor Geral do Rio das Velhas Assumar declarava sobre o governo ilegal de Nunes Viana na Barra do Rio das Velhas e a falta de limites entre Minas e Bahia. Também: RAPM: Códice: 11. v. 24. p. 482-486.



e salgado do São Francisco para as minas” (PIRES, 1979, p. 115). Além disso, Nunes Viana dispunha de homens a seu favor como o Preto Bigode<sup>11</sup> que comandava muitos negros armados sob suas ordens. Sem contar seu poder carismático, sustentado pela população de onde era seu reduto. As formas de proteção e de magia também acompanhavam o homem, que se dizia de corpo fechado. Juntamente com seu primo Manoel Rodrigues Soares amontoavam-se os motins contra o governador de Minas, sublevando a população. O motim do Sítio do Papagaio, liderado por Nunes Viana e seu amigo o padre Antônio Corvelo de Ávila, que deixaria Minas sem abastecimento de gado ficaria marcado na história<sup>12</sup>.

À medida que as ações colonialistas iam seguindo, a região revirava-se em tensões sociais e revoltas. Isto durou todo o século XVIII na região mineira. Mesmo com a prisão de Nunes Viana, os Motins do Sertão de 1736 colocaram a terra em chamas. Os herdeiros de Nunes Viana desencadearam um dos maiores motins já vistos contra o governador de Minas, o então Gomes Freire de Andrada. Os vários motins que se seguiram como o motim de Curvelo por volta de 1740 liderado pelo padre Curvelo e Mendes Santiago, trazia a lembrança de subversão de Nunes Viana. Depois de sua história, uma onda de banditismo tomava conta do sertão do São Francisco. O bandido Sete Orelhas marcou os anos 90, mesmo período da Inconfidência Mineira. Januário Garcia, o Sete Orelhas, conquistou a fama por ser bandido cruel e matador. Sem pretensões políticas, desejava apenas a vingança de sangue. Entraria para história por sua intensa crueldade. E assim, o sertão foi marcado com imagens subversivas e violentas.

<sup>11</sup> Sobre este personagem ver: PIRES, Salgado. **Op. Cit.** Também, CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros: “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado: 1693-1737”**. Tese de doutorado, USP. 2002. p. 280.

<sup>12</sup> RAPM. SC. 11. p. 392-394.





## CONCLUSÃO: SERTÃO INCÓGNITO

Ficou na memória do povo e nas suas lembranças. Recordações que sobreviveram do motim de 1736 no sertão do São Francisco com as pedras de Maria da Cruz, até o bandido Sete orelhas. As pedras de Maria da Cruz marcam ainda hoje o descontentamento de um passado sentido em um número bem maior de potentados do norte de Minas e sertão da Bahia. Outros rústicos como Manuel Rodrigues Soares, Domingos do Prado, Faustino Rebelo, Pedro Cardoso, Maria da Cruz, Manuel Nunes – o ‘bastardão’ e Miguel Nunes de Souza, filho e herdeiro de Nunes Viana foram identificados pelo governador das Minas como os principais cabeças do motim contra coroa. Um motim que repercutiu pela sua intensa crueldade. Casas e povoados inteiros foram queimados, a destruição grassava por todas as partes. Mais os registros documentais relatam uma quantidade incontável de homens amotinados, que insuflavam centenas de pessoas e dezenas de vilas do norte de Minas contra a jurisdição do então governador. E, a punição por parte da coroa não foi exemplar, mas bem cauteloso para evitar mais insatisfações. Também eram homens que detinham um certo poder de mando e admiração popular. Destas figuras lendárias Maria da Cruz e padre Antônio Mendes Santiago. Todos tinham relações tumultuosas com os governadores e até com a coroa Portuguesa. Uma situação de conflito de poderes que só acabaria no século seguinte com a centralização do poder estatal pela elite Saquarema.

## FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fundo: MSS do Brasil – Livro 10. Lisboa, Portugal.

Arquivo Público Mineiro. Fundo: Secretaria de Governo.



**CÓDICE Costa Matoso.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Coordenação-geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos.

Revista APM. Ano:1897 – II.

Revista IHGB. Ano 1938. P: 587-677.

**Revistas do Arquivo Público Mineiro:**

**Revistas do IHGB:**

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros: “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)**, Tese de Doutorado. USP, 2002.

CERQUEIRA E SILVA, Inácio Acioli de. **Memórias Históricas e Políticas da Bahia**. v. 05. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1843.

ENES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares**. São Paulo: Brasiliiana, 1938.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

PAES LEME, Pedro Taques. **Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros: s.n., 1979.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: edusp, 2002.

SCHNOOR, Eduardo. Os Senhores dos Caminhos. In.: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso**. Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARTZ, Stuart & PÉCORA, Alcir. **As Excelências do Governador: O Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado, de D. Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. Cia. Das Letras, 2002.

SILVA, Célia Nonata. **Territórios de Mando: Banditismo em Minas Gerais, século XVIII**. Belo Horizonte. Crisálida, 2007.

SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado Descríptivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia João Ignacio da Silva, 1879.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Brasiliiana, 1935.



# ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES NO AGRESTE: O POVOADO BANANEIRAS E OS SEUS SUJEITOS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO À VILA EM 1984

 José Aparecido da Silva Rocha<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

**B**ananeiras é uma comunidade rural localizada há 18 km da zona urbana de Arapiraca. De acordo com Macedo (1994), a comunidade de Bananeiras teve seu início em 1920, quando João Francisco Aureliano adquiriu terras na comunidade de Piauí e mudou-se para a região junto com sua esposa Senhorinha Francisca de Oliveira e seus 14 filhos. Ali estabeleceu morada com outros familiares que, posteriormente também vieram habitar no local.

Nesta perspectiva, Silva (2017), afirma que as transformações que ocorreram no espaço de Bananeiras deram-se a partir do momento em que as famílias buscavam usufruir dos recursos para atender suas necessidades. O título “Bananeiras” foi dado ao local porque João Francisco vendia bananas na feira e, por sua vez, possuía uma plantação de bananeiras fazendo com que a região ficasse conhecida por conta da atividade de comercialização de frutos que assegurava o sustento de sua família (ARAPIRACA, 2019, p.14).

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo PROHIS – UFS, endereço eletrônico: joseasrocha@hotmail.com; orientador prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.



Bananeiras permaneceu como povoado até 5 de novembro de 1984, quando foi elevada à posição de vila em solenidade comemorativa aos 50 anos da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro localizada na comunidade. A transição ocorreu através da lei Nº 1.400/84 durante o mandato do prefeito Severino Leão tendo como autor do projeto o vereador Eronildes Monteiro. A urbanização de Bananeiras causou uma série de impactos na organização social da comunidade provocando rupturas e continuidades na história local.

Esta pesquisa teve a finalidade de compreender como os habitantes receberam esta transição na época, contudo, a realização deste estudo ocorreu em tempos de pandemia causada pelo vírus da covid-19, ocasionando o dilema entre a necessidade de realizar entrevistas e a obrigatoriedade de manter distanciamento social, o que impedia uma pesquisa mais abrangente. Ainda no quesito das limitações, a ausência de outras referências sobre a comunidade foi um aspecto perceptível.

Estes fatores guiaram a pesquisa para outros caminhos onde foi possível reinventar os métodos e coletar as informações necessárias através de áudios enviados por WhatsApp e a criação de um formulário online para que o entrevistado pudesse responder em sua própria casa sem a necessidade de receber o pesquisador e assim, manter medidas de segurança em tempos de pandemia.

Diante do uso da história oral, percebe-se, que coletar informações de um passado fragmentado não é uma tarefa tão simples. A coleta de informações forma um quebra-cabeças historiográfico que só é percebida quando está com as devidas peças montadas. Diante disto, faz-se necessário reconstruir e registrar a história da comunidade em sua singularidade, pois, “cada cultura é o resultado de uma história particular” (SANTOS, 1986, p. 12) e a reconstrução desse passado através da memória e dos documentos deverá ser devolvida para a localidade como contribuição para a geração contemporânea e futura.

Dada sua relevância, a pesquisa será posta à disposição da comunidade sendo devolvida para “os colaboradores” (MEIHY, 2020, p.33) que



contribuíram para sua realização. Alberti (2019) alega que a metodologia de história oral é a mais indicada para registrar as representações do passado não registrado, uma vez que, em muitos casos não existem registros históricos que possam atestar os eventos. Neste sentido, recorre-se à memória dos sujeitos envolvidos no processo para formar o um documento que passará a ser o registro historiográfico.

Esta pesquisa buscou entender a elevação de Bananeiras à vila por meio da história social do povo que residia na comunidade no ano de 1984. A pesquisa identificou diferentes perspectivas dos sujeitos entrevistados demonstrando que cada cidadão encarou a transição para vila de uma maneira diferente, mesmo fazendo parte do mesmo contexto histórico-social.

## A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO

A noção de pertencimento e a compreensão de fazer parte de um local para ali fincar suas raízes identificando-se, é um processo gradual. Para que os habitantes de Bananeiras pudessem sentir-se como membros daquele espaço geográfico, foi preciso percorrer um longo caminho. Neste sentido, faz-se necessária uma breve explanação teórica sobre os corridos que a antecederam para compreender a relação do sujeito com o meio em que estava inserido.

De acordo com Silva (2017), ao chegar à região para ali construir sua morada, a família do Sr. João Francisco Aureliano atribuiu sentido ao espaço passando a projetar no mesmo os seus esforços por meio do trabalho coletivo realizando práticas favoráveis ao convívio, como por exemplo: reuniões entre os moradores, criação de salas de aula, celebrações religiosas, entre outras.

Bezzi (2008), afirma que quando uma região passa a ser um espaço de referência para os sujeitos que ali habitam, os atores sociais reconhecem naquele local a sua própria identidade fazendo com que ela exista ao nível da representação de uma coletividade que tem e incorpora significados de uma organização do social.



Do mesmo modo, para Alberti (2019) a identidade reforça a noção de unidade, de pertencimento fazendo com que as ações dos sujeitos envolvidos possam convergir para a mesma finalidade. Portanto, quando a região assumiu a condição de “lar”, para Aureliano, esposa e filhos, o território passou a ser modificado para que pudesse suprir as necessidades da família e das pessoas que vieram a morar ali posteriormente. Neste sentido, compreende-se que as práticas sociais ganharam um novo sentido:

Tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” (HAESBAERT, 2004, p. 3)

Nesta perspectiva, Silva (2017) afirma que as transformações que ocorreram no espaço de Bananeiras deram-se a partir do momento em que as famílias buscavam usufruir dos recursos para atender suas necessidades. Diante disto, é compreensível quando Santos (1986) diz que os sujeitos relacionam-se com as condições do meio para garantir sua existência, compreendendo que os habitantes de Bananeiras não necessitavam apenas da satisfação material, mas também precisavam atender seus anseios culturais, dentre eles, a prática da religiosidade, que deu um sentido sagrado ao que outrora era apenas terreno, conforme especifica Silva (2017). Monte (2013) considera que a religiosidade constitui um sistema de símbolos com significantes e significados particulares do ponto de vista do participante. A autora caracteriza que há um “universo” multidimensional que:

Se revela nas interfaces da fé, através dos rituais, pela experiência religiosa, na constituição das instituições e contribuição de um código próprio da ética que versará e refletirá as condutas desses indivíduos (MONTE, 2013, p. 1)

É neste âmbito que Silva (2017) reforça a ideia de Monte (2013) ao afirmar que as relações com o simbólico, expressas no território da



comunidade, buscavam responder as necessidades do grupo que ali habitava, o que também corresponde aos anseios dos moradores na respectiva ligação com o divino, uma vez que, [...] com a construção da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 1934, Bananeiras passou a ser um centro religioso que reunia muita gente para assistir as missas, celebrar casamentos e batizados” (ARAPIRACA, 2019, p.13).

É possível compreender que a construção da igreja deu voz a um sentimento de coletividade através de celebrações religiosas que contribuíram para a reafirmação da identidade cultural. A relação que outrora era terrena passou a ser sacralizada através do poder da Igreja.

A influência da religiosidade em Bananeiras firmou as relações de identidade na comunidade, tornando evidente o sentimento de pertencimento, a noção de “ser e estar” no espaço geográfico, contribuindo, portanto, para uma noção de coletividade. A existência de movimentos religiosos e a celebração de missas tornaram-se uma espécie de ápice da vida comunitária em que os indivíduos poderiam reencontrar-se e reforçar seus anseios para o cotidiano interligados aos campos terreno e divino.

Portanto, entende-se neste estudo, que a religiosidade assumiu um papel fundamental na vida dos habitantes, levando-os a reconhecerem-se como membros de um corpo coletivo e comunitário capaz de objetivar transformações do meio.

Em relação às transformações, é preciso compreender que elas fazem parte do cotidiano. Todos os povos passaram e ainda passam por transições, mesmo que imperceptíveis. Fases que iniciam e outras que encerram, afetam a sociedade em diversos aspectos fazendo com que a existência humana seja marcada pela mudança contínua. Portanto, é preciso compreender, primeiramente, a mudança como um fator cotidiano e intrínseco à vida humana.

Entretanto, analisar as transformações que ocorrem na sociedade requer um estudo mais amplo, o que fica inviável neste momento. Cabe apenas citar de modo objetivo que as mudanças provocam ou-



tras mudanças que abrem novas possibilidades para as perspectivas dos sujeitos.

Neste sentido, faz-se necessária uma breve menção à análise de Barros (2014), sobre Fernand Braudel (1902-1985), historiador que propôs uma nova nomenclatura para a compreensão das transformações da sociedade. O autor apresenta os termos “Ruptura” e “continuidade” para exemplificar os impactos que as transformações podem causar.

Segundo Braudel denomina ruptura quando há um evento histórico capaz de transformar as estruturas sociais de modo radical, rompendo com a fase anterior e dando origem a uma nova fase histórica. De modo inverso, quando, mesmo diante de um acontecimento, há a permanência estrutural e não ocorre uma transformação, é denominada continuidade. Portanto, compreende-se que todas as estruturas sociais estão sujeitas à mudança.

Diante disto, é preciso questionar se quando ocorreu a elevação da comunidade de Bananeiras à condição de vila, a população recebeu o fato como uma ruptura ou uma continuidade. Para esta análise, foi necessário realizar a coleta de informações através de um formulário e diálogos por áudio.

Quatro habitantes da comunidade auxiliaram com informações sobre Bananeiras no ano de 1984, porém, é preciso entender certas limitações da memória sobre a reconstrução dos fatos, neste caso, um evento ocorrido há 37 anos. Entretanto, os desafios encontrados durante a pesquisa reafirmam a importância da construção dos fatos ocorridos para a compreensão da história local, conforme Meihy (2019):

O historiador que compara extensões de tempo deve estar pronto para perceber tanto continuidades, como rupturas e descontinuidades, e isto porque o mundo humano é a ele apresentado – pela documentação e vestígios que lhes chegam das diversas épocas – como um tecido muito complexo, crivado de continuidades, rompimentos e recomeços (BARROS, 2014)





Tanto para Alberti (2019) quanto para Meihy (2020), a importância de reconstruir o passado através da escrita e, conseqüentemente, estudar essa história, está no ato de garantir que exista a partir de então, o registro das memórias de um povo. Diante disto, Santos (1986) alega que ao transpor para a escrita aquilo que outrora era apenas memória e a sociedade objeto de estudo passa a ter materialidade documental.

A construção deste passado através da historiografia demonstra importância e “proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento de sua história” (SHARPE, p. 60). Repensar a história de Bananeiras em meio a esta transição e dar voz a sujeitos que foram testemunhas vivas do evento é trazer à tona algo ignorado ou esquecido por muitos: a história social do povo.

O reconhecimento traz a percepção de que os sujeitos não são passivos à mudança e que por mais que pareçam alheios ao processo transformador, estas rupturas e/ou continuidades causam impactos seja na vida em comunidade refletindo, conseqüentemente na vida pessoal de cada sujeito envolvido.

## **O SUJEITO DE BANANEIRAS EM 1984**

A urbanização de Bananeiras trouxe novos rumos para a comunidade. As mudanças que ocorreram provenientes da ruptura causada pela transição de povoado para a condição de vila, puderam ser percebidas não tanto na vida privada dos sujeitos, mas no âmbito coletivo e comunitário. Como a mudança não foi resultado de um apelo popular, mas sim, do interesse de terceiros que perceberam o momento oportuno para unir o “útil ao agradável” associando a o evento à solenidade religiosa em homenagem aos 50 anos da Igreja local.

Neste aspecto, o objetivo desta pesquisa é entender como o sujeito de Bananeiras entendeu esta transição e para esta realização foi preciso “saber mergulhar sob as ondas” (BURKE, 2010. p. 52) e buscar informa-



ções que pudessem colaborar com o estudo. Para tanto, foi realizada a criação de um formulário online contendo algumas perguntas sobre a comunidade de Bananeiras nos anos de 1984.

O questionário foi respondido por quatro moradores de Bananeiras que interessaram pela pesquisa por meio do envio do link através do aplicativo de conversas WhatsApp. O critério de escolha dos mesmos foi a facilidade de manter o contato por meio virtual considerando as restrições ao contato presencial.

A formulação das perguntas foi realizada pelo pesquisador, que buscou reconhecer a necessidade de questões com tom claro e objetivo de modo a facilitar a compreensão e transcrição para este trabalho. Sendo elas:

1. Nome completo.
2. Nasceu em que ano?
3. Mora há quantos anos em Bananeiras?
4. Lembra qual era sua profissão nos anos de 1984?
5. Como era a vida na comunidade nos anos de 1980 (1984)?
6. O ano de 1984 foi um ano em que a comunidade de Bananeiras passou a ser uma vila. O (a) senhor(a) recorda deste acontecimento?
7. Recorda de alguma mudança na comunidade quando houve a transformação em Vila?
8. A transformação da comunidade em Vila causou alguma mudança na sua vida?

As pessoas que foram entrevistadas autorizaram a exposição de seus nomes nesta pesquisa. Acredita-se que haja relevância neste feito para que seus nomes sejam preservados para a posteridade, uma vez que, este é um documento historiográfico que busca a compreensão dos moradores da comunidade.

A pesquisa através do formulário foi realizada com o auxílio de Francisco Muniz de Oliveira, Josefa Cabral de melo Barbosa, Antonina



Vicente da Silva e Maria Alves de Magalhaes Filha que responderam as perguntas conforme descritas a seguir:

Francisco Muniz de Oliveira (conhecido por Chico), nasceu no ano de 1948 e reside em Bananeiras há 60 anos. No ano de 1984, Sr. Francisco era um agricultor e era borracheiro, segundo o mesmo, na época da transição do povoado para a posição de vila, a comunidade era um local pacato que possuía simplicidade e a pobreza “era grande”. O entrevistado informou que recorda de quando houve a urbanização de Bananeiras e que ocorreram diversas mudanças na comunidade, tais como a criação de “posto de correio e o posto telefônico, água encanada, calçamento e o telefone residencial”. Mas, por outro lado, Francisco disse que este evento não causou mudança em sua vida de modo pessoal.

Através das respostas de Francisco, percebe-se que, enquanto borracheiro e agricultor no ano de 1984, a transição para vila não ocasionou impacto imediato em sua vida pessoal, mas afetou o conjunto do coletivo trazendo para a comunidade, benefícios e inovações que foram de grande importância para os habitantes da vila como um todo.

Para Josefa Cabral de Melo Barbosa, que nasceu no ano de 1963 e reside no local há 42 anos e era agricultora quando o povoado tornou-se vila, afirma que neste período, a comunidade era: “Muito calma você dormia de portas abertas e não fazia medo”. Informou ainda que neste período o povoado: “era muito animado em toda casa tinha um forrozinho nos Domingos”. Segundo a mesma, o local “Começou crescer e chegar muitos moradores” quando se tornou vila. Segundo Josefa, a transformação da comunidade em vila trouxe o sentimento de “medo”.

Diante das informações dispostas por Josefa, quando Bananeiras tornou-se vila, houve um possível aumento populacional. A informação apresentada demonstra que havia certo temor acerca de novos moradores que até então eram desconhecidos, uma vez que, a comunidade organizou-se em torno de poucas famílias que por sinal, eram numerosas. Neste aspecto, é importante ressaltar que Guedes (1999, p.20) alega que os casamentos aconteciam entre pessoas com grau de parentesco



muito próximo “formando essa imensa árvore genealógica através do tempo”.

Do mesmo modo, Nardi (2010) afirma que ainda é possível ouvir pessoas dizendo que a comunidade cresceu sem “gente de fora”. Isto é, durante muitos anos, a comunidade era formada, em sua maioria, por parentes. Outro aspecto descrito por Josefa é a opção de lazer que a comunidade possuía, onde segundo sua memória, em cada casa havia um “fórrózinho” aos domingos. Percebe-se que para a entrevistada, há um toque de saudosismo em suas repostas quando compara como a comunidade era quando povoado e como se tornou após a criação da vila. Josefa não fez menção aos benefícios que o evento possa ter ocasionado na comunidade.

Antonina Vicente da Silva nasceu em Bananeiras no ano de 1970 e reside na comunidade desde então. Quando houve a transição para vila em 1984, Antonina era estudante e a comunidade era um local “Simples aonde os moradores viviam basicamente da agricultura e do comércio da produção agrícola, principalmente, da cultura do fumo, todos se conheciam”. Sobre o ato de recordar sobre o evento, Antonina informa que não possui muitas recordações devido ter apenas 14 anos na época. Mas sobre as mudanças da comunidade, a entrevistada disse que “Foi implantada uma subdelegacia, uma agência de correios, a ampliação da escola e do posto de saúde”. Antonina informou que as mudanças ocorridas na comunidade deram-lhe a possibilidade de também usufruir dos benefícios coletivos.

É possível afirmar que as respostas de D. Antonina revelam um outro lado da história, pois, sendo estudante, a mesma não percebeu o impacto dessa mudança em sua vida de modo imediato. As transformações na vida em comunidade foram percebidas pela jovem Antonina em 1984, mas em seu cotidiano privado e pessoal as mudanças não ocasionaram uma ruptura de modo abrangente e decisivo.

Maria Alves de Magalhães Filha (conhecida como Marluce) nasceu no ano de 1959 e mora em Bananeiras há 61 anos. No ano de 1984, Maria



Alves era professora e diretora de uma escola municipal. A entrevistada descreveu com diversos detalhes como era a vida na comunidade no ano de transição de povoado para a posição de vila:

Uma comunidade rural onde se trabalhava na roça. Quem tinha uma condição melhor estudava na sede do município, pois a única faculdade de formação de professores era particular! Nos finais de semana participava da vida em comunidade na Igreja! Participando dos grupos diversos, entre os quais grupos de jovens. Outro ponto de encontro era um chafariz público onde cada família se abastecia com água da fonte das bananeiras, isso até os finais dos anos 80. Outro ponto positivo, era a pratica esportiva num campo construído pela comunidade. Um campo de trabalho era os salões de fumo onde as famílias ganhava um dinheiro destalando fumo. Aos domingos, tradicional feirinha criada no período que era sítio, onde as pessoas faziam suas compras! Porque só tinha as vendas ou “budegas” (Maria Alves de Magalhães Filha)

Na pergunta nº 5, sobre o ano de 1984 em que a comunidade se tornou vila, a professora Maria Alves disse que:

Foi um período de expectativas, pois se mobilizava a comunidade para celebrar os 50 anos da igreja ponto alto da fé e organização social da comunidade, e criado uma comissão para arrecadar fundos para o forro da igreja e também para o grande dia de celebrar, a comissão visitando a Câmara de vereadores o presidente do poder legislativo lançou a proposta de transformar em o povoado em a Vila. Lembro-me dos fatos porque fiz parte da referida comissão (Maria Alves de Magalhães Filha)

Sobre as mudanças que ocorreram na comunidade após a ocasião, Maria Alves disse que o:

Ponto maior desta transformação foi marcar o cinquentenário da Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro ponto de referência da fé na comunidade. Com a elevação a Vila: criação do CEP, pavimen-



tação de ruas, canalização de água nas residências abertura de estrada ligando a AL 110 e a sede do município, fundação de uma Creche Casulo em parcerias LBA e comunidade. Implantação de um posto telefônico que atendia aos sítios vizinhos também (Maria Alves de Magalhães Filha)

Sobre a pergunta nº 6, Maria Alves comentou sobre os impactos dessa transição em sua vida e diz que esta ocasião lhe “deu oportunidades de fazer parte do crescimento econômico, político social da comunidade, além do âmbito religioso e principalmente educacional” (Maria Alves de Magalhães Filha).

Com as informações dispostas pela professora Maria Alves, percebe-se que havia grande influência da Igreja católica na comunidade, o que assegurava a participação e mobilização dos moradores em prol de causas relacionadas ao campo religioso. A compreensão do sagrado e a perspectiva de estar fazendo parte de uma missão em prol da obra divina fez com que os membros engajassem e apoiassem a tanto a reforma da igreja quanto à transição, ainda que muitos não compreendessem os impactos que a urbanização causaria em suas vidas, sejam eles vistos como positivos ou não.

Percebe-se que as quatro pessoas que foram entrevistadas possuem perspectivas distintas sobre o mesmo evento. Contudo, ao que consta, a maioria deles concorda que a transição para a condição de vila trouxe inúmeros benefícios para a comunidade. Compreende-se, que houve uma ruptura no modo organizacional da vida em comunidade que passou a ter novas perspectivas sobre a vida em comunidade.

Por meio de mensagem de voz, a professora Maria Alves comentou que a transformação de Bananeiras à condição de vila não partiu de um apelo popular, mas do incentivo e apoio do poder legislativo municipal que se empolgaram com a ideia de para homenagear a comunidade no aniversário de cinquenta anos da Igreja local.

Esta passagem para vila, segundo Maria Alves trouxe “ganhos” para a comunidade como a criação de um Cep, pois antes não havia,



junto a isto houve a criação de nomes para as ruas sendo apenas 05 ruas e a pavimentação de duas ruas principais. De acordo com a professora Maria Alves, neste período, a cidade de Arapiraca passou a ser uma cidade de porte médio em que também foram fundadas outras vilas que ficavam distante da cidade.

Considera-se, portanto, que a transformação do povoado em vila não partiu da mobilização da comunidade, mas do interesse político do poder legislativo municipal que aproveitou da solenidade em que a comunidade estava envolvida nos festejos religiosos para realizar o feito. Todavia, os sujeitos enxergaram essa ruptura sob diferentes ângulos.

Considerando as informações dispostas pela professora Maria Alves, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro exerceu um papel importante tanto na identidade da comunidade quanto no quesito da influência para que houvesse a elevação à condição de vila.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se diante das informações expostas nesta pesquisa, que quando Bananeiras migrou para a condição de vila, a comunidade passou por uma ruptura estrutural no sentido da mudança para uma nova fase. Esta nova fase, por sua vez, abriu caminho para outras fases que não permitiram que o retorno à fase anterior.

Os moradores que auxiliaram nesta pesquisa compreendem o evento da elevação de povoado à vila como algo que mudou totalmente a estrutura da comunidade. A comunidade sofreu os impactos da urbanização de Arapiraca que se tornou, nos idos dos anos de 1980, uma cidade de médio porte e necessitava atender outras demandas da população. Com isso entende-se que o surgimento de vila Bananeiras enquanto nova nomenclatura, não foi resultado de reivindicações da própria comunidade, mas do interesse do poder legislativo que uniu a celebração religiosa com a criação da vila.



Em relação aos camponeses, agricultores, considera-se, neste momento que a transição para a posição de vila não causou impacto na vida dos camponeses, pois, permaneceram exercendo suas atividades. Por outro lado, a efetivação de vila Bananeira trouxe novas oportunidades de crescimento profissional através da educação, melhorias para a vida coletiva, que, conseqüentemente, também auxiliava a vida do próprio camponês, agricultor. Considera-se, por fim, que houve uma grande ruptura na organização da vida em sociedade, mas também ocorreram continuidades na vida pessoal. A comunidade não seria mais como antes, isto é evidente.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ARAPIRACA, Prefeitura Municipal de. **Secretaria municipal de educação**. Projeto Político Pedagógico: Escola de Ensino Fundamental Deputado José Pereira Lúcio. Arapiraca, 2019.

BARROS, José D'assumpção. **A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo**. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/8336>> Acesso em: 27 de Abr. de 2021

BEZZI, Meri Lourdes. **A região como foco de identidade cultural**. Periódicos Unesp.2008. Disponível em:<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1732>>. Acesso em 28 de Abr. de 2020.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do tempo**. Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/haesbaert-dos-mucc81ltiplos-territoc81rios-acc80-multiterritorialidade.pdf>>. Acesso em: 11 de Out. 2020.

MACEDO, Valdemar Oliveira. **Arapiraca na História de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1994.





MEIHY, José Carlos Sebe Bom., **História Oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2019.

\_\_\_\_\_. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MONTE, Tânia Maria de Carvalho C. A religiosidade e sua função social. **Revista Inter-Legere**, nº5. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/4619/3777/>>. Acesso: 22 de Abr. 2020.

NARDI, Jean Baptiste. **Acabou-se o fumo: formação socioeconômica e espacial de Arapiraca/AL**. Maceió: QGráfica. 2010.

SANTOS, José Luiz dos, **O que é cultura**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Felipe Santos. **Entre vínculos e identidades: encontros e (re)encontros na festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Vila Bananeiras, Arapiraca – AL (Monografia de Geografia)**. Universidade Federal de Alagoas - UFAL – 2017.



# SERTANEJAS DE NEGÓCIO NAS BANCAS DE FEIRAS LIVRES, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1980-2021

 Maele Moreira Sandes Cavalcanti<sup>1</sup>

 José Vieira da Cruz<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A feira livre toma forma no Brasil por volta do século XVII, quanto seu território era uma parte da América Portuguesa (LINHARES; SILVA, 1979). A partir de então, passando pelo período colonial (1500-1822), pelo Império (1822-1889) e pela República (1889 até nossos dias), esse modelo embrionário, transmigrado da península Ibérica, expandiu-se de diversas formas pelas diferentes regiões do país.

Assim, a feira livre compreende diferentes relações econômicas atinentes a compra e venda de mercadorias, mas também, envolve relações sociais e toda uma trama de experiências, resiliências, resistências, identidades, empreendedorismos, disputas e negociações. No caso das mulheres e, mais especificamente das mulheres de negócios das feiras livres do sertão, um olhar mais aprofundado em diálogo com os estudos de gênero revelam singularidades, assimetrias e ambivalências.

A partir desse olhar, este estudo sobre as sertanejas que mantém negócios na feira livre no município de Delmiro Gouveia, no período de

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFAL).

<sup>2</sup> Professor da UFS, do PPGH/UFAL, do PROFHISTÓRIA/UFS e Pós-doc. do PPGedu/UFPE.



1980 – quando ocorreu a mudança no local da feira –, à 2021 – quando em um contexto de indefinições sanitárias, econômicas e políticas provocadas pela pandemia da COVID-19, a cadeia produtiva do empreendedorismo enfrentou grandes desafios.

Nesse sentido, objetiva-se com este estudo compreender a visibilidade das mulheres de negócios na feira livre, em particular, a partir dos diferentes lugares, papéis e atividades por elas ocupado, enquanto feirantes junto a feira livre do município de Delmiro Gouveia, Alagoas, no Sertão do rio São Francisco, entre 1980 e 2021. Um município marcado pelo empreendedorismo fabril do famoso coronel do algodão “Delmiro Augusto da Cruz Gouveia” (CORREIA, 1998; NASCIMENTO, 2017).

Em relação a feira livre da sede do referido município tomamos, como já foi dito, como recorte temporal inicial o ano de 1980. No referido ano, como apontam os estudos desenvolvidos a respeito, a reestruturação e mudança de local da feira, ocorridos entre as décadas de 1980 e de 1990, teve dentre suas consequências uma presença maior, mas nem sempre visibilizada, da participação das feirantes – mulheres de negócios. Assim, no referido contexto, a feira livre é deslocada da área central da cidade para ser reorganizada em outro espaço – na época tida como periférica. O novo espaço foi construído, reorganizado e ocupado sob a égide de um cenário de expansão econômica, valorização da moeda e de surgimento de novas atividades econômicas, sobretudo a partir da década de 1990 (SOUZA, 2017).

A feira livre, em seu sentido mais tradicional, foi reorganizada nas proximidades do prédio recém construído do mercado de carnes. As razões para a mudança do local da feira, além da necessidade de reorganizá-la e de expandi-la, ocorreu também por razões econômicas e políticas. Dentre as motivações econômicas destacam-se a expansão comercial por conta da movimentação de trabalhadores junto a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, no idos da década de 1980. Fato que conferiu certa centralidade para muitas atividades de serviços e de



comércio em cidades próximas da referida construção (CORREIA, 1998; SOUZA, 2017; CAVALCANTI, 2019).

Para entendimento da temática dos estudos sobre as mulheres e a divisão social do trabalho é importante aprofundar as discussões sobre a história das mulheres e sobre os estudos de gênero, a exemplo das pesquisas sobre excluídas e silenciadas (PERROT, 2010), trabalho (MATOS; BORELLI, 2018), e de gênero (SOIHET, 2011; RAGO 2018).

A pesquisa também realizou coleta de dados utilizando a metodologia *Survey*, através da utilização do formulário *Google Forms* e da análise dos dados na planilha do *Excel* (MOTA, 2019). A partir da análise dos dados coletados foi possível construir um perfil claro, objetivo e consistente sobre as mulheres de negócios, “donas das bancas de feiras” – como elas preferem ser chamadas. Em torno desses dados e dos diálogos com a história do tempo presente (BLOCH, 2001) e da história social (THOMPSON, 1998), a presente pesquisa descortina alguns nuances sobre o lugar, a visibilidade e as experiências dessas sertanejas de negócios, empreendedoras, informalizadas e invisibilizadas.

## ENTRE O CAMPESINATO, OS LAÇOS FABRIS E A INFORMALIDADE

Ao estudar o processo de silenciamento das mulheres no fazer historiográfico (PERROT, 2005; 2019), percebe-se que as experiências da invisibilização da mulher em tarefas fora do lar consistem em rótulos, estereótipos e convenções de poder. Em termos próximos, o entendimento de classe social, sob a perspectiva Thompson (1998), sugere dentre os seus meandros, olhar atento das multidões, das classes populares e de suas relações de gênero, sobretudo, a partir dos costumes, experiências e resistências por eles(as) tecido(a)s.

A respeito, Thompson evidencia a partir do estudo do confronto de “*Korn Laws*” – das leis dos cereais, na tradução da época –, a principal matéria para alimentação popular. Os levantes do século XVIII na Inglaterra por causa dos altos preços dos cereais, transformou a socie-



dade inglesa. Homens e mulheres, a partir da evocação de costumes, tradições e experiências de resistência, contestavam a dissolução das estratégias de sobrevivência rurais frente aos avanços do mercado capitalista. Nesses levantes, elas, os grupos de

mulheres [...] foi até o moinho de vento de Gosden, onde, atacando o moleiro por lhes ter fornecido farinha escura, elas se apoderaram do pano com que ele estava peneirando a farinha segundo as instruções da Lei do pão, e cortaram-no em mil pedaços; ameaçando fazer o mesmo com todos os utensílios similares que, em futuras tentativas, ele pudesse utilizar para o mesmo fim. Mais tarde a líder amazona dessa cavalgada de saias pagou para as companheiras um guinéu drinques na taverna Crab Tree (THOMPSON; 1998, p. 115)

As ações das mulheres em levantes populares são importantes para pensar as construções das práticas sociais em incitações por melhorias, seja das condições de vida do campesinato seja contra a exploração da mão-de-obra de baixo custo nas cidades e, posteriormente, nos processos de informalização da economia tanto para homens quanto para mulheres. O exemplo trazido pelo referido historiador inglês, destaca a participação de mulheres nos meios de produção e de resistência frente aos avanços do capitalismo na disciplinarização e nas tentativas de modificação de costumes, tradições e sociabilidades culturais.

No curso dos séculos, as mulheres ocuparam profissões não valorizadas. A exemplo do comércio informal em feiras livres – transitando pelas atividades campesinas, do lar, fabris e, muitas vezes informais. Segundo Matos e Borelli, o trabalho das mulheres de negócios nas feiras livres, para além dos muros fabris

foi, desde o início, determinante. Vários desses estabelecimentos eram, inclusive, conhecidos pelos nomes de suas proprietárias. [...]. No comércio de rua, entre vários ambulantes, muitas mu-



lheres comercializavam verduras, legumes, frutas, flores ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixe, leite, pão entre outros produtos[...] das verdureiras, na sua maioria de imigrantes, que expunham nas feiras livres o que produziam em chácaras existentes nos arredores das cidades. (2018, p. 129)

A constatação de Matos e Borelli (2018), apresenta dados que transvertem o silêncio das mulheres com o mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, principalmente das camadas populares. Esta percepção ou arcabouço descortina, sob o ponto de vista do gênero, da etnia e das desigualdades sociais, um perfil demográfico e econômico mais ampliado acerca das feirantes.

Já em relação ao universo do trabalho das mulheres das camadas populares é importante salientar que a maioria, sobretudo no âmbito fabril, eram imigrantes de etnia branca, acrescentando ainda mais descompasso frente a questão racial brasileira, em conjunto com as questões de gênero e de classe. Assim, a precarização e informalidade do trabalho feminino transcendem as relações de gênero e classe, incluindo também a questão étnica.

Em relação a exploração econômica, ela também fez parte de um duro legado de abusos e discriminações conferidas às mulheres e aos menores de idade – crianças, adolescentes e jovens – no campo, nas fábricas, no comércio e nas múltiplas formas de informalidade e de resistência. As duras jornadas de trabalho, quase sempre superiores as masculinas, e a dupla jornada, dentro e fora do lar, são corriqueiras nos relatos e estudos historiográficos associado a exploração do trabalho das mulheres. Segundo Soihet, as “mulheres de segmentos populares sempre trabalharam, tanto na cidade como no campo” (2011, p. 273).

A presente pesquisa, é preciso registrar, foca apenas as experiências de mulheres em atividades econômicas do comércio informal, no caso, das sertanejas feirantes do município de Delmiro Gouveia, 1980-2021. Algumas delas vindas de atividades agrícolas, outras desempregadas do setor fabril e, quase todas, premidas pela necessidade de obter



uma renda que lhes garantisse sustento e dignidade social para si e para seus familiares. Assim, para grande parte delas, a feira livre tornou-se a alternativa ao não acesso à terra, à ausência de empregos formais e a possibilidade de um negócio próprio.

Desta forma, o trabalho feminino informal das feirantes situa-se no cotidiano urbano do município de Delmiro Gouveia como uma possibilidade de sustento, dignidade social e empreendedorismo informal. No referido município de Alagoas, no Sertão do rio São Francisco, o comércio informal “da feira livre que atende tanto as necessidades da população local como também das cidades circunvizinhas, acompanhada de outras atividades do terciário, são responsáveis pela geração de emprego e renda para os cidadãos” (SOUZA, 2017, p. 67).

O processo de instalação da feira em um espaço periférico, a crise das atividades fabris, a persistência de restrições ao acesso à terra, e, a frequente migração – ida “para o trecho” a busca por trabalho em outras regiões –, podem ser apontados como fatores de influência no aumento das atividades informais, sobretudo para as mulheres que insistiam em permanecer na região ou para ela retomaram após malsucedidas experiências de migração. Neste cenário, a presença de mulheres, de forma formal ou informal, nas feiras livres evidencia a ocupação de um importante espaço social, econômico e político que precisa ser mais bem compreendido.

A informalidade da feira livre, como mencionado, constituiu-se como uma importante alternativa de renda, em particular, para mulheres chefes de família que permaneciam com seus filhos enquanto os companheiros arriscavam alguma renda no chamado “trecho” – ou migração por trabalho e renda em outras regiões. A possibilidade de uma renda – complementar e/ou independente dos companheiros e a possibilidade de manter os filhos próximos, inclusive junto a própria banca ou ponto na feira, emergem na pesquisa de campo como argumentos, justificativas e explicações. A exemplo, segundo a narrativa da feirante Hélia Beserra Cavalcanti, entrevista em 13 de fevereiro de



2019, ela começou a trabalhar após constatar “a árdua luta da sua mãe, trabalhar na feira desde os nove anos de idade”, o que traz em si, em poucas palavras, as motivações de muitas destas mulheres que buscaram no trabalho (in)formal a essência de seu sustento e de sua família (CAVALCANTI, 2019, p. 58).

## DA COLETA DE DADOS À CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL

Em torno deste tema, objeto e problemática, a partir da análise de um formulário de pesquisa, tipo *Survey* – com termo de consentimento e de esclarecimento, e a partir da utilização da ferramenta do formulário do *Google Forms* –, foram coletados junto a um universo de 14 mulheres sertanejas de negócios, atuante na condição de feirantes entre 1980-2021, dados relacionados ao perfil identitário, econômico e social.

Segundo Mota (2019), a utilização do *Google Forms* tem algumas vantagens no trabalho coleta de dados para realização de uma pesquisa, seja acadêmica ou de opinião, pela

praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode enviar para os respondentes via e-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar [...] enumera-se ainda como vantagem os resultados da pesquisa pelo *Google Forms*, pois estes se organizam em forma de gráficos e planilhas, proporcionando um resultado quantitativo de forma mais prática e organizada, facilitando a análise dos dados. É interessante observar que com tal formato on-line os antigos formulários impressos serão substituídos. (2019, p. 373)

Entretanto, apesar das vantagens enumeradas, a pesquisa através do *Survey*, em particular utilizando o formulário do *Google Forms*, tem suas limitações, tanto em relação a aplicação em áreas sem ou com conectividade limitadas quanto por eventuais dificuldades de escolaridade ou de tempo para o preenchimento. Neste sentido,





eventuais lacunas quanto a aplicação desta ferramenta foi contornada com o preenchimento dos dados realizado no fazer-se do trabalho de campo - respeitando e tomando os devidos cuidados sanitários impostos nestes tempos de pandemia. A outra ponta das limitações quanto a aplicação do referido formulário, para além do quantitativo, refere-se à subjetividade dos dados coletados. Esta dimensão é pontuada nesta pesquisa com anotações junto ao caderno de campo e, posteriormente, com a realização de entrevistas fundadas no uso metodológico da história oral (ALBERTI, 2004; CRUZ, 2005; AMADO; FERREIRA, 2008).

A análise destes dados, inicialmente quantitativos, tem permitido visualizar uma parcela deste universo de empreendedores e traçar diálogos com a história do tempo presente e a história social, bem como, com os estudos de gênero, étnicos e de relações de poder na região, vamos então aos dados da pesquisa.

## UM PERFIL DAS FEIRANTES SERTANEJAS

A pesquisa foi realizada com 14 mulheres na feira livre do município de Delmiro Gouveia. Os dados sugerem que o espaço erguido, ocupado e visibilizado por essas mulheres de negócios, feirantes e/ou empreendedoras informais, transverte valores arcaicos, conservadores e misóginos. Estes dados também lançam luzes sobre significados, estratégias e táticas de negociação e disputas de gênero, étnicas e de classe nas cercanias de Delmiro Gouveia, Alagoas no Sertão do São Francisco no período em estudo. O aprofundamento destas questões está sendo realizado, de forma *pari passu*, com o uso da história oral e será apresentado como resultado de um outro estudo.

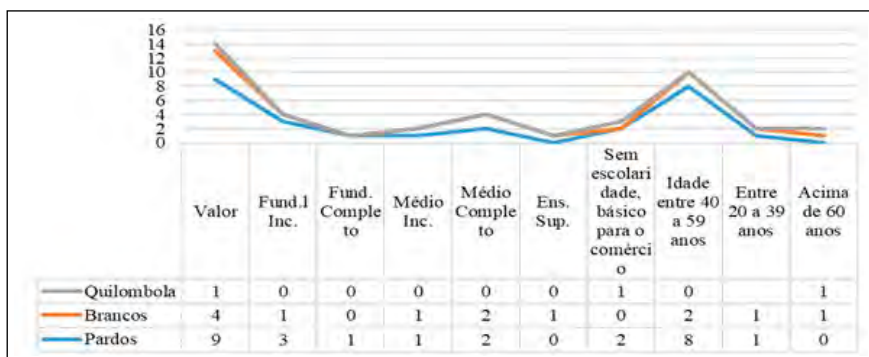
No curso da coleta de dados junto as “donas de bancas de verdura”, uma dentre os inúmeros espaços e possibilidade de negócio na feira, por meio de um questionário *Survey*, devido aos tempos pandêmicos provocados pelo COVID-19, estendeu-se apenas ao referido espaço



e para não atrapalhar as vendas foi realizado no período do chamado “fim de feira”, no horário das 14h00 à 16h00 horas.

Os dados analisados permitem enxergar as condições de escolaridade, etnia e idade das sertanejas feirantes ou mulheres de negócios do Sertão. Assim sendo, a etnia mais declarada foi a parda, cerca de 64% do universo pesquisado. Em relação a idade prevaleceu a faixa de 40 a 59 anos. Já em relação a escolaridade a maior parte informou ter o fundamental incompleto. Vejam os dados no infográfico 01.

Infográfico 01 - Análise de Etnia, Idade e Escolaridade



Fonte: CAVALCANTI, Maele Moreira; CRUZ, José Vieira da. Sertanejas de negócio nas bancas de feiras livres - Formulário Google Forms, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021

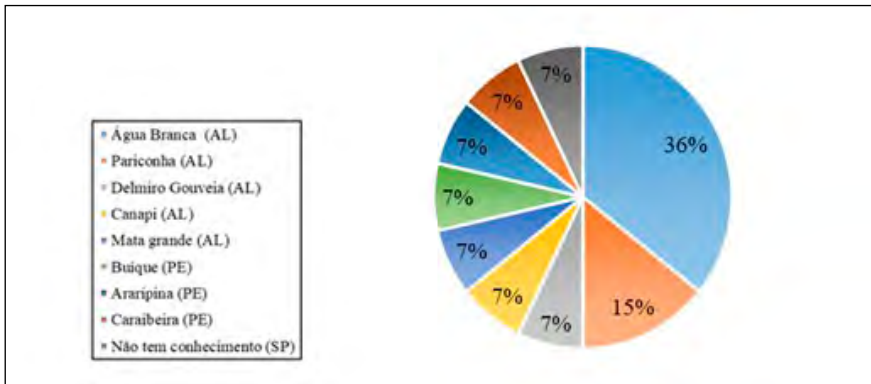
Dos traços étnicos declarados apenas uma fez alusão à etnia quilombola – por sua mãe pertencer a uma comunidade quilombola. A referida entrevistada, mesmo não residindo em um quilombo, evoca sua ancestralidade e compartilhamento de valores identitários e sociais. A entrevistada, portanto, identifica-se como quilombola em razão da hereditária da mãe e por conta da formação cultural da região pernambucana da qual ela é originária.

Outro dado importante é referente aos locais de origem/nascimento das negociantes que participaram da pesquisa. A maioria é natural de regiões circunvizinhas à Delmiro Gouveia, a exemplo de Água Branca (CORREIA, 1998). Evidenciando a influência econômica do referido



município, enquanto polo comercial e aglutinador, para a região, como se pode observar no infográfico 02.

Infográfico 2 - Cidades e Estados de nascimento/origem das feirantes



Fonte: CAVALCANTI, Maele Moreira; CRUZ, José Vieira da. *Transverter o empreendedorismo: sertanejas de negócio nas bancas de feiras livres* - Formulário *Google Forms*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021

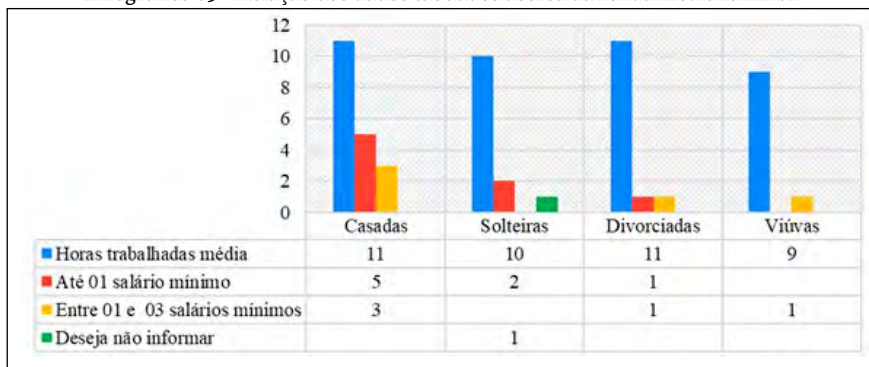
Algumas dessas mulheres, após experiências de migração pessoais e de familiares para o Sul e/ou para o Sudeste do país, relataram nos dados de coleta de campo a decisão tornarem-se feirantes no município de Delmiro Gouveia. Essa decisão ocorreu por diferentes motivações: dificuldades inerentes nas experiências de migração para outras regiões e/ou municípios do próprio sertão e, grande parte dos relatos a “facilidade” da informalidade que transpassa as atividades das feiras.

No tocante a renda, os dados coletados não revelam com precisão o rendimento médio das referidas negociantes. As respostas para as perguntas relacionadas a renda são pontuais, pouco precisas e reservadas. A maioria, conforme anotações do caderno de campo. Informa ter rendimentos de até um salário-mínimo – incluindo o rendimento dos cônjuges. Por outro lado, as falas sobre rendimentos são acompanhadas por relatos acerca das exaustivas horas de trabalho para obter, o que elas denominam de “apurado” – resultado ou lucro decorrente da venda de produtos comercializado pelas comerciantes após um dia



de atividades na feira livre. A respeito, infográfico 03 contam os dados tabulados acerca da renda familiar.

Infográfico 03 – Relação dos dados tabulados acerca da renda média familiar



Fonte: CAVALCANTI, Maele Moreira; CRUZ, José Vieira da. *Transverter o empreendedorismo: sertanejas de negócio nas bancas de feiras livres* - Formulário *Google Forms*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021

A maioria das entrevistadas informa que o comércio na feira livre e a sua principal atividade econômica e que estão nessa atividade a pelo menos 10 anos. Dentre elas, cinco das quatorze feirantes iniciaram suas atividades no local de origem da feira de Delmiro Gouveia, ao lado da fábrica, antes que ela fosse transferida para o atual local de funcionamento do mercado público e da feira livre. Uma delas iniciou seus negócios na feira em 1973. As demais a partir da década de 1980, quando ocorreu a mudança da feira da região mais “central” do município para uma outra que a época, na visão dos feirantes, era considerada “periférica”. A esse respeito, é preciso observar que a compreensão de “centro-periferia” em Delmiro Gouveia no início da década de 1980 é diferente da que os moradores da cidade têm quatro décadas depois.

Em relação à questão sanitária, tão evidenciada nesses tempos de pandemia, os dados coletados pelos formulários respondidos e pelos registros anotados no caderno de campo indicam que, sob a perspectiva das feirantes, a infraestrutura da feira precisa melhorar e receber a devida manutenção pública. As feirantes criticam a falta uma cobertura,



reconfiguração das bancas, excesso de impostos e taxas cobradas aos(as) feirantes, cuidados sanitários e melhores condições de trabalho e de comércio tanto para os feirantes formalizados quanto para os informais. A seguir, na tabela 01, é possível apreciar as respostas relacionadas:

Tabela 1 – Respostas associadas as condições de trabalho

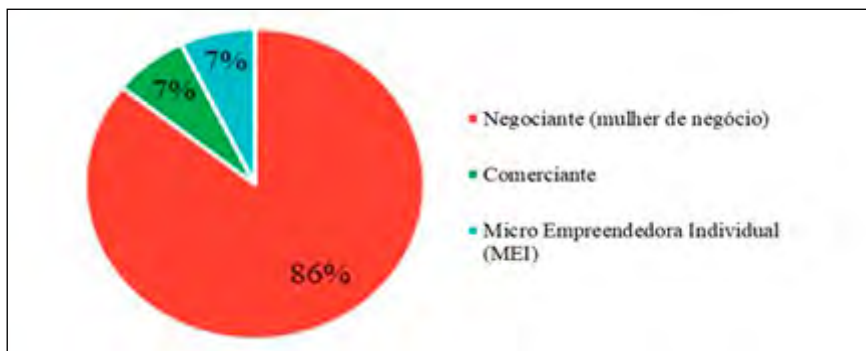
Quais são suas sugestões para melhorar as feiras livres para os(as) feirantes?	
1.	A cobertura da feira
2.	A cobertura da feira e reorganização
3.	A cobertura, a higienização e dedetização
4.	A cobertura da feira geral
5.	Melhoria totais, impostos que são altos, fisicamente, cobertura
6.	Uma reforma no ambiente, melhores qualidades de trabalho, ter assistência para as feirantes
7.	A cobertura, as bancas, a feira em geral
8.	Saneamento da feira, reforma, não tem planejamento
9.	A cobertura e higienização
10.	Cobertura do pátio, higienização do ambiente, pois afasta os consumidores
11.	Um olhar melhor da prefeitura, um o olhar da vigilância sanitária.
12.	Cobertura da feira e reforma das bancas
13.	Cobertura e reforma das bancas, melhorar a vigilância
14.	Uma CEASA, as barracas, as condições das feiras não têm estoque e uma falta de cobertura e espaços de trabalho

Fonte: CAVALCANTI, Maele Moreira; CRUZ, José Vieira da. *Transverter o empreendedorismo: sertanejas de negócio nas bancas de feiras livres* - Formulário *Google Forms*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021

Em relação a identidade dessas mulheres, enquanto feirantes, mulheres de negócio, empreendedoras informais e/ou trabalhadoras, as respostas apresentadas no infográfico 04 foram bastante esclarecedoras. Em outros termos, esta definição baliza um dos objetivos centrais desta pesquisa, qual seja, o sentimento de identificação e de pertencimento de classe das mulheres de negócios que atuam na feira livre de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco:



Infográfico 4 – Sentimento de identificação profissional/pessoal e/ou econômica



Fonte: CAVALCANTI, Maele Moreira; CRUZ, José Vieira da. *Transverter o empreendedorismo: sertanejas de negócio nas bancas de feiras livres* - Formulário *Google Forms*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021

As respostas de que elas eram negociantes, mulheres de negócio, foi a categoria com maior grau de identificação/pertencimento assinalado pelas feirantes. Elas, portanto, definem-se como mulheres de negócio, ou seja, por mais que não se evidenciem redes de organizações entre elas, as questões de pertencimento social as motivaram a se auto reconhecerem como mulheres negociantes, sertanejas de negócios.

Assim, apesar do ambiente amplo, complexo e emblemático característico de uma feira livre, as mulheres entrevistadas deixaram claro a importância econômica por elas ocupado no referido espaço, bem como, de que elas estão atentas, resilientes e atuantes quanto as reivindicações por melhoras em suas condições de trabalho, renda e comércio. Como colocado por Rago, até pouco tempo “falar de trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto sem corpo” (2018, p. 579).



## DESCORTINANDO CAMINHOS ...

No momento da realização dessa coleta de dados, simultaneamente ao trabalho de campo, a cada formulário respondido, uma feirante indicava uma outra, revelando uma teia de sociabilidades, apoio à pesquisa e desejo de visibilidade. A pesquisa, registrada no caderno de campo, foi identificando mães, irmãs, filhas, tias, amigas, companheiras, guerreiras e sertanejas de negócio, fibra e força.

A pesquisa também evidenciou o cenário de mudanças políticas e econômicas da região que resultam por conferir tanto maior centralidade a referida feira quanto a maior participação das mulheres de negócios no referido espaço. Uma jornada efetivada rompendo barreiras sociais – por sustento econômico e visibilidade social. Uma jornada de longas horas de trabalho, com condições desfavoráveis e pouco apoio de políticas públicas.

Nesse sentido, observamos que no cotidiano das feirantes entrevistadas as relações familiares se fazem muito presente, fortes e enlaçadas, enquanto uma rede, ao mesmo tempo afetiva, informal e de interesses em comuns. Dessa forma, avançamos na compreensão de que os laços de interesses são mais profundos, presentes e constantes. Avançamos também na compreensão de que companheiro(a)s de disputas cotidianas por espaços, clientes e vendas, também formam e tem consciência das redes sociabilidade e da necessidade de transverter silenciamentos, invisibilidades e desigualdades instituídas dentro e fora da (in)formalidade.

Assim, nos primeiros passos desta pesquisa, observamos que corpos, rostos e identidades tomam vozes, significados e visibilidades – em semelhança ao proposto por Rago (2018) acerca do trabalho feminino e sua sexualidade para além dos moldes tradicionais da exclusão simbólica. Em suma, a presente pesquisa possibilitou, mesmo que sob as restrições de um contexto de pandemia, viabilizar junto com uma rede informal de mulheres negociantes do sertão, também chamadas de ser-



tanejas de negócios, uma melhor compreensão quanto ao perfil dessas negociantes no contexto da feira livre do município de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, entre 1980 e 2021.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o Ofício de Historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2006.

CAVALCANTI, Maele Moreira Sandes. **Potências do feminino no empreendedorismo do sertão alagoano**. Delmiro Gouveia: Universidade Federal de Alagoas: Campus do Sertão: Curso de História, 2020. (Monografia)

CORREIA, Telma de Barros. **PEDRA: Plano cotidiano operário no sertão**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da História Oral: um caminho para a pesquisa histórica. **Fragmenta**: revista científica, v. V, p. 49-61, 2005.

CRUZ, José Vieira da. Vozes do Sertão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas. In: **Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL**. Maceió: UFAL, 2013, p. 832-840. Disponível em <<https://ichca.ufal.br/pesquisa/grupos/historia/centro-de-pesquisa-e-documentacao-historica-cpdhis/anais-de-eventos> > Acesso em 26/07/2021.

CRUZ, José Vieira da; SILVA, Aline Oliveira da. (2022). Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986-1989. **Revista Crítica Histórica**, 13(26), 257–281. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012>. Acesso 30/12/2022.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco. **História Política do Abastecimento**. Brasília: Binagre, 1979.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado de trabalho produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: CONTEXTO: 2018. p. 126-147





MOTA, Janine da Silva. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, 2019.p. 371-373.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a Educação na Pedra**. Vol. 199, Brasília: Senado Federal, 2017

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro Bauru, SÃO PAULO: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Correa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 578-606.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2007, v. 19, n. especial, p. 95-102. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400013>>. Acessado 3 junho de 2021.

SOIHET, Rachel; “História das Mulheres” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-286.

SOUZA, Carla Janine Vieira de. **Transferir para modernizar**: os feirantes e as relações capitalistas no alto sertão de Alagoas – Delmiro Gouveia (1980-1990). Delmiro Gouveia: Universidade Federal de Alagoas: Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, 2017. (Monografia de graduação).

THOMPSON. E. P., **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



# TEMPOS DE PANDEMIA, TEMPOS DE CUIDADOS: UM OLHAR SOBRE A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 2020

 Thiego da Silva Barros<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O ano de 2020 exigiu de cada pessoa, um novo olhar e cuidados para conosco e aqueles que estão ao nosso redor com a inserção do “novo normal”. Assim precisamente em novembro do ano citado, foi confirmado o primeiro caso infeccioso de uma doença causadora de problemas respiratórios graves, que mais a frente iria se alastrar por diversos países impactando mundialmente em seus aspectos sanitários, sociais, econômicos e culturais.

Esse acontecimento iniciou um processo de mudanças profundas nas relações sociais, sobretudo, com a decretação por parte da OMS (Organização Mundial da Saúde) em 11 de março de 2020, de que estaríamos vivenciando uma pandemia, ou seja, descreveu uma situação em que uma doença infecciosa estaria a ameaçar simultaneamente muitas pessoas pelo mundo. Convém salientar que este termo pandemia<sup>2</sup>, não tem relação com a gravidade da doença, mas com a abrangência geo-

---

<sup>1</sup> Professor da Rede Municipal de Ouro Branco/AL e Major Izidoro/AL; mestrando em História no PPGH da UFAL, tendo como orientador o Professor Dr<sup>o</sup> Pedro Abelardo de Santana.

<sup>2</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51363153> - Acessado em 20/05/2021.



gráfica em decorrência da alta transmissibilidade, que geraram impactos, e exigiu das autoridades de saúde, governamentais, religiosas e a população como um todo, um direcionamento para o enfrentamento a esta questão de saúde pública, de crise sanitária mundial.

Dessa forma, ações conjuntas passaram a ser projetadas, visando atender a população, especialmente, a mais vulnerável, para que assim pudesse mitigar os danos causados pela doença, no processo de enfrentamento ao novo coronavírus.

Neste cenário, as relações pessoais tiveram que ser alteradas conduzindo a uma maior inserção dos meios digitais para comunicação em diversos âmbitos, o que não seria diferente no cenário religioso, em suas vivências, manifestações e rituais modificando a maneira de viver esta religiosidade em seu contexto de ação na vivência do novo normal.

Desta feita, em obediência aos decretos governamentais<sup>3</sup> e episcopais,<sup>4</sup> que visavam estabelecer diretrizes para o enfrentamento à pandemia objetivando o fortalecimento à saúde coletiva, a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, instalada no município de Delmiro Gouveia, no interior de Alagoas, por meio do grupo denominado de PASCOM (Pastoral da Comunicação), formado por jovens da comunidade católica, com o apoio do pároco Padre Aduino Alves Vieira, passaram a intensificar o uso da internet, para os diversos eventos, formações, reuniões e demais celebrações religiosas ou formativas, visando à manutenção e realização de encontros e reuniões para muitas pessoas em seus diversos formatos. Além do uso das rádios locais para atender as demandas e fazer chegar à mensagem àqueles que não têm acesso aos meios digitais de internet.

Diversos eventos, encontros, formações, aulas de catequese, comemorações religiosas passaram a ocorrer em formato remoto/online, e o

<sup>3</sup> Federal, Estadual e Municipal.

<sup>4</sup> Relativo ao Bispo Diocesano, neste caso, a Diocese de Palmeira dos Índios/AL, que responde pelas igrejas católicas do Alto Sertão Alagoano.



apoio das emissoras de rádio do município, com a finalidade de evitar ao máximo os encontros presenciais e assim, conter as aglomerações e o crescente número de casos da Covi-19 no município.

Dessa forma, a relação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário com seus membros, modificou-se, em sintonia com o que vinha sendo apresentado pela necessidade vigente. Uma série de modificações ocorreu para poder manter o contato, a comunicação entre o líder religioso, movimentos e pastorais católicas neste tempo de pandemia.

Assim, esse estudo, em fase inicial, como parte de uma pesquisa em desenvolvimento, tem o propósito de elaborar um relato das experiências vividas pela comunidade católica de Delmiro Gouveia, sertão alagoano neste tempo de pandemia, por meio das observações e experiências vivenciadas, refletindo sobre as adaptações e as modificações que se fizeram necessárias neste período e de que forma, ocorreu a participação dos fiéis católicos nos festejos dedicados a Nossa Senhora do Rosário, considerada a santa padroeira dos católicos delmirenses no mês de outubro de 2020, e a ampliação do alcance da PASCOM (Pastoral das Comunicações) nesses momentos festivos.

Dessa forma, apresentaremos as estratégias que foram desenvolvidas pela Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em especial o esforço conjunto dos membros da Pastoral das Comunicações em ampliar a divulgação e a transmissão dos diversos eventos para além do templo religioso.

Sendo assim, este artigo nasce da necessidade de compreender, as estratégias utilizadas pela Igreja Católica nas relações com os membros neste tempo de pandemia, bem como as estratégias midiáticas utilizadas durante o isolamento social, sobretudo, no período dos festejos dedicados a Nossa Senhora do Rosário.

Desta feita, foi perceptível que se buscou uma nova forma de se chegar até seus membros católicos, e que por conta da pandemia e da necessidade do distanciamento social, ficou ainda mais evidente essa observação, que através da utilização de diferentes meios com a finalidade



de garantir a prática da fé católica, a partir da manutenção dos seus ritos, mesmo que sob novas condições, e adaptando as realidades vigentes.

Por se tratar de um relato de experiência, de um estudo em desenvolvimento este artigo não pretende ser conclusivo, em decorrência das alterações que vem acontecendo, e por estarmos ainda vivenciando o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, em que constantemente são repensadas ações de enfrentamento, visando os cuidados sanitários.

Grande parte do que está exposto aqui é fruto de observação pessoal e relatos de mídia das práticas existentes, sobretudo, nos festejos de Nossa Senhora do Rosário de Delmiro Gouveia em outubro de 2020.

Por fim, o presente artigo será dividido em *três partes*, a saber: na *primeira parte*, um panorama histórico sobre a Igreja construída na Vila da Pedra e o início dos festejos dedicados a Nossa Senhora do Rosário, objetivando situar o leitor no objeto em questão, para assim pensar os significados atribuídos a esta festividade; na *segunda parte* falaremos um pouco sobre a realização dos festejos e seus significados no diálogo com a bibliografia, por fim, na *terceira parte* apresentaremos o modo como se deu a realização dos festejos no ano de 2020, com um olhar voltado as experiências vividas no período de pandemia.

## **A “IGREJINHA DA VILA OPERÁRIA” E AS ORIGENS DA DINÂMICA FESTIVA EM DELMIRO GOUVEIA**

A partir do que foi exposto acima, iremos apresentar a dinâmica que impulsionou o vicejar dos festejos dedicados a Nossa Senhora do Rosário, para tanto, falaremos sobre o distrito de Vila da Pedra, primeiro nome do local que hoje é o município denominado Delmiro Gouveia, localizado no Sertão alagoano. Para isso, será necessário um breve passeio histórico para nortear a discussão sobre os significados atribuídos a Festa de Nossa Senhora do Rosário, as relações desenvolvidas e a dinâmica social e cultural existente.



É preciso compreender um pouco da história sobre a criação do primeiro templo católico na localidade, por isso, iniciaremos falando sobre a Capela da Vila Operária, a centenária igreja construída no município, tornando-se o espaço principal de realização dos festejos de Nossa Senhora do Rosário.

A capela da Vila, ou “Igrejinha da Vila” como é conhecida pelos moradores, é um templo católico, que teve sua inauguração em 1918, entre setembro e outubro daquele ano, não há uma precisão de datas, visto não ter sido encontrado, até o momento nenhum registro específico sobre isso<sup>5</sup>. No ano de 2018 completou cem anos de inauguração e entrega a comunidade católica de Delmiro Gouveia (Alagoas).

A comunidade católica do então Distrito de Vila da Pedra tem seu primeiro templo religioso católico inaugurado cerca de um ano após o assassinato do empresário, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, fato que ocorreu em 10 de outubro de 1917. No entanto, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, se estabeleceu no distrito de Vila da Pedra em 1903 onde inaugurou a fábrica de tecidos, em 14 de julho de 1914.

Apenas em finais de 1918, no período de comemorações festivas da comunidade, é inaugurado o templo católico, mas a criação da Paróquia somente ocorreu em 30 de março de 1951, até esta data a recém-criada capela de Nossa Senhora do Rosário ficou sob jurisdição eclesiástica da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sede administrativa do Distrito de Vila da Pedra, em Água Branca/AL, até 14 de fevereiro de 1954, quando é oficializada a emancipação política e o consequente desmembramento entre o distrito de Vila da Pedra e o município de Água Branca, localizado no sertão alagoano.

A Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário somente foi criada, de fato, em 1951, ano em que a comunidade religiosa se torna paróquia sendo desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de

---

<sup>5</sup> SILVA, Davi Roberto Bandeira Da. Vila da Pedra: fotografia e história. Maceió: Edição do Autor, 2016 p. 43-45.



Água Branca (Alagoas), passando a ter um padre residente (BARROS, 2014, p. 45-48), o que amplia os trabalhos religiosos de cunho católico que passam a ser desenvolvidos na comunidade, fomentando a criação de diversos movimentos religiosos e a inserção das pastorais religiosas de cunho católico.

A Igrejinha da Vila foi construída atrás da fábrica de tecidos, ou seja, Fábrica da Pedra, e circundada pela Vila de Trabalhadores, e ainda conforme registro no Livro de Tombo da Paróquia de Água Branca, direcionada para o Rio São Francisco, importante meio de sobrevivência e de estímulo desenvolvimentista da região (Livro de Tombo, Água Branca, CONCEIÇÃO, 1922, p. 35). Nesse sentido, é importante destacar que a “Igrejinha da Vila” nasce rodeada por uma comunidade pequena, de um povo de fé, que vivia expressões católicas desde a ligação com a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca.

Dessa forma, o símbolo de fé do catolicismo em Delmiro Gouveia (Alagoas) é a Capela da Vila, e tanto a Capela quanto a Fábrica de Tecidos passam a ser referências para o então Distrito de Vila da Pedra. Cabe destacar que nesse espaço denominado de Vila da Pedra, já existia um número expressivo de pessoas que eram trabalhadores da Fábrica da Pedra, que na época denominava-se Companhia Agro Fabril Mercantil quando fundada. As casas que aí existiam eram os locais onde os operários residiam, o lugarejo já possuía água encanada e luz elétrica (GONÇALVES, 2010, p. 30).

Por sessenta anos, a Capela da Vila Operária ficou sendo a Igreja Matriz para a comunidade católica, pois somente em 28 de novembro de 1978 é que é inaugurada a nova sede paroquial, direcionando uma nova sede física para o catolicismo local.

É nesse cenário, que a Festa da Padroeira, somente é criada de fato, a partir da concepção da Paróquia em 30 de março de 1951, em que na ocasião é empossado o primeiro pároco do distrito de Vila da Pedra, o Padre Fernando Soares Vieira, que permaneceu junto à comunidade por 54 anos, mas 30 anos de efetivo exercício pastoral, veio a falecer



no município de Delmiro Gouveia (Alagoas) em 09 de outubro de 1999, sendo sepultado na Igreja Matriz que ajudou a construir.

Cabe salientar a presença de inúmeros grupos de ação religiosa, como a Legião de Maria, que foi um dos primeiros grupos formados na comunidade, antes mesmo de torna-se paróquia, tendo importância fundamental, no processo de construção da nova Sede, da nova Igreja Matriz Católica do município, além de direcionar uma atenção religiosa para as localidades mais distantes da nova sede paroquial (BARROS, 2014, p. 25-26).

Por fim, convém destacar que ao falar sobre o sentimento de fé, ou o sentimento religioso dos habitantes, seja o habitante/devoto ou o habitante/não devoto, neste caso específico em relação à devoção à santa católica Nossa Senhora do Rosário, é fundamental perceber que este sentimento é algo muito forte e levado a sério em seus múltiplos aspectos.

Constatamos isso, diante da diversidade cultural e religiosa presente, manifestando-se no imaginário e nos aspectos culturais e sociais, sobretudo, no envolvimento com a chamada Praça da Vila, onde esta inserida a Igrejinha da Vila Operária, que é também um ponto de encontro de muitos delmirenses, visitantes, que buscam diversão para as crianças, que gostam de praticar atividades físicas, ou prezam por uma boa conversa ao ar livre. É neste local onde ocorre a Festa de Nossa Senhora do Rosário anualmente no mês de outubro.

## O DIÁLOGO BIBLIOGRÁFICO DOS SENTIDOS DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Ainda nesse percurso histórico, convém destacar, que a devoção a Nossa Senhora do Rosário, é uma das mais antigas da prática devocional católica, tendo mais de setecentos anos, revelada nos primeiros anos do século XIII a Domingos de Gusmão, mais a frente chamado de São Domingos, fundador da ordem dos frades<sup>6</sup> Do-

---

<sup>6</sup> Designação dada a um católico consagrado, que pertence a uma ordem religiosa





minicanos, conhecido como apóstolo do Rosário, posteriormente<sup>7</sup>.

Em Delmiro Gouveia, essa devoção é fortalecida a partir da construção da Capela da Vila, conforme mencionado acima, e ampliada com a criação da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em 30 de março de 1951, a partir do desmembramento com a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca<sup>8</sup> e a organização dos espaços festivos devocionais, que geraram sentidos e significados para os praticantes da devoção religiosa.

A festividade dedicada a Nossa Senhora do Rosário tem um significado diferenciado para a comunidade católica local, e para além desses aspectos, há as relações que se estabelecem no plano espacial com os sujeitos envolvidos nesse processo, visto que essa relação histórica desempenha papel fundamental à medida que une pesquisa e reflexão entre o indivíduo, o grupo e o mundo social em que está inserido.

É nesse sentido, que este texto, busca refletir as relações construídas em meio à dinâmica histórica, a partir da formação das identidades e das experiências sociais<sup>9</sup> que contribuiu para a ideia de pertencimento da comunidade com a festa de Nossa Senhora do Rosário, com um olhar voltado a realização da festa em 2020, nesses tempos de pandemia e de cuidados.

Sendo assim, será abordado, este elemento patrimonial, como patrimônio cultural e imaterial,<sup>10</sup> conforme definição do IPHAN entendemos

---

mendicante, e que vive normalmente num convento, o termo frade é originário da palavra latina frater, que significa irmão, pelo qual se direciona aos membros de uma dada ordem religiosa.

<sup>7</sup> SILVA, Davi Roberto Bandeira Da. Vila da Pedra: **fotografia e história**. Maceió: Edição do Autor, 2016.

<sup>8</sup> Município localizado há 306 km da capital alagoana Maceió/AL.

<sup>9</sup> MARTINS, Ana Luíza. Uma construção permanente. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. P. 281-305.

<sup>10</sup> que detém continuidade histórica possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. As inscrições desses bens nos Livros de Registro atendem ao que determina o Decreto 3.551. 04 de agosto de 2000.



aqui, que a celebração da festa de Nossa Senhora do Rosário, em Delmiro Gouveia, é uma celebração identitária, de uma parte do sertão alagoano, em especial, para a população católica local, forjada nas conexões construídas na dinâmica social, em meio às múltiplas relações que são concebidas neste espaço e ao redor dele em seus contextos sociais.

Desta feita, este trabalho dialoga com Maurice Halbwachs,<sup>11</sup> nas reflexões sobre memória coletiva, ao problematizá-la enquanto elemento social e coletivo, Jaques Le Goff,<sup>12</sup> que nos auxilia a pensar sobre as relações entre o vivido e as representações sobre o passado, nesta mesma dinâmica insere-se Joël Candau,<sup>13</sup> na ideia de memória enquanto geradora de identidade.

Sendo assim, compreendemos a memória numa perspectiva de construção coletiva, não como verdade absoluta, mas múltiplas formas de leituras e representações do passado que incidem diretamente na vida social, política, econômica e cultural dos sujeitos dentro do contexto de ação, numa discussão sobre identidades, diferenças e memórias, nas relações que se constroem, com os interesses envolvidos, e nas participações que geram significados sociais e culturais.

Assim, percebe-se que este fenômeno religioso revela aspectos do cotidiano, como o ritual, o simbolismo e as relações construídas a partir deste dado elemento, presentes em diversas localidades, como no município de Água Branca (Alagoas), com uma devoção mariana, bicentenária, bem como o município de Mata Grande (Alagoas), além de outras expressões devocionais dos demais municípios, em especial a festividade de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Delmiro Gouveia, foco do estudo em questão.

<sup>11</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>12</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>13</sup> CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – 1, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.



## FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE 2020 EM TEMPOS DE PANDEMIA

O ano de 2020 inicia-se e com ele a esperança de preparar a comunidade paroquial de Delmiro Gouveia, em seu aspecto religioso católico, para a comemoração dos 70 anos de criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário e de realização da mais significativa festividade católica local. No entanto, a partir de 19 de março de 2020, já com a confirmação por parte da OMS (Organização Mundial de Saúde) de que estaríamos vivenciando uma pandemia, um momento que exigiria cautela, enfrentamento e cuidados sanitários intensos, em decorrência da infecção causada pelo novo coronavírus, o que fez modificar uma série de aspectos que objetivavam reduzir o índice de contaminações por meio da contenção de aglomeração, e a conscientização sobre os cuidados de higiene a serem postos em prática.

Assim, na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, instalada no município de Delmiro Gouveia, localizado no sertão alagoano, não foi diferente, pois em atenção aos decretos governamental e diocesano, as celebrações religiosas passaram a ocorrer sem a participação do público, além da suspensão da catequese e de diversos encontros, movimentos e pastorais.

Com isso, o grupo responsável pela comunicação, pela divulgação de eventos, denominado de PASCOM (Pastoral das Comunicações), por meio de sua coordenação, na pessoa do Felipe Ferreira da Silva e do Eberton Costa, buscou junto ao pároco local, o Padre Adauto Alves Vieira, meios para manter a realização de parte dos momentos, só que de modo remoto/online, por meio da ampliação dos meios digitais, os quais já estava presentes em diversos eventos, só que com a necessidade de se evitar aglomerações e a suspensão dos eventos com o público no recinto da igreja e dos salões de reuniões, sentiu-se a necessidade de intensificar os trabalhos pastorais por meio das mídias sociais existentes.

Para tanto, foi ampliada à capacidade de divulgação, melhorando a qualidade de som e imagem das transmissões dos diversos eventos,



além de pensar junto aos demais movimentos religiosos, membros que possam auxiliar nesse processo de divulgação virtual, visando manter os contatos com os fiéis católicos nesse tempo pandemia.

Convém destacar que a criação da chamada Pastoral da Comunicação, não é algo surgido apenas nestes tempos de pandemia, mas é um anseio das pastorais religiosas católicas, que visam atingir os mais diversos públicos em suas mais diversificadas plataformas, sobretudo, nos tempos de mídias sociais, como Facebook, Instagram, Youtube e WhatsApp, além de uma maior proximidade com as rádios locais. Este direcionamento está em sintonia com o Diretório das Comunicações no Brasil 99, elaborado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), aprovado em março de 2014, definindo a Pastoral das Comunicações, como eixo transversal de todas as pastorais (DIRETÓRIO, 2014, p. 21) estabelecendo um elo de comunicação com os diversos movimentos e pastorais existentes.

Assim, na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, de Delmiro Gouveia, em meio à pandemia do novo coronavírus, foi intensificado os trabalhos de comunicação, por meio da articulação com os demais movimentos e pastorais da comunidade paroquial e a ampliação desse contato através dos meios de comunicação existentes. Desta feita, mesmo com a flexibilização e a possibilidade de presença do público no recinto do templo, o serviço dos membros da Pastoral da Comunicação foi ainda mais evidenciado e fortalecido.

Sendo assim, as festividades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário do ano de 2020, que comumente ocorriam na Praça Nossa Senhora do Rosário, onde está instalada a Capela da Vila, teve que ser realocada para a Igreja Matriz, em decorrência da necessidade de controle de participação do público, em atenção aos decretos governamentais e da diocese de Palmeira dos Índios, que determinaram a presença de 30% da capacidade dos templos, com o uso de máscaras e preservando o distanciamento social.

Portanto, estes cuidados culminaram, com a realização dos festejos na Igreja Matriz de Delmiro Gouveia, a partir das modificações



e adaptações necessárias, com o intuito de obter maior controle da participação presencial, possibilitando assim, a higienização diária do ambiente interno da igreja, e o controle em relação ao distanciamento exigido e a restrição do público nas celebrações realizadas ao longo do novenário festivo, com a distribuição de fichas/senhas, além de ampliar e manter os meios de comunicação, as mídias digitais com o apoio direto das emissoras de rádios local, permitindo uma proximidade com o momento festivo para além do templo físico e dos sujeitos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Thiego da Silva. **Centenário de Evangelização: 1918 a 2018**. Delmiro Gouveia/AL, Editora: Fonte Viva, 2018.

BARROS, Thiego da Silva. **Devoções populares e práticas religiosas: a Romaria de Padre Cícero Romão Batista em Delmiro Gouveia (Alagoas), 1990 – 2013**. Delmiro Gouveia: Universidade Federal de Alagoas, 2014, (Trabalho de Conclusão de Curso).

BARROS, Thiego da Silva. **Ensino de História e Educação Patrimonial: Um olhar sobre a centenária Igrejinha da Vila Operária em Delmiro Gouveia (Alagoas)**. Delmiro Gouveia: Universidade Federal de Alagoas, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização).

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. – 1, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

CONCEIÇÃO, Paróquia Nossa Senhora Da. **Livro de Tombo 002 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ano 1918 (1918-1930)** – Água Branca/AL.

CONCEIÇÃO, Paróquia Nossa Senhora Da. **Livro de Tombo 003 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ano 1931 (1931-1951)**. – Água Branca/AL.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IRMÃO, José de Souza. **Fábrica da Pedra: 100 anos**. Maceió/AL. Edição Comemorativa. SG Ltda. Maceió/AL.

LEÃO, Marina Soares. **A representação social do patrimônio cultural: formação do sentimento de pertença do sujeito social – (Monografia)**. UNIVALE – NEHT (Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais), 2009.

ROSÁRIO, Paróquia Nossa Senhora do. **Livro Comemorativo dos 50 anos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**, Delmiro Gouveia/AL, 2001.



ROSÁRIO, Paróquia Nossa Senhora do. **Livro de Cantos comemorativo dos 60 anos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário**. Delmiro Gouveia/AL, 2011.

ROSÁRIO, Paróquia Nossa Senhora do. **Livro de Tombo 001 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário** (1951 a 2019).

SANTOS, Jocimara Patrícia. **Memória e Patrimônio Cultural de Vitória, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do centro da cidade**. (Monografia). Vitória, Universidade Federal do Espírito Santos, 2014.



# COMO PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL COM A CONTRIBUIÇÃO DOS RELATOS DE VIAGEM<sup>1</sup>

 Beatriz Soares dos Santos Silva<sup>2</sup>

 Tássila Carvalho Lima<sup>3</sup>

## O RELATO DE VIAGEM

Para utilizar o relato de viagem como mais um aparato capaz de enriquecer as aulas de História no ensino básico é necessário se atentar para o que ele é e sua formação. O filósofo Tzvetan Todorov diz que “os relatos de viagem são tão antigos quanto as próprias viagens – ou mais”(TODOROV, 2006, p.232), nesse sentido muitos escritos já foram ditos como uma literatura de viagem sem que seus escritores tenham nem mesmo saído de casa como o caso de Jean de Mandeville, que nem se quer existiu era apenas uma ficção (JUNQUEIRA, 2011), já em outros escritos em que de fato ocorria a viagem, o viajante pagava profissionais para realizar o trabalho de escrita com base no seu relato oral ou diários de viagem como o caso de Marco Polo que teve seu texto escrito

---

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir da comunicação no II Seminário Nacional de História Social dos Sertões.

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Jataí. E-mail: beatrizsoaresdossantossilva@gmail.com. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica UFJ.

<sup>3</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Jataí. E-mail: tassilacarvalho@discente.ufj.edu.br. Bolsista do Programa Bolsas de Licenciatura UFJ.



por Rustichello de Pisa, mas também existiu vários itinerantes que escreveram seus próprios textos como exemplo os que visitaram o Brasil no século XIX.

Para entender sua formação, Mary Anne Junqueira diz que ele é um gênero híbrido (podendo conter novela, conto, autobiografia, poemas, etc.) que já foi usado como fonte indubitável, mas é necessário tratar o relato de viagem com uma certa crítica. Esse trabalho trata o relato de viagem como um objeto de estudo que pode e deve ser questionado. “Creio que devemos estar atentos a essa peculiar característica do corpus e compreender os recursos que o viajante utiliza, consciente ou inconscientemente, para narrar a sua experiência” (JUNQUEIRA, 2011, p.61). Portanto é necessário pensar em todas as possibilidades que um relato carrega, conferir o lugar de fala, o universo cultural do viajante, o contexto em que ele escreve, observar como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário, etc.) e preocupar com quem o viajante quer ser quando faz o relato. Neste estudo observamos os escritos de um viajante que visitou Goiás no final do século XIX, Oscar Leal, que realizou uma narrativa que se aproxima de um diário pois ele se preocupa em colocar as datas sempre que possível, relatando os dias, e teve pretensão de alcançar os leitores de Portugal embora nascido no Brasil, “portanto, ainda que se pretenda neutro, o relato de viagem é um gênero que obedece a convenções, a padrões estéticos e literários” (MENEZES, OLIVEIRA, 2021, p.96).

Embora pouco utilizado, o relato de viagem pode contribuir bastante para o ensino de História regional e local em Goiás, diversos viajantes visitaram o sertão goiano em variados tempos, principalmente depois de 1808 com a vinda da família real portuguesa e a abertura dos portos às nações amigas, ocorreram muitas expedições científicas para conhecimento da fauna e flora brasileiras, existia também pessoas que sem nenhum vínculo governamental ou institucional viajava por conta própria relatando as paisagens e sociedade. Entre os viajantes que visitaram Goiás no século XIX estão Auguste Saint-Hilaire (1819), Geor-





ge Gardner (1839-1840), François Castelnau (1844), Emanuel Pohl (1818-1820) e Oscar Leal (1889-1891). Portanto compreendendo a carência de trabalhar o relato de viagem no âmbito do ensino de história local e regional em Goiás, a partir desse estudo será possível contribuir para sanar parte dessas questões no ensino básico e amparar os professores (a) com esse material.

## USO DOS RELATOS DE VIAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

Afim de uma melhor compreensão da temática em questão, de uma maneira prévia, faz-se necessário a menção e o debate no que se refere ao sentido de história local e regional, além das suas possibilidades e vantagens nas funções pedagógicas. Segundo Pereira (2008) e Seffner (2008):

O alvo principal do ensino de história na escola é a construção da compreensão de que estudar esta disciplina é uma ação social que se dá no presente. A dedicação ao estudo da história na escola não consiste em mero diletantismo, mas em compreender a si mesmo e a sua sociedade e, sobretudo, acumular conceitos para ler a própria realidade, e criar novidades, formas novas de intervenção na sociedade, novas práticas sociais, novas realidades (PEREIRA; SEFFNER, p. 120, 2008)

Com base na argumentação de Pereira e Seffner em incorporar em sala de aula, medidas que fossem capazes de fazer com que o aluno se envolva na sociedade e no meio em que vive, é cabível trazer ao diálogo, a perspectiva de Ensino local e regional como uma alternativa capaz de realizar o que os autores manifestaram como “alvo principal do ensino”.

As crescentes exigências ao conjunto de profissionais da educação para a concretização de um ensino mais crítico, mais reflexivo e com mais participação dos discentes, vêm tornando a situação dos professores em sala de aula, mais complexa. Com o objetivo de colocar o aluno



em ações mais ativas na formação do conhecimento, espera-se que o professor busque maneiras efetivas de tornar essa intenção, uma realidade cada vez mais próxima das escolas.

Uma das dificuldades que os profissionais da educação do ensino de História vêm encontrando no cotidiano escolar, é o baixo envolvimento dos alunos com a disciplina. A problemática, segundo Moreira (2017) fundamenta-se na questão de que “Muitas vezes, os conteúdos abordados em sala de aula ou nos materiais didáticos privilegiam uma História bastante distante da realidade de boa parte daqueles que estão em sala de aula.” Uma abordagem de ensino de História local e regional, atenderia a expectativa do aluno quanto a conhecer a história de sua comunidade ou até mesmo despertar uma consciência cívica em integrar-se e intervir em questões sociais em seu próprio âmbito, para que assim, realize “uma educação pautada na interação do sujeito com o meio.” (MEDEIROS; LIRA, p. 02, 2014).

Em um cenário em que o Ensino de História local e regional seja devidamente valorizado, a pauta de como seria a introdução dessa temática em sala de aula de maneira mais efetiva, entra em evidência, já que as formas da implementação pedagógica da perspectiva local e regional, contrastam com a da História geral. Segundo o historiador português Francisco Ribeiro da Silva:

A história local é diferente da história nacional ou geral no que toca aos objectivos, à metodologia, às ambições. A história local em princípio não aspira à síntese que caracteriza a ambição da história geral - embora evidentemente se possa e deva ensaiar uma síntese à escala regional ou local sempre que a quantidade e a abrangência de estudos parcelares o justifique. A vocação normal do Historiador local é a de carrear materiais e de partir e afeiçoar as pedras que não-se servem para a construção da grande história (SILVA, p. 387, 1999)

A partir do intuito de dedicar em sala de aula ao aprofundamento do Ensino de História local e regional, o profissional da educação



encontra-se na condição de selecionar os melhores materiais para a situação imposta, assim, colocando em prática o que havia sido esperado, da maneira mais ideal possível. Essas escolhas, apesar de complexas, são essenciais para a concretização do que se é almejado, independentemente do seu contexto.

Pensar e propor alternativas pedagógicas que incluam a possibilidade de usar, no cotidiano da sala de aula de história do ensino fundamental e médio, as mesmas fontes com as quais os pesquisadores criam relatos sobre o passado. Partimos da suposição de que o uso de fontes no ensino de história pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história a indivíduos que não tem como objetivo se tornar historiadores, mas para os quais o conhecimento da história pode fazer muita diferença na compreensão do mundo em que vivem e, portanto, na construção de seus projetos de vida (PEREIRA; SEFFNER, p. 114, 2008)

Para um diálogo mais interessante sobre a temática proposta, a qual refere-se particularmente da utilização documental dos relatos de viagem, é importante evidenciar que o professor tem grande participação no processo de inserção desse material, já que cabe a ele a utilização dos escritos dos viajantes como uma possível fonte proveitosa em sala de aula. Dependendo dos profissionais de educação, a seleção e o discernimento em aplicar ou não este tipo de material em determinadas temáticas pertinentes em aula. O professor deve ter as condições necessárias para escolher textos, fontes e documentos que discutem um tema estipulado para ser trabalhado em sala de aula, como por exemplo, temas raciais, e explorar o conteúdo também no âmbito regional e local.

Ao buscar a inserção dos relatos de viagem para o estudo local e regional nos ensinos básico e médio, há o aprofundamento do sentimento de pertencimento para o aluno, o que, segundo o historiador Barros (2013), pode desempenhar um papel muito importante no ensino, para um melhor desenvolvimento da aprendizagem histórica “pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais



que se estabelecem entre educador/ educando / sociedade e o meio em que vivem e atuam” (BARROS, p.302, 2013), já que favorece o vínculo com a reflexão sobre o indivíduo, seu grupo social, seus valores e as práticas cotidianas, relacionando com as questões históricas a serem discutidas na disciplina de história dos ensinamentos básicos ou médios.

Ao pretender introduzir em sala de aula a semente da curiosidade sobre as raízes do local em que o aluno está inserido com o auxílio dos relatos de viajantes, há a interessante oportunidade de progredir a temática a partir do estudo da concepção do outro, em um período diferente, sobre o local em que o aluno pertence. Com a perspectiva local e regional também em destaque, a abordagem social estará em evidência, ao analisar as conjunturas sociais, as condições de vida e outros âmbitos dos períodos em que a formação dos espaços urbanos locais e regionais concretizaram-se.

Portanto, o Ensino da História Local e Regional não objetiva apenas a construção conteudista mas também, refere-se a uma estratégia pedagógica capaz de ampliar os estudos e as análises da história palpável aos alunos, que consiste na história de seu meio.

Para Neves, Proença, Giroux, Simon e Goubert, é relevante que o ensino de História forneça estratégias teórico-metodológicas para o desenvolvimento em sala de aula que valorizem a história de vida de seus alunos. É preciso destacar que a utilização da história local como estratégia pedagógica é uma maneira interessante e importante para articular os temas trabalhados em sala de aula (BARROS, p.317, 2013)

A partir dessa perspectiva, o relato de viagem se apresenta como uma ferramenta extremamente utilizável para os diversos propósitos que o ensino de história local e regional possuem, como uma fonte documental rica em possibilidades para a sala de aula com o intuito do estudo de como o outro nos representou e representou uma determinada região. É necessário que se considerem também, cuidados preparató-



rios para a melhor utilização dos materiais, questões como: quem escreve esses relatos, quais ideias ou concepções de mundo estavam presentes no olhar do determinado viajante, além do contexto que as obras em questão foram escritas. A historiadora Stella Maris Scatena Franco relata em seu artigo um pouco mais sobre essas preparações dignas de atenção por parte dos profissionais da educação e historiadores:

Atualmente, fazem parte do universo de preocupações dos historiadores, estabelecendo-se como pontos de partida no trabalho com os relatos, questões tais como: a discussão sobre as intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do discurso dos viajantes, o lugar de enunciação – nacional, social e ideológico - do porta-voz daquele discurso ou os interesses particulares que mobilizaram suas representações (FRANCO, p. 07, 2009)

## OS RELATOS DE OSCAR LEAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Oscar Leal, filho do comendador Jacinto Leal de Vasconcelos, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1862, passou sua infância e adolescência estudando em Lisboa e quando retornou ao Brasil, se formou como cirurgião dentista. Em 1886, realiza sua primeira viagem ao interior do país, onde descreve sua experiência no livro *Viagem a um paiz de selvagens*, publicado em 1895. Já no ano de 1889, empreende uma viagem pelo sertão de Goiás narrada no livro *Viagem a terras goyanas* publicado em Lisboa em 1892.

Para compreender melhor a importância do relato de viagem para o ensino básico, utilizamos as observações de Oscar Leal durante sua visita à Goiás em 1889, na qual visita 19 povoadamentos urbanos, alguns deles serão destacados aqui: Pirenópolis, Piracanjuba, Rio Verde e Jataí, citando aspectos que podem ser incorporados nas aulas de ensino local e regional.

Observando a princípio, o caráter e posicionamento político do viajante, torna-se possível fazer uma analogia com a história nacional.



Leal era um republicano, participava ativamente de manifestações pelo fim do Império, realizava reuniões, abaixo assinados e criação de clubes, carregava um ideal de progresso que o Brasil só conseguiria alcançar quando se tornasse república. E não diferente do seu posicionamento na capital, durante seu trajeto por Goiás, continuou argumentando sobre seu ideal político, fazendo festejos e reuniões a respeito. Como por exemplo, em Ritão, Leal realiza uma reunião e faz um abaixo assinado no dia 15 de maio de 1889, “Nós abaixo assignados declaramos que d’ora avante aderimos ás ideias republicanas, visto conhecermos que só a republica trará a felicidade para a nossa pátria” (LEAL, 1980, p.32). Ao longo da viagem, quando recebe a notícia da proclamação da república, interrompe seu itinerário voltando à Pirenópolis para festejar e um ano mais tarde, no aniversário da república, relata também os festejos e a interação dos sertanejos goianos com o evento:

Vários cidadãos dirigiram n’essa ocasião a palavra ao povo e entre eles, o cidadão Nelson Ribeiro, rapaz mineiro que lá também se achava. Assim não passou despercebido tal dia, até nos sertões do Brazil, porque mais vale a boa vontade e patriotismo de uns do que a indiferença e falta de patriotismo de centenas de ignorantes que por toda parte pululam. Durante o passeio da alvorada bandos de negras e cablocas, cercavam nos para beijar o estandarte da Republica por nós conduzido, e que julgavam ser a bandeira do Divino! (LEAL, 1980, p.181)

É possível observar como que para além da história do Brasil, que nesse período se restringe ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, existiam também outras comunidades conscientes dos acontecimentos de âmbito nacional no interior, com esses relatos percebe-se que a república também foi assunto em Goiás e é bastante proveitoso para o uso no ensino entender esse cenário no âmbito regional em sala de aula.

O espaço Urbano é outro tema que pode ser trabalhado na educação básica e com base nesses relatos, é possível perceber como era a



formação e o tipo de edificações no estado de Goiás no século XIX, em algumas localidades ele faz descrições mais completas da arquitetura em outras se preocupava em descrever a sociedade. Sobre Pirenópolis o viajante faz um relato com uma quantidade maior de detalhes sobre seu espaço urbano e costumes locais:

O largo da matriz e o ponto mais central da cidade e para lá convergiam as ruas Direita (Deodoro), Prata, Bomfim e ladeira do Rosário. São geralmente calçadas de grandes lages e em todas existem casas que até hoje conservam o velho estylo dos primeiros colonizadores do Estado goyano. O mais belo edifício da cidade pertence outro`ora ao abastado capitalista Joaquim Alves de Oliveira (já falecido) já não existe (LEAL, 1980, p.72)

Sobre os edifícios públicos ele diz que a Catedral de Pirenópolis é um templo espaçoso com cerca de 80 anos e com um exterior com má arquitetura com duas torres e um relógio em uma delas e que cada bairro possuía um templo: Rosário, Bomfim e Carmo e no alto de uma montanha obras inacabadas da capela de Santa Bárbara, “a cadeia situada na parte baixa do largo da Matriz é um edifício regular mas pouco vistoso” (LEAL, 1980, p.73). O viajante diz que a cidade é composta por sete ruas, três praças grandes, duas pequenas, alguns becos e travessas pouco edificadas e que uma ponte de madeira une a cidade baixa ao bairro do Carmo que fica à margem direita do rio. Sobre como eram edificadas as casas, diz que as mais antigas usavam malacacheta e rótulas de gretas e as casas mais recentes possuíam vidros.

Na cidade de Piracanjuba o viajante faz as seguintes descrições:

Casas juntas e edificadas em pitoresco local. O largo da matriz acha-se em um alto, fechado pelos os melhores prédios, quasi todos de um só pavimento. D´ esta praça parte a rua principal da cidade e uma travessa que seguindo o declive do terreno vae terminar em outro largo, o da cadeia. Há ainda mais uma rua regular e algumas vielas e becos sem importância (LEAL, 1980, p. 42)



O seu comércio era composto por seis lojas de fazenda, duas boticas, quatro casas de molhados e várias tavernas. E a cidade se localizava a oitocentos metros acima do nível do mar. Somente em algumas cidades o viajante descreve informações geográficas como altitude.

Já sobre a cidade de Rio Verde, embora ele simpatizar com o feito econômico do município ele critica arduamente o seu espaço urbano que é constituído de:

apenas de uma rua bastante extensa e sem nome, de duas outras de somenas importancia e de uma praça pouco edificada onde está a matriz e a cadeia. A matriz um templo mal construido, pequeno e sem nada de notável. O prédio chamado-Cadeia é de sobrado e n'ele funciona jury e intendência municipal (LEAL, 1980, p. 178)

Sua crítica vai além dos espaços públicos, também é direcionada às casas que “são geralmente mal construídas e muito mal divididas interiormente e a argamassa das paredes é feita com excremento de gado!”. (LEAL, 1980, p. 178)

Sobre o município de Jataí, o último que Leal visita em Goiás, os seus comentários sobre a arquitetura são positivos sobre as edificações:

O Jatahy comquanto seja uma povoação tão recente que ainda tem a ventura de abrigar vivos seus fundadores, é hoje uma vila notavel pelos os seus edificios publicos e particulares, construidos por mãos habeis, e pelo maginifico local em que se acha situada (LEAL, 1980, p.193)

Segundo Leal, Jataí é composta por uma rua principal, duas praças, essas “que apresentam movimento unicamente, durante as festas religiosas ou populares” (LEAL, 1980, p.193), também por duas escolas públicas e seu comércio por seis casas de fazenda (tecido), várias tavernas, duas oficinas de ferreiro e de carpinteiro.

Oscar Leal também registra costumes, tradições e o dia a dia em alguns arraiais e municípios, um exemplo são as pessoas de Pirenópolis





utilizarem em suas casas recortes de figuras e estampas de caixas de papelão ou de sacos para enfeitar as paredes, a prática da dança ser imoral, o que em outras partes do estado era comumente praticado sem problemas morais como em Jataí.

Os paes acham muito natural o exercício da dança, e muitas vezes os vimos ao lado dos filhos, divertirem-se e folgarem alegremente. Que diriam eles se soubessem que em outros logares do estado, a dança é considerada um divertimento imoral (LEAL, 1980, p.195)

Desta forma, como foi destacado, as informações que os relatos de viagem carregam são muito importantes e proveitosas para trabalhar em sala de aula como uma fonte documental acessível aos alunos, como citado anteriormente toda a pesquisa trata o relato de viagem como objeto e é importante cruzar informações de cartórios, arquivos e outras fontes.

é necessário ao historiador que lida com a narrativa dos viajantes perceber de que maneira sua posição de transeunte condiciona a parcialidade de seus olhares sobre a realidade goiana, tecendo julgamentos de valor dos mais diversos, cujo teor não se pode esperar a dedicação de se transformar a realidade observada (GOMES FILHO, 2015, p.73)

Sendo assim, não só o historiador, mas também o professor ao trabalhar com esses escritos deve se atentar a observar as críticas do viajante, a alteridade, por muitas vezes a literatura de viagem é carregada de várias informações do seu lugar origem que transparece entre um estranhamento e outro. Portanto, ao utilizar de forma correta com os alunos o relato de viagem, os professores terão uma fonte rica e palpável contribuindo para as aulas de história local e regional.



## REFERÊNCIAS

BARROS, C. H. F. **ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL**. Revista de História da UEG, v. 3, p. 301-321, 2013.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Olhares Estrangeiros sobre Goiás: do viajante ao Missionário na Produção da Alteridade sobre o Sertão Goiano. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 13, n. 1, p. 66-83, 2015.

JUNQUEIRA, Mary Anne (Org.); FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). **CADERNOS DE SEMINÁRIOS DE PESQUISA (vol. II)**. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011. v. 1. 129 p. 44-61

LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas (Brasil Central)**. Goiânia: Editora da Universidade Federal De Goiás, 1980.

MEDEIROS, Auta Moraes de; LIRA, Silvano Fidelis de. **Uma proposta de História Local: Redescobrimdo perspectivas para o ensino fundamental**. Anais I Congresso Internacional de educação e inclusão. Campina Grande: Realize Editora, 2014.

MENEZES, Marcos Antonio de, OLIVEIRA, Rodrigo Martins. Narrativas de Saint-Hilaire Sobre as cidades de Goyaz no século XIX. In: DE CASTRO BARBO, Lenora. **Uma viagem pelo sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás**. Paco e Littera, 2021.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **O ensino de História Regional nas escolas brasileiras**. Canal de divulgação científica Café História. Brasília, 2017.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula**. Porto Alegre: Anos 90, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

SILVA, Francisco Ribeiro da Silva. **História local: Objectivos, métodos e fontes**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **A viagem e seu relato**. Revista de Letras, p. 231-244, 2006.



# O SERTÃO DE GOYAZ DO SÉCULO XIX SOB OS OLHARES DOS VIAJANTES EUROPEUS GEORGE GARDNER E FRANCIS CASTELNAU

 Henrique Guimarães Silva<sup>1</sup>

 Larissa Barth<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Queremos mostrar, por meio das narrativas de George Gardner e Francis Castelnau, o surgimento das cidades do sertão da província de Goiás e a forma como as mesmas são retratadas nas narrativas dos viajantes do século XIX. Através das narrativas de Gardner e Castelnau é possível formar imagens das cidades da província de Goiás no século XIX, levantando informações sobre o estado geral das cidades da província. Sendo as informações tais como: número de habitantes, número de habitações, casas de comércio, igrejas, entre outros.

Assim a abordagem que daremos à escrita dos viajantes estrangeiros a transformará no foco em análise, e não em fonte complementar, e tal operação se faz válida pelo uso constante dessas fontes pelos historiadores e, também, pelas múltiplas possibilidades historiográficas que estas proporcionam. Os relatos dos viajantes estrangeiros possuem a

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Jataí – UFJ. Aluno de Iniciação Científica. E-mail: henrique.gs.phs@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Jataí – UFJ. Aluna de Iniciação Científica. E-mails: larissa.barth18@outlook.com



qualidade de, entre outras coisas, abordar de maneira incisiva aspectos que passam de maneira involuntária, ou até mesmo se fazem ausentes, em outros tipos de fontes.

Uma das possibilidades historiográficas que a abordagem dos relatos propicia é a cultura material. Mas o historiador consciente também deve estar atento aos riscos desse tipo de fonte, pois a ênfase exagerada em situações de desconforto também pode ser identificada como característica do gênero “literatura de viagem”.

Os relatos, as narrativas destes homens que estiveram na região central do Brasil em busca de descobrir a flora, a fauna e os minerais é cercado por um discurso próprio do europeu que convivía com a expansão capitalista marcada pelo avanço das comunicações, transporte e indústria. Então estes discursos não devem ser arrancados de seu tempo e espaço, mas sim colocados ao lado de outros discursos produzidos na região e que apontem para as mesmas questões.

### RELATO DE VIAGEM: O QUE É?

Antes de perscrutarmos o relato de maneira específica ou, antes, a história de Goiás, é importante entendermos, de maneira sucinta, o que são os relatos de viagem e de que maneira podemos olhar para esse gênero literário. É fato que o relato é fonte documental, por meio do qual o historiador pode acessar representações e imagens do passado. No entanto, não podemos esquecer, também, o lugar do relato como literatura de viagem. (Cf: MENEZES e OLIVEIRA, 2021, p. 95).

O relato de viagem, esse gênero híbrido, fugidio<sup>3</sup>, caracteriza-se por, segundo Mary Anne Junqueira (2011), pressupor um leitor, independentemente da distância entre a viagem e o momento da escrita do texto, operar com noções de lugares diferentes, inspirar outros relatos ao lon-

<sup>3</sup> Mary Anne Junqueira (2011) e Amílcar Torrão Filho (2010) definem o relato de viagem, respectivamente, como um gênero híbrido e um gênero fugidio.



go do tempo e ocupar uma fronteira tênue entre ficção e veracidade. Logo, ele ocupa um lugar definido como gênero literário.

Aquele que escreve nem sempre é o viajante que ocupa esse papel, esforça-se na tarefa de “traduzir” o *outro* para seus leitores. François Hartog, ao estudar as *Histórias* de Heródoto (o “pai da História”), por exemplo, analisa aquilo que ele denomina “retórica da alteridade”. Nesse sentido, ele identifica que a escrita da narrativa de viagem carrega alguns “mecanismos de inteligibilidade” que, em grande medida, reduzem o *outro* ao já conhecido (BAGGIO, 2009), valendo-se da analogia, da comparação, do paralelo, da inversão.

Portanto, ainda que se pretenda neutro, o relato de viagem é um gênero que obedece a convenções, a padrões estéticos e literários. Ao escrever o relato, o viajante pode intencionar ser o mais imparcial possível, no entanto, ainda assim segue padrões próprios da literatura de viagem e responde às expectativas quanto à sua forma e ao seu conteúdo. Partindo, então, do pressuposto de que cada relato é uma imagem, uma representação daquilo que se observa, é essencial que compreendamos o contexto do local visitado, da viagem e o universo cultural do próprio viajante<sup>4</sup> para que, enfim, possamos esquadriñar aquilo que ele escreveu sobre os espaços habitados por onde passou.

Muitas das vezes para compormos os documentos sobre a história regional do Brasil Central somos levados ao encontro de duas fontes: os acervos presentes nos poucos arquivos e museus, com predomínio de obras manuscritas produzidas pelo executivo ao longo dos séculos e os relatórios de viajantes estrangeiros que cruzaram as terras do Brasil central. Este conjunto documental é, no caso da historiografia sobre Goiás, o que possibilita as pesquisas sobre a história social da região. Neste caso específico dos textos dos viajantes naturalistas do século XIX os estudos sobre o que deixaram são, ainda, reduzidos. Graças às

<sup>4</sup> Segundo Junqueira (2011), as opiniões e os julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado.



notas de viagem desses cavaleiros andantes é que se pode, hoje, recompor diversos aspectos da vida social, política e econômica de muitas comunidades brasileiras.

O *corpus* documental produzido por esses homens, que muitas vezes viram com espanto os costumes, as crenças e tradições das gentes que habitavam o território, é um rico material de pesquisa que ainda está longe de ser esgotado e suscita temas importantes e curiosos para novas teses sobre a passagem dos viajantes por Goyaz (MENEZES, 2018, p. 266)

Os viajantes foram, portanto, os grandes cronistas da vida brasileira dos séculos XVI ao XIX, descrevendo, em suas obras, aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes do Brasil e o que deixaram escrito contribui para que melhor se conhecesse o país e, neste caso particular, os viajantes do século XIX que visitaram Goiás, a fim de compreender o ritmo de vida da população da então província. A estagnação econômica de Goiás levou a que os *Naturalistas viajantes* narrassem em seus escritos e iconografias o atraso como sendo a condição da província.

## RELATOS DE GARNER SOBRE O GOIÁS NO SÉCULO XIX

Bem, de início, vamos nos atentar ao fato de quem foi esse viajante que percorreu regiões brasileiras durante o século XIX; George Gardner (1812-1949) nasceu em uma cidade escocesa, e se tornou botânico, zoólogo e médico. Ele veio ao Brasil por incentivo e patrocínio de William Hocker, botânico inglês, e Gardner tinha como principal objetivo coletar diversas espécies botânicas para levar aos museus da Inglaterra. O viajante chegou ao Brasil em 1836, e percorreu regiões do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, além dos sertões de Ceará, Piauí, Goiás e Minas Gerais.

Gardner chegou em Goiás em outubro de 1839, e percorreu as regiões mais a nordeste da província, seguindo sua viagem para Minas



Gerais em maio de 1840. Suas observações, não são pautadas somente sobre as questões botânicas, mas trazem também uma rica fonte de estudo para maneira que as vilas e arraiais da época eram construídos, tanto em âmbitos qualitativos, quanto quantitativos, além de costumes da população que ali vivia. Contudo, o olhar dos cientistas viajantes do século XIX que visitaram Goiás é marcado pelo preconceito em relação à cultura local. Seus relatos resultaram no livro ***Viagens no interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841***.

Os núcleos urbanos que resistiram desde o século XIX ainda guardam muitos traços que foram descritos pelos cientistas viajantes em seus escritos e representações iconográficas, como por exemplo o arraial de Natividade, visitado por Gardner, que atualmente é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN.

Gardner esteve em Natividade, norte de Goiás, hoje Tocantins, entre outubro de 1839 e fevereiro de 1840. Assim Gardner descreveu a Vila:

A Vila de Natividade está situada perto da base ocidental da extremidade sul da serra já mencionada, que tem o mesmo nome; e, como a maior parte das vilas do interior, é muito irregularmente construída. A população, com cerca de duas mil almas, compõe-se das mesmas raças mistas já frequentemente encontradas. Tem quatro igrejas que, embora bem velhas, ainda se acham inacabadas e não há probabilidade que se acabem. Há também uma cadeia, mas feita de tijolos crus, através dos quais os presos geralmente conseguem fugir de modo que mal se pode chamar prisão. A maioria das casas é edificada do mesmo material. (GARDNER, 1975, p. 157)

A cidade de Natividade conservou-se como arraial durante quase 100 anos e só foi elevada à categoria de vila em 1833, com instalação em 26 de agosto do mesmo ano. As relações entre colonizadores, escravizados, mineiros, sertanistas, missionários e criadores de gado resultaram no sítio histórico reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Nacional.



O casario com cerca de 250 prédios coloniais e igrejas preservadas, entre ruas estreitas e muros de pedra construídos por escravizados, guardam a memória do Tocantins e antiga província de Goiás.

Entre as igrejas que Gardner relatou, destacam-se até hoje a de São Benedito e a Matriz de Nossa Senhora da Natividade, de 1759. Os escravizados também ergueram a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em pedra canga. A obra, até hoje inacabada, foi iniciada no século XVIII e paralisada por volta de 1817. As ruínas de natividade são uma das referências da raça negra no coração do Brasil. A cadeia feita de tijolos crus, que Gardner relatou, é atualmente o Museu Municipal de Natividade.

O viajante relata que os poucos laboriosos da vila de Natividade sustentavam o resto da população, pois geralmente estes furtavam de plantações para se sustentarem. Durante a estadia, os viajantes se alimentaram quase que exclusivamente de carne seca e farinha. O milho e a mandioca eram os principais produtos cultivados, mas alguns fazendeiros se preocupavam em plantar cana de açúcar, para fazer aguardente, já que era vendida rapidamente.

O botânico William John Burchell que viajou ao Brasil em 1825, e realizou muitas representações iconográficas de vilas e arraiais por onde passou. Seus desenhos nos permitem melhor visualização sobre os relatos de alguns viajantes, como os do próprio George Gardner e Francis Castelnau. Burchell que esteve em Natividade fez desenhos do local como o que segue.





Figura 1 -Aguada de William John Burchell



Fonte: Aguada de 34x50 cm, reproduzida no trabalho de Gilberto Ferrez: O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico William John Burchell, 1815/1829. N. 20. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p. 144

Nessa representação de Natividade feita por Burchell, podemos notar a Igreja inacabada de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, feita de pedras, a qual Gardner cita em seu relato, dizendo que a mesma estava velha e inacabada no momento de sua passagem por Natividade. As ruínas dessa Igreja fazem parte do tombamento da cidade pelo IPHAN, sendo atualmente um dos principais símbolos do novo estado de Tocantins.

Seguindo seu caminho, o viajante George Gardner passou pelo arraial de Conceição.

O Arraial de Conceição tem uma população de cerca de cem pessoas, mas há no lugar muitas casas, que pertencem aos fazendeiros da região que só as ocupam em tempos das principais festas de igreja. Negros e mulatos formam a maioria dos residentes...

...A vila fica em uma baixada entre duas pequenas colinas, mas a região em torno é geralmente plana. Possui duas ruas compridas onde estavam localizadas as casas e duas igrejas, uma das quais encontrava-se em ruínas. A água que os habitantes se abastecem vem



de um pequeno riacho, e tem gosto salobro, o que pode ser uma influência no alto número de pessoas com bócio. Os solos aos arredores da vila foram bem escavados em busca do ouro. É um solo de argila e cascalho, com restos de rochas primitivas onde o ouro aparece em partículas diminutas. (GARDNER, 1946, p. 162-164)

Conceição do Tocantins é atualmente município do estado de Tocantins, foi fundado como arraial em 1741 pelo português Manoel Paes Andrade, que chegara ao local chefiando uma bandeira. Construiu uma igreja, a casa de sua residência, além de acomodações para seus escravizados, iniciando a povoação do lugar.

Gardner relata que os habitantes da vila eram muito ignorantes e insolente. Em uma parte de seus relatos, o viajante conta que o único meio para população de Conceição se livrar do gosto salobro da água que tinha na cidade, proveniente de um pequeno riacho, era colocando homens em alturas diferentes que iam passando-a de um para outro em baldes. Gardner indagou o motivo de não usarem bombas, mas eles responderam que nunca tinham visto uma, o que fez com que o viajante afirmasse que os mecânicos do lugar eram tão ignorantes que não serviam nem para fazer instrumentos simples.

Figura 2 - Aguada de William John Burchell



Fonte: Aguada de 33,5x50 cm, reproduzida no trabalho de Gilberto Ferrez: O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico William John Burchell, 1815/1829. N. 218. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p. 142



O itinerário completo de Gardner pelo sertão goiano se inicia pela Chapada da Mangabeira, situada na divisa do Piauí e a província de Goiás. Ele seguiu para missão de São José do Duro, atual município de Dianópolis, foi para vila de Almas, um dos municípios mais antigos do atual Tocantins. Em seguida, foi para o arraial de Chapada, que atualmente é o município de Chapada da Natividade, chegou a Natividade, que possui o mesmo nome nos dias de hoje, foi até o arraial de Conceição, atualmente Conceição do Tocantins.

Seguiu para vila de Arraias, que atualmente também recebe o mesmo nome, foi até a aldeia de São Domingos, município no norte do atual estado de Goiás, e atualmente com o mesmo nome. Chegou a Capela de Posse, atual município de Posse no nordeste do estado de Goiás, foi até o povoado de Sítio d'Abadia, atualmente município de Abadia, e seguiu com o objetivo de chegar em Formoso, porém errou o caminho e foi informado que o lugar que queria chegar ficava para trás, a oeste.

Seguiu então até o rio Carinhanha, em Minas Gerais, retornou à província de Goyaz com intuito de chegar à Fazenda Rio Claro, que possuía tal nome devido ao pequeno rio que passa por ali e cai no Urucuia, a cerca de uma légua para o sul. Por fim seguiu para São Romão, já em Minas Gerais.

## RELATOS DE CASTELNAU SOBRE O GOIÁS NO SÉCULO XIX

François Louis Nompar de Caumont LaPorte (1810-1880), conhecido como Francis Castelnau, foi um naturalista inglês que recebeu a missão de explorar a América do Sul, sendo financiado pela corte francesa, ou seja, pelo rei Luís Filipe I. Entretanto, antes de explorar o continente Sul-americano, Castelnau já havia feito uma viagem para o “Novo Mundo”, onde visitou os Estados Unidos e Canadá, o que resultou em dois livros. Após seu retorno a França, o naturalista recebeu a proposta do rei, e embarcou para à América do Sul.



Ao aportar à porção Sul das Américas, o primeiro destino de Castelnau foi o Brasil, o qual chegou no ano de 1843 ao Rio de Janeiro. A meta do naturalista era de percorrer do Rio de Janeiro à Lima, capital do Peru, com o propósito de relatar o potencial das cidades Sul-Americanas, o que auxiliaria nas rotas comerciais entre a França e a América. Portanto, Castelnau deveria explorar o interior do Brasil Imperial para descobrir rotas de acesso, sendo os percursos hidroviários os mais prósperos a solucionar essa problemática.

O inglês aventurou pelo interior brasileiro à procura desses caminhos, o que o levou a relatar sobre as províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Mais tarde, esses relatos originaram o livro *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, traduzido para o português em 1949 por Olivério M. De Oliveira Pinto, em que segue as convenções, os padrões estéticos e literários do gênero relato de viagem. É nesse livro que se encontram os relatos sobre a Província de Goiás no século XIX, a qual foi visitada por Castelanu nos ano de 1844. A partir dessa expedição, Castelnau registrou em seus relatos todos os lugares por onde passou, detalhando desde zonas urbanas a zonas rurais.

Em Goiás, capital da província, Castelnau desenvolveu um projeto econômico, no qual tinha o objetivo de reabrir o rio Araguaia à navegação, porém, esse processo teria resistência, pois a região continha aldeias que eram hostis. Com a execução do projeto, o viajante inglês embarcou no rio Araguaia, na Aldeia das Salinas, passou por São João Das Duas Barras, sede da Capitania – antiga comarca de São João das Duas Barras, região do norte da província de Goiás, navegou em um barco no rio Tocantins, em que o desceu e passou por vários arraiais. Entre esses arraiais, destacam-se o Arraial Boa Vista e o Arraial Porto Imperial.

Ao sair do povoado de S. João, Castelnau viajou para o Arraial de Boa Vista no dia 30 de agosto, no qual encontrou missionários e até um padre italiano. Este padre ajudou na construção do arraial com as ruas, praças e igrejas.



Assim que abicamos na praia foram dados muitos tiros de carabina, aos quais respondemos coro três salvas completas. Levou-nos depois o bom padre para sua casa, tão modesta quanto as outras do grande vilarejo que fundara, ele próprio, em pleno deserto, anos antes, e não possuía mais do que umas seis ou sete choças, cujos primitivos moradores se tinham exterminados mutuamente. Fez-nos depois daí percorrer as ruas, as praças e a igreja por ele construída. (CASTELNAU, 1949, Tomo I, p. 345)

Sobre Boa Vista, Castelnau descreve que o arraial, naquela época, cerca de 1500 moradores e 200 ou 300 casas, em que as residências e a igreja eram feitas de palha. Quase toda população era composta de imigrantes dos sertões do Maranhão. Os indivíduos deste arraial eram muito honestos, com isso, qualquer mulher que se desviasse das normas da cidade, era expulsa. Além disso, as mulheres eram obrigadas a usarem um uniforme, que continha uma camisola branca que cobria todo o corpo, exceto os olhos e o nariz. “Em meio à corrupção que campeia em todo o interior do Brasil, distinguem-se os moradores de Boa Vista pela sua grande pureza de costumes” (CASTELNAU, 2000, p. 207).

O arraial também eram ocupado pelos indígenas Apinajés, que para o naturalista, era um grande perigo em permanecer entre os exploradores, pois além de suas danças, à noite eles realizavam cerimônias misteriosas. O transporte hidroviário era forte, muitas pessoas andavam de canoas, alguns com as intenções de morar no vilarejo, e outros de conhecer o missionário. O viajante despediu-se do arraial no dia 07 de setembro.

No dia 31 de Agosto, Castelnau chegou ao Arraial Porto Imperial, também conhecido como Porto Real, em que possuía, antes da chegada do viajante, cento e quarenta casas, após a ida, não tinha mais do que setenta e cinco, para uma população de uns 400 hab.

A cidadezinha em que estávamos, outrora conhecida por Porto Real, possuía antes cento e quarenta casas; hoje não tem mais do que setenta e cinco, para uma população de uns 400 habitantes.



A população diminui cada vez mais no interior do continente e se não se descobrir um remédio para este estado de coisas, não tardará muito o que todo o país volte à completa barbárie. (CASTELNAU, 1949, Tomo I, p. 376)

Em Porto Imperial, o viajante foi recebido pelo Major Ferreira, que reservou uma ótima hospitalidade a ele. A casa em que Castelnau se hospedou tinha telhado, porém, ela foi construída de adobe (material composto de palha, terra e água utilizados para fazerem as paredes), semelhante às outras casas do arraial.

O naturalista percebeu que a população diminuía cada vez mais no interior do continente e precisava de uma solução para este caso, pois se não solucionasse, o Brasil voltaria à completa barbárie. Além disso, o empobrecimento das jazidas fez com que a população migrasse, o que levou ao abandono de casas no arraial. Outro problema era com os nativos, que invadiam as fazendas e ateavam fogo, o que atrapalhava o desenvolvimento da agricultura.

De acordo com o Castelnau, o arraial era muito quente, onde fazia 45° no dia da expedição. Ele também relatou que Porto Imperial tinha privilégio, pois havia um barranco que o defendia de enchentes do rio Tocantins. Antes de sair do povoado, Castelnau pegou um empréstimo com o Major Ferreira - Homem de suma importância para o arraial, que reservou uma ótima hospitalidade ao Castlenau -, devido ao fato do seu dinheiro ter acabado. Dia 10 de setembro, o naturalista continuou sua jornada.

De acordo com a ilustração a seguir, feita por Burchell, percebe-se a presença da igreja Nossa Senhora das Mercês, que se localiza a margem direita do rio Tocantins. Outro ponto marcante é a arquitetura urbana de Porto Imperial, o qual possuía casas simples e sem complexidades, que de acordo com Castelnau, eram feitas de adobe.



Figura 3 -Aguada de William John Burchell



Fonte: Porto Real - Aguada reproduzida pelo Gilberto Ferrez em seu trabalho: O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico William John Burchell, 1815/1829. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles/Fundação Pró-memória, 1981, p. 148

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa busca contribuir com os estudos sobre a história de Goiás no recorte temporal do século XIX, majoritariamente as que utilizam relatos de viajantes como fontes. Tanto George Gardner, quanto Francis Castelnau tiveram muito êxito em visitar a antiga província de Goiás, estiveram em muitas vilas e arraiais e descrevendo os lugares por onde passaram detalhadamente.

Infelizmente, devido a pandemia da COVID-19, a pesquisa de campo prevista para no projeto original ainda não pôde ser realizada, impossibilitando a comparação do atual estado das cidades visitadas pelos viajantes, com os relatos feitos pelos mesmos e a pesquisa de arquivos e museus. Desse modo a pesquisa continua em andamento, até que alcancemos todos os objetivos.

Ao final da pesquisa esperamos ter contribuído para os estudos sobre Goiás no século XIX e particularmente para as pesquisas que utilizam o relato dos viajantes Gardner e Castelnau como fonte. Ao longo



da pesquisa pretendemos construir e publicar artigos, e a partir dos resultados obtidos, ao final temos o objetivo de publicar um livro onde será mostrado como os relatos de Gardner e dos demais viajantes do século XIX que visitaram Goiás pode, ainda, nós ensinar sobre a vida na antiga província.

## REFERÊNCIAS

BAGGIO, Kátia Gerab. Identidade e Alteridade: a representação do outro e as narrativas de viagens nas reflexões de François Hartog. **Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas**. v. 1 – 2009.

CASTELNAU, Francis de. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. OLIVÉRIO, M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1815/1829**. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, M.A.; FRANCO, S.M.S. (Org.). **Cadernos de seminários de pesquisa**. v. 2. São Paulo: USP; Humanitas, 2011. p. 44-61.

MENEZES, Marcos Antonio de. Goyaz urbano na primeira metade do século XIX: imagens dos viajantes. **OP SIS** (Online). Catalão-GO, v. 18, n. 2, p. 254-268, jul./dez. 2018.

MENEZES, Marcos Antonio de; OLIVEIRA, Rodrigo Martins. Narrativas de Saint-Hilaire sobre as cidades de Goyaz no século XIX. In: Leonora de Castro Barbo. (Org.). **Uma viagem pelo sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás**. 1ed. Jundiá: Paco Editorial, 2021, v. 1000, p. 95-119.





## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alagoas 12, 13, 17, 92, 250, 254, 294, 296, 298, 299, 300, 301, 305, 306, 308, 309, 336, 337, 339, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 353, 355, 358, 359, 360, 362, 365

Amazônia 12, 64, 150, 160, 190, 208, 209, 210, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227

Androcêntrico 10, 119

### B

Bahia 10, 12, 15, 17, 79, 80, 85, 92, 97, 131, 245, 250, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 273, 274, 275, 310, 315, 316, 319, 321, 322, 382

### C

Caetité 10, 15, 79, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89

Cajazeiras 10, 15, 102, 112, 114, 115

Caxias 10, 11, 64, 76, 150, 152, 160, 161, 172, 173

Cotidiano 10, 15, 31, 79, 80, 81, 84, 85, 88, 106, 163, 164, 175, 216, 228, 229, 238, 241, 275, 282, 283, 286, 287, 290, 327, 332, 343, 351, 352, 362, 370, 371

Crime 11, 95, 115, 155, 157, 160, 161, 162, 166, 170, 172, 174, 224, 225, 304

### D

Defloramento 11, 16, 160, 161, 162, 163, 166, 170, 171, 172, 173, 174

Delmiro Gouveia 12, 13, 17, 254, 294, 296, 297, 298, 299, 305, 306, 308, 338, 339, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 353, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366

Ditadura militar 11, 12, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 269, 273, 275

### E

Educação 12, 12, 16, 52, 75, 111, 132, 150, 151, 170, 191, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 249, 291, 353, 365, 336, 369, 370, 371, 373, 374, 378



## **F**

Fálico 23, 126, 127, 128

Figura masculina 10, 40, 64

Francis Castelnau 13, 14, 18, 379, 384, 387, 391

Francisco J. C. Dantas 10, 15, 91, 100

Fronteiras 4

## **G**

George Gardner 13, 14, 18, 368, 379, 382, 384, 385, 391

Goyaz 13, 18, 378, 382, 387, 392

## **H**

História 6, 9, 10, 11, 13, 15, 17, 19, 36, 37, 39, 40, 43, 45, 46, 50, 51, 52, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 105, 107, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 141, 150, 159, 160, 175, 176, 181, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 213, 215, 220, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 257, 258, 259, 261, 270, 273, 275, 276, 280, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 303, 306, 307, 308, 309, 320, 322, 323, 324, 325, 328, 329, 332, 336, 337, 338, 340, 345, 352, 353, 354, 358, 361, 362, 365, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 377, 378, 379, 380, 381, 391, 394

## **I**

Imagens 10, 15, 19, 20, 21, 52, 54, 57, 58, 62, 70, 94, 95, 97, 123, 126, 130, 153, 156, 283, 286, 287, 288, 290, 320, 379, 380, 392

## **J**

Jornais 10, 11, 15, 16, 22, 40, 54, 64, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 160, 161, 163, 164, 166, 172, 174, 175, 200, 201

## **M**

Miriade 10, 15, 93, 94, 97, 99

Místico 9, 15, 31, 32

Mossoró 11, 16, 134, 135, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 244



**P**

Paisagem 9, 15, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 126, 188

Primeira República 15, 76, 163

**R**

Rádio 230, 231, 236, 237, 243, 279, 280, 282, 356

Reminiscência 9, 32, 296

Representações 10, 23, 24, 32, 41, 53, 54, 55, 58, 70, 72, 93, 119, 127, 129, 131, 132, 165, 166, 168, 169, 176, 195, 229, 325, 362, 373, 380, 383, 384

Rio Grande do Norte 5, 9, 12, 16, 19, 24, 25, 26, 34, 90, 102, 149, 228, 229, 231, 244

**S**

São Francisco 12, 13, 17, 79, 152, 245, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 294, 296, 301, 306, 308, 310, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 339, 343, 345, 349, 352, 359

Século XIX 13

Semiárido 10, 15, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 126

Sergipe 90, 91, 92, 94, 97, 250, 305

Sertão 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 39, 40, 43, 44, 49, 51, 54, 59, 60, 62, 63, 64, 79, 80, 85, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 143, 144, 160, 172, 175, 178, 182, 183, 184, 187, 209, 210, 211, 225, 226, 228, 229, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 256, 261, 263, 265, 266, 273, 274, 280, 194, 296, 298, 300, 301, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 338, 339, 343, 435, 346, 347, 349, 351, 352, 353, 355, 356, 357, 358, 362, 363, 368, 373, 378, 379, 387, 392

**T**

Trabalhadores rurais 11, 209, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 268, 307

**Z**

Zila Mamede 9, 15, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 35



Realização



Apoio

